UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

RELAÇÕES ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA À LUZ DAS MOTIVAÇÕES

JOÃO PESSOA - PB
2020

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

RELAÇÕES ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA À LUZ DAS MOTIVAÇÕES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba — linha de pesquisa Organizações e Sociedade com ênfase em Estado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante.
Co-Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lizandra Serafim

JOÃO PESSOA - PB
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C145r Caldas, Patricia Trindade.
Relações entre Voluntariado e Cidadania à luz das Motivações / Patricia Trindade Caldas. - João Pessoa, 2020.
221 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.
Coorientação: Lizandra Serafim.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA/PPGA.

1. Voluntariado. 2. Cidadania. 3. Motivação. 4. Escala de Mensuração. 5. Modelagem. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Serafim, Lizandra. III. Título.

UFPB/BC

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

RELAÇÕES ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA À LUZ DAS MOTIVAÇÕES

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutora em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Área de concentração: Administração e sociedade.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo Cavalcante, Dr. (Orientador)	Lizandra Serafim, Dra. (Co-Orientadora)
Diogo Henrique Helal, Dr. (Membro Externo)	Thiago Ferreira Dias, Dr. (Membro Externo)
Francisco José da Costa, Dr. (Membro Interno)	Wagner Soares Fernandes dos Santos, Dr. (Membro Externo)

PPGA
Programa de Pós-Graduação em Administração
UFPB

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 39

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a) Doutorando(a) **Patrícia Trindade Caldas** como requisito para obtenção do grau de Doutor em Administração, Área de Concentração em Administração e Sociedade e Linha de Pesquisa em Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade.

No dia 19 de fevereiro de 2020, às 09:30 horas, na Sala 07 do bloco da Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração, composta pelos membros Prof.(ª). Dr.(ª) Carlos Eduardo Cavalcante (Orientador(a) – PPGA/UFPB), Prof.(ª) Dr.(ª) Lizandra Serafim (Coorientador(a) - PGPCI/UFPB), Prof.(ª) Dr.(ª) Francisco José da Costa (Examinador(a) Interno (a) – PPGA/UFPB), Prof.(ª) Dr.(ª) Diogo Henrique Helal (Examinador(a) Externo (a) – FUNDAJ), Prof.(ª) Dr.(ª) Thiago Ferreira Dias (Examinador(a) Externo (a) – UFRN) e Prof.(ª) Dr.(ª) Wagner Soares Fernandes dos Santos (Examinador(a) Externo (a) – MPGOA/UFPB) com a finalidade de julgar a tese do(a) aluno(a) Patrícia Trindade Caldas intitulada **"RELAÇÕES ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA À LUZ DAS MOTIVAÇÕES"**, para obtenção do grau de Doutor(a) em Administração. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa realizados pelo(a) presidente Prof.(ª) Dr.(ª) Carlos Eduardo Cavalcante. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito (X) aprovado, ( ) aprovado com distinção, ( ) insuficiente, ( ) reprovado.

Observações da Banca:

Proceder as quatro entregues em anos à candidata.

Proclamados os resultados, o Presidente da Banca Examinadora encerrou os trabalhos e, para constar, eu, Prof.(ª) Dr.(ª) Samir Adamoglu de Oliveira, confiro e assino a presente ata, em duas vias, juntamente com os membros da Banca Examinadora e o(a) aluno(a).

Prof.(ª) Dr.(ª) Carlos Eduardo Cavalcante
Orientador(a) – PPGA/UFPB

Prof.(ª) Dr.(ª) Lizandra Serafim
Coorientador(a) – PGPCI/UFPB

Prof.(ª) Dr.(ª) Francisco José da Costa
Membro Interno – PPGA/UFPB

Prof.(ª) Dr.(ª) Diogo Henrique Helal
Membro Externo– FUNDAJ

Prof.(ª) Dr.(ª) Thiago Ferreira Dias
Membro Externo – UFRN

Prof.(ª) Dr.(ª) Wagner Soares Fernandes dos Santos
Membro Externo – MPGOA/UFPB

Prof.(ª) Dr.(ª) Samir Adamoglu de Oliveira
Vice-coordenador do PPGA/UFPB

Patrícia Trindade Caldas
Doutorando(a)

Aos meus pais, Marcos e Edna, por todos os ensinamentos, apoio e incentivos recebidos, essenciais para minha formação como pessoa e como acadêmica. Que Deus esteja sempre convosco.

AGRADECIMENTOS

Apesar dos momentos solitários durante todo o percurso da pesquisa, esta tese contou com a colaboração direta e indireta de muitas pessoas, tanto pelo suporte técnico como pelo pessoal, às quais não poderia deixar de agradecer por serem essenciais no alcance dos objetivos.

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos, oportunidades, “aleatoriedades”, “coincidências” e companhia constante durante esses quatro anos de formação, as quais permitiram um contexto favorável, repleto de pessoas com quem pude aprender e evoluir. Muito obrigada.

À minha família, agradeço pela vida de amor e dedicação transmitida pelos meus pais (Marcos e Edna), que me educaram e me fizeram aprender lições que valerão para toda a minha vida. Também agradeço aos meus irmãos (Izabele, Daniel e Fabrício) por todos os incentivos que recebi e recebo durante minha trajetória. Em especial à Daniel, pelo cuidado, carinho e orgulho que me motiva a ser uma pessoa melhor e alegre a cada dia.

As minhas irmãs do coração também se encaixam nesse agradecimento familiar. Às primitchas (em especial à Milena) pelo acolhimento e momentos de alegrias e “fugas” da tese. À minha amiga Janayna, presente do doutorado, que é mais que uma irmã e me apoia e ampara em todas as esferas da minha vida – muito obrigada pelas risadas e choros que tornaram essa passagem do tempo mais leve e feliz.

A Carlos Eduardo Cavalcante, obrigada pela confiança, orientação e paciência dedicada a esta pesquisadora, ensinamentos que levarei comigo para o resto da minha vida, tanto para a vida profissional como pessoal. Em conjunto, obrigada à Lizandra Serafim, minha co-orientadora, que me fez entender melhor o construto da cidadania e do Terceiro Setor por meio de outras lentes e perspectivas de formação.

Aos professores do PPGA, pelo cuidado, dedicação e ensinamentos que foram imprescindíveis para minha formação como pesquisadora e professora, em especial ao professor “Franzé”, responsável por eu ter me apaixonado pela pesquisa quantitativa aplicada à administração.

Ao namorado (Ricardo) e amigos que fiz em João Pessoa, cidade que adotei como minha e que tornou meus dias mais leves, coloridos e felizes. Aos colegas de doutorado e mestrado, em especial das turmas 05 de doutorado e 41 de mestrado, pela companhia e pelos

momentos de aprendizado e de sociabilidade fundamentais para minha formação e vida. Em especial, a Jorge Dias e Eurico Sprakel, que pacientemente me ajudaram e ensinaram práticas de pesquisa quantitativa, na realização das análises e cálculos estatísticos utilizando o software R.

Aos colegas do Grupo de Estudo do Terceiro Setor (GETS), que emergiram junto comigo no Terceiro Setor e suas lacunas, acompanharam-me, ajudaram-me e ensinaram-me muito sobre as nuanças do voluntariado e das Organizações da Sociedade Civil (OSC), assim como também do trabalho científico como um todo.

Aos voluntários e não voluntários que participaram da minha pesquisa e me possibilitaram a oportunidade de aprendizagem prática que contribuiu para a conclusão deste trabalho. Tive a oportunidade de ver projetos sociais belíssimos e que a ação das pessoas realmente faz a diferença na vida de muitos.

Enfim, a todos os outros familiares e amigos que aqui não citei, mas que representam importância na minha vida e no meu coração. Meu muito obrigada!

RESUMO

Como um fenômeno em expansão em todo o mundo, o voluntariado tem sido reconhecido por seu potencial de desenvolvimento de cidadania ao promover oportunidades de efetivação de práticas ativas de envolvimento com a comunidade voltadas para o bem-estar coletivo. Por essa perspectiva, tem-se a tese de que os voluntários são mais propensos a terem um desempenho cidadão maior do que os não voluntários, estimulados pelas motivações que guiam seu comportamento: quanto mais próximos às motivações altruístas, mais os voluntários estão preocupados com questões coletivas e, consequentemente, mais tendem a desenvolver práticas de cidadania. Assim, o objetivo deste estudo é compreender as relações entre a atividade voluntária e as práticas de cidadania, à luz da motivação inerente. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa, por meio do uso da pesquisa bibliográfica, de entrevistas semiestruturadas, de *surveys* com três amostras (de 207, 522 e 366 sujeitos), de estatística descritiva e inferencial e da modelagem de equações estruturais. Como principais resultados, tem-se: (1) o desenvolvimento de uma escala de práticas de cidadania validada e contextualizada ao âmbito nacional, que mensura as práticas de cidadania a nível individual em quatro esferas: civil, política, social e ambiental; (2) a confirmação da sobreposição do desempenho cidadão de voluntários sobre não voluntários em todas as esferas das práticas de cidadania; e (3) a identificação das motivações de justiça social e altruísmo como principais forças explicativas para o comportamento cidadão dos voluntários pesquisados. As motivações egoístas também apareceram como condutoras do comportamento cidadão, nas dimensões política e social.

Palavras-chave: Voluntariado; Cidadania; Motivação; Escala de Mensuração; Modelagem.

ABSTRACT

As an expanding phenomenon around the world, volunteering has been recognized for its potential for the development of citizenship by promoting opportunities for the realization of active community engagement practices focused on collective well-being. From this perspective, it is the thesis that volunteers are more likely to perform citizen higher than non-volunteers, stimulated by the motivations that guide their behavior: the closer to selfless motivations, the more volunteers are concerned about collective issues and, consequently, more tend to develop citizenship practices. Thus, the aim of this study is to understand the relationships between voluntary activity and citizenship practices, through the inherent motivation. Methodologically, we opted for the quali-quantitative research, through the use of bibliographic research, semi-structured interviews, surveys with three samples (from 207, 522 and 366 subjects), descriptive and inferential statistics and modeling of structural equations. The main results were: (1) the development of a scale of validated and contextualized citizenship practices at the national level that measure citizenship practices at individual level in four spheres: civil, political, social and environmental; (2) confirmation of the overlapping of citizen performance of volunteers on non-volunteers in all spheres of citizenship practices; and (3) the identification of social justice motivations and altruism as main explanatory forces for the citizen behavior of the volunteers surveyed. Selfish motivations also appeared as drivers of citizen behavior, in the political and social dimensions.

Keywords: Volunteering; Citizenship; Motivation; Measurement Scale; Modeling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Terceiro Setor 38
Figura 2 – Taxa de Realização de Trabalho Voluntário no Brasil, nos anos 2016, 2017 e 2018.. 41
Figura 3 – Destaques envoltos na construção do conceito de cidadania 51
Figura 4 – Pressuposto teórico 71
Figura 5 – Modelo teórico e hipóteses de pesquisa 73
Figura 6 – Sub hipóteses de pesquisa 74
Figura 7 – Linha do Tempo das Pesquisas sobre Terceiro Setor 79
Figura 8 – Desenho da pesquisa 79
Figura 9 – Taxa de realização do trabalho voluntário em 2018, por estado da região Nordeste... 85
Figura 10 – Modelo de Escala de Likert de 11 pontos 87
Figura 11 – Organização, tratamento e análise dos dados da pesquisa 88
Figura 12 – Percurso teórico da pesquisa 93
Figura 13 – Sobreposição das médias das práticas de cidadania 152
Figura 14 – Relação entre Motivação para o Trabalho Voluntário e as Práticas de Cidadania .. 154
Figura 15 – Modelo teórico (M0) de avaliação de influência da motivação para o trabalho voluntário sobre as práticas de cidadania 156
Figura 16 – Modelo reespecificado (M3) 162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário 45
Quadro 2 – Síntese das Práticas de Cidadania 64
Quadro 3 – Indicadores do instrumento de motivação voluntária 72
Quadro 4 – Lista de especialistas entrevistados 82
Quadro 5 – Reuniões dos grupos focais 83
Quadro 6 – Amostras para de coleta de dados quantitativos 83
Quadro 7 – Instrumentos de coleta de dados quantitativos 87
Quadro 8 – Parâmetros utilizados para a AFE 89
Quadro 9 – Parâmetros utilizados na AFC 90
Quadro 10 – Temas e assertivas de práticas de cidadania, antes das entrevistas e validações 94
Quadro 11 – Práticas de Cidadania após análise dos especialistas 96
Quadro 12 – Discriminação dos itens de prática civis de cidadania para segunda amostragem. 105
Quadro 13 – Discriminação de itens de prática políticas de cidadania para segunda amostragem 107
Quadro 14 – Discriminação de itens de práticas sociais de cidadania para segunda amostragem 109
Quadro 15 – Discriminação de itens de prática ambientais de cidadania para segunda amostragem 112
Quadro 16 – Discriminação dos itens de prática civis de cidadania, da segunda amostragem... 118
Quadro 17 – Discriminação dos itens de prática políticas de cidadania da segunda amostragem 120
Quadro 18 – Discriminação dos itens de prática sociais de cidadania da segunda amostragem. 122
Quadro 19 – Discriminação dos itens de Prática Ambientais de Cidadania, resultantes da AFE da amostra final. 124
Quadro 20 – Comparação dos itens aprovados pela AFE na primeira e segunda amostra 124
Quadro 21 – Práticas de cidadania validadas após segunda amostragem 135
Quadro 22 – Parâmetros de análise 136
Quadro 23 – Parâmetros de análise para medidas de posição 142
Quadro 24 – Resultado do teste das sub hipóteses do modelo teórico através da regressão linear 163
Quadro 25 – Estudo Bibliométrico 189
Quadro 26 – Práticas de Cidadania após análise dos especialistas 221

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sociodemográficos da amostra para limpeza da escala..... 99
Tabela 2 – Correlações das 'Práticas Civis de Cidadania', primeira amostragem 102
Tabela 3 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Civis de Cidadania, primeira amostragem..... 103
Tabela 4 – Correlações das 'Práticas Civis de Cidadania', primeira amostragem, após AFE..... 104
Tabela 5 – Correlações das 'Práticas Políticas de Cidadania', primeira amostragem 106
Tabela 6 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Políticas de Cidadania, primeira amostragem..... 106
Tabela 7 – Correlações das variáveis das 'Práticas Sociais de Cidadania', primeira amostragem. 108
Tabela 8 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Sociais de Cidadania, primeira amostragem..... 108
Tabela 9 – Correlações das variáveis das 'Práticas Difusas de Cidadania', primeira amostragem. 110
Tabela 10 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada do construto Práticas Difusas de Cidadania, primeira amostragem..... 111
Tabela 11 – Dados Sociodemográficos da segunda amostragem para validação da escala 114
Tabela 12 – Dados extras dos voluntários da segunda amostragem..... 116
Tabela 13 – Correlações das variáveis do Construto 'Práticas Civis de Cidadania', segunda amostragem..... 117
Tabela 14 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Civis de Cidadania, segunda amostragem. 118
Tabela 15 – Correlações das variáveis do construto 'Práticas Políticas de Cidadania', segunda amostragem..... 119
Tabela 16 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Políticas de Cidadania, segunda amostragem. 120
Tabela 17 – Correlações das variáveis de 'Práticas Sociais de Cidadania', segunda amostragem121
Tabela 18 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada de Práticas Sociais de Cidadania, segunda amostragem. 121
Tabela 19 – Correlações das variáveis de 'Práticas Ambientais de Cidadania', segunda amostragem..... 123
Tabela 20 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada de ‘Práticas Ambientais de Cidadania’, segunda amostragem 123

Tabela 21 – Medidas de ajustamento do modelo de práticas de cidadania 126
Tabela 22 – Escores fatoriais e grau de significância 127
Tabela 23 – Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML 128
Tabela 24 – Teste da diferença do qui-quadrado (χ^2) 129
Tabela 25 – Dados Sociodemográficos da terceira amostragem com voluntários religiosos..... 139
Tabela 26 – Dados extras dos voluntários da segunda amostragem..... 140
Tabela 27 –Análise das práticas de cidadania, por dimensão e por grupos. 142
Tabela 28 – Análise das práticas civis de cidadania, por grupos..... 144
Tabela 29 – Test t para amostras independentes, dimensão civil 145
Tabela 30 – Análise das práticas políticas de cidadania, por grupos..... 146
Tabela 31 – Test t para amostras independentes, dimensão política 147
Tabela 32 – Análise das práticas sociais de cidadania, por grupos. 148
Tabela 33 – Test t para amostras independentes, dimensão social 149
Tabela 34 – Análise das práticas ambientais de cidadania, por grupos 150
Tabela 35 – Test t para amostras independentes, dimensão ambiental 151
Tabela 36 – Medidas de ajustamento do modelo de práticas de cidadania 157
Tabela 37 – Análise da fiabilidade individual das variáveis manifestas 158
Tabela 38 – Resultados das regressões múltiplas da MEE..... 159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
ANOVA	Análise de Variância
AVE	*Average Variance Extracted*
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base do Brasil
CFI	*Comparative Fit Index*
DDC	Demandas Difusas Contemporâneas
EUA	Estados Unidos da América
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
GETS	Grupo de Estudos do Terceiro Setor
GFI	*Goodness-of-fit index*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
MV	Máxima Verossimilhança
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NCS	*National Citizen Service*
NFI	*Normed Fit Index*
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC	Práticas Civis
PD	Práticas Difusas
PP	Práticas Políticas
PS	Práticas Sociais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMSEA	*Root Mean Square Error of Approximation*
SEM	*Structural Equations Modeling*
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **19**

1.1 Construção argumentativa da tese e definição do problema de pesquisa **19**

1.2 Os objetivos da pesquisa **26**

1.3 Justificativas da pesquisa **26**

1.4 Estruturação da tese **30**

2 O VOLUNTARIADO **32**

2.1 Conceitos-chaves acerca do trabalho voluntário e do Terceiro Setor **32**

2.2 A motivação para o trabalho voluntário **43**

3 CIDADANIA **47**

3.1 Considerações iniciais sobre cidadania **47**

3.2 A teoria marshalliana sobre cidadania **52**

4 O VOLUNTARIADO E A CIDADANIA: RELAÇÕES E A PROPOSIÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA **67**

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA **78**

5.1 Caracterização da pesquisa **80**

5.2 Contexto e sujeitos da pesquisa **81**

5.3 Instrumentos de coleta de dados **86**

5.4 Ordenamento, tratamento e análise dos dados **88**

6 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DA ESCALA DE PRÁTICAS DE CIDADANIA **92**

6.1 Geração dos itens **93**

6.2 Primeira amostra: atividade de formação de estrutura fatorial e limpeza da escala **98**

6.2.1 Caracterização da primeira atividade de amostragem 98

6.2.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE) 100

6.2.2.1 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS CIVIS DE CIDADANIA’ 101

6.2.2.2 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS POLÍTICAS DE CIDADANIA’ 105

6.2.2.3 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS SOCIAIS DE CIDADANIA’ 107

6.2.2.4 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS DIFUSAS DE CIDADANIA’ 109

6.3 Segunda amostragem para validação da escala 112

6.3.1 Caracterização da amostra e da coleta de dados 113

6.3.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE) 117

6.3.2.1 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS CIVIS DE CIDADANIA’ 117

6.3.2.2 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS POLÍTICAS DE CIDADANIA’ 119

6.3.2.3 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS SOCIAIS DE CIDADANIA’ 120

6.3.2.4 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS AMBIENTAIS DE CIDADANIA’ 122

6.3.3 Análise Fatorial Confirmatória (AFC) 125

6.4 Recomendações de uso 135

7 PRÁTICAS DE CIDADANIA: DIFERENÇA ENTRE VOLUNTÁRIOS E NÃO VOLUNTÁRIOS 137

7.1 Caracterização da terceira amostra de dados: os voluntários religiosos 137

7.2 Análise das práticas de cidadania: diferenças entre voluntários e não voluntários. 141

8 MODELAGEM DAS PRÁTICAS DE CIDADANIA COM AS MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO 154

8.1 Relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania ... 155

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 165

REFERÊNCIAS 172

APÊNDICE A – Estudo Bibliométrico 188

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista 190

APÊNDICE C – Instrumento de validação de face e conteúdo 192

APÊNDICE D – Questionário 1 (Primeira Amostragem) 195

APÊNDICE E – Questionário 2 (Segunda Amostragem) 198

APÊNDICE F – Questionário 3 (Terceira Amostragem) 199

APÊNDICE G – Resultados brutos da MEE derivados do R 203

ANEXO A – Síntese das entrevistas expostas em Caldas e Cavalcante (2019) 213

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese, argumenta-se que o voluntariado é reconhecido por seu potencial de desenvolvimento de cidadania ao promover oportunidades de efetivação de práticas ativas de envolvimento com a comunidade, apoiando ações públicas e privadas voltadas para o bem-estar coletivo.

Por assim ser, tem-se a tese de que os voluntários são mais propensos a terem um desempenho cidadão maior que os que não são voluntários, estimulados pelas motivações que guiam seu comportamento: quanto mais próximos às motivações altruístas, mais os voluntários estão preocupados com questões coletivas e, consequentemente, mais tendem a desenvolver práticas de cidadania.

Para compreender esses argumentos de tese e a conexão entre voluntariado e cidadania, o presente capítulo visa informar os aspectos gerais e introdutórios que fundamentam a ideia desta pesquisa. Inicia com a construção argumentativa da tese, por meio de uma contextualização acerca dos construtos-chaves e a definição da situação-problema de pesquisa; seguida da apresentação dos objetivos e das razões que justificam a necessidade de realização do presente estudo; e por fim, evidencia a estrutura da tese.

1.1 Construção argumentativa da tese e definição do problema de pesquisa

O voluntariado e a cidadania são duas temáticas próximas e popularmente relacionadas já que são vinculadas à vida em sociedade e ao bem-estar social. Segundo Milligan e Fyfe (2005), teoricamente é uma relação bem estabelecida, sendo o trabalho voluntário reconhecido como prática que tem o potencial de desenvolvimento da cidadania, que relaciona os indivíduos e a comunidade onde estão situados a partir da promoção de inovação social e de oportunidades de práticas ativas de participação capazes de melhorar as condições de vida em sociedade (MUSICK; WILSON, 2008; NAVES, 2016; PURDAM; TRANMER, 2014). Apesar da relação próxima e comumente realizada, tratam-se de conceitos distintos, que precisam ser delimitados para compreensão da conexão estabelecida.

Sobre o voluntariado, entende-se uma atividade ou esforço não compulsório e não remunerado financeiramente, que é dirigido por um indivíduo em relação a outra(s) pessoa(s) em situações fora de sua família ou família próxima, que se destina a ser benéfica para este outro ou para seu contexto (SMITH; PUYVELDE, 2016). É base de funcionamento do

Terceiro Setor e tem sido alvo de políticas de desenvolvimento social financiadas tanto pelo Estado como pelo mercado privado e pela sociedade civil.

Como um fenômeno em expansão no Brasil e no mundo (FERNANDES, 1994; MUSICK; WILSON, 2008; SMITH; STEBBINS; GROTZ, 2016), e pelas várias aplicações em diferentes contextos, é importante salientar que existem vários entendimentos sobre o que seja atividade voluntária, e que, dependendo do ponto de vista, estes nem sempre representam ligação direta com a cidadania — as ações de estudo da Bíblia por voluntários religiosos seria um exemplo —, ou vice-versa — o ato de votar no Brasil não se configura como uma prática voluntária. Nesse sentido, para compreender melhor essas diferenças entre os termos, é importante entender também o conceito de cidadania.

Embora seja um termo complexo, rodeado por dilemas conceituais e dinâmico no tempo e no espaço, de forma genérica, a cidadania envolve as relações entre indivíduos e a comunidade onde vivem na busca pelo bem-estar coletivo (PINSKY; PINSKY, 2016; MILLS; WAITE, 2017). Desde a ascensão da sociedade moderna e capitalista, o conceito de cidadania passou a se vincular aos deveres e aos direitos dos cidadãos, os quais são tratados de forma diferenciada conforme o tempo e o lugar a que se referem, mas, de um modo geral, tendem a estar relacionados a três conteúdos: civil (possibilitando a vida em sociedade), político (propiciando a participação no governo da sociedade) e social (garantindo participação na riqueza coletiva). Essa classificação é abordada pela clássica teoria de T. Marshall (1967), que define a cidadania como um *status* concedido àqueles que são membros completos da sociedade, que se envolvem integralmente na comunidade nos termos de igual respeito aos direitos e obrigações.

Contudo, com o passar do tempo e as novas circunstâncias de uma mutável e heterogênea sociedade, novas demandas têm fomentado novos direitos e deveres frente a mazelas sociais cada vez maiores e mais heterogêneas, sendo a sociedade cada vez mais desafiada a assumir sua parte de responsabilidade social e, assim, exercer uma cidadania ativa e plena[1] (KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ; ZALEWSKA, 2015; PUTNAM, 2006). Novas questões atreladas à cidadania ambiental, à era digital, à diversidade, à tolerância, à integridade humana, ao papel do cidadão como consumidor, dentre outras demandas constroem um quadro novo de direitos e deveres difusos, que extrapolam a divisão clássica marshalliana.

[1] Tais perspectivas convergem com a teoria do pluralismo (HAM; HILL, 1993; POLSBY, 1963), reconhecendo, entretanto, que, em situações de grande desigualdade social, o potencial de poder e de influência dos indivíduos é enfraquecido.

Com base nessas expectativas, a ampliação da cidadania nas localidades no sentido de inserir e desenvolver práticas cidadãs nos indivíduos tem sido considerada um dos maiores desafios que lideranças políticas enfrentam na atualidade (LIE; BAINES; WHEELOCK, 2009). É desafiador pelo baixo interesse dos indivíduos nas questões públicas e coletivas, derivados de vários aspectos como injustiça, corrupção, ineficiência do Estado para contemplar todas as demandas da sociedade, etc. Segundo Naves (2016), em muitos países, também por uma forte tradição cultural, a promoção da cidadania depende muito do poder do Estado para implementar políticas públicas e assegurar direitos e deveres dos cidadãos, deixando-os com comportamentos de cidadania mais passivos. Lembra a ideia de "estadania" desenvolvida por Carvalho (2016), que tem a ver com a relação clientelista do cidadão com o Estado como, segundo ele, acontece no Brasil.

Segundo Arnstein (2002), há vários meios que possibilitam o envolvimento civil nas questões coletivas, como a participação em comitês ou conselhos deliberativos, em assembleias de bairro, em audiências públicas, em movimentos sociais e em ações de parceria com o Estado. Dentre essas formas, o voluntariado tem sido apontado como uma das atividades em que noções de cidadania podem ser revigoradas (BEZJAK; KLEMENČIČ, 2014; CARBALLAL, 2009; PUTNAM, 2000; TURNER, 2001).

Tal percepção acontece devido ao fato do voluntariado ter o potencial de exercer poder sobre a ordem social de uma sociedade, tanto no atendimento de necessidades sociais, como sendo agente com potencial poder de mobilização política e instrumento que reforça a coesão social, através de princípios de empatia e de ajuda ao próximo (HUSTINX et al., 2015). Por assim ser, o voluntariado apresenta vínculo estreito com conceitos e processos-chaves para a sociedade humana, sendo um fenômeno que se relaciona com a cidadania e que tem despertado atenção pelo crescente papel econômico e social desempenhado (MUSICK; WILSON, 2008; SMITH; STEBBINS; GROTZ, 2016).

A relação do voluntariado com a cidadania já vem sendo indicada por alguns estudos. Para Flanagan et al. (1998), o voluntariado encoraja a cidadania por criar confiança em outras pessoas e em instituições públicas, o que permite o envolvimento do indivíduo com a cidadania. Youniss, Yates e Su (1997) atestam que esse tipo de trabalho reforça a crença de que a convivência social afeta positivamente uma vida social organizada, já que as pessoas passam a entender que, para existir um bom funcionamento das instituições e sistemas políticos, todos devem fazer sua parte. Putnam (2006) ressalta que membros de associações têm mais consciência política, confiança social, participação política e competência cívica

subjetiva. Rochester et al. (2010) ressaltam que os voluntários têm maior probabilidade de votar, juntar-se a partidos políticos e participar dos processos políticos. Para Musick e Wilson (2008), a atividade voluntária incentiva atitudes cívicas ao tornar as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas, ao encorajar a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada, ao possibilitar maior aprendizado sobre questões e políticas locais e ao ensinar habilidades cívicas.

Embora haja indícios como os expostos, não foram encontradas comprovações empíricas, diretas, quantitativas e localmente contextualizadas que demonstrem essa conexão entre o voluntariado e as práticas de cidadania (ver mais detalhes sobre busca a seguir no tópico 1.3), tornando-se uma lacuna de estudo. Os estudos expostos apresentam muitas vezes ilações superficiais ou conectam o voluntariado a uma ou algumas específicas práticas de cidadania, não abordando todas as esferas da teoria Marshalliana (civil, política e social), nem suas ampliações (práticas de cidadania mais difusas).

Corroborando, Smith e Stebbins (2016) também afirmam que questões envolvendo voluntariado e cidadania têm representado tendências de estudo para o campo global teórico. No Brasil, apenas se encontraram evidências mais profundas nos estudos de Amorim (2018), Ferraz (2017) e Leite (2019), os quais trazem indícios de que a atuação voluntária está relacionada de maneira positiva com o entendimento e o exercício da cidadania, embora reconheçam limitações no instrumento de mensuração da cidadania utilizado. Essa limitação específica acerca de uma escala que mensure de forma mais ampla o construto da cidadania será um dos alvos deste trabalho.

A partir da validação de uma escala mais adequada para mensurar cidadania a nível individual de análise, pode-se satisfazer algumas inquietações que rondam essa aproximação entre voluntariado e cidadania: em que medida essa relação acontece empiricamente? Será que o desempenho cidadão dos voluntários se sobressai em relação ao das pessoas que não praticam essa atividade? Será que o voluntariado fomenta igualmente desempenho cidadão em seus praticantes em todas as dimensões das práticas de cidadania? Em quais tipos de práticas de cidadania há um maior desempenho? Voluntários com motivações mais altruístas tendem a ter maior conexão com a cidadania? E o contrário: voluntários com motivações mais egoístas tendem a ter menor desempenho cidadão?

É válido salientar que há o conhecimento das várias críticas acerca do potencial da relação entre voluntariado e cidadania. Pesquisadores como Dagnino (2006) e Paoli (2002),

por realizar análises mais globais e estruturais, alertam para a forma como o voluntariado pode ser utilizado para impactar uma real cidadania. Apesar de serem favoráveis ao envolvimento de diversos atores sociais nos assuntos coletivos e reconhecerem a importância desse envolvimento no histórico de formação das políticas sociais no Brasil, as autoras alertam para a necessidade de atenção e controle na forma e no intuito de como estes indivíduos e organizações do terceiro setor podem ser utilizados para gerar cidadania, sem que haja sobreposição de papéis, interesses e abusos para resolver questões públicas e coletivas, os quais podem inclusive gerar uma "desnecessidade do público" e do Estado, consequentemente (OLIVEIRA, 1999 *apud* PAOLI, 2002).

Oura preocupação é o uso do voluntariado para atender principalmente necessidades privadas dos diretores das ONGs e não de uma coletividade, se afastando do conceito de cidadania. Apesar de ser um fato que pode acontecer, assim como casos inerentes à ação humana como os de corrupção e comportamentos antiéticos nas atividades produtivas, não é possível generalizar tal direcionamento, afinal as organizações e projetos pelos quais os voluntários estão atrelados necessitam de ética, de responsabilidade, de credibilidade e de confiança não apenas pelo atrativo à arrecadação de doações necessárias a sua sustentabilidade, mas para não perder a sua própria essência de existência (JEAVONS, 2010).

A confiança é uma das explicações para o surgimento e manutenção de muitas OSC do Terceiro Setor, conforme a teoria de Hansmann (1980), já que existem demandas em que essas organizações são mais confiáveis para executar atividades, dada a assimetria de informações, a qualidade de produção e a ausência de retorno financeiro.

O comportamento abusivo ou antiético de alguns não pode apagar os benefícios que esse setor já sinaliza: segundo o IBGE (2012) e o IPEA (2018), o terceiro setor apresenta um papel social e econômico significativo para o Brasil. Estudos como os de Bandeira e Barbedo (2014) também trazem indícios que países com maiores níveis de voluntariado apresentam altos níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, com responsabilidade e sem fugir da intenção coletiva e pública, acredita-se que há muito o que aprender ao reunir as diferentes manifestações de envolvimento do terceiro setor nos serviços públicos (PESTOFF; OSBORNE; BRANDSEN, 2006).

Inclusive, vários tipos de projetos políticos apostam na participação da sociedade civil e do voluntariado para a construção da cidadania. Segundo Musick e Wilson (2008), mesmo com a expansão do Estado de Bem-Estar em algumas nações, e, assim, a consequente responsabilização do Estado frente às demandas sociais no século XX, não tornou os

voluntários redundantes ou desnecessários. Pelo contrário, tanto os políticos com orientações políticas da direita como os da esquerda são defensores do voluntariado, utilizando-os, contudo, para objetivos diferenciados.

Os primeiros, diante das crises econômicas e da necessidade de redução dos gastos do governo, sugerem a promoção da autossuficiência e da iniciativa individual. Já para os segundos, o apoio ao voluntariado veio principalmente na forma do encorajamento da participação cívica de base, da descentralização do poder e de maior autodeterminação, especialmente para os menos favorecidos na sociedade (MUSICK; WILSON, 2008).

Logo, por se tratar de um fenômeno em crescimento em todo o mundo com significativo papel econômico e social, as influências e contribuições geradas pelo voluntariado precisam ser compreendidas para melhorar sua atuação e promoção.

Sem pretensões de ilustrá-lo como um herói ou único agente solucionador da cidadania nas localidades, mas como uma atividade em expansão com significativo potencial de intervenção na sociedade, esta proposta crê no potencial individual das pessoas, que, unidas e principalmente organizadas, podem formar redes capazes de modificar ou influenciar positivamente as comunidades e a realidade ao redor.

Não existe coletivo ou cidadania sem os cidadãos. É como acredita Putnam (2006) que, parafraseando Maquiavel, atrela o fracasso ou sucesso das instituições livres ao caráter dos cidadãos, isto é, à sua virtude cívica. Para o autor, as associações cívicas reforçam os "hábitos do coração" – de cooperação, solidariedade e espírito cívico, que são essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes. Se essa relação está ocorrendo e proporcionando práticas ativas de cidadania, é preciso demonstrá-la e mensurá-la para apoiar estrategicamente a gestão e as ações públicas e privadas de intervenção e mudança da realidade, voltadas para a geração de cidadania.

Com a variedade de opções de análise para relacionar voluntariado e cidadania e pensando na operacionalização da mensuração dos construtos e no apoio posterior na gestão dos voluntários com o fim da cidadania, opta-se por analisar a relação do voluntariado implicando em cidadania a partir de uma abordagem quantitativa, dando continuidade à linha de estudos do grupo ao qual a pesquisadora está vinculada – o GETS (Grupo de Estudos do Terceiro Setor), de que já derivaram três dissertações (FERRAZ, 2017; AMORIM, 2018; LEITE, 2019).

A análise do sentido contrário (cidadania conduzindo o voluntariado) também é uma discussão pertinente e pode ser alvo de estudos, mas devido às escolhas teóricas e

metodológicas, não será possível ser efetivado.

Também opta-se por analisar o voluntariado a partir das suas motivações, já que a explicação para qualquer tipo de comportamento humano parece estar relacionada às suas intenções, razões ou motivos (MUSICK; WILSON, 2008). Se o voluntariado realmente fomenta cidadania, é preciso entender quais motivações agem sobre os praticantes para percorrer esse rumo de ação voltado para a coletividade. Afinal, conforme Conover, Leonard e Searing (1993, p.161) "para classificar alguém como um bom cidadão, boa pessoa, você deve olhar para seus motivos".

Sobre a motivação para o trabalho voluntário, estudos indicam que esta pode estar vinculada a aspectos como: altruísmo, religiosidade, sentimento de justiça ou de culpa, obrigação, responsabilidade, necessidade de aprendizado ou até mesmo objetivos mais individualizados como satisfação própria ou autodesenvolvimento, revelando, assim, uma dimensão egoísta (MCCURLEY; LYNCH, 1998; MOSTYN, 1983; WILSON, 2000).

Para Cavalcante (2016), são cinco os perfis motivacionais do trabalho voluntário: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizado e egoístas. Diante dos diversos perfis motivacionais, observam-se desde aqueles mais voltados para a satisfação individual (os mais alinhados ao fator egoísta) até outros mais voltados ao próximo e ao coletivo (os mais associados ao perfil altruísta). Desse modo, tem-se que quanto mais próximos às motivações altruístas, mais os voluntários estão preocupados com questões mais coletivas e, consequentemente, mais propensos estarão de executarem práticas voltadas para a cidadania. Essa é uma premissa a ser confirmada por este estudo.

Com base nessas inquietações e focando os temas de cidadania, voluntariado e motivação, este trabalho pretende realizar uma pesquisa quali-quantitativa acerca da relação entre essas temáticas que apoie a gestão do trabalho voluntário para promover práticas de cidadania. Portanto, envereda-se seguindo um viés funcionalista, de modo a apresentar relações quantitativas e instrumento para mensuração da cidadania ainda não encontrado na literatura a fim de confirmar (ou refutar) a conexão empírica entre voluntariado e cidadania e solucionar a seguinte problemática perseguida por este trabalho: **quais as relações entre a atividade voluntária e as práticas de cidadania, à luz da motivação inerente?**

1.2 Os objetivos da pesquisa

Com base na problemática exposta, este trabalho tem como objetivo geral **compreender as relações entre a atividade voluntária e as práticas de cidadania, à luz da motivação inerente.** Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Desenvolver uma escala válida para mensurar práticas de cidadania a partir das ações dos indivíduos em prol do bem-estar da coletividade;
b) Identificar as diferenças entre as práticas de cidadania desenvolvidas por voluntários e não voluntários;
c) Analisar as relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania a partir da modelagem de equações estruturais (MEE).

A construção de uma escala de mensuração das práticas de cidadania (objetivo específico 1) será necessária para identificar as diferenças de desempenho cidadão entre voluntários e não voluntários (objetivo específico 2) e assim confirmar a premissa de que o voluntariado fomenta cidadania em seus praticantes.

Acredita-se ainda que essa diferenciação pode ser explicada pelas motivações para o trabalho voluntário e, portanto, tem-se o objetivo específico 3, que visa analisar as relações entre motivação e as práticas de cidadania a partir da modelagem de equações estruturais.

Definidos os objetivos da pesquisa, segue para a apresentação das justificativas para realização da tese proposta.

1.3 Justificativas da pesquisa

Apesar das bases da literatura fornecerem pressupostos teóricos que embasem a relação entre voluntariado e cidadania, conforme estudo bibliométrico exposto no Apêndice A, não há evidências de trabalhos que analisem essa relação de forma empírica e quantitativa, nem aplicada ao contexto nacional (Brasil), como se pretende neste trabalho.

Também não foi encontrada nenhuma escala de mensuração de cidadania que pudesse ser aplicada a nível individual de análise da cidadania, nem de forma ampla (contemplando as esferas civil, política, social e difusa do conceito de cidadania), nem contextualizada no Brasil.

Em uma observação mais apurada dos trabalhos listados no estudo bibliométrico, observou-se que há a existência de muitas ilações conceituais superficiais entre voluntariado e cidadania ou conexões do voluntariado a uma ou algumas específicas práticas de cidadania, não abordando todas as esferas da teoria Marshalliana (civil, política e social) nem ampliações (práticas mais difusas).

Desse modo, observou-se que existem escalas e medidas envolvendo questões específicas e diferentes da cidadania proposta por esta pesquisa, como cidadania organizacional, cidadania global, educação para a cidadania, cidadania virtual, competências para a cidadania e políticas de migração. Essas não se alinham ao objetivo aqui proposto, com foco de análise da cidadania mais micro e individualizada, voltada para o conceito da cidadania de forma mais abrangente. Contudo, na busca, foram encontradas pesquisas que serviram de apoio para a base teórica deste trabalho, assim como a construção dos itens da escala de práticas de cidadania aqui desenvolvida, como os trabalhos de Holford (2008), Hoskins e Mascherini (2009), Kansu e Öksüz (2014), Ledet (2016), O'Connell, Clayton e Rowe (2017), Poropat e Jones (2009) e Ruedin (2015).

A revisão da literatura exposta traz indícios da lacuna de estudos que investiguem a conexão entre voluntariado e cidadania, fundamentando a relevância teórica da tese. Tratam-se de temáticas referentes a problemas complexos que estão em pauta nas atuais discussões acadêmicas, políticas e sociais no Brasil e no mundo, mas que ainda apresentam muitas incógnitas em relação à definição dos construtos e às formas de análise e aplicação, tanto em relação ao voluntariado (atrelado ao terceiro setor) como à cidadania.

Especificamente sobre voluntariado, Fernandes (1994), Salamon e Anheier (1998) e Smith, Stebbins e Grotz (2016) alertam sobre as dificuldades relacionadas ao acesso aos dados, à informalidade inerente, à confusão conceitual e à pouca quantidade e qualidade de referências e estudos, principalmente em nível local, mesmo com o crescimento do fenômeno.

Nesse sentido, a tese tanto traça uma delimitação dos conceitos de voluntariado utilizados no país em sua fundamentação teórica, resgatando leis, artigos e publicações atuais que tratam da definição do conceito do voluntariado e do Terceiro Setor no Brasil e no mundo, como traz dados que caracterizam o voluntariado a nível local, evidenciando características desse trabalhador nas amostras levantadas.

Com relação ao construto da cidadania, Lie, Baines e Wheelock (2009), Mills e Waite (2017) e Pinsky e Pinsky (2016) relatam dificuldades acerca da obtenção de consenso

conceitual, por se tratar de um conceito histórico-cultural, que se modifica conforme o passar do tempo e a localização geográfica.

Ser cidadão na atualidade envolve aspectos diferentes dos existentes séculos atrás, assim como a definição de cidadania no contexto brasileiro é diferente do europeu. Cada nação determina de modo diferente o tipo e a comunidade política que quer. Ademais, o construto da cidadania é multidimensional, podendo ser abordado de várias formas e por vários agentes de análise.

Como a proposta desta pesquisa é focada no Brasil, há uma preocupação em delimitar uma definição de cidadania adequada à realidade brasileira, sem desconsiderar orientações globais. Assim, há um esforço inédito de construção de uma escala que mensure cidadania baseado no conceito amplo amparado na teoria marshalliana e suas ampliações, atualizando o conceito em conformidade à perspectiva individual e à realidade atual e brasileira, fundamentado em percepções de especialistas do tema.

No que tange à relevância prática, cabe demonstrar que tanto o voluntariado como o Terceiro Setor a que está vinculado são fenômenos sociais em expansão. Aqui no Brasil, esse segmento econômico tem apresentado um crescimento contínuo, principalmente após os anos de 1970 (CAVALCANTE, 2016; COELHO, 2000; FERNANDES, 1994).

Segundo o IBGE (2004), entre o período de 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) cresceu 157%. Para o IPEA (2018), desde 2016, existem 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) mapeadas no país, atuando em vários segmentos de atuação (saúde, educação, religião, assistência social, cultura etc.). O voluntariado inerente às OSCs é apontado pelo IBGE (2012) como fator de explicação para o funcionamento destas, caracterizadas por serem, em sua maioria (72,2%) pequenas e sem empregados formalizados.

Segundo os dados do IPEA (2018), com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ampliada, 83% das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego; outras 7% delas têm até dois vínculos de trabalho, totalizando 90% de OSCs que possuem até dois vínculos. Assim, nesse contexto, é possível presumir que o universo das OSCs é massivamente formado por micro-organizações, e que, mesmo considerando ser desconhecido o número de trabalhadores voluntários, estes aparentam ser a justificativa para o funcionamento desse setor (IBGE, 2012; IPEA, 2018).

Em relação aos dados referentes ao trabalho voluntário, apesar da dificuldade enfrentada diante da informalidade, volatidade e eventualidade inerente, em 2018, o IBGE

(2019a) estimou em 7,2 milhões o número de pessoas que realizaram trabalho voluntário, correspondente a 4,3% da população de 14 anos de idade ou mais. Em relação a 2016, houve um aumento de 10,3% no contingente de pessoas que realizaram trabalho voluntário (IBGE, 2019a).

Outrossim, países como o Brasil e o Reino Unido já apostam concretamente nessa conexão entre voluntariado e cidadania. No caso brasileiro, nos últimos anos há o surgimento de programas específicos com o objetivo de incentivar as ações de voluntariado e o desenvolvimento da cidadania, como o Programa Nacional de Voluntariado – Viva Voluntário (PORTAL BRASIL, 2017) e o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado - Pátria Voluntária (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). Este último foca na ideia de utilizar espaços físicos públicos para o desenvolvimento de ações solidárias que estimulem a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O Reino Unido, por sua vez, tem apostado no potencial da experiência voluntária para educar e desenvolver cidadania em jovens. Em 2011, o país lançou o National Citizen Service (NCS), um programa de cidadania juvenil financiado pelo Estado que está fundamentalmente reformulando a paisagem do trabalho juvenil e da política juvenil. A ONU também confirma o potencial do voluntariado no fomento da cidadania, percebido como uma forma poderosa de envolver pessoas para fazer frente de progresso em todo o mundo (ONU, 2017).

Nesse cenário de expansão crescente e de incentivo, pode-se afirmar que esta pesquisa, ao compreender relações entre voluntariado e cidadania poderá oferecer subsídios tanto para o Estado como para as organizações, projetos sociais e iniciativas da sociedade civil com fins sociais ou que utilizem o trabalho voluntário para promover bem-estar à comunidade.

O Estado poderá ter uma melhor compreensão a respeito da utilidade pública do voluntariado na promoção da cidadania, podendo identificar, por meio da escala desenvolvida, tipos de trabalho ou áreas de atuação nas quais a cidadania esteja sendo promovida pelo voluntariado e, assim, auxiliar estrategicamente gestores a moldar políticas e práticas públicas, assim como encaminhar ações de financiamento para promovê-las ou ajudar a medir outros resultados almejados sobre cidadania.

Já as OSCs poderão aprimorar a gestão e o desempenho cidadão a partir do entendimento sobre as motivações dos voluntários que nelas atuam. Compreende-se que a cidadania é um fim a ser alcançado pelas gestões com foco social e, por assim ser, o desempenho frente a esse aspecto precisa ser mensurado, avaliado e controlado para possibilitar eficácia tanto para entidades sem e com fins lucrativos (aquelas que têm

preocupações sociais e utilizam o trabalho voluntário para este fim), como para o Estado (os que encaram as Organizações da Sociedade Civil de base voluntária como parceiros na prestação de serviços públicos).

Logo, se há realmente uma relação positiva entre cidadania e voluntariado, é possível expandir a influência política das instituições e ações do terceiro setor, além de melhorar a legitimidade dessas ações aos olhos dos cidadãos, da comunidade empresarial e do governo.

Outra relevância dos resultados deste trabalho está o de fundamentar o apoio e o incentivo da atividade voluntária. Segundo o IBOPE - Inteligência (2012), apesar do crescimento do fenômeno no Brasil, os voluntários representavam apenas 18% da população. Em 2014, conforme Datafolha (2014), 28% da população alegam ter praticado ações voluntárias, mas apenas 11% estavam atuando no momento da pesquisa. Esses percentuais demonstram que o Brasil está abaixo da média mundial de 37%.

Os números apresentados convergem com a observação de Avritzer (2010) e Carvalho (2016), que alertam para o baixo potencial de participação social no Brasil. Para ajudar a transformar esse cenário, demanda-se o desenvolvimento das relações entre sociedade civil e cidadania em âmbito nacional (DAGNINO, 2004a).

Também é importante frisar que, em virtude do seu potencial de crescimento e do papel econômico-social desempenhado, é necessário melhorar a compreensão do voluntariado para apoiar a sua atuação e a gestão das organizações que o promovem. Tais organizações são desafiadas diariamente com dilemas específicos ao trabalho voluntário, que, pela sua própria natureza, tende a enfrentar dificuldades diferenciadas do trabalho remunerado, como, por exemplo, problemas relacionados à alta rotatividade de pessoal, recrutamento, compromisso, dentre outros, diante da informalidade, flexibilidade e alta volatidade inerente (FERNANDES, 1994; ANHEIER, 2005; CAVALCANTE, 2016; AMORIM, 2018). Assim, os estudos sobre a motivação do voluntário podem apoiar a gestão desse tipo de trabalho para o fim da cidadania, confirmando que tipos de perfil motivacional têm maior desempenho cidadão.

1.4 Estruturação da tese

Além desta parte introdutória (Capítulo I), a presente pesquisa de tese contempla uma revisão teórica (capítulos 2, 3 e 4), os procedimentos metodológicos adotados (capítulo 5), a apresentação e análise de resultados (capítulos 6, 7 e 8), as considerações finais (capítulo 8) e por fim, as referências, os apêndices e os anexos.

A revisão teórica abrange três capítulos, os quais contemplam a abordagem conceitual acerca dos temas escolhidos: voluntariado e cidadania. Nesse sentido, no capítulo 2, são apresentadas as noções gerais e conceitos chaves envoltos ao primeiro construto: o voluntariado e o Terceiro Setor ao qual está vinculado. Também são apresentadas as discussões teóricas relacionadas à motivação para o trabalho voluntário e a apresentação do modelo de Cavalcante (2016), que será usado por este estudo para mensurar o voluntariado e relacioná-lo com cidadania.

No capítulo 3, são apresentadas as discussões sobre o segundo conceito-chave deste trabalho – a cidadania, consistindo tanto em noções gerais que envolvem a construção do tema como a teoria de Marshall e suas ampliações, de acordo com as transformações da sociedade. Também são retratados os direcionamentos e encaminhamentos realizados em torno das práticas de cidadania, as quais servirão para operacionalização da pesquisa. E fechando a revisão teórica tem-se o Capítulo 4, no qual são discutidas as relações teóricas entre voluntariado e cidadania, assim como as hipóteses de pesquisa perseguidas.

O capítulo 5 contempla as diretrizes metodológicas que norteiam a pesquisa, sendo assim descritos a caracterização da pesquisa, do contexto e sujeitos de pesquisa, os procedimentos utilizados para concretização dos objetivos e os mecanismos detalhados para a coleta e análise dos dados.

Os resultados são apresentados e analisados nos capítulos 6, 7 e 8. O capítulo 6 aborda o desenvolvimento e a validação da escala de mensuração de práticas de cidadania, que, ao final do processo de validação, abrangeu quatro dimensões de práticas de cidadania: civil, política, social e ambiental. Com esta escala validada, foi possível analisar diferenças no desempenho cidadão de voluntários e não voluntários (capítulo 8), em que os resultados apontam sobreposição do primeiro grupo em relação ao segundo no que tange às práticas de cidadania em todas as esferas analisadas (civil, política, social e ambiental). E diante deste resultado, realizou-se a modelagem das motivações para o trabalho voluntário com as práticas de cidadania (capítulo 9), com voluntários religiosos. De forma geral, as motivações de justiça social e altruístas foram as que mais se relacionaram com as práticas de cidadania.

Por fim, são apresentadas as considerações finais (capítulo 9), com a apresentação das principais conclusões de pesquisa alcançadas, limitações e proposta de trabalhos futuros, seguidos das referências, apêndices e anexos.

2 O VOLUNTARIADO

Inicia-se a fundamentação teórica com a exposição dos conceitos-chaves envoltos no construto principal deste trabalho de tese: o voluntariado. Esse é um tipo de trabalhador atrelado às OSC, pertencentes ao Terceiro Setor, que tem acompanhado a humanidade no transcorrer do tempo, expandindo-se quanti e qualitativamente conforme o aumento populacional e frente ao crescimento da marginalização, da pobreza e outras tantas mazelas sociais, econômicas e ambientais presentes no mundo contemporâneo.

Apesar de popular, os conceitos que envolvem sua definição e sua atuação são zonas de debate acadêmico e gerencial muitas vezes sem consenso conceitual e será retratado por este capítulo. É preciso compreender as definições acerca do voluntariado para poder relacioná-lo com o segundo construto-chave desta pesquisa – a cidadania.

Nesse sentido, este capítulo tratará das noções principais que fundamentam o voluntariado e o Terceiro Setor ao qual está vinculado, com o objetivo de fundamentar a conexão com o construto cidadania *a posteriori*. Também são apresentadas as discussões teóricas relacionadas à motivação para o trabalho voluntário e à apresentação do modelo de Cavalcante (2016), que será usado por este estudo para mensurar o voluntariado e relacioná-lo com a cidadania.

2.1 Conceitos-chaves acerca do trabalho voluntário e do Terceiro Setor

O voluntariado é um fenômeno social que tem despertado a atenção de acadêmicos, políticos e da sociedade civil por seu crescimento exponencial, principalmente após os anos de 1990 (COELHO, 2000; IBGE, 2004). Tal ascensão impacta não apenas em aspectos sociais, advindos da prestação de serviços públicos à comunidade, mas também pelo crescimento econômico propiciado, principalmente atrelado a formatos organizacionais mais complexos e coletivos, envolvendo a sociedade civil nos interesses da coletividade. Mesmo caracterizado por não ser um trabalho pago, é base de funcionamento do Terceiro Setor, o qual gera recursos, renda, forma mercados específicos, influencia a legislação e absorve problemáticas de interesse e de poder (FERNANDES, 1994).

Apesar de se tratar de um termo bastante usado no vocabulário popular, inserido no cotidiano das pessoas e parecer ser uma atividade característica de nossa espécie como seres sociais, o voluntariado é envolto por discussões e limites conceituais que muitas vezes se faz

confundir com outros termos próximos, mas distintos, como ativismo social, doador, solidariedade, cuidado e carinho, por exemplo.

Segundo Hustinx, Cnaan e Handy (2010), por vezes é mais fácil dizer o que não é voluntário: não é biologicamente essencial, não é trabalho pago nem forçado, não é escravidão, não é trabalho de cuidador de parentes (embora em alguns países seja assim considerado), nem ajuda espontânea ou o simples fato de ser doador. Também não é trabalho doméstico nem atividade de lazer.

Essa falta de consenso conceitual inclusive inviabiliza a coleta de dados e pesquisa sobre os voluntários, principalmente estudos comparativos entre diferentes países, já que cada um utiliza definições diferenciadas (SALAMON; SOKOLOWSKI, 2016).

Desse modo, dependendo do lugar ou do campo científico enfocado, esses conceitos são compostos de elementos que tanto os distinguem quanto os fundem e os conectam, tanto do ponto de vista científico como do senso comum (MUSICK; WILSON, 2008). Por exemplo, economistas mais generalistas definem o trabalho voluntário apenas como "trabalho produtivo não remunerado". Já a ONU (2001) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) conceituam o voluntariado a partir de três critérios: (1) atividade sem ganho financeiro; (2) realizada por livre-arbítrio; (3) que acarreta benefícios a terceiros (fora de sua própria casa e família), contribuindo para a uma sociedade mais coesa, através da construção da confiança e da reciprocidade entre as pessoas.

Smith e Puyvelde (2016) complementam a definição afirmando que, além de ser um esforço não compulsório baseado na vontade livre e de não ser remunerado financeiramente, o voluntariado é dirigido por um indivíduo em relação a outra(s) pessoa(s) em situações fora de sua família ou família próxima, que se destina a ser benéfico para este outro ou seu contexto (grupo(s), organização(ões), comunidade local, sociedade maior e ecossistema).

Nota-se que por esse trabalho não ser remunerado, para muitos, pode ser entendido como sem valor, mas é intencionalmente produtivo, devendo suscitar resultados: os voluntários pretendem gerar algo de valor tanto para si próprio como para outros indivíduos, incluindo seu grupo ou comunidade, se não uma combinação destes (SMITH; PUYVELDE, 2016).

No Brasil, há uma legislação específica — a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 —, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. De acordo com ela, o serviço voluntário é definido como uma "atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos que

tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa" (BRASIL, 1998).

Essa definição abrange tanto o voluntariado formal como o informal, o qual não está necessariamente vinculado legalmente a alguma organização. Em ambos os casos, tal atividade também não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim, mas é orientada a ser exercida mediante a celebração de termo de adesão, devendo constar o objeto e as condições de seu exercício (no caso do voluntariado formal).

Solomon e Sokolowski (2016), na tentativa de atualizar o conceito condizente a diferentes realidades em todo o mundo, ampliam um pouco mais esse conceito de voluntário e afirmam que esse agente não precisa necessariamente estar vinculado a alguma organização, e pode realizar o trabalho voluntário individual e informalmente. Mas, segundo os autores, para ser considerado voluntário, o agente deve: produzir benefícios para os outros e não apenas, ou principalmente, para a pessoa que o executa; não pode ser remunerado; o trabalho não pode ser casual ou episódico; a atividade não tem como objetivo beneficiar membros de uma família, familiares próximos ou familiares (como parentes, irmãos, irmãs, pais, avós e respectivos filhos) e a atividade não deve ser compulsória.

Com os parâmetros evidenciados pelos autores supracitados, a ação humana dentro do escopo do Terceiro Setor é bastante ampla e inclui todo o trabalho não compensado realizado diretamente para pessoas fora da família próxima ou através de uma organização do Terceiro Setor para: (a) melhorar a comunidade; (b) organizar eventos públicos, culturais ou religiosos; (c) promover a saúde pública, segurança ou educação; (d) prestar socorro ou preparação de emergência; (e) limpar o ambiente ou resgatar animais; (f) ajudar uma pessoa necessitada com comida, assistência ou companheirismo; (g) participar ou organizar manifestações ou ações de *advocacy*; (h) trabalho *pro bono* descompensado realizado em uma capacidade profissional (por exemplo, aconselhamento legal ou emocional, revisão de artigos científicos para publicação, arbitragem etc.).

Os autores ainda indicam que essa definição de voluntário não inclui todas as formas de serviço público legalmente obrigatório, como o serviço militar obrigatório ou serviço comunitário ordenado pelo tribunal, por exemplo, os quais, por sua vez, são ações de cidadania. Também não inclui atividades que são exigidas para cumprir requisitos pré-estabelecidos em organizações (por exemplo, ser voluntariado para poder se formar no ensino médio) ou atividades de treinamento cujo objetivo principal é a aquisição de habilidades

ocupacionais pela pessoa que as executa. Muito menos abrange as atividades ligadas ao crime comum (por exemplo, envolvimento de gangues criminosas ou atos de violência de rua). Concluindo, segundo Solomon e Sokolowski (2016), todas as atividades relacionadas ao emprego e às atividades domésticas (socialização, lazer etc.) estão fora de escopo de definição de voluntário, assim como a assistência técnica *pro bono* aos membros da própria casa.

Outra informação importante considerada pela Lei nº 9.608 (BRASIL, 1998), no seu art. 3º, é que o prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Essa questão do reembolso em relação às despesas materiais é um aspecto bastante debatido ao se delinear o conceito de voluntariado na literatura e há orientações de que estas não devem exceder o valor de mercado do trabalho (MUSICK; WILSON, 2008).

Formalmente no Brasil, o voluntário pode ser reembolsado, desde que previamente tenha sido autorizado pela entidade a que for prestado o serviço voluntário (BRASIL, 1998). Segundo a OIT (2011), para ser considerado voluntário dentro do escopo do Terceiro Setor, este não deve receber mais que um terço da remuneração normal para um determinado trabalho. Diante dessas recomendações, a sugestão é que esse retorno não vire uma motivação para continuar na atividade, se não deixa de ser caracterizado como trabalho voluntário e não se alinhará às intenções sociais inerentes às características das organizações pertencentes ao Terceiro Setor.

É preciso que haja atenção e cuidado com a definição desse aspecto, no sentido que as flexibilizações sobre os reembolsos financeiros ao voluntário não se configurem como formas de trabalho precário disfarçado de voluntariado, como os exemplos apontados por Guimarães et al. (2012) atrelados ao trabalho docente voluntário em uma Instituição de Ensino Superior. Em sociedades com alta desigualdade social e altas taxas de desemprego, essa forma de trabalho pode ser percebida como uma opção de renda e sustentabilidade precarizada.

Além das observações expostas, há outra discussão polêmica entre ser membro de uma organização voluntária e ser voluntário. Nesse hiato, o nível de envolvimento do indivíduo na ação social é que vai distinguir. Conforme Musick e Wilson (2008) e Cutler e Danigelis (1993), pessoas que fazem parte de uma associação voluntária, mas se envolvem no máximo com atividades administrativas devem ser vistas com ressalvas por fazerem uso dos bens gerados pelos outros membros sem efetivamente contribuir com eles. Um doador ou associado de uma ONG que não participa de fato das ações em prol da causa também não pode ser percebido como um voluntário.

A Lei nº 9.608 (BRASIL, 1998), já mencionada nos parágrafos anteriores, é apenas umas das medidas implementadas pelo Brasil para tentar orientar o uso desse tipo de trabalho tanto pelo Terceiro Setor (sociedade civil) como também pelo primeiro (governo) e segundo setor (mercado privado) econômico.

A necessidade dessa legislação advém do crescimento do Terceiro Setor no Brasil (e no mundo), que coincidiu com a implementação do Plano de Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro empreendida em 1995, em consequência da crise fiscal-econômica e da pressão popular por serviços públicos de qualidade, que trouxe um panorama de reformas que impactaram a relação Estado, Mercado e Sociedade (PECI et al., 2008).

Conforme Bresser-Pereira e Grau (1999), as reformas foram planejadas em quatro processos interdependentes: (1) a redefinição das funções do Estado; (2) a redução do grau de interferência do Estado; (3) o aumento da governança do Estado e; (4) o aumento da governabilidade. Sem a pretensão de avaliar como essas propostas de reformas se efetivaram na prática e no tempo, reconhece-se, contudo, que estimularam o crescimento do Terceiro Setor e a expansão do voluntariado no país. Foram criadas oportunidades formais e legais para as organizações do Terceiro Setor prestarem serviços de interesse público em parceria com o Estado.

Nesse contexto, surge a figura jurídica da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificação dada às organizações do Terceiro Setor para que estas possam receber recursos públicos por meio de termo de parceria (Lei nº 9.790/99), sem a necessidade de seguir a legislação de licitações (Lei nº 8.666/93). Viabiliza assim uma nova estratégia de cooperação do Estado com o Terceiro Setor na execução de políticas públicas. Segundo Bresser-Pereira e Grau (1999), tratam-se de formas complementares de controle social representativo clássico e implicam em novos espaços abertos à sociedade para participação destes na satisfação de necessidades coletivas enquanto produção de bens públicos, configurando-se na construção da cidadania em sua dimensão material, econômica e política.

Outros instrumentos têm sido implementados no decorrer do tempo, como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, criado pela Lei nº 13.019/2014 (BRASIL, 2014, 2016) que altera as Leis nº 8.429/1992 e 9.790/1999. O MROSC estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Além disso, define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil e

institui o termo de colaboração e o termo de fomento. Nesse sentido, as parcerias passam a conferir mais segurança jurídica a todos os envolvidos.

Sobre o Terceiro Setor, especificamente, ele coexiste entre o público e o privado empresarial e é representado pela sociedade civil[2], sendo constituído por meio privado com a finalidade de atender demandas sociais coletivas (CAVALCANTE, 2016). Compreende a zona além do Estado, mercado e do lar, na qual atuam instituições e atividades que se caracterizam como sendo não lucrativas e não governamentais[3], complexas e heterogêneas, envolvendo a participação voluntária das pessoas e que abrangem um conjunto de iniciativas particulares com sentido público e organizadas em certa medida, capazes de prestar uma variedade de serviços que respondem às necessidades coletivas que nem o Estado nem o mercado podem cumprir, conforme a Teoria dos Bens Públicos.

Segundo a Teoria dos Bens Públicos desenvolvida por Weisbrod (1977), uma das mais aceitas para explicar o surgimento do Terceiro Setor em localidades (inclusive na Paraíba, conforme CALDAS et al., 2019), as OSCs surgem para atender demandas que nem o governo (primeiro setor), nem o mercado (segundo setor) são capazes de atender.

Segundo Salamon e Anheier (1998) e Anheier (2005), o mercado falha e não consegue satisfazer por limitações na produção dos chamados “bens públicos” (caracterizado pela não exclusividade e não rivalidade), derivadas de vários fatores: assimetria de informação, confiança, externalidades, custos de transação, limitação de mercado e do sistema de voluntariado, dentre outros que incapacitam o mercado de atuar. Por sua vez, o governo também não consegue atender por uma outra série de fatores: heterogeneidade da população (em variedade e amplitude de solicitações), ineficiência, desconfiança, custo, inacessibilidade, dentre outros.

Para Salamon e Anheier (1998), o Terceiro setor se constitui como uma grande força econômica, responsável por quantidades significativas de emprego tanto pagos como não remunerados, além de apresentar despesas operacionais consideráveis.

Em termos de atuação, há uma diversidade de formatos e denominações organizacionais que podem atuar no Terceiro Setor: formas tradicionais de ajuda mútua

---

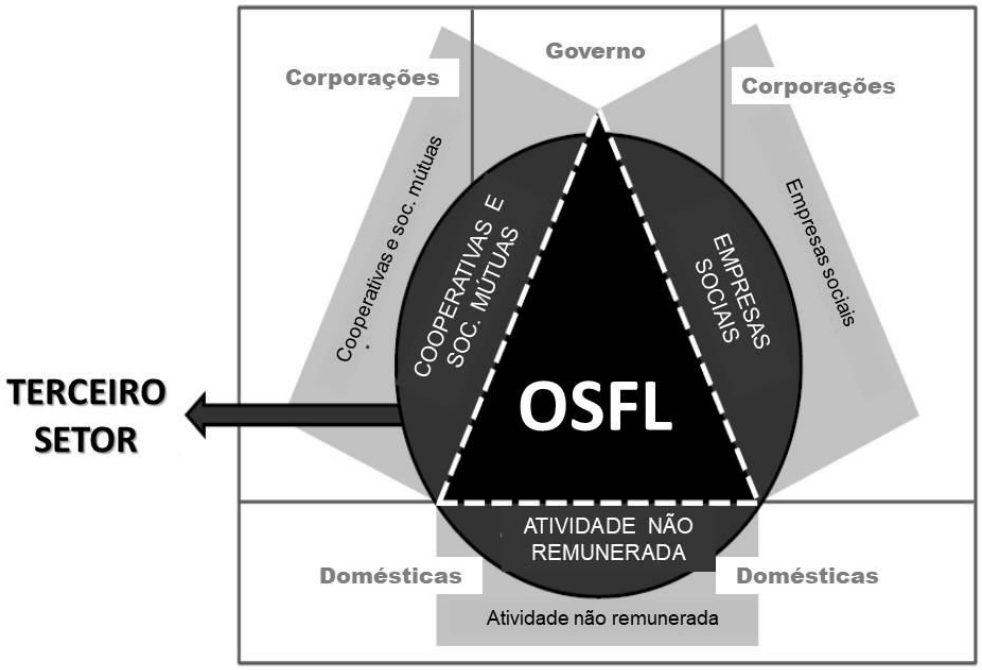
[2] Sociedade Civil: conjunto de instituições, organizações e indivíduos localizado entre a família, o estado e o mercado em que as pessoas se associam voluntariamente para promover os interesses comuns (ANHEIER, 2004, p. 20 *apud* HOSKINS; MASCHERINI, 2008).

[3] Não governamental no sentido de ser ator distinto do primeiro setor representado pelo Estado, mas, em que pesem as discussões acadêmicas em torno desta característica, os componentes do terceiro setor também são considerados atores políticos, que negociam e interagem a todo momento com os demais setores em prol de direitos e bem-estar do coletivo social. É por essa última característica que se acredita nesta pesquisa que este pode atuar como agente de fomento da cidadania.

(individuais e coletivas, formais e informais), movimentos sociais, associações civis, fundações, ONGs, OSCIPs, organizações sociais (OS), OSC, entre outros (FERNANDES, 1994; BRASIL, 2016).

Segundo Solomon e Sokolowski (2016), para ser considerada pertencente ao Terceiro Setor, as entidades apresentam quatro características particulares: (1) serem organizações, formais ou informais; (2) privadas, ou sejam, devem ser institucionalmente separadas ou não controladas pelo governo; (3) serem autogovernadas, tendo autonomia para controlar suas próprias atividades sem estar sob o controle efetivo de qualquer outra entidade, privada ou governamental; (4) terem a participação na organização livre de compulsão ou coerção, ou seja, deve envolver um grau significativo de escolha e; (5) terem limitação total ou significativa da distribuição de lucros a investidores, membros ou outras partes interessadas. Tal definição inclui tanto as organizações sem fins lucrativos (OSFL) como também algumas cooperativas, sociedades mútuas, empresas sociais que são registradas como instituições sem fins lucrativos, assim como entidades informais e agentes individuais (ver Figura 1).

Figura 1 – O Terceiro Setor



Fonte: Solomon e Sokolowski (2016)

Neste trabalho, as configurações mais coletivas serão referenciadas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que se referem às entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja,

que desenvolvem ações de interesse público e não têm o lucro como objetivo e atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras (BRASIL/MROSC, 2016).

Dentre as formas de OSCs que têm mais se desenvolvido na América Latina e refletido a imagem do Terceiro Setor destacam-se as ONGs – Organizações Não Governamentais (FERNANDES, 1994). Caracterizadas por serem instituições propriamente privadas, sem fins lucrativos, dedicadas a trabalhar em projetos e programas sociais sem fazer parte do aparato do Estado, são consideradas como atores autônomos de grandeza na dinâmica política e na oferta de diversos tipos de serviços públicos. No caso das ONGs, eventuais lucros devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo sua distribuição entre os membros (FERNANDES,1994).

Tratando-se do funcionamento das ONGs, segundo Alves (2002) e Salamon e Anheier (1998), estas são percebidas como opções ágeis e próximas das demandas e do público a ser atendido, além de terem potencial de mobilização política, maior capacidade de desenvolver competências, estruturas e experiências distintas dos governos, além de desempenharem um papel significativo ao levar questões e temas à agenda política e assegurar discussão pública.

Os governos têm percebido essas características e incentivado a parceria com ONGs e outras OSCs no Brasil, principalmente a partir de financiamento e participação na execução de políticas públicas. Segundo o MROSC de 2014 (BRASIL, 2016), do ponto de vista da incidência no ciclo das politicas públicas, as OSCs tem assumido diferentes papéis, tanto na etapa de formulação da política, por meio da participação em conselhos, comissões, comitês, conferências e compartilhamento de experiências de tecnologias sociais inovadoras; quanto na sua execução, por meio de parcerias com o poder publico; além do monitoramento e avaliação, no exercício do controle social.

Segundo o IPEA (2018), quanto à transferência federal de recursos para OSCs, o valor total alcançou R$ 75 bilhões, de 2010 a 2017, especialmente saúde e educação (que receberam quase 50% do total dos recursos destinados para as OSCs nesse período). É válido salientar que houve redução (embora não linear) de 0,71% a 0,35% do orçamento federal: “os valores reais e absolutos apresentaram trajetória de crescimento até 2014, e, desde então, forte trajetória de queda” (IPEA, 2018, p.24). Em contrapartida, houve também expansão de repasses estaduais e municipais, este último com crescimento de até 500% nos valores transferidos para OSCs.

Dentre seus benefícios, as OSCs criam oportunidades para a transformação a partir do trabalho social com grupos excluídos, trazendo novas vozes à tomada de decisão sobre política social. Também contribuem na geração e disseminação de um tipo de relação social diferente, livre do *quid pro quo* do apoio político, sendo possivelmente mais universalistas (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999).

Vale salientar que as OSCs não apresentam apenas benefícios. O crescimento do tamanho, das áreas de atuação, da formalização, da profissionalização e do aumento das relações de financiamento pelo Estado tem gerado alguns problemas, erros e conflitos, como o uso indevido das OSCs para fins privados e individuais ao invés de coletivos e públicos, corrupção, uso indevido da mão de obra voluntária para reduzir custos organizacionais ou a cobrança de taxas e impostos públicos, dentre outros (MONTAÑO, 2002; MILLIGAN; FYFE, 2005). Contudo, a relação entre os setores constitui-se como um processo de aprendizagem mútua, necessário para tornar o Terceiro Setor e as OSCs cada vez mais eficientes e éticas.

Além da variedade de formatos organizacionais, o Terceiro Setor e a atividade voluntária atuam em uma variedade de áreas, como direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, religião, entre muitas outras. Diante da grande diversidade de objetivos organizacionais (muitas vezes uma organização atua em mais de um segmento) e da inexistência de dados sistemáticos e sistemas classificatórios oficiais que detalhem a contento os campos de atuação das OSCs, é difícil a classificação das OSCs de modo a reuni-las em grupos conceitualmente razoáveis e empiricamente realistas (IPEA, 2018).

Mesmo com dificuldades de registros e acesso a informações, segundo o mapeamento realizado pelo IPEA (2018), as organizações que têm como finalidade o desenvolvimento e a defesa de direitos e interesses[4] (com 339.104 ou 41,3% das OSCs) e as organizações com finalidade religiosa (com 208.325 ou 25,4% das OSCs) são os principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade. Segundo Brasil (2016, p.15), a atuação histórica numa diversidade de áreas e segmentos da sociedade revela a capacidade dessas entidades de pensar em tecnologias sociais inovadoras e a criação de formas diversas de intervenção e de envolvimento do público:

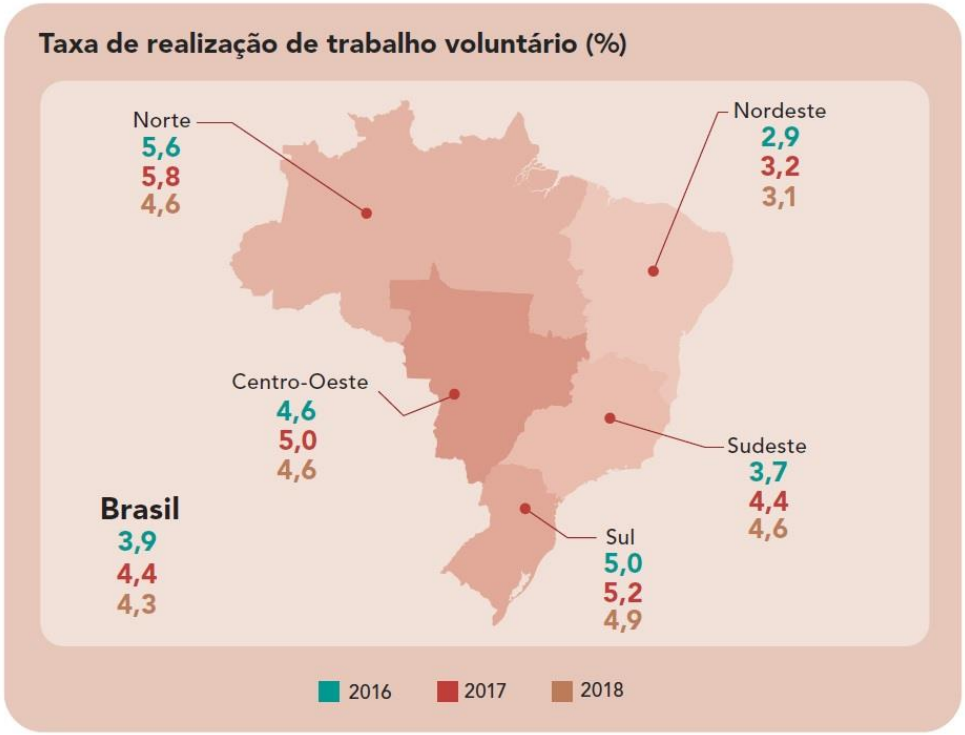
> A proximidade com a população, as ideias gestadas no bojo da sociedade e a capilaridade e porosidade territorial são características dessa atuação que evidenciam seu caráter diferenciado e privilegiado. Além disso, por meio dessas organizações

[4] Esse é um segmento bastante heterogêneo, abrangendo OSCs que não se encaixam nas demais classificações.

> são representadas diferentes identidades, visões de mundo e interesses, expressões singulares que compõem nosso País, permitindo o necessário reconhecimento a diferentes perspectivas sociais e trazendo à luz aqueles tidos como invisíveis.

Se a classificação e identificação das OSCs já é uma tarefa difícil para os órgãos de pesquisa, os dados sobre o trabalho voluntário são bem mais, principalmente pela informalidade, volatidade e eventualidade inerente. O IBGE tem feito um esforço de adicionar informações desse tipo de trabalho na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) desde 2016, no que tange a outras formas de trabalho. Mesmo com informações ainda muito condensadas, já é possível ter noções de órgãos de pesquisas confiáveis sobre o voluntariado no país. A figura 2 ilustra a taxa de realização de trabalho voluntário no Brasil, conforme os dados do IBGE (2019a):

Figura 2 – Taxa de Realização de Trabalho Voluntário no Brasil, nos anos 2016, 2017 e 2018.



Fonte: IBGE (2019)

Observa-se na Figura 2 que a taxa de voluntariado sofreu uma leve queda entre 2017 e 2018, mas este último ano ainda teve taxa maior que em 2016 (10,3%). O Nordeste, especificamente, apresentou a menor taxa de voluntários (3,2 em 2017 e 3,1 em 2018) dentre as regiões brasileiras. Em contrapartida, é a segunda região com maior número de OSCs identificadas pelo IPEA (2018), com 25% destas e perdendo apenas para a região Sudeste

(com 40% no ranking).

O perfil encontrado mostra que a taxa de realização de trabalho voluntário foi maior entre as mulheres (5,0% frente a 3,4% dos homens), entre as pessoas ocupadas (4,6% dos ocupados versus 3,9% dos não ocupados), entre pessoas com mais de 50 anos de idade (5,0%) e, quanto maior o nível, maior é a taxa de realização (8,0 entre pessoas com superior completo). E a respeito da intensidade do trabalho voluntário, a média de horas despendidas em tais atividades em 2018 foi de 6,5 horas semanais

Além dos dados expostos, observa-se que o voluntário tem uma série de diferenças comparado ao trabalhador formal[5] de empresas privadas, os assalariados. Os voluntários têm carga horária menor, muitas vezes não apresentam vínculo organizacional formal, são menos influenciados pela cultura organizacional da qual fazem parte, não são motivados nem sancionados por mudanças salariais (CAVALCANTE, 2016).

As motivações, inclusive, ditam as principais diferenças entre trabalhadores pagos e voluntários e geram teorias e práticas de gestão específicas para atender a natureza da gestão do voluntariado (CNAAN; CASCIO, 1998; LIAO-TROTH, 2001; BRUDNEY; MEIJS, 2009; CAVALCANTE, 2016). Segundo Musick e Wilson (2008), as pessoas podem até se beneficiar com o trabalho, mas, no caso do voluntário, isso não pode ser a motivação para continuar na atividade.

Ademais, as motivações também influenciam no comportamento humano, inclusive as práticas de cidadania que os voluntários podem vir a desempenhar. Segundo Metzger et al. (2016), em pesquisa sobre os tipos de forças e características atribuídos a pessoas que se envolvem em diferentes tipos de atividades cívicas, o propósito [motivação] foi visto como um fator importante para realização de todas as atividades cívicas estudadas.

Nesse sentido, a motivação foi escolhida como construto pelo qual o voluntariado será relacionado com as práticas de cidadania, um dos objetivos desta tese. Entende-se que a motivação pode explicar qualquer tipo de comportamento humano, pois abrangem os fatores que conduzem as pessoas a exercerem certo curso de direção, inclusive em prol da cidadania.

Assim, acredita-se que são as motivações para o trabalho voluntário que diferenciam os voluntários dos não voluntários em termos de desempenho cidadão e quanto mais próximos de motivações altruístas, mais os voluntários estarão preocupados com questões

[5] É válido ressaltar que existem também trabalhadores pagos e com vínculo empregatício atuando no Terceiro Setor. Conforme IPEA (2018), em 2015, havia quase 3 milhões de pessoas com vínculos de emprego em OSCs, equivalente a 3% da população ocupada do país e à 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada. Segundo a mesma fonte, as OSCs de saúde e educação são as que mais empregam e apresentam o maior porte médio.

mais coletivas e, consequentemente, tendem a executarem práticas voltadas para a cidadania. A próxima seção aborda de forma mais detalhada essa premissa.

2.2 A motivação para o trabalho voluntário

A motivação é entendida como conjunto de forças internas ou externas às pessoas que estimulam o entusiasmo e a persistência para perseguir certo curso de ação (DAFT, 2010). Assim, conforme o autor, o estudo da motivação ajuda na compreensão do que impele as pessoas a agir, o que influencia sua escolha pela ação e por que elas persistem nessa ação no decorrer do tempo.

No campo da Administração, analisada numa perspectiva geral, a motivação é percebida desde os primórdios do taylorismo, e precisa ser compreendida e gerenciada (na medida do possível) em prol de proporcionar uma maior satisfação e, consequentemente, um maior comprometimento, permanência e desempenho no sentido de alcançar os fins organizacionais.

Nesse campo científico, existem várias teorias de motivação, pois se trata de um campo complexo e interdisciplinar, e nem sempre as teorias existentes dão conta de todos os elementos envolvidos no agir – não linear – dos indivíduos. Observa-se desde correntes mais tradicionais, relacionadas ao conceito de *homo economicus* (Taylor), de *homo socialis* (Mayo) ou à Teoria X e Y (McGregor), como abordagens mais contemporâneas, relacionadas aos ‘tipos de motivação’ vinculados às necessidades humanas, como as teorias de Alderfer (1972), Herzberg (2003), Macclelland (1985) e Maslow (1943).

Há também as teorias referentes ao processo de motivação, como a teoria da equidade de Adams (1963, 1965), a teoria da expectativa de Vroom (1964) e a teoria do estabelecimento de metas de Locke e Latham (2002), cuja finalidade é compreender como os indivíduos selecionam os comportamentos com os quais satisfazem suas necessidades e determinam suas escolhas. E, ainda, têm-se as teorias do reforço que focam a aprendizagem dos comportamentos de trabalho apropriados e desejados, de acordo com um sistema de recompensas e punições imediatas (DAFT, 2010).

As teorias expostas focam o trabalhador pago, que se difere do trabalhador voluntário. A motivação para o trabalhador voluntário é peculiar e não pode ser compreendida da mesma maneira como é no campo do trabalho privado e formal, principalmente no tocante às motivações.

Conforme destacam Cnaan e Cascio (1998), alguns aspectos relacionados ao sistema de recompensas, ao tempo disponibilizado (entre algumas horas por semana, eventuais no ano ou permanentes), ao vínculo simultâneo a mais de uma organização, aos processos de recrutamento (muitas vezes informal), à racionalidade substantiva[6] sobreposta à racional, dentre outros, diferenciam o trabalho voluntário do formal.

Segundo a literatura específica (MOSTYN, 1983; MCCURLEY; LYNCH, 1998; WILSON, 2000; HUSTINX, 2010; CAVALCANTE, 2016), a motivação para o trabalho voluntário é explicada por um conjunto particular de valores, dentre eles o altruísmo, o interesse individual em contribuir, a sociabilidade, a existência de razões religiosas e sentimento de culpa, de obrigação, de responsabilidade ou até mesmo de egoísmo.

Logo, as forças que estimulam o voluntariado são diferenciadas para explicar que uma pessoa doe tempo, esforço e recursos sem querer ganhos financeiros para isto. Nessa perspectiva, os pesquisadores elencados indicam que essas motivações variam entre motivações mais altruístas até mais egoístas.

Diante dessa peculiaridade, estudos sobre motivação específicos para o campo do voluntariado começaram a ser desenvolvidos e aplicados em todo o mundo. Dentre as recomendações, Wilson (2000) sugere que sejam tomados alguns cuidados com o estudo do tema, como não estudar várias instituições que fazem atividades distintas, mesmo que eminentemente voluntárias, pois podem ter naturezas distintas. Tais recomendações serão seguidas por esta pesquisa.

Sobre os estudos de motivação em voluntários, especificamente no Brasil, a pesquisa de Cavalcante (2016) – que estabeleceu o "Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário" – se destaca pela abordagem quantitativa, multidimensional e de validação no contexto nacional e apoiará esta pesquisa a alcançar seus fins e correlações sugeridas.

Para a construção do seu modelo, Cavalcante (2016) se baseou em três estudos distintos: (1) o de Mostyn (1983), que na busca do entendimento do significado das atividades voluntárias delimitou cinco fatores de motivação para o trabalho voluntário: altruísta, afetivo, amigável, ajustado e ajuizado; (2) o de Souza, Medeiros e Fernandes (2006) e Souza e

[6] Diferentemente da instrumental, a racionalidade substantiva tem como foco a emancipação do indivíduo e confere ao indivíduo a capacidade de distinguir entre o bem e mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro, para que possa ordenar a sua vida pessoal e social (GUERREIRO RAMOS, 1981; CARVALHO; SOUZA, 2003; MORAES et. al., 2000; BARRETO, 1993; SERVA, 1996). Pela natureza da atividade e dos serviços oferecidos à sociedade, as entidades do Terceiro Setor lidam com tensões e desafios diários ao tentarem cumprir com seus propósitos de existência e preservação da sua identidade, valores e crenças (elementos mais relacionados à racionalidade substantiva) e, ao mesmo tempo, se sustentarem e oferecerem eficiência, agilidade, produtividade em suas atividades e melhores serviços à população necessitada (aspectos vinculados com a racionalidade instrumental).

Carvalho (2006), que os adaptaram ao contexto nacional, escalonaram uma hierarquia de motivação para o trabalho voluntariado que, segundo eles, varia do nível mais alto (altruísta, com características mais coletivistas/universalistas) para o mais baixo (egoísta, com características mais individualistas) e; (3) o de Souza et al. (2009), que identificaram a necessidade de análise da motivação do voluntário a partir de momentos ou situações em que os voluntários estavam vinculados: expectativas na adesão, filiação e eventual desligamento.

Com base nos estudos expostos, Cavalcante (2016) ajustou os indicadores dos fatores motivacionais (sendo eles: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta) que classificam as motivações do trabalho voluntário, tanto para os estágios de expectativa (para candidatos que querem praticar o voluntariado, mas ainda não o são), de entrada (para voluntários de até um ano de prática na atividade voluntária), de permanência (para aqueles há mais de um ano no voluntariado). Tais fatores estão descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário

Fator Motivacional	Representação do Construto
Altruísta	Retrata a percepção subjetiva de autossacrifício por parte do voluntário, envolvendo risco, insalubridade e periculosidade, sob a perspectiva da consciência de espécie ou de questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos. Nesse caso, há consciência societal e caráter universalista.
Justiça social e igualdade	Reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, via fornecimento e apoio direto aos menos aptos e prósperos, tais como idosos, crianças, desabilitados e pacientes em hospitais, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania, em uma perspectiva local.
Afiliação	São contemplados motivos vinculados à avaliação subjetiva de contribuição para o bem-estar social e de desafortunados em particular, sob a perspectiva amistosa, em que o voluntário se sente compartilhando algo próprio com alguém em dado espaço organizacional. Almeja a afiliação a um grupo por meio da atividade voluntária.
Aprendizado	Reúne motivos de uma forma específica de aprimoramento social não centrada em temas cruciais ou aflitivos, mas que, de alguma forma, transmitem ao voluntário a sensação de estar, simultaneamente, promovendo a si próprio e a vida do receptor sob a perspectiva da integração grupal. Busca o autodesenvolvimento por meio de ações que estimulam o intelecto via voluntariado.
Egoísta	Congrega motivos centrados na sensação de privilégios, de *status* e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto a indivíduos e coletividades. Trata-se de um posicionamento centrado no Eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2016).

Conforme os fatores elencados no Quadro 1, um voluntário pode apresentar cinco perfis motivacionais tanto ao se candidatar ao trabalho voluntário (momento expectativa), como ao entrar (momento entrada) ou permanecer na atividade (momento permanência). Vale salientar ainda que o autor se baseou na Teoria da Expectância de Vroom (1964) para

construir o teor semântico das etapas “expectativas” e “motivos de entrada” e “permanência”. Para Vroom (1964), o processo de motivação deve ser explicado em função dos objetivos e das escolhas de cada pessoa e das suas expectativas em alcançar tais objetivos.

Sobre os cinco motivos apresentados no Quadro 01, estes variam desde graus elevados e centrados no altruísmo até níveis inferiores com viés mais egoísta, numa relação hierárquica. Essa hierarquia de motivação também apresenta características coletivistas/universalistas no nível mais alto (altruísta) e que vão se tornando mais individualistas à medida que se desce a outro nível.

É importante frisar que os níveis da escala não servem para qualificar o valor do trabalho voluntário, mas sim caracterizar os diversos perfis de sujeitos que por ele transitam (CAVALCANTE, 2016). Nesse sentido, não é porque um voluntário apresenta perfil mais voltado para motivações altruístas que ele é mais motivado que um com perfil egoísta, ou que um é melhor que o outro. Apenas que com esse primeiro tipo de perfil motivacional, os voluntários estão mais voltados ao próximo e a questões mais coletivistas para executar o trabalho, enquanto o segundo perfil apresenta motivações mais voltadas para satisfação individual.

Observa-se ainda que o perfil motivacional pode interferir em aspectos comportamentais do voluntário no desempenho de suas atividades, como na escolha do tipo de trabalho a ser desempenhado, nas áreas de atuação (saúde, educação, religião, dentre outras), no comprometimento, no desempenho e outros aspectos relacionados à gestão de pessoas.

As motivações podem ainda influenciar nas práticas de cidadania que podem ser fomentadas na atuação voluntária de cada indivíduo. A premissa seguida aqui é a de que aqueles com perfil altruísta, por serem mais voltados ao coletivo, tendem a apresentar um melhor desempenho de práticas de cidadania do que aqueles com perfis egoístas.

Desse modo, o estudo sobre a motivação do trabalhador voluntário parece ser um caminho de pesquisa que auxilia a compreensão da relação entre voluntariado e cidadania, a partir do entendimento das razões pelas quais os voluntários se dedicam a essa atividade. Contudo, antes de discutir aproximações entre voluntariado e cidadania, é importante entender esse segundo construto. A próxima sessão objetiva tal fim.

3 CIDADANIA

Neste capítulo 3, são apresentados os conceitos gerais e discussões sobre o segundo conceito-chave deste trabalho – a cidadania. Se trata de um construto polissêmico, complexo pela variedade de referências e campos de estudos que o abordam, pela multidimensionalidade inerente e pela gama de conceitos correlatos. É ainda um construto dinâmico, que recebe influências conceituais dependendo do tempo ou espaço a que se refere e, por isso, é desafiante operacionalizá-lo.

Relacionando com o primeiro construto apresentado neste trabalho, observa-se que quando as práticas de voluntariado promovem o bem-estar coletivo, estas se aproximam do conceito da cidadania, uma vez que focam o mesmo objetivo.

Para entender melhor essa relação com o voluntariado, este capítulo objetiva esclarecer os fundamentos do conceito de cidadania, iniciando com discussões contextuais acerca do construto e aprofundando as discussões em torno da teoria de Marshall, considerada uma das concepções mais aceitas na literatura acerca do tema (REIS, 1999; BELLO, 2007; CLEMENTE, 2015).

Além desta teoria, são abordadas ampliações sugeridas por outros autores que extrapolam a teoria de Marshall (1967), derivadas de transformações da sociedade e que atualizam o conceito às demandas da atualidade. Todas as discussões expostas servirão de base para o desenvolvimento da escala de mensuração de práticas de cidadania, a nível individual de análise, um dos objetivos desta pesquisa.

3.1 Considerações iniciais sobre cidadania

Assim, como acontece com o conceito de voluntariado, o termo cidadania também é popular e muitas vezes confundido com muitas outras definições nominais que lhe parece associado, como “inclusão” ou “exclusão” (MARTINS, 2004; PAIS 2005). Talvez essa confusão esteja associada à volatilidade do conceito que acompanha as transformações da sociedade nos diferentes tempos e espaços.

Pensar sobre cidadania é refletir sobre modos de vida em comunidade, coletividade e ordem social. Trata-se de um construto complexo, mas, segundo Carvalho (2016), de um modo geral, tem a ver com a vida em sociedade e representa a relação das pessoas com o Estado (lealdade para com ele) e com a Nação (identificação para com ela). Representa a

relação dos indivíduos com o ambiente em que vive, do envolvimento destes com a criação e manutenção da sustentabilidade de suas comunidades.

Etimologicamente, a palavra cidadania deriva do latim *civis* (ser humano livre), que gerou *civitas*, relacionado aos termos "cidadania", "cidade", "Estado" (FUNARI, 2016). Segundo Comparato (1993), César (2002) e Pinsky (2016b), apesar da relação com o latim e com o povo romano, há evidências que a noção de cidadania surgiu muito antes, desde a Antiguidade, e na construção dialética no tempo e no espaço o conceito recebeu influências diversas:

a) das antigas religiões e profetas, na qual o conceito de cidadania recebe contribuição de concepções relacionadas à igualdade perante a Deus, do olhar e tratar o outro como a si mesmo, do cooperativismo, do coletivismo, da caridade e do amor ao próximo (PINSKY, 2016b);
b) da civilização grega (pólis grega), onde são incorporadas noções de politização da liberdade e de valores republicanos. Era considerado cidadão aquele que participava da gestão da cidade, através do exercício direto dos direitos políticos, mesmo que nem todos pudessem participar, a exemplo das mulheres, dos escravos, dos estrangeiros, dos artesãos e dos comerciantes (GUARINELLO, 2016);
c) do Império Romano, em que, apesar de permitir uma menor participação dos cidadãos na atividade política, essa se deu de forma marcante a partir das "*leges datae*" e "*leges rogatea*", colocando o cidadão em todos os aspectos submetidos à cidade, seguindo o entendimento que a participação dos poderes públicos deve moldar o caráter de seus cidadãos (COUNLANGES, 1980; FUNARI, 2016);
d) do Cristianismo, tanto pela discussão de inclusão e justiça, como de proteção aos pobres e estrangeiros (HOORNAERT, 2016). Especificamente sobre o cristianismo, esse movimento aparenta estar relacionado, em várias partes do mundo e no Brasil (através das Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs), com o surgimento e expansão de organizações do Terceiro Setor, que têm como base de funcionamento o voluntariado (ver trabalhos de FERNANDES, 1994; IBGE, 2018; SMITH; STEBBINS; GROTZ, 2016). Segundo Fernandes (1994) as CEBs, na América Latina, também foram percebidas como espaços de discussão de políticas sociais durante a vigência de governos autoritários.
e) do Renascimento, considerado um período de transição do medieval para o moderno, em que o status de cidadão foi substituído por relações privadas e hierarquizadas em

que há uma retomada da ampliação da concepção da cidadania, incluindo questões de liberdade, cidade e família (povo). Conforme Zeron (2016), esse é um período de desenvolvimento do capital mercantil e de surgimento de formas republicanas de governo, mais participativas.

f) das revoluções burguesas (Inglesa, Americana e Francesa), que inserem visões acerca de ideias como liberdade, igualdade, direitos (além dos deveres), justiça social, participação, fraternidade e universalidade, os quais passam a incorporar a natureza do conceito de cidadania (TOCQUEVILLE, 2005; MONDAINI, 2016; KARNAL, 2016, ODALIA, 2016). Tais revoluções acabam por clamar novos direitos, no intuito de possibilitar seus ideais de lutas. Sobre os direitos jurídicos, estes dizem respeito às regras de convivência, construídas nas dimensões intersubjetivas da vida social, e só existem na medida do seu mútuo reconhecimento (TELLES, 2001). Tais direitos se consolidaram no transcorrer de, pelo menos, três séculos (e ainda estão sendo construídos), de acirrados conflitos sociais, relacionados a três conteúdos diversos entre si: os direitos civis, no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX; e os direitos sociais, no século XX.

Diante do exposto, observa-se que o conceito de cidadania abrange a relação dos indivíduos com o meio em que vivem, com a vida em sociedade, com o coletivo. Segundo Pais (2005), envolve tanto identidades individuais (dos civis, de uma pessoa, de uma voz, de uma posição, de uma subjetividade) como identidades grupais (da sociedade civil, “nós”, onde uns se assemelham e se identificam a “outros” que deles se diferenciam). Guarinello (2016, p. 45-46) resume bem a definição de cidadania moderna:

> [...] implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. [...] é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro. (GUARINELLO, 2016, p.45-46)

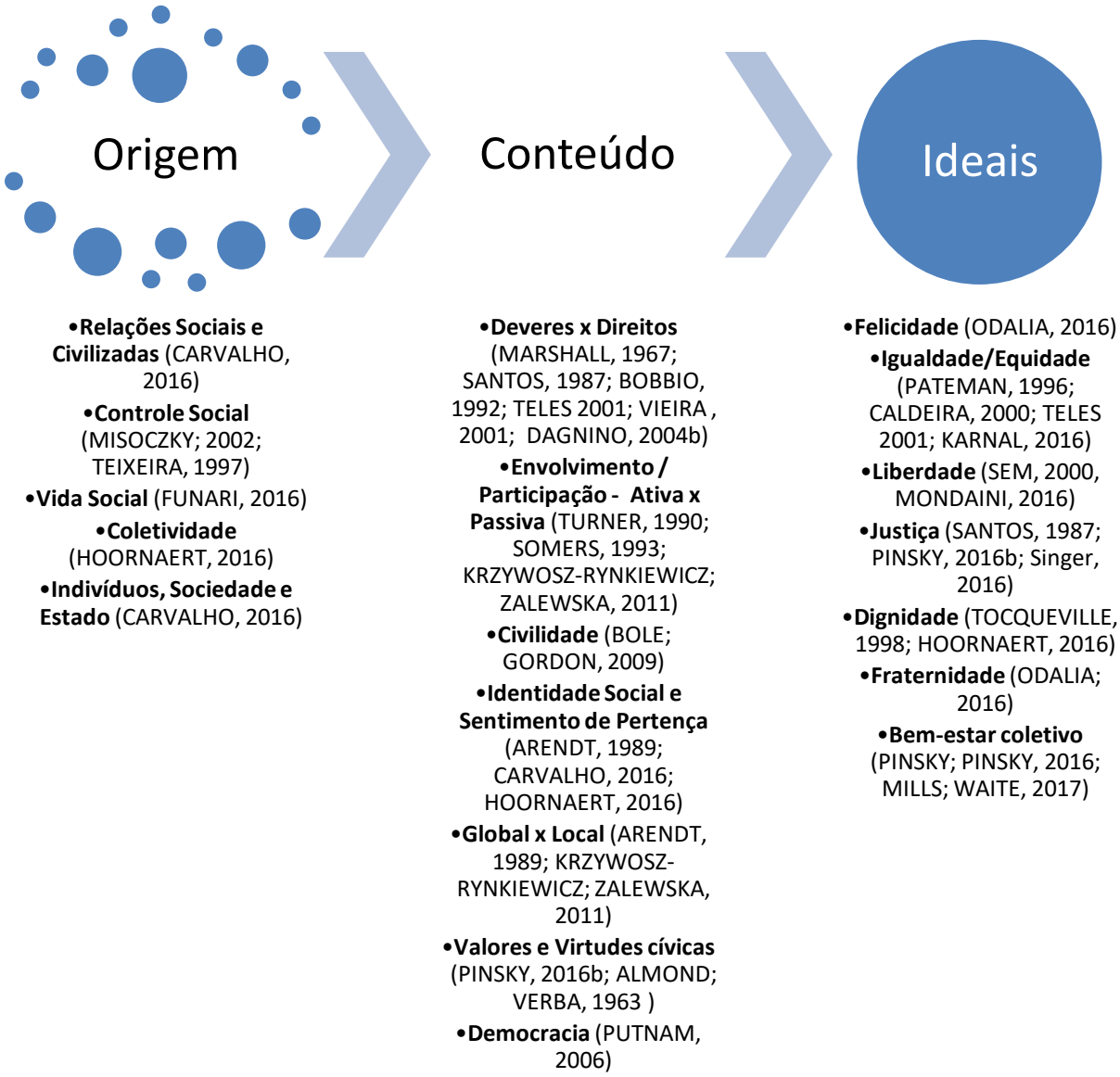
Como a vida em sociedade não é uma constante e varia no tempo e no espaço, a definição de cidadania também apresenta essa volatilidade e dinâmica, tanto no tocante ao conteúdo quanto às formas ou meios para desenvolvê-la. Dependendo do ano, da localização

geográfica, das experiências histórico-culturais, das demandas sociais (cada vez mais heterogêneas), da lente epistemológica utilizada, dentre outros aspectos, a definição de cidadania muda. Por exemplo, conforme Costa (2009), aquilo que se considerava cidadania e liberdade na Antiguidade, pouco tinha a ver com o que mobilizava os revolucionários franceses de 1789. Tem-se também que a cidadania nos Estados Unidos é diferente da Espanha ou de outros países em que o direito ao voto feminino, por exemplo, ainda é algo questionado em pleno século XXI.

Deste modo, por mais que os ideais de cidadania e vida pública participativa tenham alcançado universalidade, abrangência e unanimidade, reconhece-se que eles só podem ser interpretados à luz de sua época e das propostas políticas conflitantes pelas quais os indivíduos lutam nos espaços em que vivem (COSTA, 2009). Nesse sentido, Pais (2005) sugere que o rumo a seguir é tomar-se o conceito de cidadania como uma ideia virada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente.

Além da volatidade inerente, o conceito de cidadania é envolto por muitos termos (igualdade, liberdade, inclusão, exclusão, pertencimento, participação, politização, direitos e obrigações, identidade compartilhada, virtude cívica, emancipação, dentre outros), o que torna difícil delimitá-la de maneira única. Nesse sentido, observa-se que vários elementos influenciam a definição de cidadania, cujos principais foram esquematizados na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Destaques envoltos na construção do conceito de cidadania



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De acordo com a Figura 3, a cidadania é relacionada a uma variedade de palavras em torno da origem do conceito, do seu conteúdo e das suas finalidades. Clemente (2015) também encontrou uma profusão de temas e termos associados à cidadania, confirmando a complexidade do conceito. E Melosik (1998) resume tal dinâmica: em tempos de guerra, a definição de "cidadão" tende a estar agregada à ideia de patriotismo, alinhando-se aos conceitos de cidadania mais antigos; na reconstrução pós-guerra, aproxima-se da noção de cidadão-construtor; e, em momentos de desastre, conecta-se ao conceito de cidadão-resgatador, que ajuda os necessitados; já durante a necessidade de reformas sérias, há a noção

de reformador-cidadão; e, em um momento de paz e estabilização, há a emergência de um conceito de cidadão-empregado.

Diante do exposto, observa-se que o debate acerca da cidadania abrange vários níveis de discussão, sendo este considerado um construto multidimensional (WAPPENSTEIN, 2004; O'CONNELL, CLAYTON E ROWE, 2016). Em qualquer dimensão, a cidadania é moldada pelas interações de processos, instituições e agentes, em que nem todos operam ou estão localizados na escala específica em consideração (STAEHELI, 1999).

Por essa multidimensionalidade, a cidadania é objeto de estudo de vários campos do conhecimento, podendo ser abordada tanto de forma mais estreita como mais ampliada; desde visões e discussões mais normativas até mais empíricas; tanto focando análises mais macros, globais e estruturais, como também mais micro, localizadas e individuais. Este nível de análise mais individualizado, centrado na ação do indivíduo-cidadão, será o foco de pesquisa desta tese de doutorado.

Opta-se ainda por aprofundar a discussão acerca da cidadania a partir da obra de T. Marshall (1967), considerada a referência básica e mais citada sobre a temática, inclusive no Brasil, como demonstra Clemente (2015) em pesquisa sobre os conceitos de cidadania mais utilizados na produção científica de cientistas sociais brasileiros entre 1989 e 2013. Segundo o autor, T. Marshall se concretiza como um "passado-presente", sendo a teoria que mais se aproxima de uma perspectiva de cidadania, na percepção de pesquisadores brasileiros. Seguem detalhes sobre a teoria marshalliana na próxima seção.

3.2 A teoria marshalliana sobre cidadania

Thomas H. Marshall (1967), sociólogo britânico, analisou o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra no seu clássico ensaio intitulado como "*Citizenship and Social Class*" (Cidadania e Classe Social), no qual discute a conexão entre a luta de direitos, o papel do Estado-nação, a criação de políticas públicas e o pertencimento a uma comunidade política dentro de uma economia capitalista. Para ele, é possível a compatibilidade entre a igualdade de participação na sociedade (a igualdade de status de cidadão) e as desigualdades embutidas na estrutura de classes em uma ordem capitalista, a partir da igualdade jurídica e, assim, dos direitos individuais. É válido salientar que Marshall pretendia justificar não uma sociedade sem classes, mas uma sociedade em que as diferenças de classe fossem legítimas em termos

de justiça social e as classes colaborassem mais intimamente para o benefício comum de todos (OLIVEIRA, 2018).

Conforme Marshall (1967), a cidadania é um status concedido àqueles que são membros completos da sociedade, que se envolvem integralmente na comunidade nos termos de igual respeito aos direitos e às obrigações. Esses podem ser classificados em três dimensões: civil, política e social.

O elemento civil se refere aos direitos e deveres necessários à liberdade individual, fundamentais à vida: o pessoal – de ir e vir, de fala, de manifestações de pensamento e de fé, de propriedade, de concluir contratos válidos, o direito à justiça, de associação, dentre outros exemplos. Logo, se trata da esfera da ação individual, da luta do indivíduo para poder ter o reconhecimento de que ele é, faz e tem, em uma esfera privada e que precisa ser respeitada pela sociedade e pelo poder político. São esses direitos que fazem o sujeito proprietário do seu corpo, mente e posses resultado de seus esforços. Ademais, são eles que igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns (GRIN, 2009).

Carvalho (2016) afirma que essa esfera civil da cidadania abrange direitos e deveres cujas garantias se baseiam na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. Nesse contexto, a dimensão civil garante a vida em sociedade e, assim, relações civilizadas entre os indivíduos em uma comunidade, que abrange outras pessoas com diferentes características, pensamentos, posicionamentos e subjetividades. Referem-se ainda ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania (que se consolidou no século XVIII), sendo considerados os mais universais, necessários a qualquer indivíduo, independentemente da localidade em que esteja.

No que tange à dimensão política, Marshall (1967) afirma que está atrelada aos direitos e deveres de participar no exercício do poder político, no governo da sociedade, como membro de um corpo investido de autoridade política ou como um eleitor. Esses direitos e deveres permitem a realização de demonstrações políticas, organização de partidos, votar e ser votado (CLEMENTE, 2015), de esclarecimento, de informação, de fiscalização etc.. Os direitos e deveres políticos são mais tardios (século XIX) e de universalização mais difícil, dadas as especificidades políticas de cada localidade. Segundo Carvalho (2016), se podem existir direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. No entanto, é preciso salientar que nem sempre os direitos são exercidos em sua plenitude, podendo assim não seguir essa lógica.

Por fim, o elemento social tem como premissa a justiça social e defende um mínimo

de igualdade considerando a desigualdade econômica e de oportunidades. Segundo Marshall (1967, p.64), esta dimensão refere-se a "toda uma gama de direitos desde um *modicum* de segurança e bem-estar econômico até o direito de compartilhar por completo a herança social e de viver a vida de um ser civilizado conforme padrões prevalecentes na sociedade". Incluem o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ao seguro-desemprego, ao salário justo, ao lazer, à segurança, dentre outros.

Essa dimensão social tem aplicabilidade coletiva e tem o objetivo de concretizar a igualdade social, capacitando e propiciando a sobrevivência física e social, principalmente para aqueles hipossuficientes. Dentre as instituições mais conectadas a essa dimensão, estão as do sistema educacional e os serviços sociais, envolvendo ainda uma forte máquina administrativa do Poder Executivo. Historicamente, esses direitos vêm sendo conquistados desde o século XX, depois da Segunda Guerra Mundial.

Singer (2016) afirma que a responsabilidade pelos direitos sociais tem mudado de direção nos últimos tempos: o que era de provimento do Estado tem sido cada vez mais repassado para a própria sociedade civil, que, muitas vezes de forma organizada (movimentos sociais, ONGs, associações, cooperativas, dentre outras), tem amparado os socialmente excluídos. Nesse ponto, encontra-se mais uma justificativa para relação entre cidadania e voluntariado do terceiro setor, apoiada por esta pesquisa.

Assim, em síntese, os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (CARVALHO, 2016). E, para Marshall (1967), os cidadãos plenos são aquele que detêm os três tipos de direitos e deveres; os cidadãos incompletos seriam aqueles que têm alguns desses; e os não cidadãos seriam aqueles que não se beneficiam de nenhum deles.

Marshall (1967) também afirma que o ideal é que tais direitos sejam conquistados na sequência ordenada (civil-político-social), como aconteceu na Inglaterra. No entanto, observa-se que tal sequenciamento não foi evidenciado na prática em alguns lugares, como aqui no Brasil, em que os direitos sociais precederam os demais em muitos momentos históricos, como nos períodos ditatoriais, conforme alerta Carvalho (2016).

Sobre essa lógica de ordenação dos direitos, Souza (2006) salienta que o diferencial entre a cidadania brasileira e a inglesa não está simploriamente na ordem cronológica de efetivação dos direitos, mas no fato de que o tripé que compõe a cidadania (direitos civis, políticos e sociais) foi por aquele povo conquistado, enquanto que no caso brasileiro foi "doado", seguindo os interesses particulares dos governantes de plantão.

Souza (2006) complementa que, na Inglaterra, a introdução de um direito esteve sempre atrelada ao exercício pleno de outro: o exercício dos direitos civis fez com que os ingleses reivindicassem direitos políticos e, posteriormente, os sociais. Já no caso brasileiro, segundo o autor, o exercício desses direitos parece não ser ainda uma prática muito frequente, aparentando distância da sua plenitude.

Com o passar do tempo e das transformações na sociedade, a concepção de cidadania de Marshall (1967) esteve sujeita a diversas críticas e complementações. Novos tempos sugerem novos conflitos, novas demandas e novos direitos e deveres a serem promovidos para satisfazer as circunstâncias mutáveis da vida e da crescente heterogeneidade da população, tanto em termos de variedade como de amplitude de solicitações.

O Brasil, especificamente, apresenta ampla extensão geográfica e cultural: são muitos mundos, povos, interesses e necessidades conflituosos nesta terra, o que resulta em um quadro de direitos e deveres diferenciado, variado e difuso. Se já é difícil de atender as demandas do "eleitor médio[7]", tendo em vista o agravamento de problemas relacionados ao Estado, tais como a corrupção e a ineficiência administrativa, fica ainda mais complicado satisfazer as solicitações de todos os nichos, principalmente daqueles mais específicos e de menor tamanho.

Desse modo, Reis (1999) observa que o construto da cidadania precisa englobar novos tipos de direitos ignorados pela teoria marshalliana. Conforme alerta Dagnino (2004b) e Arendt (1989), há outros tipos de direitos que emergem de lutas específicas, de grupos, principalmente daqueles marginalizados que lutam pelo direito a ter direitos.

Para Caldeira (2000), os direitos de grupos específicos e marginalizados só podem ser alcançados se abordados pela perspectiva da diferença para poderem alcançar iguais condições e possibilidades de vida em sociedade. Pateman (1996) afirma ainda que, no âmbito público, as pessoas não deveriam ser tratadas como se os fatores do sexo, raça, cor, idade e religião não importassem. Para a autora, tal postura leva à negação das realidades humanas, que são criaturas temporalmente limitadas, biologicamente e culturalmente específicas. Desse

---

[7] Segundo Salamon e Anheier (1996) e Anheier (2005), em sociedades com grandes contingentes e de alta heterogeneidade populacional como no Brasil, há dificuldades para o Estado atender à elevada diversidade de opiniões e solicitações por bens públicos ou quase-públicos, por vários problemas: burocracia, ineficiência, custos, desconfiança no governo, inacessibilidade, dentre outros. Geralmente, são consideradas apenas as necessidades do chamado "eleitor médio" ou demandas prioritárias (urgências, emergências e assistência básica), ficando os demais nichos (minorias ou especificidades) de solicitações sem serem satisfeitos adequadamente, ou sem ter quem o satisfaça, já que o mercado muitas vezes não consegue ou não acha válido atender por vários motivos (assimetria de informação, confiança, externalidades, custos de transação, limitação de mercado, entre outros). Surgem, então, lacunas a serem preenchidas pelo terceiro setor. Esse é o pressuposto das teorias econômicas para o surgimento do Terceiro Setor, como a Teoria dos Bens-Públicos de Weisbrod (1977).

debate, surge, então, a questão de articular o direito à igualdade com o direito à diferença no sentido de gerar equidade.

Essa questão do direito da diferença é uma questão delicada, influencia muito os direitos sociais e perpassa discussões calorosas e embates profundos na sociedade. Para Comte-Sponville (2011), há um certo romantismo existente nessa ideia em torno da cidadania: a moral e a política são coisas diferentes, ambas necessárias, mas que não podem ser confundidas sem comprometer o que cada uma delas tem de essencial. A questão política é a questão do justo e do injusto e a questão moral é a questão do bem e do mal, do humano e do inumano. Nas palavras do autor, o capitalismo e a economia não são morais, mas cabe aos indivíduos, portanto, sê-lo, se puder. Para ele, o humanitarismo não substituirá a política externa e o antirracismo não substituirá a política de imigração, por exemplo.

Ainda sobre outros direitos e deveres não retratados pela teoria marshalliana, Bobbio (1992) destaca os referentes ao meio ambiente e a sua sustentabilidade e novos direitos atrelados às discussões polêmicas advindas, por exemplo, do avanço da engenharia genética e da clonagem, que afetam aspectos de patrimônio genético e apresentam implicações éticas e morais. O armamento, o aborto e o avanço das tecnologias estão envolvidos nessas discussões e podem implicar em influências éticas, morais e sociais.

Especificamente sobre os direitos e deveres referentes ao meio ambiente, estes se relacionam ao conceito de cidadania ambiental, o qual se concentra nas responsabilidades dos cidadãos para melhorar o meio ambiente e para conservar os recursos naturais dentro do contexto sustentável de conscientização, atitudes e práticas ambientais (ABAHUSSAIN, 2006). Deriva da discussão sobre desenvolvimento sustentável[8] baseado em um tripé: socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo (SACHS, 2002).

Segundo Abahussain (2006), com o aumento dos problemas ambientais e seu impacto na saúde e sustentabilidade dos ecossistemas, o respeito e a proteção frente à poluição e à degradação dos recursos tornou-se uma responsabilidade coletiva da sociedade. O envolvimento dos cidadãos também inclui o monitoramento das políticas de desenvolvimento econômico, formulação e implementação de novas políticas ambientais, apoiando iniciativas

[8] Há outras visões acerca do que seja desenvolvimento e como alcançá-lo, como apresentam Grossman e Krueger (1995), vinculando-o ao crescimento econômico e tecnológico. Outros autores, nem conseguem conceber um desenvolvimento ‘sustentável’, já que este ”crescimento” é tido como depleção (esgotamento) rumo à uma fatalidade entrópica (GEORFESCU, 1973 apud SACHS, 2002), então não fazia sentido o uso do termo ‘sustentável’. Contudo, opta-se por uma concepção de desenvolvimento menos pessimista, baseado em autores como Mill (1983) e Sachs (2002), baseado na substituição de modelos tradicionais por outros mais qualitativos, com melhoria ética e tecnológica.

voluntárias que visam conservar e proteger o meio ambiente e melhorar a cidadania ambiental. Essas são questões relacionadas a direitos e deveres mais difusos, transindividuais, os quais não podem ser identificáveis por se relacionar com coletividades ou com o próprio contexto/ ecossistema.

Outra questão não considerada por Marshall se relaciona ao dilema local x global atrelado ao conceito de cidadania. Marshall só tratou da questão local, vinculado às nações (e especificamente ao ocorrido e observado na Inglaterra), embora com o passar do tempo tenha-se a necessidade de globalizar o conceito de cidadania, mesmo que muitas vezes entenda-se que universalizar seja excludente e que, mesmo se tratando do tema de forma particular, existem nações onde há sociedades civis em disputa, como afirma Reis (1999).

Nessa discussão de universalização do conceito cabe a reflexão de Hannah Arendt (1989) sobre o totalitarismo e autoritarismo que assolaram por muito tempo a Europa (derivando guerras civis), cujas respostas perpassam pelo entendimento do fenômeno da cidadania, principalmente a um nível de discussão global.

A autora chama a atenção para os grupos expulsos de suas fronteiras, considerados povos sem Estado, “foras de lugar”, e, consequentemente, “foras da lei”, “sem-direitos” e “foras da humanidade”. Para ela, há uma incapacidade dos Estados-Nações em proteger os direitos humanos daqueles que perderam os seus direitos nacionais, como ocorreu com os judeus e com refugiados cujos Estados-Nações estão em guerra civil. Para a autora, os direitos humanos deveriam ser concebidos como característica geral da própria condição humana.

Acerca da necessidade de universalização do conceito de cidadania, novos debates acadêmicos, travados sob perspectivas inclusive pós-modernistas, como o trabalho de Krzywosz-Rynkiewicz e Zalewska (2015), já tentam ampliar o conceito de cidadania nesse sentido, campo da literatura denominada “cidadania global”. Contudo, conforme alerta Reis (1999), essa problematização acerca da universalização dos direitos é delicada, já que a dimensão política da cidadania tem limites geográficos, geralmente nacionais.

Convergentemente, Dagnino (2004b) afirma que a cidadania, sob o ponto de vista de estratégia política, não pode ser concebida como tendo uma essência única: seu conteúdo e seu significado não são universais (apenas alguns elementos podem ser considerados assim, como os direitos humanos), não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, vividos pela sociedade num determinado momento histórico ou por determinados grupos e culturas pontualmente localizados. E conforme complementa Pais (2005), a cidadania apenas se cumpre globalmente quando localmente é exercida.

Além da discussão da universalização, outras contestações à teoria de Marshall foram colocadas. Cranston, a partir dos estudos de Vieira (2001), refere-se à exclusão dos direitos sociais do conceito de cidadania, por não serem considerados direitos naturais e sim históricos. E há também os que relacionam cidadania à participação dos cidadãos nos processos políticos, colocando forte ênfase na "ação" individual com a "intenção de influenciar" (VERBA; NIE, 1972; KOSKINS; MASCHERINI, 2009).

Adicionalmente, Turner (1990) alerta ainda sobre o papel do agente na luta pela cidadania e contraria o argumento indevido da cidadania como estratégia das classes dominantes para apaziguar conflitos e integrar a sociedade. Para o autor, a cidadania deve ser considerada sob duas dimensões: (1) passiva-ativa, que depende se a cidadania emergiu desde baixo (do povo) ou se seguiu o fluxo *top-down* (advindo do Estado, como aconteceu no Brasil, principalmente na independência e nas primeiras repúblicas) e; (2) as tensões dos reinos público-privado. Logo, a atuação passiva tem o sentido de os indivíduos assumirem um papel de expectadores do Estado em relação aos direitos e aos deveres de cidadania; enquanto na postura ativa se espera que a sociedade civil seja proativa e participativa, esforçando-se para intervir de forma direta nos rumos da sociedade.

Somers (1993) também reconhece a cidadania com viés prático e a importância dos contextos locais e dos indivíduos para legitimar e ativar, social e politicamente, as normas legais estabelecidas pelo Estado. No entanto, é válido salientar que há a consciência de que a cidadania não é influenciada apenas pela ação individual das pessoas, mas também por ações derivadas de estruturas mais organizadas e complexas, pertencentes ao Estado (Primeiro Setor), ao mercado privado (Segundo Setor) e à sociedade civil (Terceiro Setor).

Cada um desses agentes terá seu papel no desenvolvimento da cidadania nas localidades, assim como também terá impactos diferenciados em relação à construção e manutenção do construto. Contudo, todo o processo começa no indivíduo-cidadão. Estes contribuem tanto fazendo o trabalho de forma isolada com ações individuais que demandam menos esforços, como associados ou organizados em movimentos e organizações sociais mais amplas que irão "congregar as energias de espíritos divergentes e orientá-los firmemente para um objetivo claramente definido" (TOCQUEVILLE, 2005, p.190).

Conforme Platão afirma em "A República", os governos variam de acordo com a disposição de seus cidadãos: o resultado coletivo deriva da ação individual. Putnam (2006, p. 102) também destaca o papel dos indivíduos na formação da cidadania: ela implica em direitos e deveres iguais para todos, em uma situação tal que a comunidade se mantém unida

por “relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações de autoridade e dependência”.

Assim, segundo Oliveira (2010), a cidadania em lugar de somente focalizar-se como direitos legais (Marshall) deve ser definida como um processo social pelo qual os indivíduos e grupos sociais se ocupam reivindicando, expandindo ou perdendo direitos por meio da ação e dos deveres para com a coletividade.

As novas configurações sociais conduziram a uma definição informada socialmente acerca da cidadania, na qual a ênfase se dá menos em regras legais e mais nas normas práticas, significados e identidades. Há, então, uma demanda para que o cidadão ultrapasse a esfera do ‘status’, no sentido de ir além da posse de direitos e do comportamento passivo e siga em prol de um maior envolvimento e participação mais ativa nas coisas públicas. Resgata-se, assim, o conceito da ‘cidadania ativa’, que se relaciona com a responsabilização dos indivíduos frente aos problemas comunitários.

Segundo Hoskins (2006) e Hoskins e Mascherini (2008), cidadania ativa é a participação na sociedade civil, comunidade e/ou vida política, a fim de assegurar a continuação da democracia participativa e representativa, reduzir o fosso entre cidadãos e instituições governamentais e reforçar a coesão social. Além dos direitos, tem-se também os deveres, em uma relação de ganha-ganha: não só receber ou só doar – ambos devem se perpetuar.

Misoczky (2002) complementa afirmando que a postura ativa de cidadania leva os cidadãos (dentro ou fora das organizações públicas) a serem responsáveis pela comunidade a que pertencem, influenciando os processos políticos locais, incluindo o acesso e o exercício de direitos, a organização da sociedade em torno de interesses comuns e o controle social sobre a gestão pública.

Cabe ressaltar que não é defendida a substituição do governo por ações individuais, mas uma maior participação civil nos problemas coletivos, que pode ocorrer, por exemplo, a partir de um maior controle social sobre as ações políticas. Segundo Teixeira (1997), esse controle social poderá ser atendido tanto a partir da obrigação dos agentes políticos a prestarem contas de seus atos e decisões (*accountability*) e, por conseguinte, do direito de o cidadão exigi-lo, de avaliá-las conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos; como também da responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme padrões previstos em leis, ou concertados socialmente.

Sobre a cidadania ativa no contexto brasileiro, Saraiva e Gonçalves (2008) salientam que, embora a democratização do poder local necessite da articulação da sociedade civil mais do que a existência jurídica de princípios democráticos, no Brasil, a participação dos cidadãos na gestão esbarra em um problema que permanece: "uma representação do poder diante do povo, e não a representação do povo diante do poder" (BENEVIDES, 1994). Isso ocorre porque a participação ainda se encontra em estágio inicial, sendo as estratégias de consulta mais frequentes do que a cogestão popular (SPINK; CLEMENTE; KEPPKE, 1999). Oliveira (2010, p.9) complementa, afirmando que, "ironicamente, parece que à medida que a cidadania tornou-se onipresente, ela tornou-se também despolitizada, ao menos no que tange à consideração de cidadania como participação formal no auto-governo".

Essa caracterização da cidadania brasileira deriva dos processos histórico-culturais de domínio de comportamento passivo desde os tempos da colonização, conforme descreve Carvalho (2016). Mas desde a constituição de 1988 a cidadania ativa tem sido considerada pelos projetos políticos posteriores, independente da orientação, sendo utilizada, contudo, de formas diferentes. É o que Dagnino (2004c) denomina de 'confluência perversa' (no sentido de antagônico, nas palavras da autora). Enquanto uma orientação prega a criação de espaços públicos e crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão em conjunto com o Estado; a outra orientação sugere a emergência por um projeto de Estado mínimo diante das crises econômicas e da necessidade de redução dos altos custos do governo, no qual a participação da sociedade civil é esperada para a autossuficiência, para se responsabilizar por algumas questões, principalmente de cunho social. Ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2004c).

Nessa discussão de cidadania no contexto local/brasileiro, cabe também a discussão de Santos (1987) sobre 'cidadania regulada', conceito "cujas raízes [da cidadania] encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal" (SANTOS, 1987, p.68).

Conforme o autor, no Brasil, só se reconhece como cidadãos brasileiros aqueles que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações 'reconhecidas' e definidas em lei: o Estado define quem é ou não cidadão via profissão. Assim, tornam-se pré-cidadãos (e por que não dizer, marginalizados) todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece, incluindo não apenas desempregados, mas trabalhadores rurais, informais, entre outros cujas ocupações não são reguladas por lei. Segundo Santos (1987, p.69),

> a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público

> definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões [sic] só existem via regulamentação estatal.

Essa estratificação consequente dos direitos sociais por ocupação, na prática, causa efetiva comparação e descontentamento, em que uns se veem com menos direitos que outros, mesmo concedendo esforços semelhantes. Conforme alerta Dagnino (2004b), esse sistema de classificações estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade, que reproduz desigualdade, injustiça e violência.

Teles (2001) complementa a discussão afirmando que diferenças sociais como essas criam a figura do subalterno, do inferior, do "joão-ninguém": aquele que merece a tutela, a proteção, o favor, mas jamais os direitos. E "o não reconhecimento do outro como sujeito de interesses, aspirações e razões válidas significa uma forma de sociabilidade que não se completa, regida por uma anulação do outro como identidade" (TELES, 2001, p. 65). Nesse ponto, também se abre a discussão para quem tem direito a ter direitos (DAGNINO, 2004b).

Tal figuração acarreta consequências na percepção que a população tem sobre direitos. Segundo estudos de Pandolfi (1999), no imaginário do povo brasileiro, a palavra 'direitos' relaciona-se com aquele conjunto de benefícios garantidos pelas leis trabalhistas e previdenciárias, tidos como favores ou privilégios e não aprendidos como resultado da ação política. Tal percepção pode induzir o baixo potencial de participação da população brasileira apontado por Avritzer (2010), em que há a concepção de superposição entre o público e o privado.

Diante de todas as críticas e ampliações expostas, observa-se que a concepção de cidadania pode construir um quadro de referência complexo e aberto para dar conta da diversidade de questões emergentes nas sociedades (DAGNINO, 2004b). Operacioná-lo não é uma tarefa fácil e, conforme Morais e Ogden (2011), apesar de ser um conceito amplamente utilizado, raramente é definido conceitualmente ou operacionalmente. Por isto que estudos quantitativos ou com viés mais funcionalista são mais difíceis de serem encontrados nessa seara: por ser complexo e envolver uma série de variáveis e dimensões, é um desafio equilibrar simplicidade e abrangência.

Rutkowski e Engel (2010) afirmam que o desejo pela integridade e pelo poder explicativo contribui para aumentar o número de dimensões e variáveis a serem mensuradas, o número de formas de cada uma, bem como o nível de detalhamento das observações. No entanto, para ser aplicável, precisam ser limitados, sucintos e parcimoniosos: a identificação dos elementos-chave de fenômenos maiores de forma simples e concisa impede a medição de

forma abrangente. Afinal, não se pode alcançar ambos os objetivos; é necessário um compromisso (STECHER; KORETZ, 1996, p.58).

No caso do construto cidadania, é preciso realizar recortes e delineamentos para viabilizar a mensuração quantitativa do construto cidadania, ciente, contudo, da perda da abrangência inerente. Seguem as escolhas realizadas para este estudo.

A primeira escolha se refere ao aporte teórico que embasará a operacionalização do construto. Apesar das críticas a Marshall que ampliam o conceito de cidadania, observa-se que ele ainda é considerado a referência fundamental para compreensão do conceito de cidadania, o qual, com o passar do tempo, é passível de evolução e de expansão. Como afirma Reis (1999), trata-se de um conceito em eterno desenvolvimento pelas passagens culturais e históricas que influenciam sua definição.

Assim, opta-se por utilizar a teoria marshalliana como base de fundamentação das variáveis da escala de mensuração de cidadania, objetivo deste estudo, desenvolvendo itens nas três esferas apresentadas pelo autor – civil, política e social. Além destas, também será adicionado um outro fator para mensurar o construto da cidadania, denominado aqui de práticas difusas da cidadania, que abrange as ampliações e críticas percebidas, aproximando o conceito das demandas do presente.

Outra preocupação está em apresentar uma mensuração real e comportamental de como esses direitos e deveres são praticados no dia a dia pelos indivíduos, atentando para que a cidadania não se trate de apenas um construto teórico, existente apenas em legislações nacionais ou acordos internacionais. Evita-se a apreensão de Costa (2009, p.58) sobre os direitos, que, na sua visão, percorrem duas estradas diversas e em velocidades muito desiguais:

> (...) estes últimos anos, falou-se e continua a se falar de direitos do homem, entre eruditos, filósofos, juristas, sociólogos e políticos, muito mais do que se conseguiu fazer até agora para que eles sejam reconhecidos e protegidos efetivamente, ou seja, para transformar aspirações (nobres, mas vagas), exigências (justas, mas débeis) em direitos propriamente ditos (isto é, no sentido em que os juristas falam de “direito”).

Logo, há um cuidado efetivado por esta pesquisa de gerar itens que representem a cidadania na prática e com o foco de análise no indivíduo, de forma que retrate como eles podem, em seu dia a dia, influenciar as relações sociais de modo a propiciar a melhoria do bem-estar coletivo. Recorre-se, então, ao conceito das práticas.

As práticas são entendidas nesta pesquisa como o conjunto de atividades desempenhadas pelos indivíduos, que, no caso da cidadania, referem-se àquelas voltadas para

o bem-estar coletivo, as que são externalizadas pelas ações dos indivíduos na relação com o coletivo. Nesse caso, opta-se pela mensuração de práticas comportamentais observáveis, concretizadas pelo indivíduo: não apenas o que o indivíduo acha ou pensa sobre determinada prática, mas o que ele realiza de fato.

É válido salientar que se reconhece que o comportamento humano tem outras dimensões a serem analisadas, envolvendo inclusive questões cognitivas e emocionais que o determinam. Conforme Daft (2010), o agir de um indivíduo é influenciado por elementos relacionados à percepção, à personalidade e à atitude. Esta, por sua vez, depende de três componentes: cognição (pensamentos), afetos (sentimentos) e comportamento (prática).

Para Bispo (2013), a prática é um sistema de atividades em que o saber não está separado do fazer. Assim, é produto de condições históricas específicas, resultantes de práticas prévias que se transformam na prática presente. O processo material de produção envolve tanto a criação de bens quanto a reprodução da sociedade.

No caso do construto cidadania, observa-se que, para se envolver, participar e se relacionar ativamente com a sociedade, é necessário que o cidadão se identifique com o lugar e com o povo (inclusive culturalmente) em que convive, criando laços, valores e sentimentos de pertencimento que influenciam seu comportamento para com esse meio. Assim, o engajamento cívico é um construto multidimensional, que inclui habilidades, crenças, valores e uma ampla gama de comportamentos políticos e não-políticos (METZGER; SMETANA, 2010; ZAFF et al., 2010; WRAY-LAKE; SYVERTSEN, 2011).

Como se trata de um construto amplo e multifacetado, para fins de operacionalização, esta pesquisa focará apenas no que é externalizado pelo indivíduo na ação (prática) cidadã, no envolvimento e na preocupação com o coletivo. Logo, os indicadores vão expor o “agir” cidadão dos indivíduos, não sua percepção. Assim, os sujeitos desta pesquisa serão abordados acerca de suas práticas de cidadania ativa, ou seja, um conjunto de atividades executadas pelos indivíduos no exercício da cidadania, diante da sua responsabilização pela comunidade a que pertencem, refletindo suas atitudes em relação a questões e desafios coletivos.

Com essas escolhas justificadas, tem-se então os quatro fatores a serem explorados para mensurar o construto cidadania a partir das práticas no nível individual de análise: as Práticas Civis (PC), as Práticas Políticas (PP), as Práticas Sociais (PS) e as Práticas Difusas (PD) de cidadania. O Quadro 2 sintetiza a descrição de cada fator.

Quadro 2 - Síntese das Práticas de Cidadania

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Práticas Civis (PC)	Práticas que representem o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas, relacionadas aos direitos e deveres necessários à liberdade individual e à vida em sociedade.
Práticas Políticas (PP)	Práticas que demonstrem a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.
Práticas Sociais (PS)	Práticas que focam na justiça social e se relacionam aos direitos e deveres sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.
Práticas Difusas (PD)	Práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na luta por novas demandas da sociedade, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação desta no tempo. Também representam os direitos transindividual (coletivos), aqueles que não podem ser identificáveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As Práticas Civis (PC) representam o envolvimento dos indivíduos em ações em prol de relações civilizadas, necessárias à liberdade individual e à vida em sociedade (MARSHALL, 1967). Nesse sentido, todos devem ter os direitos mais fundamentais da vida: de ir e vir, de fala, de manifestações, de pensamento e de fé, de propriedade, de concluir contratos válidos, o direito à justiça, de associação, dentre outros exemplos, utilizando-os de forma a propiciar vida civilizada entre os indivíduos em uma sociedade.

Segundo Telles (2001), a civilidade diz respeito às regras que articulam indivíduos em situações concretas de interação, que traduzem, nas dimensões práticas da vida social, as expectativas dos sujeitos de encontrar no outro o reconhecimento da validade e legitimidade de seus atos, opiniões e razões. Essas regras de convivência podem estar formalizadas (leis, por exemplo) ou não e orientarão situações de conflito.

A partir da literatura, identificou-se que os indivíduos podem colaborar ativamente nessa dimensão de Práticas Civis, a partir: do conhecimento, acesso e obediência às regras sociais (MISOCZKY, 2002; PATTIE; SEYD; WHITELEY, 2003a, 2003b; WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2005); do uso da voz e da liberdade de expressão para criticar, investigar e sugerir intervenções públicas (AMORIM, 2018; LEDET, 2016; MARSHALL, 1967; O'CONNELL; CLAYTON; ROWE, 2017; TEKIROĞLU, 2016); da prática de associação ou formação de um grupo de pessoas para resolução de problemas coletivos ou luta por direitos (MARSHALL, 1967, LEDET, 2016; AMORIM, 2018); do comportar-se e trabalhar por meio de controvérsias, com civilidade e usando habilidades cívicas (BOLE; GORDON, 2009; KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ; ZALEWSKA, 2015), o que envolve também o zelo pelo espaço público; do agir de forma democrática e socialmente responsável, lidar com conflitos e com as diferenças (TEN DAM et al., 2011); e do comportamento baseado na ética e na moral, respeitando valores virtuosos, colocando-se no lugar do outro (empatia) e tendo senso de

responsabilidade social (BOLE; GORDON, 2009).

No que tange à segunda dimensão das práticas – as Práticas Políticas (PC), essas se relacionam à dimensão política da teoria marshallina e representam a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade. A partir dessas práticas, os indivíduos podem realizar demonstrações políticas, organizar partidos, votar e serem votados (CLEMENTE, 2015).

Consoante Mill (1806–1873 *apud* Ledet, 2016), “a inserção na vida política é necessária não apenas para proteger os interesses individuais, mas também para o desenvolvimento de uma cidadania informada e comprometida. O envolvimento político era essencial para a expansão "mais alta e harmoniosa" das capacidades individuais.

Os itens identificados na literatura que representam as práticas políticas são: a participação ativa em ação política a partir de movimentos políticos, protestos, manifestos, assinatura de petições pela luta de direitos; orçamento participativo, comissões municipais, conselhos, práticas de cogestão, dentre outros exemplos (SPINK; CLEMENTE; KEPPKE, 1999; MISOCZKY, 2002; ARNSTEIN, 2002; BOLE; GORDON, 2009; ZALEWSKA; KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ, 2015; AMORIM, 2018); o voto que elege os representantes na Administração Pública (MARSHALL, 1967; LEDET, 2016; AMORIM, 2018); o ato de assumir liderança e funções de membros nas organizações com fins públicos e sociais (SARAIVA; GONÇALVES, 2008; BOLE; GORDON, 2009; O'CONNELL; CLAYTON; ROWE, 2017); ser membro de partido político ou exercer cargo político/público (MARSHALL 1967; ZALEWSKA; KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ, 2015; LEDET, 2016); e ter envolvimento cívico on-line, a partir do acesso à informação, desenvolvimento de habilidades, percepções e níveis de participação na comunidade baseada na Internet (CHOI; GLASSMAN; CRISTOL, 2017; JONES; MITCHELL, 2016).

Em relação às Práticas Sociais (PS), estas se alinham à dimensão social da teoria marshalliana, que remete as práticas que focam a justiça social e demonstram o envolvimento dos indivíduos na luta por direitos sociais no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos, garantindo, desse modo, a sobrevivência física e social destes. Nesse sentido, são práticas que objetivam reduzir diferenças de classe e da desigualdade social.

Para essa dimensão, foram identificadas na literatura práticas relacionadas à: participação em organizações da sociedade civil em prol de bens e serviços para a comunidade (BOLE; GORDON, 2009; ZALEWSKA; KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ, 2015;

O'CONNELL; CLAYTON; ROWE, 2016); participação em alguma ação social a partir do senso de responsabilidade social para com a comunidade (BOLE; GORDON, 2009; MORAIS; OGDEN, 2011; WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2005; O'CONNELL; CLAYTON; ROWE, 2017; MISOCZKY, 2002; PUTNAM, 2006); realização de doação social voluntária para causas sociais (WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2005; AMORIM, 2018); luta por direitos sociais relacionados às classes trabalhistas, já que, no Brasil, muitos dos direitos sociais estão atrelados às categorias e legislações trabalhistas, sendo os membros da classe trabalhadora considerados os sujeitos dos direitos sociais (SANTOS, 1987; WHITELEY; PATTIE; SEYD, 2005; SINGER, 2016); e defesa dos direitos humanos, inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição e que garantem mínimas condições de uma vida digna (ONU, 2017; TEKIROĞLU, 2016). Sobre esse último item, segundo a ONU (2017), os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana e incluem o direito à vida, à liberdade de expressão de opinião e de religião, à saúde, à educação e ao trabalho.

E por fim, no que tange à quarta dimensão – Práticas Difusas (PD), estas estão relacionadas a ampliações do conceito de cidadania de Marshall (1967) e abrangem ações que demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade no tempo. Englobam as discussões sobre: o respeito, a tolerância e o reconhecimento da diversidade humana, derivada de gênero, raça, idade, classe social, dentre outras heterogeneidades (DAGNINO, 2004; BOLE; GORDON, 2009; TEKIROĞLU, 2016; PINSKY; PINSKY, 2016; LEDET, 2016; AWANG et al., 2016); a luta pelo direito dos excluídos ou marginalizados (AMORIM, 2018; DEMANT, 2016); cidadania ambiental, abrangendo os atos de preservação do meio ambiente, no sentido de promover um desenvolvimento ambiental sustentável (SACHS, 2002; ABAHUSSAIN, 2006; AMORIM, 2018; METZGER et al., 2016; RIBEIRO, 2016; TEKIROĞLU, 2016); as práticas de consumo consciente (ABAHUSSAIN, 2006; AMORIM, 2018; METZGER et al., 2016); a participação em discussões sobre novos temas polêmicos que afetam a integridade humana, como aborto, armamento, pena de morte, clonagem etc. (BOBBIO, 1992).

Compreendido o conceito de cidadania e os delineamentos realizados para mensurar esse construto e tornar viável o objetivo desta pesquisa, agora já é possível refletir sobre a sua conexão com o voluntariado, abordada na próxima sessão.

4 O VOLUNTARIADO E A CIDADANIA: RELAÇÕES E A PROPOSIÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Este quarto capítulo fundamenta a argumentação de tese que vincula o voluntariado à cidadania. Nesse sentido, são apresentadas as discussões teóricas que conectam os construtos-chaves, assim como também são apresentadas e fundamentadas as hipóteses de pesquisa perseguidas.

Conforme Domingues (2006), a evolução da modernidade elevando a complexidade social e tornando a sociedade – inclusive a brasileira – mais heterogênea e mais opaca para o Estado, demanda novas respostas do ponto de vista político e das instituições em prol do desenvolvimento da cidadania. Nessa perspectiva, políticos, acadêmicos e demais interessados nos rumos futuros das sociedades e no bem-estar coletivo são convidados a refletir sobre a temática, principalmente nos meios de fomento da cidadania envolvendo a sociedade civil: como fazer com que indivíduos e outros agentes se envolvam nas questões coletivas?

Embora se reconheça que a promoção da cidadania depende de vários agentes, conforme já exposto no capítulo anterior, o envolvimento particular de cada indivíduo nos assuntos coletivos da comunidade a que pertence é fundamental para o desenvolvimento das localidades (PUTNAM, 2006).

Dentre as formas[9] que possibilitam esse envolvimento dos indivíduos nas problemáticas e desafios coletivos, o voluntariado tem sido defendido como uma opção para viabilizar a participação da sociedade civil no desenvolvimento do mundo, de forma ativa (DAGNINO, 2004a; SENNETT, 2009).

Segundo Musick e Wilson (2008), o voluntariado tem sido percebido tanto como uma forma de encorajar a participação cívica de base como meio para descentralizar o poder e de aumentar a autodeterminação de indivíduos e grupos, especialmente os menos favorecidos na sociedade, que não conseguem ser atendidos nem pelo Estado nem pelo mercado privado.

Segundo Oliveira e Tandon (1995), tanto o voluntariado como o terceiro Setor tratam de movimentos atuais, maciços e quase universais, no sentido de canalizar maior participação e influência dos cidadãos, e não está sendo promovido por uma estrutura universal, não possui endereço fixo, não busca convertidos, nem militantes políticos, nem seu alvo é o poder do

[9] Vários meios possibilitam a participação civil, conforme elenca Arnstein (2002): participação em comitês ou conselhos deliberativos, em assembleias de bairro, em audiências públicas, em movimentos sociais, em ações de parceria com o Estado, dentre outros.

Estado: no seu centro está a figura do cidadão.

Desse modo, vinculando o voluntariado às práticas de cidadania ativa, observa-se que esta atividade tem propiciado aos indivíduos praticantes uma forma de ampliar noções e comportamentos em prol do coletivo, ao possibilitar o envolvimento com a sociedade, não sendo considerado, contudo, o único caminho para isso. Seria, então, mais uma forma de experiência para transformação das práticas sociais, possibilitando aprendizado social e construção de formas ainda mais amplas de relação entre indivíduos, Estado e Nação.

Para Bezjak e Klemenčič (2014), o voluntariado tem sido considerado uma nova dimensão da cidadania (o contrário também pode ser pensado). Naves (2016) concorda, afirmando que a organização da sociedade civil em instituições fora do aparelho estatal resulta de uma visão participativa da cidadania.

Milligan e Fyfe (2005) expõem que a relação entre cidadania e voluntariado já é bem estabelecida teoricamente (não empiricamente). Nesse mesmo sentido, Putnam (2006, p. 104) afirma que o voluntariado vinculado à prática associativa incute nos indivíduos hábitos de cooperação, solidariedade e espírito cívico: há a noção de que membros de associações têm mais "consciência política, confiança social, participação política e competência cívica subjetiva".

Segundo o autor, essa ação associativa apoia ainda na criação do "capital social[10]" – uma rede interligada de relações sociais que influencia no desenvolvimento de grande parte do ativismo social de uma sociedade democrática, uma vez que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas e coordenadas (PUTNAM, 2006; BANDEIRA, 1999).

Por meio dessas relações sociais, há então, tanto efeitos 'internos' sobre o indivíduo, como efeitos 'externos' sobre a sociedade (PUTNAM, 2006, p.103). Por esse potencial, o capital social é reconhecido como uma das quatro formas de capital (em conjunto com o capital natural, o financeiro e o humano) que têm facilitado o desenvolvimento de organizações e nações (COLEMAN, 1987), possibilitando inovação social e organizacional, amparado na troca de informações e a sinergia entre sociedade civil, organizações e Estado.

Putnam (2006) esclarece que os sistemas horizontais de participação ajudam os

[10] Há outras abordagens como a de Bourdieu (2011), Granovetter (1995[1975]), as quais trabalham o capital social como sendo algo de propriedade individual e pode ser utilizado pelos indivíduos para produzir benefícios, como os de ordem econômica (maiores salários, acesso a emprego e a melhores cargos nas empresas, etc). Segundo Bourdieu (1980), o montante de capital social de uma pessoa depende da extensão da rede de relações que ela mobiliza e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, o que implica, principalmente, na necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado.

Com o passar dos tempos, o voluntariado tem se aproximado de questões além da caridade, da cooperação, da ajuda mútua e do assistencialismo. Essa prática vem ampliando seu papel rumo à responsabilização frente a questões políticas, ambientais, econômicas além de sociais.

Conforme expõe Landim (2000), as ONGs começam a se proliferar no início dos anos 1990, reunindo o ativismo político à caridade. Para Smith e Laurie (2011), especificamente, o voluntariado internacional pode apoiar a promoção da equidade global, por meio de uma maior conscientização da justiça social em diferentes partes do mundo, melhorando, assim, a cidadania global.

Coadunando-se a esse ponto de vista, Giddens (2007) afirma que as ONGs podem desempenhar um papel significativo ao levar questões à agenda política e assegurar discussão pública. Também se concretizam como espaços de organização civil e política, onde indivíduos podem se associar, pensar, debater e promover ação social e impactar a vida em sociedade, extrapolando a ação individual e local do voluntariado em direção à ideia coletiva de sociedade, se aproximando do conceito de cidadania. Também colabora com a exigência de que os demais atores cumpram suas responsabilidades frente às ações coletivas.

Deste modo, o voluntariado se concretiza como importante reforço (não apenas ele) para o papel ativo de cidadania da sociedade civil e, ao lado e presente nos demais setores, permite a construção conjunta de um projeto político amplo, de cobrança e garantia de direitos [e deveres], de valorização da participação política igualitária e plural (BARBOSA, 2006). Por essa conexão entre o voluntariado e a cidadania, tem se convertido em tendência de estudos por pesquisadores do campo global teórico (SMITH; STEBBINS, 2016).

Apesar dos indícios evidenciados, há correntes de pensamento contrárias aos efeitos positivos dessa relação. Segundo Bezjak e Klemenčič (2014), existem duas dificuldades inter-relacionadas decorrentes da equação de cidadania e atividades voluntárias. A primeira está relacionada ao grau em que as preocupações privadas ou interesses individuais podem ser traduzidos em questões coletivas ou políticas. A segunda dificuldade está atrelada ao fato de as ações de cidadania não dependerem apenas do que os indivíduos decidem ou não fazer, como é o caso das ações de voluntariado (BIESTA, 2009).

Nessa perspectiva, vários aspectos podem atrapalhar a eficácia da relação entre

cidadania e voluntariado como, por exemplo, o aumento da profissionalização dos voluntários, que pode resultar na desvinculação com as comunidades locais, ou a falta de poder dos cidadãos, resultando no surgimento de formas cada vez mais passivas de cidadania dentro dessas organizações, além de sacrificar o potencial crítico e transnacional das ONGs (BONDI, 2005; MILLIGAN; FYFE, 2005).

Há ainda aspectos influentes negativamente na eficácia dos resultados do trabalho voluntário em ações de cidadania como a corrupção, o uso indevido das ONGs para fins privados e individuais em vez de coletivos e públicos, questões relacionadas ao tipo de trabalho voluntário e às organizações vinculadas, dentre outras (MONTAÑO, 2010).

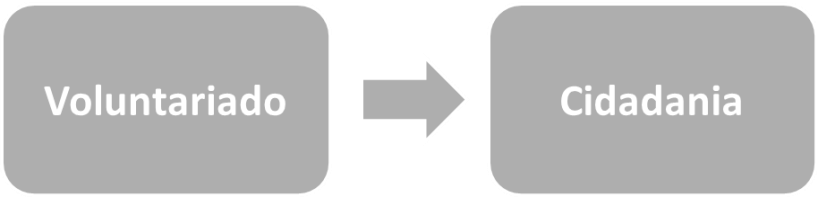
Até mesmo a própria motivação do voluntariado pode influenciar nessa relação. A cidadania muitas vezes é incentivada ou até mesmo obrigada por deveres cívicos legais (a prática cidadã do voto é um exemplo no Brasil) e, assim, nem sempre é uma atividade voluntária. Por outro lado, o voluntariado, sendo uma atividade caracterizada por ser livre, é motivada exclusivamente pelo próprio agente que também pode ser incentivado por motivações de cunho pessoal e individual que não se relacionam com o meio ou com propósitos coletivos e com a cidadania. Contudo, mesmo com esse perfil mais egoísta de motivação, o voluntário na sua prestação de serviço tende a fazer algo pelo coletivo (mesmo que seu propósito maior não seja esse). Mas isto não significa que ele seja ou tenha um melhor desempenho cidadão que aqueles que não são voluntários.

Conforme Dominelli (2014), o voluntariado é um componente importante da cidadania, mas a atividade voluntária pode trazer à tona o melhor ou pior das pessoas e, assim, a relação entre os termos vai se efetivar dependendo da maneira como a cidadania é concebida: enquanto o voluntariado for representado por pessoas que acumulam riquezas mais do que qualquer outra poderia precisar para viver e borrifar um pouco disso para o coletivo como um ato de caridade, isso não representará a cidadania, já que mantém a estrutura de desigualdade existente (DE BIE; ROOSE, 2016).

Nesse sentido, é válido salientar que há consciência de que existem vários tipos de atividades e segmentos de atuação em que um indivíduo pode praticar o voluntariado no terceiro setor e que, dependendo do caso, essa prática pode não ter um impacto maior na cidadania individual ou no bem-estar comum: lavar louça em uma ONG pode representar um impacto diferente do que atuar sobre a educação para cidadania em uma comunidade carente ou protestar sobre direitos do consumidor. Mas uma pintura de uma sala comunitária pode ser tão comprometida como protestar.

Questões relacionadas à motivação do indivíduo, tipo de trabalho executado, segmento de atuação, dentre vários outros aspectos podem interferir na mensuração da cidadania do voluntário. Contudo, não se pretende realizar julgamentos de valores normativos sobre o tipo de "atos" de caráter cidadão, ou seja, se uma prática de voluntariado tem influência ou impacto maior na cidadania do que outra. Não há espaços nem recursos para essas averiguações nesse momento (talvez propostas de futuras pesquisas, utilizando inclusive outras metodologias). O que de fato é focado por este estudo é se o trabalho voluntário fomenta cidadania a partir da comparação de desempenho cidadão entre voluntários e não voluntários, de modo a atender o sentido exposto na Figura 4. E, a partir dessa constatação, é que será possível averiguar outros encaminhamentos e questionamentos.

Figura 4 – Pressuposto teórico



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Outrossim, para mensurar o construto do voluntariado (não observável), optou-se por analisá-lo à luz das motivações específicas para esse tipo de trabalhador, afinal, o que faz um voluntário ter desempenho cidadão diferente de outros indivíduos? Para Musick e Wilson (2008), qualquer tipo de comportamento humano (inclusive a prática do voluntariado) parece estar relacionado às suas intenções, razões ou motivos.

Para mensurar a motivação para o trabalho voluntário nesta pesquisa, optou-se pela adoção do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016), já exposto na sessão 2.2 deste trabalho de tese. Trata-se de um modelo validado em contexto nacional, quantitativo e multidimensional, o qual elenca cinco fatores motivacionais dos voluntários: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta.

Desse modo, conforme Cavalcante (2016), os motivos variam desde graus mais elevados, centrados no altruísmo e voltados às questões mais coletivas (e assim mais relacionadas com práticas de cidadania ativa), até níveis mais inferiores, com viés egoísta, voltados para a satisfação individual. Cada um dos perfis motivacionais é mensurado por um conjunto de indicadores, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores do instrumento de motivação voluntária

Fator Motivacional	CÓD.	Item de mensuração
Altruísta (ALT)	ALT_1	1. Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas.
	ALT_2	2. Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.
	ALT_3	3. Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.
	ALT_4	4. Permaneço porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor.
	ALT_5	5. Permaneço porque considero meu trabalho importante.
Justiça Social (JUSTSOC)	JUST_1	6. Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades.
	JUST_2	7. Permaneço porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.
	JUST_3	8. Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.
	JUST_4	9. Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.
Afiliativo (AFIL)	AFIL_1	10. Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses.
	AFIL_2	11. Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.
	AFIL_3	12. Permaneço porque estou fazendo novos amigos.
Aprendizado (APREN)	APREN_1	14. Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas.
	APREN_2	15. Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos.
	APREN_3	16. Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências.
	APREN_4	17. Permaneço porque estou aprendendo algo.
Egoísta (EGO)	EGO_1	13. Permaneço porque estou preenchendo meu tempo livre.
	EGO_2	18. Permaneço porque estou sendo reconhecido.
	EGO_3	19. Permaneço porque estou me sentindo melhor como pessoa.
	EGO_4	20. Permaneço porque estou com boa autoestima.
	EGO_5	21. Permaneço porque me sinto importante fazendo esse trabalho.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2016).

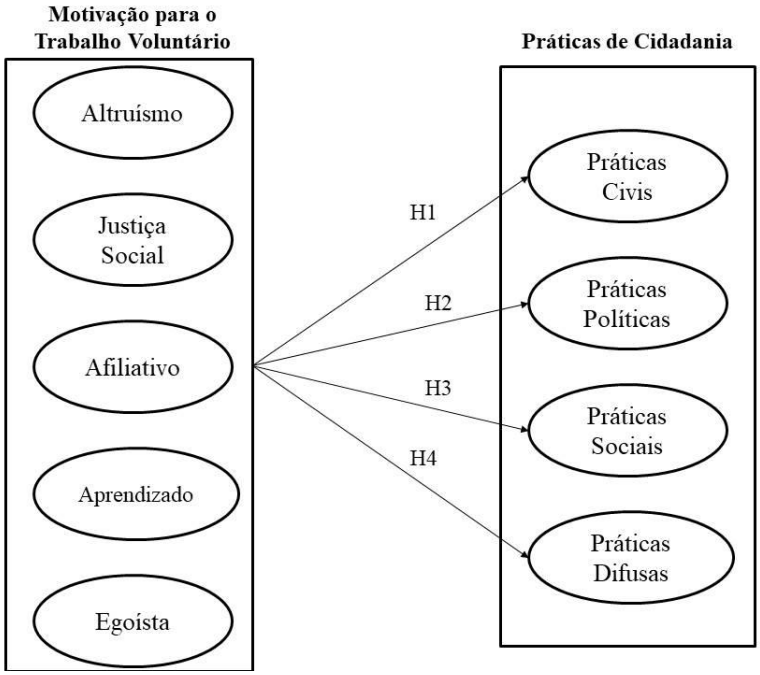
De acordo com o Quadro 3, são 21 (vinte e um) os indicadores que buscam identificar as motivações de permanência na atividade voluntária. É válido salientar que se procurou por analisar voluntários nesse estágio da atividade voluntária, permanência, por já deterem alguma experiência com a atividade voluntária, e assim, tender a influenciar outros aspectos comportamentais como a postura cidadã dos indivíduos.

Além do autor, Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017) e Amorim (2018) também validaram essa escala, em contexto nacional, com grupos de voluntários em diferentes áreas de atuação. Aquino (2015), Ageu (2015) e Lemos (2016) a validaram com voluntários atrelados a uma instituição religiosa; Ferraz (2017), com voluntários relacionados a ONGs atuantes na área de Educação; e Amorim (2018), com voluntários vinculados a ONGs e projetos sociais da área da Saúde. No caso desta pesquisa, opta-se por testar essa hipótese com voluntários religiosos (justificado no capítulo 5 desta tese).

Quanto à cidadania, conforme exposto no Capítulo 3 desta revisão teórica, após os delineamentos necessários, optou-se por mensurar este construto tomando como base tanto as dimensões apresentadas e adaptadas de Marshall (1967), como também atualizações percebidas do conceito (SANTOS, 1987; TURNER, 1990; BOBBIO, 1992; SOMERS, 1993;

DEMO, 1995; PATEMAN, 1996; TELES, 2001; MISOCZKY, 2002, DAGNINO, 2004; 2006; CALDEIRA, 2000; ZALEWSKA; KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ, 2015; CARVALHO, 2016; TEKIROĞLU, 2016). Assim, optou-se por analisar a cidadania sob a ótica das práticas de cidadania vinculadas aos indivíduos nas dimensões: civis, políticas, sociais e difusas, uma vez que não se encontrou escala adequada para mensurar cidadania nessa perspectiva e a construção de uma será o primeiro objetivo específico desta tese. Contudo, já se pode evidenciar o modelo teórico a ser testado por este trabalho, ilustrado na Figura 5 a seguir:

Figura 5 – Modelo teórico e hipóteses de pesquisa

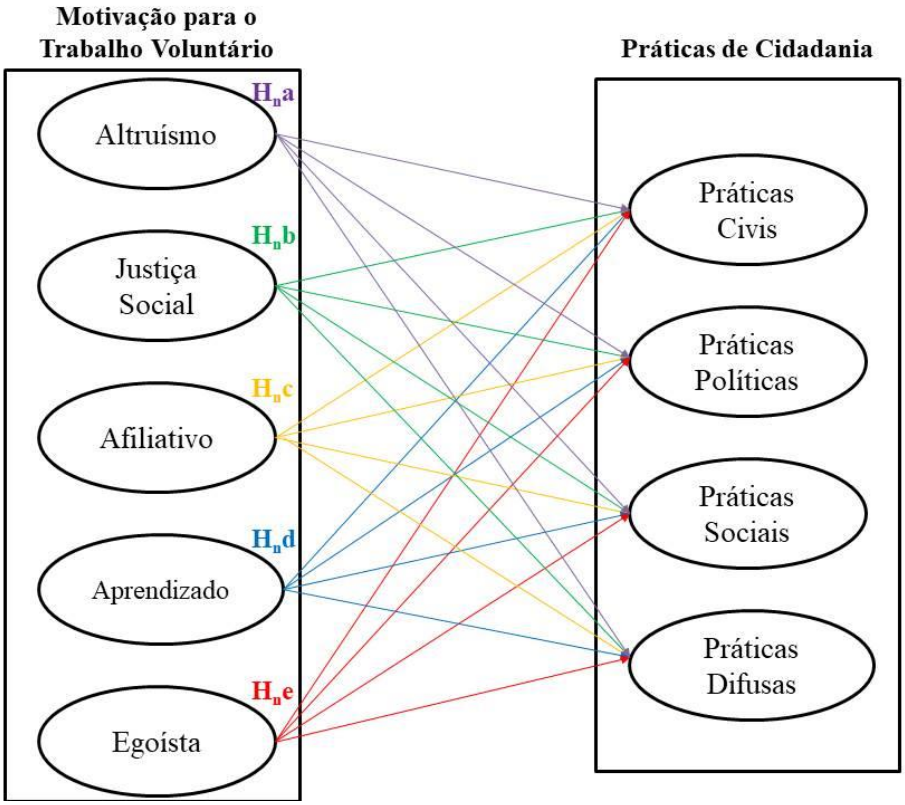


Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Diante da estrutura demonstrada na Figura 5, teoricamente, observa-se que as motivações (formadas pelos fatores altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta) conduzem os indivíduos a exercerem também práticas de cidadania (civis, políticas, sociais e difusas), que os diferenciam, em tese, dos não voluntários. Dessa premissa, surgem quatro hipóteses de estudo, relacionando os fatores de motivação (Altruísmo, Justiça Social, Afiliativo, Aprendizado e Egoísta) com cada uma das práticas de cidadania (civis, políticas, sociais e ambientais).

Espera-se ainda pela construção teórica e interdependência dos fatores, que os cinco perfis motivacionais repercutam de maneira parecida em relação às consequências em cidadania, tendo comportamento em bloco, derivando as sub hipóteses de pesquisa (Figura 6).

Figura 6 – Sub hipóteses de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Especificamente relacionando as motivações do trabalho voluntário às práticas civis de cidadania, observa-se que as Práticas Civis (PC) representam o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas, garantidas a partir dos direitos necessários à liberdade individual, fundamentais à vida. Apesar de, no Brasil, os direitos civis terem sido tardiamente desenvolvidos (AVRITZER, 2010; PINSKY; PINSKY, 2016; CARVALHO, 2016), observa-se que o voluntariado pode agir em prol de as pessoas conhecerem e acessarem esses direitos e serem responsáveis pela comunidade, em conjunto com os demais setores econômicos. Dekker e Broek (1996) trazem evidências de que, nos Estados Unidos, os voluntários tendem a ser mais envolvidos civilmente do que os não voluntários. Segundo Musick e Wilson (2008), isso ocorre porque o voluntariado envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos, ensinando-as habilidades cívicas e o conhecimento dos seus direitos.

Na pesquisa de Lie, Baines e Wheelock (2009), os voluntários evidenciaram as normas e os valores que detiveram e viram a necessidade de "devolver" algo à sociedade em forma de trabalho voluntário. Especificamente para os jovens, o trabalho voluntário é defendido como fator que contribui para um desenvolvimento humano "saudável", incluindo a detenção de um

senso de identidade mais firme, de iniciativa, de desenvolvimento de competência emocional (controle da raiva, por exemplo), de trabalho em equipe, de habilidades sociais, da tolerância à diversidade, de internalização de normas pró-sociais e de capacidade de interagir com adultos (HANSEN; LARSON; DWORKIN, 2003). Diante desses indícios, a primeira hipótese a ser testada por esta pesquisa é:

H1: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas civis de cidadania.

H1a: As motivações altruístas fomentam práticas civis de cidadania.

H1b: As motivações de justiça social fomentam práticas civis de cidadania.

H1c: As motivações afiliativas fomentam práticas civis de cidadania.

H1d: As motivações de aprendizado fomentam práticas civis de cidadania.

H1e: As motivações egoístas fomentam práticas civis de cidadania.

No âmbito das práticas políticas, ou seja, no envolvimento dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade, alguns estudos trazem indícios da relação entre voluntariado e práticas políticas de cidadania. Putnam (2006) afirma que o voluntariado é parte integrante da boa cidadania e do envolvimento político. Para Rochester et al. (2010), as pessoas têm maior probabilidade de votar, juntar-se a partidos políticos e participar dos processos políticos se estiverem envolvidas no voluntariado.

Niemi e Chapman (1998) evidenciam que os alunos que se voluntariaram mais de trinta e cinco horas por ano conheciam mais sobre a política do que os voluntários irregulares e os alunos não voluntários. Eyler, Giles Jr. e Braxton (1997) também demonstraram que, após a prestação de serviços voluntários à comunidade, o engajamento político, o interesse na política e as ações políticas aumentaram significativamente no grupo pesquisado.

Ademais, segundo Ferraz (2017) e Amorim (2018), há indícios de que os voluntários motivados a se voluntariar por questões altruístas e de justiça social demonstram tendências crescentes em relação à participação política e à legalidade. Assim, a literatura indica indícios de que essa relação entre voluntariado e práticas políticas existe, sendo, então, a segunda hipótese a ser testada por esta pesquisa:

H2: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas políticas de cidadania.

H2a: As motivações altruístas fomentam práticas políticas de cidadania.

H2b: As motivações de justiça social fomentam práticas políticas de cidadania.

H2c: As motivações afiliativas fomentam práticas políticas de cidadania.

H2d: As motivações de aprendizado fomentam práticas políticas de cidadania.

H2e: As motivações egoístas fomentam práticas políticas de cidadania.

Com relação à esfera social da cidadania, estas demonstram o envolvimento dos indivíduos na luta por direitos sociais ou outras ações no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos, garantindo, assim, a sobrevivência física e social de cidadãos.

Sobre a relação com o voluntariado, observa-se que, conforme o IBGE (2014), 88% das organizações sem fins lucrativos atuam nas áreas de direitos básicos de assistência social, educação e saúde, refletindo-se no que Ferraz (2017) afirma de que os voluntários tenderiam a se preocupar, em grande escala, com questões voltadas para os direitos sociais básicos.

Por sua vez, Moniz e Araújo (2008) alertam que, devido à incapacidade do Estado de disponibilizar recursos humanos suficientes na área da saúde, a atuação voluntária tem sido cada vez mais recorrente, concretizando-se em um campo de oportunidade para voluntários auxiliarem uma área carente em força de trabalho e composta de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Para Lie, Baines e Wheelock (2009), o voluntariado foi identificado como um meio de transformar o bem-estar econômico e social de indivíduos, famílias e comunidades. Eley (2005) complementa, afirmando que pessoas que desenvolvem trabalho voluntário há mais tempo e de modo regular amadurecem o sentido de voluntariar-se pela oportunidade de trabalhar no seu contexto local, contribuindo para sua melhoria. Desse modo, há evidências teóricas que embasam a terceira hipótese desta pesquisa:

H3: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas sociais de cidadania.

H3a: As motivações altruístas fomentam práticas sociais de cidadania.

H3b: As motivações de justiça social fomentam sociais políticas de cidadania.

H3c: As motivações afiliativas fomentam práticas sociais de cidadania.

H3d: As motivações de aprendizado fomentam sociais políticas de cidadania.

H3e: As motivações egoístas fomentam práticas sociais de cidadania.

E por fim, no que tange à quarta hipótese, esta relaciona o voluntariado às Práticas Difusas (PD), ou seja, às ações que demonstram a participação dos indivíduos na luta por

novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade no tempo. A respeito do debate da proteção ambiental, autores como Bröckerhoff e Wadham-Smith (2008) e Schattle (2008) defendem as relações entre o voluntariado e o discurso da cidadania ambiental.

Conforme Lorimer (2010), vastas partes do mundo são negligenciadas por questões variadas de falta interesse, custo, periculosidade, acesso etc., sendo o voluntariado de conservação considerado necessário, mesmo não sendo o único responsável pelo meio ambiente. Brooks (2009) complementa que atividades como o voluntariado incentivam os participantes a assumirem uma posição crítica em relação ao mundo que os rodeia, dando particular ênfase à estrutura das relações de gênero.

Sobre a cidadania atrelada à diversidade humana, especificamente sobre o grupo da Terceira Idade, Lie, Baines e Wheelock (2009) constatam que o voluntariado é visto em termos instrumentais como uma rota de volta ao trabalho remunerado para aqueles que atualmente não estão ativos no mercado de trabalho por qualquer motivo. No caso das mulheres, Fernandes (1994) destaca a presença desse gênero nos movimentos sociais e sua vinculação com os problemas da vida cotidiana, a partir do trabalho voluntário realizado nesses espaços. Tais estudos fazem referência a grupos com necessidades específicas, muitas vezes negligenciados pelo Estado, e contemplam a quarta hipótese desta pesquisa:

H4: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas difusas de cidadania.

H2a: As motivações altruístas fomentam práticas difusas de cidadania.

H2b: As motivações de justiça social fomentam práticas difusas de cidadania.

H2c: As motivações afiliativas fomentam práticas difusas de cidadania.

H2d: As motivações de aprendizado fomentam práticas difusas de cidadania.

H2e: As motivações egoístas fomentam práticas difusas de cidadania.

Diante dos modelos teóricos e hipóteses de pesquisa expostas, e que serão testados nesta pesquisa, passa-se a seguir para a apresentação da proposta metodológica.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

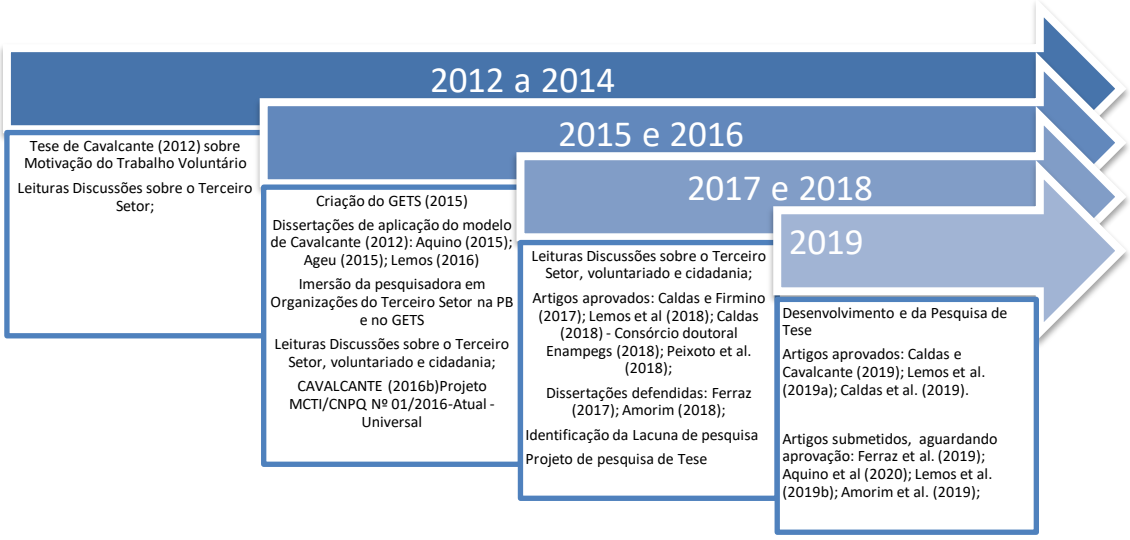
São vários os caminhos do saber que podem ser escolhidos para desenvolver uma pesquisa científica em prol do fomento do novo conhecimento e da intervenção humana para melhorar a vida. As formas como os pesquisadores visualizam o mundo (ontologia), compreendem e constroem a realidade (epistemologia), a natureza humana e o método de estudo influenciam a forma e as soluções encontradas para os problemas pesquisados.

Relembrando o objetivo geral que guia esta pesquisa, tem-se: compreender as relações entre a atividade voluntária e as práticas de cidadania, à luz da motivação inerente. Para o alcance deste objetivo, optou-se por um viés funcionalista, se é que é possível enquadrar nossa forma de pensar e analisar em alguma classificação rígida como a exposta por Burrell e Morgan (1979).

Conforme os autores supracitados, a visão funcionalista está baseada na percepção da realidade de forma mais concreta e objetiva, na qual existe um mundo igual para todos, fixo, estável, padronizável, que precisa ser descoberto pelos pesquisadores. Assim, uma epistemologia mais concreta, de pensamento mais determinista a partir de métodos quantitativos é defendida nesse tipo de lente de observação. Contudo, também houve a necessidade de utilizar métodos qualitativos em algumas etapas da pesquisa, de forma a fazer a vinculação entre as conclusões quantitativamente extraídas e a realidade qualitativa imposta.

É importante salientar que esse objetivo de pesquisa derivou de uma lacuna de pesquisa identificada a partir dos estudos do Grupo de Estudos do Terceiro Setor – GETS, do qual esta pesquisadora é participante. Leituras, discussões e pesquisas encaminharam para o desenvolvimento de várias pesquisas que embasaram a atual proposta, conforme esquema ilustrado na Figura 7 a seguir.

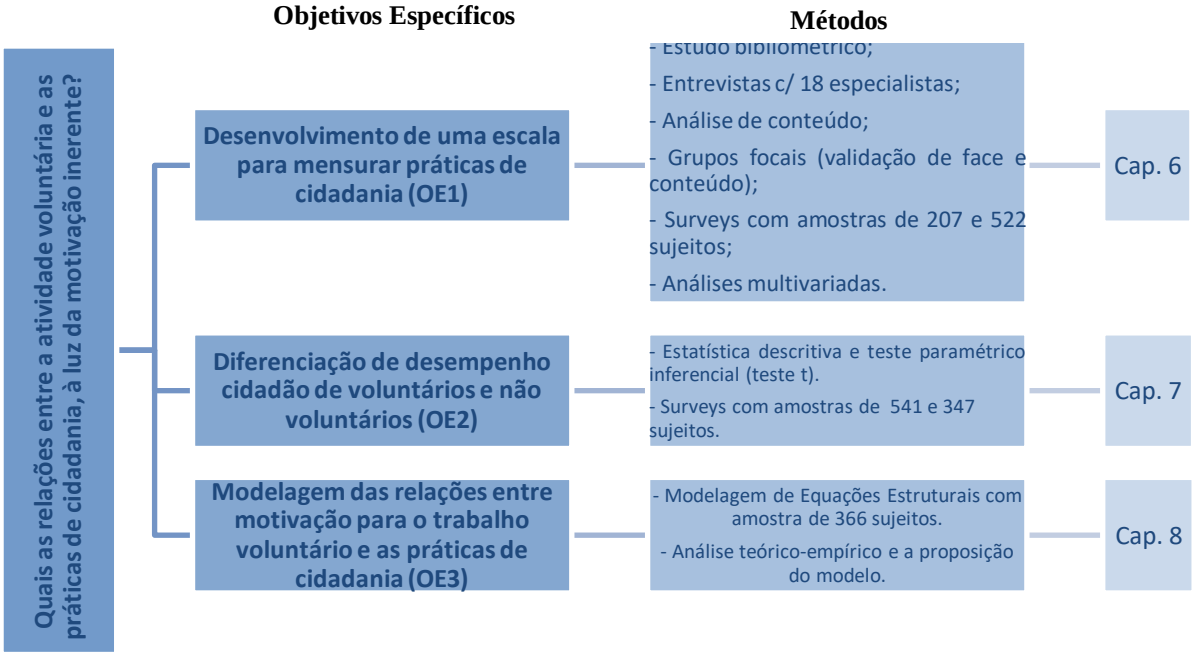
Figura 7 - Linha do Tempo das Pesquisas sobre Terceiro Setor



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir dos estudos referenciados, identificou-se a premissa que norteia este estudo de que o voluntariado fomenta práticas de cidadania ativa que, por sua vez, gerou o problema, os objetivos e as hipóteses de pesquisa evidenciadas por essa pesquisa. Tal proposta segue uma trajetória de investigação, conforme design sintetizado na Figura 8 a seguir.

Figura 8 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Diante do exposto na Figura 8, observa-se que para cada um dos objetivos específicos da pesquisa foram utilizados um conjunto de métodos particulares e resulta em um capítulo dos resultados, nos quais está esmiuçada a forma como foram executados os procedimentos na ordem em que foram acontecendo. Aqui, neste capítulo, foram condensadas as informações principais acerca dos procedimentos metodológicos utilizados, apresentados nas subseções a seguir.

5.1 Caracterização da pesquisa

Quanto aos seus objetivos de pesquisa, este trabalho pode ser classificado como um estudo exploratório, descritivo e explicativo. Em termos exploratórios, Triviños (1987) afirma que este tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador a ampliação de sua experiência em torno de um problema, seja para delimitá-lo, seja para manejá-lo com maior segurança. Ao mesmo tempo, a pesquisa exploratória é demandada "quando não se têm informações sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno" (RICHARDSON, 1999, p. 66), como acontece neste caso, por não se conhecer outras escalas de cidadania e ter que desenvolvê-la.

A fase exploratória, portanto, ocorreu no desenvolvimento da escala de cidadania (cap. 6), na fase inicial de geração dos itens, em que ocorreu rastreamento da literatura e ouviu-se a percepção de especialistas para identificar e compor os indicadores de práticas de cidadania a serem validados na escala.

Segundo Gil (2002), pode ser considerado descritivo por descrever as características de determinada população e por estabelecer relações entre variáveis. Para Selltiz et. al. (1974, p.59), o objetivo desse tipo de estudo é "apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico" e "verificar a freqüência com que algo ocorre ou com que está ligado a alguma outra coisa". Nesse sentido, buscou-se descrever diferenças no desempenho cidadão de voluntários e não voluntários (cap. 7).

A pesquisa ainda pode ser classificada como explicativa diante do estabelecimento das relações entre as práticas de cidadania e a motivação de voluntários religiosos a partir da modelagem realizada no capítulo 8. Segundo Severino (2007), a pesquisa explicativa ocupa-se com a razão e o porquê das coisas. Além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, através da aplicação do método quantitativo ou do qualitativo.

Quanto à abordagem, utilizou-se uma composição mista de pesquisa qualitativa e quantitativa, sendo esta última a de maior ocorrência. A pesquisa qualitativa compreende um

conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrição e a decodificação de componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996).

Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa foi necessária tanto na construção da escala (na fase inicial de geração de itens e na validação de face e conteúdo), como na vinculação dos resultados quantitativos com a realidade empírica e teórica acerca das relações entre cidadania e motivação. Segundo Devellis (1991), na etapa de geração de itens há momentos em que o pesquisador precisa utilizar o conhecimento sobre o campo teórico e empírico para ponderar quais itens, relações ou resultados são mais relevantes, exigindo bastante reflexão. Neste trabalho também houve um momento de aplicação da técnica de entrevistas semiestruturadas com especialistas para confirmar se as práticas de cidadania identificadas na literatura eram adequadas.

Contudo há uma predominância do uso da abordagem quantitativa, a qual foi realizada no sentido de gerar medidas confiáveis e generalizáveis que permitam auxiliar a análise e a explicação dos achados. A pesquisa quantitativa permite mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um universo através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada.

Nesse sentido, foram utilizadas medidas estatísticas tanto para validar a escala de mensuração de cidadania, para diferenciar o desempenho cidadão de voluntários e não voluntários, assim como para compreender as relações entre o voluntariado (especificamente os perfis motivacionais) e as práticas de cidadania à luz das motivações.

Também esta pode ser considerada uma pesquisa de natureza aplicada, já que se analisou a relação entre a motivação do trabalho voluntário e as práticas de cidadania ativa, gerando conhecimento com aplicações práticas na direção de solução de problemas na área da gestão do terceiro setor (SILVA; MENEZES, 2005).

5.2 Contexto e sujeitos da pesquisa

Sobre o universo de pesquisa, esta tese utilizou tanto dados qualitativos como quantitativos. Os primeiros foram coletados a partir de entrevistas com especialistas do tema ‘cidadania’ para verificar os sentidos e percepções destes sobre as práticas de cidadania elencadas da literatura, e assim, gerar variáveis apropriadas e condizentes à cidadania no contexto brasileiro e considerando a unidade de análise individual, necessárias para compor a escala de mensuração proposta pelo primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Durante os meses de setembro e outubro de 2018 foram entrevistados 18 especialistas vinculados a: núcleos e conselhos locais sobre o tema; docentes de programas de pós-graduação que ministram disciplinas sobre cidadania; profissionais dos poderes Legislativo e Executivo e membros de organizações da sociedade civil que trabalham direta ou indiretamente com o tema da cidadania (Quadro 4).

Na seleção destes, utilizou-se a técnica de bola de neve (MERRIAM, 2009), os quais foram entrevistados tanto em grupos como individualmente, diante da disponibilidade de horário concedida. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos.

Quadro 4 – Lista de especialistas entrevistados

Cargo/Entidade	Código	Grupo
Assistente Social. Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB). Assessora e agente da Pastoral Carcerária da PB.	E1	G1
Membro do CEDH-PB. Padre. Coordenador da Pastoral Carcerária da PB.	E2	
Procurador Regional da República. Professor de Direito da UFPB. Membro do CEDH-PB. Foi Coordenador do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da PB.	E3	
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPCJ/UFPB)	E4	Individual
Psicóloga. Mestre em Serviço Social e Doutora em Educação. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) e de Educação (PPGE) da UFPB. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Coordenadora do Comitê Paraibano (e Nacional) de Educação em Direitos Humanos.	E5	G2
Formada em Assistência Social, Direito, Engenharia Civil e Sociologia. Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas e do curso de Pedagogia da UFPB. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.	E6	
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPCJ/UFPB). Membro do Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional (Madrid).	E7	Individual
Professora de Gestão Pública e da Pós-Graduação em Ciência Política da UFCG.	E8	Individual
Advogada e Servidora da Assembleia Legislativa da Paraíba. Participa de Projetos Sociais.	E9	G3
Advogado.	E10	
Assessor Técnico Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba.	E11	Individual
Fiscal do Ministério do Trabalho. Representante do Comitê de Ética da Paraíba, da Ouvidoria e Chefe na Seção da Economia Solidária. Trabalha com Mediação e Conciliação na Administração Pública. Palestrante e Coach.	E12	Individual
Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba.	E13	G4
Agente Administrativo e Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba.	E14	
Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa da Paraíba.	E15	
Magistrada da Justiça do Trabalho. Diretora da Escola Superior da Magistratura-ESMAT 13. Professora no curso de pós-graduação em Meios Consensuais de Resolução de Conflitos (UEPB e UNIPE). Participa de projetos sociais na área de educação.	E16	Individual
Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho.	E17	Individual
Membro da Comissão da Criança e Adolescente da OAB.	E18	Individual

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Também houve reuniões presenciais e on-line com grupos focais para discussão dos itens da escala e validação de face e conteúdo. Os sujeitos são membros do GETS e especialistas em escalas. O Quadro 5 sintetiza as informações desses encontros:

Quadro 5 – Reuniões dos grupos focais

Data	Objetivo	Nº de Participantes	Duração
17/05/18	Analisar e condensar quadro temático de cidadania, extraído da literatura.	2	2 horas
05/06/18	Analisar e condensar quadro temático de cidadania, extraído da literatura.	3	2 horas
13/06/18	Validação de face e conteúdo da primeira versão da escala, para a qualificação da tese.	11	2 horas
08/11/18	Validação de face e conteúdo da primeira versão da escala, pós entrevistas.	5	2 horas
28/11/18	Validação de face e conteúdo da primeira versão da escala, pós entrevistas.	3	Virtual
09/04/19	Validação de face e conteúdo da segunda versão da escala.	5	2 horas

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Já os dados quantitativos foram derivados de três atividades de amostragem, não probabilística, necessárias tanto para a validação da escala de cidadania desenvolvida; para diferenciar o desempenho cidadão entre voluntários e não voluntários; como também para estabelecer a modelagem de equações estruturais entre motivação e práticas de cidadania com voluntários religiosos (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Amostras para de coleta de dados quantitativos

Período de coleta	Amostra	N (Total)	N (Grupos)		Objetivo	Critério de seleção de sujeitos
			Volunt.	Não Volunt.		
Jan. – Fev. de 2019	1	207	68	139	Foi utilizada na primeira atividade de limpeza da escala (Cap. 6), para analisar consistência da estrutura fatorial.	Todo aquele classificado como cidadão brasileiro poderia fazer parte da amostra. Mas precisava saber ler e escrever e morar no Brasil, já que se trata de cidadania brasileira.
Abr. – Jun. de 2019	2	522	175	347	Foi tanto utilizada para confirmação da estrutura fatorial e validação da escala (cap. 6), como para realizar comparações acerca do desempenho cidadão de voluntário e não voluntários (cap. 7).	Optou-se por aqueles com 14 anos ou mais, seguindo perfil entrevistado pelo IBGE (2015-2017). Entende-se que com essa idade já se tenha consciência sobre aspectos de cidadania e já podem efetivar práticas cidadãs e de voluntariado.
Jul. – Set. de 2019	3	366	366	-	Usada nas comparações acerca do desempenho cidadão de voluntário e não voluntários (cap. 7) e na modelagem (Cap. 8).	Optou-se por voluntários religiosos vinculados a projetos sociais de OSCs da área religiosa.
Total	**-**	**1.095**	**609**	**486**	**-**	**-**

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De modo geral, observam-se três tipos de sujeitos de pesquisa nas amostragens: os não voluntários, os voluntários (sem especificações) e os voluntários religiosos. Os não voluntários são aqueles que se autodeclararam como não voluntários. Os voluntários (sem especificações), são aqueles que exercem o voluntariado vinculados a projetos sociais informais ou formais, vinculados a OSCs em qualquer área de atuação. Já os voluntários religiosos são aqueles que realizam o trabalho voluntário vinculados à OSCs da área religiosa.

Essa preocupação em delimitar uma área de atuação específica do voluntariado segue as orientações de Wilson (2000) e Musick e Wilson (2008), os quais recomendam que em estudos de motivação não se estude várias instituições com naturezas e finalidades distintas, uma vez que essa diferenciação pode também influenciar as motivações dos voluntários, dificultando a análise comparativa.

A área religiosa foi escolhida pela representatividade de suas OSCs no país, já que, infelizmente não foram encontradas pesquisas no país que demonstrem o número total de voluntários por área[11]. Assim, recorreu-se aos dados sobre os segmentos de atuação das OSCs no país. Segundo o IBGE (2019b), em 2016, a maioria (35,1% ou 83.053) das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil estão classificadas no segmento religioso, com um número médio de 1,8 pessoas ocupadas e assalariadas. Para o IPEA (2018), as organizações com finalidade religiosa fazem parte do segundo maior grupo de OSCs do país (25,4% ou 208.325), perdendo apenas para a área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, cujo grupo se caracteriza por uma elevada heterogeneidade de atuações e é representada por OSCs que não se encaixam nas demais categorias de classificação.

Em ambas as pesquisas, há evidências de predominância de pequenas entidades e de baixa taxa de pessoal formalizado ocupado, sendo a forte presença do trabalho voluntário e da prestação de serviços autônomos como razões apontadas para explicar, parcialmente, o funcionamento delas (IBGE 2019b; IPEA 2018). Empiricamente, tem-se ainda, que, na segunda atividade de amostragem desta tese, a religião também foi a área à qual os voluntários mais estavam vinculados (30,1%).

É importante frisar que as organizações a que os voluntários religiosos estão vinculados estão em conformidade com o delineamento conceitual exposto pelo IPEA (2018)

[11] Em 2016, o IBGE tem iniciado um esforço de registrar dados sobre o voluntariado em pesquisas como PNAD Contínua, mas a caracterização dos voluntários por área ainda não está especificada. A PNAD Contínua (2018) apenas segmenta os voluntários quanto ao local de realização do trabalho voluntário em dois grupos: (1) aqueles que fazem em congregação religiosa, sindicato, condomínio, partido político, escola, hospital ou asilo (79,9%) e; (2) em associação de moradores, associação esportiva, ONG, grupo de apoio ou outra organização (13,0%).

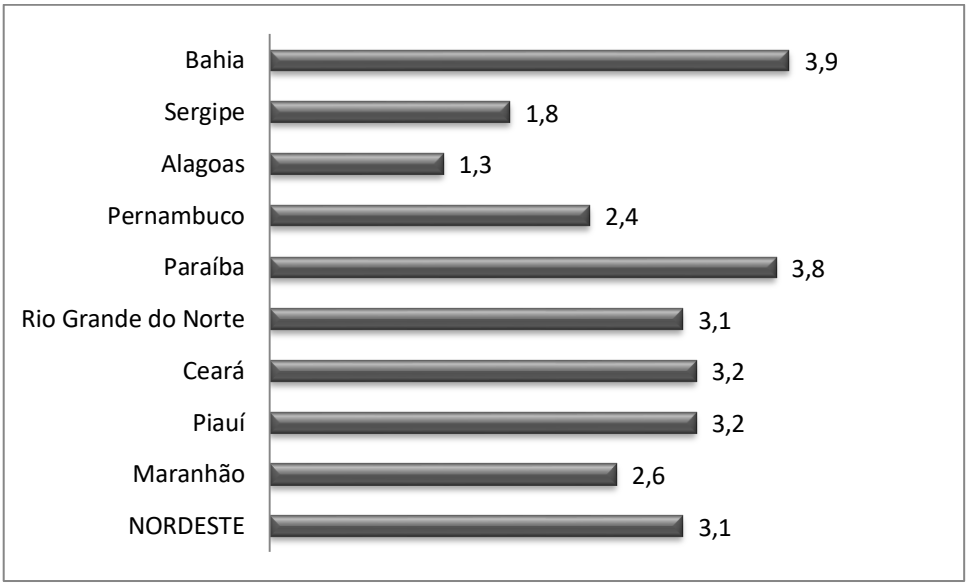
e pelo IBGE (2012), enquadrando-se simultaneamente nos seguintes critérios: ser privada, sem vínculo jurídico ou legal com o Estado; não ter finalidade lucrativa; ser legalmente constituída, ou seja, ter inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); ser autoadministrada e; ser constituída de forma voluntária por indivíduos, e as atividades que desempenham devem ser de livre escolha por seus responsáveis.

A caracterização e os detalhes das amostras coletadas se encontram nos capítulos 6 e 7, conforme foram sendo necessárias na análise dos resultados. Contudo, antecipa-se que apesar do esforço de disseminação do questionário em todo o território nacional, principalmente na segunda e terceira atividade de amostragem, contatando pessoas e OSCs por meio de redes sociais e telefonemas, houve a predominância de sujeitos situados no Estado da Paraíba.

Segundo o IBGE (2019a), o Nordeste apresenta a menor taxa de voluntários (3,2 em 2017 e 3,1 em 2018) dentre as regiões brasileiras, mas em contrapartida, é a segunda região com maior número de OSCs (25%) identificadas pelo IPEA (2018).

Conforme os dados do IBGE (2019a), a Paraíba, especificamente, apresenta a taxa de voluntários maior que a média do Nordeste (de 3,5 em 2017 e 3,8 em 2018), ficando à frente de todos os outros estados da região, com exceção da Bahia (3,9%), conforme ilustrado na Figura 9. Em termos de número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFILs), a Paraíba ocupa o quarto lugar no Nordeste com 4.004 instituições cadastradas (IBGE, 2019b).

Figura 9 - Taxa de realização do trabalho voluntário em 2018, por estado da região Nordeste.



Fonte: IBGE (2019b)

Ainda conforme os dados do IBGE (2019a), o perfil dos voluntários no estado da Paraíba em 2018 é formado por uma maioria feminina (4,7% entre as mulheres e 2,7% entre os homens); com idade entre 25 e 49 anos de idade (4,1%, divergentemente da predominância de pessoal mais velho acima de 50 anos da média nacional de 5%); com formação superior de escolaridade (7,4%) e com ocupação (4,1% ocupados e 3,5% não ocupados). A média de horas semanais dedicadas ao voluntariado é de 5,9h.

Segundo Caldas et al. (2019), no estudo das teorias que explicam o surgimento do Terceiro Setor na Paraíba, especificamente de ONGs situadas em João Pessoa, a Teoria dos Bens Públicos é a principal resposta pelos quais se originam OSFLs nesta localidade (em 62% das ONGs estudadas), entendendo-se que para o atendimento das especificações de uma demanda diversa faz-se necessário a mobilização da sociedade civil para atender demandas que não são satisfeitas nem pelo Estado nem pelo mercado privado.

A Teoria do Empreendedorismo Social também se mostrou relevante em 37% dos casos analisados, retratando a importância das pessoas empreendedoras sociais que sonham, engajam-se e mobilizam terceiros para dar origem a uma atividade que gere mudanças significativas para a sociedade.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

Na parte qualitativa da pesquisa, dois instrumentos de coleta de dados foram utilizados: o roteiro das entrevistas semiestruturadas e o instrumento de validação de face e conteúdo. Eles encontram-se nos Apêndices B e C, respectivamente.

O roteiro serviu como base para confirmar a percepção de especialistas sobre as práticas de cidadania elencadas na literatura. De acordo com o andamento das entrevistas, procurou-se deixar o entrevistado livre acerca de comentários adicionais ou para elencar outras práticas que não estavam no roteiro.

Já na pesquisa quantitativa, utilizou-se a estratégia *survey* para coleta de dados, tanto utilizando meios eletrônicos (Facebook, e-mail e redes sociais) como realizando visitas de campo (em entidades ou contextos públicos de grande aglomeração de gente). Três instrumentos foram utilizados: (1) com o primeiro esboço da escala de práticas de cidadania; (2) com o segundo esboço da escala de práticas de cidadania e; (3) contendo tanto a escala de práticas de cidadania validada quanto o instrumento desenvolvido por Cavalcante (2016) para mensurar a motivação do trabalho voluntário.

O primeiro foi disponibilizado on-line via programa *SurveyMonkey*; os demais, a partir do *Google Forms*. As principais informações sobre os instrumentos estão apresentadas no Quadro 7 e os questionários estão nos Apêndices D, E F.

Quadro 7 – Instrumentos de coleta de dados quantitativos

Instrum.	Objetivo	Composição
1	Foi utilizado na primeira atividade de limpeza da escala (Cap. 6) para analisar consistência da estrutura fatorial.	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - 06 quesitos sociodemográficos - 03 quesitos sobre atividade voluntária; - 28 itens que compõem a escala de 'Práticas de Cidadania'
2	Foi tanto utilizado para confirmação da estrutura fatorial e validação da escala (cap. 6), como para realizar comparações acerca do desempenho cidadão de voluntário e não voluntários (cap. 7).	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - 07 quesitos sociodemográficos; - 04 quesitos sobre atividade voluntária; - 27 itens que compõem a escala de 'Práticas de Cidadania'
3	Utilizou-se para realizar comparações do desempenho cidadão entre voluntários e não voluntários (cap. 7), como para realizar a modelagem entre motivação e cidadania (Cap. 8).	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - 09 quesitos sociodemográficos; - 04 quesitos sobre atividade voluntária; - 21 itens que compõem a escala de 'Motivação para o Trabalho Voluntário' - 17 itens que compõem a escala de 'Práticas de Cidadania'

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme exposto no Quadro 7, todos os instrumentos de coleta de dados quantitativos foram compostos do Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de quesitos sociodemográficos, de caracterização da atividade voluntária e de indicadores de práticas de cidadania. No terceiro instrumento, houve o acrescimento da escala de Motivação para o Trabalho Voluntário, desenvolvida por Cavalcante (2016).

Os quesitos referentes tanto às práticas de cidadania como os indicadores de motivação foram do tipo Likert de 11 pontos (0 a 10), configuração na qual Costa (2011) afirma que não força os entrevistados a responder questões sobre as quais eles não têm o que manifestar (se não realiza a prática, marca 0) e tem o potencial de reduzir problema de dados perdidos (ver modelo na Figura 10). Tal formatação também é familiar aos respondentes pela aproximação com o sistema de avaliação educacional brasileiro (notas de 0 a 10).

Figura 10 – Modelo de Escala de Likert de 11 pontos

Afirmação genérica...

Nunca realizo essa prática					↔					Sempre realizo essa prática
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

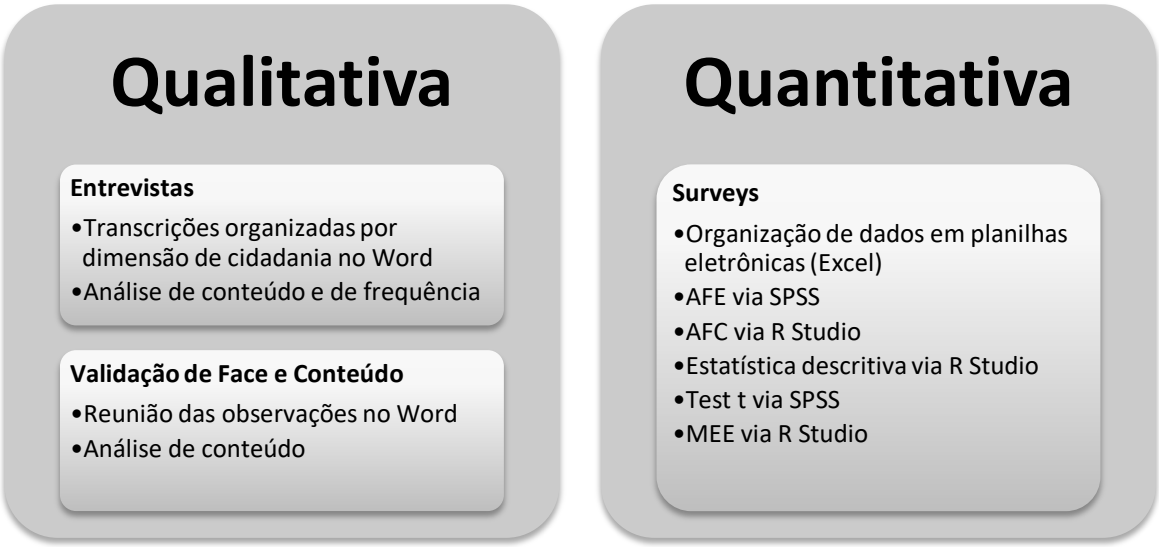
Fonte: Adaptado de Costa (2011).

Também houve a preocupação de apresentar os itens dispostos de maneira aleatória e de não colocar sequência extensa de itens em uma mesma página (na versão virtual, cujos blocos de itens foram intercalados com questões sociodemográficas).

5.4 Ordenamento, tratamento e análise dos dados

Cada coleta de dados foi organizada, tratada e analisada de forma distinta, conforme o tipo de dado que se tinha. A Figura 11 sintetiza as informações referentes a esses processos:

Figura 11 - Organização, tratamento e análise dos dados da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme a Figura 11, na pesquisa qualitativa, a coleta de dados ocorreu por dois meios: as entrevistas e a validação de face e conteúdo.

No primeiro caso, as entrevistas foram gravadas (com exceção de um caso, que teve os dados registrados em papel), transcritas, sistematizadas e categorizadas seguindo as dimensões de práticas de cidadania estabelecida teoricamente (práticas civis, políticas, sociais e difusas), facilitando o exame e interpretação dos resultados. No segundo caso, as observações dos pareceristas foram discutidas, reunidas e sintetizadas em registros em papel e, posteriormente, corrigidas nos questionários em Word e repassadas ao programa utilizado para a coleta de dados on-line (*SurveyMonkey* e *Google Forms*).

A análise dos dados de ambos instrumentos ocorreu via análise de conteúdo, que reúne um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, via procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que

possibilitem inferências e conhecimento acerca das mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Os dados quantitativos foram organizados em planilhas eletrônicas do Excel e depois tratados estatisticamente utilizando o software IBM SPSS 20 e R *Studio*. A análise dos dados foi realizada via técnicas estatísticas variadas, vinculadas a cada objetivo específico.

A validação da escala derivou de duas coletas de dados. Na primeira atividade de amostragem, foram efetivados procedimentos de limpeza da escala, a partir de análises das correlações, da AFE - Análise Fatorial Exploratória (que abrange a análise das comunalidades, cargas fatoriais, variância e KMO) e da confiabilidade da escala (via *alpha* de *Cronbach*), utilizando o método de extração dos componentes principais (para essa primeira amostra) e uso da rotação *Varimax*.

Segundo Pacheco, Mesquita e Dias (2015), a AFE serve para agrupar os dados e reduzir a informação, buscando uma melhor interpretação e ajuste dos dados para o uso de outras técnicas estatísticas multivariadas. O Quadro 8 sintetiza os parâmetros utilizados.

Quadro 8 – Parâmetros utilizados para a AFE

Índice	Descrição	Parâmetros
Correlações de Pearson	Indica grau de correlação entre duas variáveis.	Maior que 0,2 e p<0,05, dentro do mesmo fator.
Teste de Esferacidade de Barlett.	Teste estatístico de significância geral de todas as correlações em uma matriz de correlação	p-valor<0,05
KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e	Indica a adequação da amostra para análise fatorial, por meio do KMO e do teste de esferacidade de Barlett.	KMO> 0,7
Variância Total Extraída	Corresponde ao percentual da variância total absorvida por cada fator.	Acima de 50%
Comunalidades	Representam a variância total de cada variável compartilhada com as demais	Acima de 0,200 (primeira amostra). Acima de 0,4 (segunda amostra).
Escores/Cargas fatoriais	São os valores estimados da correlação de cada variável com os fatores gerados.	Quanto maior melhor. Para uma amostra de 200, acima de 0,4.
Alpha de Cronbach (α)	Medida de confiabilidade e de consistência interna que apresenta o percentual da variação total de um fator.	Acima de 0,7

Fonte: Adaptado de Hair et al (2009); Costa (2011).

Já na segunda amostragem, foram realizados procedimentos adicionais de limpeza, por meio da AFE e da AFC – Análise Fatorial Confirmatória (análise de medidas de ajustamento e qualidade do modelo), de validade (translação, de convergente e discriminante) e de confiabilidade (*alpha* de *Cronbach*, *Average Variance Extracted* – AVE e confiabilidade composta – CC) – ver Quadro 9. A AFC visa testar se o comportamento dos itens estruturado na AFE se confirma, utilizando a técnica de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) para analisar as relações de dependência entre os construtos. O método de estimação utilizado foi o

da máxima verossimilhança (*maximum likehood*).

Quadro 9 – Parâmetros utilizados na AFC

Índices	Descrição	Parâmetros
Qui-quadrado (χ^2)	Teste de significância da função de discrepância minimizada durante o ajustamento do modelo.	Quanto menor, melhor; p-valor<0,05
Medidas absolutas de ajustamento		
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	Índice de ajustamento a partir da raiz padronizada do resíduo médio.	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	Explica a proporção da covariância observada entre as variáveis manifestas, explicada pelo modelo ajustado.	Próximo a 1 ou acima de 0,8 (ajust. sofrível).
Qui-quadrado normalizado (χ2/g.l.)	Refere-se à situação em que o ajustamento perfeito à estatística χ^2 é igual aos graus de liberdade.	Menor que 5
Medidas incrementais de ajustamento		
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	Índice de ajuste incremental que varia de 0 a 1, sendo recomendável valores altos.	Próximo a 1 ou acima de 0,8 (ajust. sofrível).
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	Avalia a percentagem de incremento na qualidade do ajustamento do modelo ajustado (χ^2) relativamente ao modelo de independência total ou modelo basal (o pior modelo possível) (χ^2_b)	Próximo a 1 ou acima de 0,8 (ajust. sofrível)
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	Índice que compara o modelo teórico especificado com um modelo de referência nulo.	Próximo a 1 ou acima de 0,8 (ajust. sofrível).
IFI	Também é um índice comparativos que trabalha com a lógica de comparação do χ2 de modelos independentes com o χ2 do modelo em teste.	Próximo a 1 ou acima de 0,8 (ajust. sofrível)
Medidas de parcimônia de ajustamento		
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	Penaliza o CFI pelo rácio de parcimónia.	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	Penaliza o NFI pelo rácio de parcimónia	Maior que 0,60
Medidas de discrepância populacional		
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	Índice a partir dos erros quadráticos médios de aproximação.	Inferior a 0,08
Validade fatorial e convergente		
Validade fatorial	Considera a confiabilidade individual do item em relação a sua variabilidade total explicada pelo fator. Se dá por meio dos escores fatoriais.	Acima de 0,5; p-valor< 0,05.
Alpha de Cronbach (α)	Medida de confiabilidade e de consistência interna que apresenta o percentual da variação total de um fator.	Acima de 0,7
Confiabilidade composta (CC)	Consistência interna dos itens reflexivos do construto. Também está relacionada a confiabilidade do construto.	Acima de 0,7
AVE (*Average Variance Extracted)*	Indica a quantidade geral de variância dos itens para explicar o construto latente	Acima de 0,5
Validade Discriminante		
Critério de Anderson e Gerbin (1998)	Fixa a correlação entre dois construtos quaisquer em 1 e verifica através do teste da diferença dos χ^2 se há diferença significativa.	p-valor<0,05; χ^2 do modelo livre menor do que o χ^2 do modelo com correlação fixada.
Critério de Fornell e Larcker (1981)	Verifica se a raiz quadrada das AVE de cada dimensão é maior do que as correlações com as outras dimensões	Raiz quadrada da AVE maior do que o R^2 entre as dimensões

Fonte: Fornell e Larcker (1981), Anderson e Gerbin (1998), Hair et. al (2009) e Marôco (2010).

No capítulo 7, há a consecução do segundo objetivo específico de pesquisa, o de comparar as médias das práticas de cidadania de voluntários e não voluntários. Nesse caso, a análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva (medidas de posição, dispersão e formato) e teste paramétrico inferencial (teste t), utilizando os dados da segunda e da terceira amostragem.

Por fim, no capítulo 8, há a modelagem das relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, via MEE. Com relação à técnica de MEE, ela possibilita avaliar um conjunto de relacionamentos de dependência que, empiricamente, são testados por meio de um modelo que operacionaliza a teoria (HAIR et al., 2009).

Segundo esses autores, o modelo, portanto, permite a representação dos relacionamentos examinados por meio de um diagrama de caminhos ou de um conjunto de equações estruturais. Essa técnica se difere de outras por possibilitar a explicação de modelos que apresentam de forma simultânea relações entre variáveis dependentes e independentes, realizando simultaneamente a análise fatorial e a regressão múltipla (HAIR et al., 2009; COSTA, 2011). Expostos os procedimentos metodológicos adotados, segue-se para a análise e apresentação dos resultados, os quais abrangem os capítulos 6, 7 e 8, expostos a seguir.

6 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DA ESCALA DE PRÁTICAS DE CIDADANIA

Esta sexta parte do trabalho de tese tem como objetivo desenvolver e validar uma escala para mensurar práticas de cidadania a partir das ações dos indivíduos em prol do bem-estar da coletividade. O desenvolvimento deste instrumento foi necessário pela inexistência de uma escala adequada a ser aplicada para mensurar este construto da cidadania tanto a partir de ações individuais, como alinhadas ao contexto nacional e à atualidade.

Para a construção da escala, recorreu-se à literatura especializada tanto de desenvolvimento de escalas (CHURCHILL, 1979; DEVELLIS, 1991; ROSSITER, 2010; COSTA, 2011) como de modelagem de equações estruturais (HAIR et al., 2009; MARÔCO, 2010).

Estruturalmente, o processo de construção da escala de práticas de cidadania envolveu quatro etapas. A primeira foi a referente a geração dos itens e ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, de entrevistas com especialistas do tema e grupos focais para validação de face e conteúdo das primeiras variáveis da escala. Ao final desta etapa, foi desenvolvido um questionário abrangendo 28 (vinte e oito) itens para a mensuração das práticas de cidadania.

A segunda etapa consistiu na aplicação da escala com uma primeira amostra para efetivação de procedimentos de limpeza, a partir de análises das correlações, da análise fatorial exploratória (AFE) e da confiabilidade da escala (*alpha* de *Cronbach*).

Por meio dessas análises, uma primeira estrutura fatorial foi validada, envolvendo quatro dimensões de práticas de cidadania: civil, política, social e ambiental[12]. Nesta primeira rodada, itens foram excluídos, textualmente editados e inseridos para fortalecer o construto até então formatado. Assim, 27 (vinte e sete) itens seguiram para serem confirmados por uma segunda amostragem.

Na terceira etapa, houve uma segunda rodada de validação da escala com uma segunda amostra, na qual foram realizados procedimentos adicionais de limpeza, por meio da análise fatorial exploratória e confirmatória (AFE e AFC), de validade (translação, de convergente e discriminante) e de confiabilidade (*alpha* de *Cronbach*, *Average Variance Extracted* – AVE e Confiabilidade Composta – CC). Foram confirmados 17 itens da escala de práticas de cidadania, abrangendo as quatro dimensões de cidadania efetivadas na primeira amostragem,

[12] Note que a dimensão recebeu nova nomenclatura: denominada na revisão teórica de 'Práticas Difusas de Cidadania', foi renomeada para 'Práticas Ambientais de Cidadania', diante do conteúdo das variáveis que permaneceram no construto após a AFE.

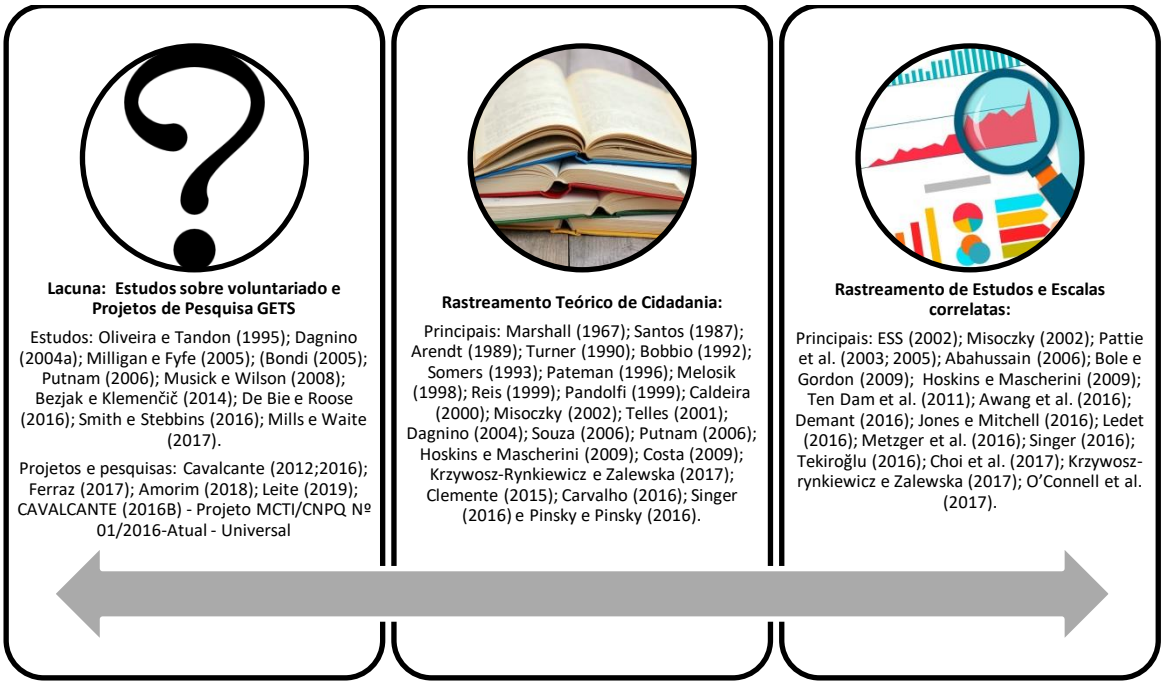
quais sejam: civil, política, social e ambiental. E por fim, com a escala validada, houve a construção de normas e recomendações para uso da escala desenvolvida. Cada uma das etapas é apresentada detalhadamente a seguir.

6.1 Geração dos itens

A geração de itens da escala de Práticas de Cidadania advém do esforço qualitativo e teórico anterior. Conforme já exposto, para mensurar o construto da cidadania, esta pesquisa se embasa no aporte teórico de Marshall (1967), mas também considerando as atualizações do conceito, ampliando-o e aproximando-o das demandas do presente. Há ainda a preocupação por apresentar uma mensuração real de como esses direitos e deveres são praticados no dia a dia pelos indivíduos, demonstrando que a cidadania não é apenas um construto teórico ou existente apenas em legislações nacionais ou acordos internacionais, mas presente do dia a dia dos indivíduos.

Nesse sentido, a geração dos itens da escala teve início desde a seleção dos temas pré-selecionados na revisão teórica. Para melhor situar o leitor, até esta etapa da pesquisa foram realizados os seguintes esforços ilustrados na Figura 12 a seguir.

Figura 12 – Percurso teórico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir do rastreamento bibliográfico, identificou-se 101 descritores que representam ideias, temas ou assertivas relevantes que poderiam se configurar em práticas de cidadania.

Nesse primeiro momento, houve uma preocupação maior com a quantidade de itens do que com a qualidade de sua redação. Mas, em seguida, iniciou-se um processo de redução, qualificação e categorização nas dimensões pré-estabelecidas teoricamente, quais sejam: Práticas Civis (PC), Práticas Políticas (PP), Práticas Sociais (OS) e Práticas Difusas (PD).

Essa etapa exigiu atenção e esforço intelectual e criativo, de modo que houve um trabalho em conjunto com o grupo de pesquisa GETS para se alcançar uma amostra adequada e enxuta de itens para caracterizar as práticas de cidadania. No final desta etapa, optou-se por 20 temas (e respectivas assertivas), julgadas como sendo as que melhor representariam as práticas de cidadania extraídas do rastreamento teórico (ver Quadro 10 a seguir).

Quadro 10 – Temas e assertivas de práticas de cidadania, antes das entrevistas e validações

Dimensão	Temas	Assertivas	Autores
Práticas Civis (PC)	1. Obediência às regras sociais	Busco seguir regras sociais para uma boa convivência.	Brasil (1988); Misoczky (2002); Pattie; Seyd; Whiteley (2003a, 2003b); Whiteley; Pattie; Seyd (2005); Amorim (2018).
	2. Liberdade de expressão	Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas.	Marshall (1967); Pais (2005); Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005); Costa, (2009); Ledet (2016); Tekiroğlu (2016); O'Connell, Clayton e Rowe (2017); Amorim (2018).
	3. Práticas de associação	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	Marshall (1967); Bole e Gordon (2009), Ledet (2016), Amorim (2018);
	4. Práticas de civilidade e habilidades cívicas	Consigo manter o controle emocional em situações conflitantes.	Bole e Gordon (2009); Ten Dam et al. (2011); Krzywosz-Rynkiewicz e Zalewska (2015); Jones, Mitchell (2016); Awang et al. (2016).
	5. Questões éticas e morais	Tenho comportamento ético e moral.	Bole e Gordon (2009); Ten Dam et al. (2011); Jones, Mitchell (2016); Awang et al. (2016).
Práticas Políticas (PP)	6. Participação em ação política	Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como, por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.	Spink, Clemente e Keppke (1999); WVS (2000-2001); Misoczky (2002); Arnstein (2002); Pais (2005); Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005); Hoskins e Mascherini (2008); Bole e Gordon (2009); Zalewska e Krzywosz-Rynkiewicz (2015); Amorim (2018).
	7. Voto eleitoral	Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade.	Marshall (1967); Pais (2005); Ledet (2016); Amorim (2018).
	8. Assumir liderança com fins públicos e sociais;	Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais.	Staeheli (1999); Saraiva e Gonçalves (2008); Bole e Gordon (2009); Metzger et al. (2016); O'Connell, Clayton e Rowe (2017).
	9. Ser membro de partido político ou exercer cargo	Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou	Marshall (1967); Hoskins; Mascherini (2002); European Social Survey (2002); Índice de Participação Cidadã na América

	político/público;	representativa.	Latina (2005); Zalewska e Krzywosz-Rynkiewicz (2015); Ledet (2016).
	10. Envolvimento cívico on-line.	Envolvo-me em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet.	Arnstein (2002); Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005); Choi, Glassman e Cristol (2017); Jones e Mitchell (2016).
Práticas Sociais (PS)	11. Participação em organizações da sociedade civil;	Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade.	Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005); Bole, Gordon (2009); Zalewska e Krzywosz-Rynkiewicz (2015); O'Connell, Clayton e Rowe (2016).
	12. Ação social	Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias.	Misoczky (2002); Whiteley, Pattie e Seyd (2005); Putnam (2006); Bole e Gordon (2009); Morais e Ogden (2011); O'Connell, Clayton e Rowe (2017).
	13. Doação social	Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais.	Whiteley, Pattie e Seyd (2005); Amorim (2018).
	14. Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas;	Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais dos quais faço parte.	Santos (1987); Hoskins, Mascherini (2002); European Social Survey (2002); Whiteley, Pattie e Seyd (2005); Singer (2016);
	15. Direitos humanos.	Engajo-me em ações que defendem os direitos humanos fundamentados no valor da equidade.	Hoskins e Mascherini (2002); European Social Survey (2002); Tekiroğlu (2016); ONU (2017).
Práticas Difusas (PD)	16. Diversidade humana.	Respeito a diversidade humana, como a derivada de diferenças de gênero, raça, idade ou classe social.	Brasil (1988); Pateman (1996); Caldeira (2000); Dagnino (2004); Bole e Gordon (2009); Tekiroğlu (2016); Pinsky e Pinsky (2016); Ledet (2016); Awang et al. (2016).
	17. Direito dos excluídos.	Engajo-me na defesa dos direitos dos excluídos socialmente.	Pateman (1996); Caldeira (2000); Dagnino (2004); Pais (2005); Amorim (2018); Demant (2016).
	18. Preservação do meio ambiente.	Realizo práticas de preservação do meio ambiente.	Abahussain (2006); Ten Dam et al. (2011); Kansu e Oksus (2014); Metzger et al. (2016); Ribeiro (2016); Tekiroğlu (2016); Amorim (2018).
	19. Consumo consciente.	Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental).	Abahussain (2006); Metzger Et al. (2016); Amorim (2018).
	20. Temas que afetam a integridade humana;	Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana como aborto, desarmamento, pena de morte.	WVS, 2000-2001; Bobbio, 1992; Awang et al., 2016

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir desse esboço inicial de itens e seguindo orientações expostas no modelo de Costa (2011) sobre práticas e etapas de construção de escalas, optou-se pela execução adicional de: (1) entrevistas com especialistas para que estes assegurassem a percepção de sentidos e significados adotados para cada um dos temas abordados como práticas de cidadania e; (2) grupos focais para desenvolvimento, ajustamento e validação de face e conteúdo das assertivas finais da escala. Esses esforços foram importantes para buscar a

qualidade de mensuração e identificar objetivamente os construtos das práticas de cidadania.

De acordo com as entrevistas[13], os especialistas tiveram uma visão alinhada ao conceito de Marshall (1967) e suas ampliações, relacionando cidadania à coletividade, aos direitos e deveres e às dimensões civil, político e social, embora essa classificação rígida tenha sido alvo de críticas por alguns entrevistados e será repensada no desenvolvimento da escala. Conforme os relatos, as práticas de cidadania estão centralizadas nos vieses civil e político, que desencadeiam os sociais e outros mais difusos. Também alertam para o fato de que algumas práticas podem ser classificadas em dois ou mais grupos. Por fim, sugerem atentar para as diferenças entre percepção ("eu acho") e ato ("eu faço") na formatação das assertivas finais.

Diante das análises das entrevistas, observou-se que a percepção dos especialistas sobre as práticas elencadas na literatura ampliou tanto quantitativo (de 20 para 28 temas) como qualitativamente o quadro temático preestabelecido teoricamente sobre práticas de cidadania, tornando-o mais condizente à realidade brasileira. Ademais, as entrevistas também orientaram a definição e escrita das assertivas finais.

A partir das percepções e sentidos realizados pelos especialistas, foi necessário repensar, fundir, reclassificar e excluir itens que teoricamente se apresentavam adequados, mas que empiricamente obtiveram alguma deficiência conforme os relatos. Nesse sentido, obteve-se uma nova formatação para o quadro temático de variáveis de práticas de cidadania (ver o Quadro 11).

Quadro 11 – Práticas de Cidadania após análise dos especialistas

Dimensão	Cód.	Temas (depois das entrevistas)	Itens
Práticas Civis (PC)	PC1	Obediência às regras sociais	Busco obedecer às leis que geram bem-estar coletivo, como, por exemplo, respeitar a fila preferencial, não comprar produtos piratas, não beber ao dirigir etc.
	PC2	Mudança de regras injustas	Procuro meios para mudar leis injustas.
	PC3	Liberdade de expressão;	Utilizo minha liberdade de expressão em prol do bem-estar coletivo, como por exemplo, para defender a liberdade religiosa ou sexual de uma pessoa ou expor minha opinião sobre assuntos políticos.
	PC4	Práticas de associação	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos.
	PC5	Práticas de civilidade	Meu comportamento é respeitoso mesmo em situações conflitantes. Por exemplo, em uma discussão, procuro respeitar a fala da outra pessoa, mesmo que discorde dela.
	PC6	Responsabilidade Civil	Tenho consciência das consequências dos meus atos com a

[13] Para observação detalhada da análise de cada tema, consultar Caldas e Cavalcante (2019) ou o Anexo A, que expõe os resultados da análise de conteúdo realizada.

			sociedade. Evito, por exemplo, sons altos para não incomodar os vizinhos ou não fumar em ambientes fechados.
	PC7	Estabelecimento de contratos válidos	Busco cumprir os contratos que estabeleço com outras pessoas ou organizações, como, por exemplo, os comerciais ou de casamento.
	PC8	Deveres civis	Exerço deveres cívicos como trabalhar nas eleições, serviços militares e participar de júris por ser uma responsabilidade honrosa de cidadania.
Práticas Políticas (PP)	PP1	Participação em ação política	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.
	PP2	Fiscalização política	Procuro me informar sobre ações realizadas por políticos ou administradores na minha comunidade.
	PP3	Voto eleitoral	Voto por acreditar que estou participando no governo da minha comunidade.
	PP4	Liderança com fins públicos e sociais	Participo ativamente do processo de tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
	PP5	Envolvimento cívico on-line	Utilizo a Internet para participar de ações políticas (movimentos sociais, protestos, petições, cobranças etc.).
Práticas Sociais (PS)	PS1	Participação em ações sociais	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
	PS2	Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
	PS3	Direitos humanos	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos, como defender a dignidade das pessoas, mesmo que sejam criminosos ou imigrantes.
	PS4	Coparticipação com o Estado	Celebro parcerias com o governo para realizar serviços sociais públicos, como a manutenção de uma praça ou da segurança na vizinhança, por exemplo.
	PS5	Serviços Básicos	Denuncio quando percebo que serviços sociais básicos (saúde, educação ou segurança) não estão sendo bem ofertados.
	PS6	Educação cidadã	Esclareço as pessoas sobre direitos e deveres de cidadania.
Práticas Difusas (PD)	PD1	Diversidade humana	Respeito a diversidade humana (de gênero, raça, idade ou classe social).
	PD2	Proteção e enfrentamento a discriminação	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento da discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
	PD3	Tolerância	Aceito que pessoas diferentes de mim (seja por gênero, credo, raça, idade ou classe social) sejam meus vizinhos.
	PD4	Preservação do meio ambiente	Pratico ações de preservação do meio ambiente, como não poluir, proteger animais e patrimônio histórico e cultural.
	PD5	Reciclagem	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
	PD6	Consumo consciente	Realizo práticas de consumo consciente (como comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de-obra escrava, por exemplo).
	PD7	Consumo colaborativo	Pratico consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, em vez de adquirir peças novas.
	PD8	Boicote	Participo de boicotes a empresas que por motivos políticos, éticos ou ambientais prejudicam o bem-estar da comunidade.
	PD9	Temas que afetam a integridade humana	Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É valido salientar que a construção propriamente das assertivas ocorreu tanto de forma

individual como conjunta, presencialmente e virtualmente, com discussão e análise com grupos focais (com especialista em construção de escalas de mensuração e membros do GETS) para escolha das opções mais adequadas em termos de face e conteúdo. Tal processo ocorreu entre novembro e dezembro de 2018.

Também é importante frisar que, no mesmo período de realização das entrevistas, Leite (2019), integrante do GETS, também aplicou o primeiro esboço de assertivas extraídas da literatura de cidadania (Quadro 10). As análises da pesquisadora evidenciaram a necessidade de ajustamento e fortalecimento de itens principalmente nas dimensões civil e ambiental, as quais foram reforçadas.

Diante dos esforços expostos, surge a primeira versão do instrumento de pesquisa a ser aplicada em campo, abrangendo 28 (vinte e oito) itens de práticas de cidadania e 9 (nove) questões sociodemográficas (ver apêndice D). Com um instrumento de coleta de dados desenvolvido, seguiu-se para a próxima etapa de validação: a primeira atividade de amostragem para limpeza da escala.

6.2 Primeira amostra: atividade de formação de estrutura fatorial e limpeza da escala

Na primeira atividade de amostragem, aplica-se a técnica estatística multivariada de análise fatorial exploratória (AFE) para verificar a consistência dos itens, antes de aplicar o questionário ao público final. Seguem informações sobre a caracterização da coleta e da primeira amostra de dados e, em seguida, a apresentação dos resultados da AFE nesta amostragem.

6.2.1 Caracterização da primeira atividade de amostragem

O questionário para primeira coleta de dados foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, tanto via on-line (via SurveyMonkey) como de forma presencial (em salas de aulas universitárias). Ao total, foram 216 questionários aplicados, sendo 61 (52 válidos e 9 anulados) presencialmente e 155 virtualmente, de modo que 207 questionários estavam válidos para a análise dos dados. A coleta presencial foi necessária para aumentar o tamanho da amostra sem desperdiçar estratégias que seriam necessárias para a segunda amostragem.

Como se trata de um construto popular e o objetivo dessa amostragem não é realizar inferências da população de pesquisa e sim analisar a consistência da estrutura fatorial, conforme recomenda Costa (2011), não houve a necessidade de estabelecer critérios

avançados de amostragem.

Sobre o tamanho adequado para a amostra, considerando os propósitos exploratórios dessa primeira amostragem, Costa (2011) recomenda que seja uma amostragem mais acessível, entre 150 e 200 elementos para primeiras operacionalizações.

Como a validação é baseada na metodologia da técnica de MEE (técnica que embasa também a validação da escala) e esta considera a quantidade de itens como referência, a sugestão de Hair et al. (2009) é de que o tamanho da amostra deve conter cinco vezes o número de itens. Como esta primeira amostra foi de 207 respondentes, está adequada já que representa mais de sete vezes o número de itens. A amostragem foi não probabilística por conveniência e sua caracterização é exposta pela Tabela 1.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos da amostra para limpeza da escala

	GERAL		VOLUNTÁRIOS		NÃO VOLUNTÁRIOS	
Sexo	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**
Feminino	105	50,72%	34	50,00%	71	51,08%
Masculino	99	47,83%	33	48,53%	66	47,48%
Outro	1	0,48%	1	1,47%	0	0,00%
Sem Resposta	2	0,97%	0	0%	2	1,44%
Idade						
De 14 a 24 anos	35	16,91%	8	11,76%	27	19,42%
De 25 a 34 anos	55	26,57%	16	23,53%	39	28,06%
De 35 a 44 anos	70	33,82%	25	36,76%	45	32,37%
De 45 a 54 anos	17	8,21%	6	8,82%	11	7,91%
De 55 a 64 anos	18	8,70%	9	13,24%	9	6,47%
Acima de 65 anos	11	5,31%	4	5,88%	7	5,04%
Sem Resposta	1	0,48%	0	0%	1	0,72%
Estado Civil						
Solteiro(a)	87	42,03%	25	36,76%	62	44,60%
Casado(a)	83	40,10%	32	47,06%	51	36,69%
União Estável	2	0,97%	1	1,47%	1	0,72%
Separado(a)	15	7,25%	6	8,82%	9	6,47%
Viúvo(a)	20	9,66%	4	5,88%	16	11,51%
Sem Resposta	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Escolaridade						
Fundamental Incompleto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Fundamental Completo	1	0,48%	1	1,47%	0	0,00%
Médio Completo	63	30,43%	13	19,12%	50	35,97%
Superior Completo	58	28,02%	20	29,41%	38	27,34%
Pós-Graduação Completa	85	41,06%	34	50,00%	51	36,69%
Sem Resposta	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Renda Familiar Média Mensal						
Até R$1.000,00	22	10,63%	8	11,76%	14	10,07%
Acima de R$1.000,00 até R$3.000,00	39	18,84%	8	11,76%	31	22,30%
Acima de R$3.000,00 até R$5.000,00	40	19,32%	11	16,18%	29	20,86%
Acima de R$5.000,00 até R$8.000,00	106	51,21%	41	60,29%	65	46,76%
Acima de R$8.000,00	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Sem Resposta	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Em relação à caracterização da amostra, conforme a Tabela 1, tem-se: uma leve sobreposição feminina (50,72%), com idade entre 35 e 44 anos (33,82%), solteiro (42,03%), com pós-graduação completa (41,06%) e com renda média familiar entre R$5.000,00 e R$8.000,00 (51,21%).

Na análise por grupos, tem-se 68 (32,8%) voluntários e 139 (67,1%) não voluntários. O perfil de ambos os grupos segue perfil do conjunto global, de maioria sendo do sexo feminino (50% e 51%), com idade entre 35 e 44 anos (36,8% e 32,4%), com pós-graduação completa (50% e 36,7%) e com renda familiar média mensal entre R$5.000,00 e R$8.000,00 (60,3% e 46,8%). A exceção foi o estado civil, que entre os voluntários prevaleceu o casado (47,06%) e solteiro entre os não voluntários (44,6%).

Além dessas informações sociodemográficas, o grupo dos voluntários respondeu dois questionamentos adicionais, sendo a maioria deles (79,41%) atuantes a mais de 1 ano no trabalho voluntario e desempenhando principalmente ações de assistência social (distribuição de alimentos e roupas, visitas a idosos etc. - 31,33%). Caracterizada a amostra, segue-se para a Análise Fatorial Exploratória (AFE).

6.2.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

Segundo Hair et al. (2009), a AFE objetiva definir os construtos fundamentais, de modo a condensar a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas ou variáveis estatísticas (fatores) com uma perda mínima de informação. Para tanto, verifica-se:

a) Os valores das correlações de Pearson e teste de significância de nulidade dessa correlação entre os itens de uma mesma dimensão. Segundo Costa (2011), neste primeiro momento, os itens devem ter correlação mínima de 0,2 e estatisticamente não nula ($p<0,05$). É importante também que a correlação entre os itens não seja maior que 0,9, pois indica que os itens são praticamente colineares;
b) A adequação da amostra para análise fatorial, por meio do KMO e do teste de esferacidade de Barlett. Avalia-se um nível de significância menor que 0,05 e valores de KMO acima de 0,7 (HAIR et. al, 2009);
c) O número de fatores subjacentes ao conjunto de itens sob análise. Verifica-se a ocorrência de uni ou multidimensionalidade;

d) A partir do método de extração dos componentes principais (para essa primeira amostra) e uso da rotação varimax, analisa-se as medidas de comunalidade, variância extraída e escores fatoriais. Segundo Costa (2011), as comunalidades representam a variância total de cada variável compartilhada com as demais e baixos valores (menor que 0,200) evidenciam problemas nos indicadores. A variância extraída corresponde ao percentual da variância total absorvida por cada fator e a referência é acima de 50%. E os escores fatoriais, estes são os valores estimados da correlação de cada variável com os fatores gerados e, quanto maior for, melhor a representação do item (a referência para uma amostra de 200 é acima de 0,4 e para amostras de 350 é uma carga fatorial acima de 0,3, segundo Hair et. al, 2009, p.120).

Seguindo os procedimentos recomendados, foram realizadas várias rodadas da AFE, utilizando o software SPSS, de modo a verificar a estrutura fatorial da escala mais adequada, tanto de forma conjunta como por dimensão.

Essa análise global objetivou identificar outras estruturas fatoriais diferentes da pré-estabelecida teoricamente e, assim, identificar se existia alguma dimensão/fator que não estava em evidência teórica ou se algum item ficaria melhor disposto em outro fator, respeitando o comportamento empírico e o conteúdo dos itens sempre. A estrutura mais adequada escolhida segue o modelo teórico defendido na revisão, cujas práticas de cidadania seriam atreladas a quatro fatores: Práticas Civis, Práticas Políticas, Práticas Sociais e Práticas Difusas. Seguem as AFEs para esta amostragem, analisadas por dimensão.

6.2.2.1 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS CIVIS DE CIDADANIA’

As Práticas Civis (PC) de cidadania apresentam as ações dos indivíduos em prol de relações civilizadas, respeitando a liberdade individual e a vida em sociedade. Inicialmente, o construto abrange 8 itens, descritos no Quadro 11 anteriormente exposto. A primeira atividade foi verificar as correlações das oito variáveis (ver Tabela 2). Já nas primeiras análises, identifica-se que o fator não apresenta correlações muito fortes entre seus itens, tendo principalmente os itens PC1 e PC8 como fortes candidatos de exclusão.

Tabela 2 – Correlações das 'Práticas Civis de Cidadania', primeira amostragem

		PC1	PC2	PC3	PC4	PC5	PC6	PC7	PC8
PC1	Pearson Correlation	1	,021	,118	,048	,064	,013	,090	,036
	Sig. (2-tailed)		,760	,089	,496	,362	,854	,198	,606
PC2	Pearson Correlation	,021	1	,263**	,478**	,099	,146*	,081	,399**
	Sig. (2-tailed)	,760		,000	,000	,156	,036	,244	,000
PC3	Pearson Correlation	,118	,263**	1	,253**	,138*	,062	,210**	,103
	Sig. (2-tailed)	,089	,000		,000	,047	,371	,002	,140
PC4	Pearson Correlation	,048	,478**	,253**	1	,075	,141*	,179*	,194**
	Sig. (2-tailed)	,496	,000	,000		,283	,043	,010	,005
PC5	Pearson Correlation	,064	,099	,138*	,075	1	,197**	,202**	,097
	Sig. (2-tailed)	,362	,156	,047	,283		,004	,003	,166
PC6	Pearson Correlation	,013	,146*	,062	,141*	,197**	1	,156*	-,085
	Sig. (2-tailed)	,854	,036	,371	,043	,004		,024	,224
PC7	Pearson Correlation	,090	,081	,210**	,179*	,202**	,156*	1	,091
	Sig. (2-tailed)	,198	,244	,002	,010	,003	,024		,191
PC8	Pearson Correlation	,036	,399**	,103	,194**	,097	-,085	,091	1
	Sig. (2-tailed)	,606	,000	,140	,005	,166	,224	,191	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Observando as demais medidas, apesar do teste de esfericidade de Bartlett indicar nível de significância (χ^2=158,477 df=28, p=0,000) e o KMO=0,621 ser satisfatório, sugerindo boa adequação da amostra, o alpha de Cronbach foi de 0,574 não representando confiabilidade aceitável dessa escala de itens.

Observa-se ainda que a variância extraída, assim como os escores fatoriais ficaram divididos em três fatores, indicando problemas de ajustamento e necessidade de exclusão de itens (ver Tabela 4). A partir desses resultados, foram feitas duas exclusões (PC1 e PC3), as quais levaram em consideração tanto as correlações entre os itens como os baixos valores de comunalidade.

Mesmo com as exclusões, o fator continuava se dividindo, agora em dois componentes. Excluindo item a item, nas mais variadas ordens, apenas três deles (PC2, PC4 e PC8) permaneceram em um único fator como o pretendido. Mas nessa formatação tanto a confiabilidade (α=0,619) como o KMO (0,567) ficaram próximos aos limites aceitáveis de referência.

Nesse momento, observou-se a necessidade de verificar se entre as demais dimensões existiam itens que poderiam ser reclassificados e movidos para esse fator, no sentido de fortalecer o construto ‘Práticas Civis’.

Observando novamente as correlações, de forma conjunta, verificou-se que os itens PD2 e PD9, que tratam de questões novas para a sociedade e por isso tinham sido alocados no fator 'Práticas Difusas de Cidadania' também se relacionam com a liberdade individual, foco do fator de práticas civis. São práticas relacionadas ao sujeito, que tem o direito de ser proprietário do seu corpo, mente e posses resultado de seus esforços.

Especificamente, o item PD2 trata da discriminação humana, e está particularmente envolvido nas questões individuais, e assim, civis. Já o item PD9 aborda os temas relacionados à integridade humana, e se relacionam ao indivíduo e à esfera civil. Como ambos os itens também tiveram problemas de correlações com os itens de fator de origem (de Práticas Difusas, conforme visto adiante, no tópico 6.2.2.4), optou-se por recategorizá-los nessa esfera, fortalecendo a dimensão civil das práticas de cidadania. Com esta inserção, observou-se que se poderia inserir novamente PC3, permitindo fator com indicações mais satisfatórias de AFE. Vejam as medidas na Tabela 3.

Tabela 3 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Civis de Cidadania, primeira amostragem

Itens	**1ª Extração**				**2ª Extração**		**3ª Extração**	
	Escore			**Com.**	**Escore**	**Com.**	**Escore**	**Com.**
	Comp. 1	Comp. 2	Comp.3					
PC1			,829	,690	-	-	-	-
PC2	,843			,726	,855	,731	,739	,546
PC3			,432	,398	-	-	,585	,343
PC4	,700			,546	,741	,549	,730	,533
PC5		,602		,400	-	-	-	-
PC6		,774		,662	-	-	-	-
PC7		,531		,435	-	-	-	-
PC8	,678			,522	,668	,446	-	-
PD2	-	-	-	-	-	-	,770	,593
PD9	-	-	-	-	-	--	,775	,600
Variância	54,74%				57,54%		52,30%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com essa última formatação, o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo (χ^2=242,70, df=10, p=0,000) e o KMO (0,804) também indicou boa adequação da amostra. O alpha de Cronbach foi de α=0,771, sugerindo boa confiabilidade dos itens em mensurar o construto. Revendo as correlações, todas ficaram significativas e moderadas (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Correlações das 'Práticas Civis de Cidadania', primeira amostragem, após AFE.

		PC2	PC3	PC4	PD2	PD9
PC2	Pearson Correlation	1	,263**	,478**	,436**	,459**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000
PC3	Pearson Correlation	,263**	1	,253**	,336**	,397**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000
PC4	Pearson Correlation	,478**	,253**	1	,468**	,410**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000
PD2	Pearson Correlation	,436**	,336**	,468**	1	,494**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000		,000
PD9	Pearson Correlation	,459**	,397**	,410**	,494**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Em contraponto à análise estatística, cabe uma discussão sobre essa dificuldade de formação da escala para mensurar práticas de cidadania na esfera civil, já retratada inclusive nos trabalhos de Amorim (2018) e de Leite (2019). Observando a construção da cidadania no Brasil, tem-se que os direitos e deveres civis foram praticamente os últimos a serem desenvolvidos nesse país (Avritzer, 2010; Andrade et al. 2012; Pinsky; Pinsky, 2016).

Souza (2006) salienta que mais que ordenação cronológica, os direitos e obrigações, no caso brasileiro, foram doados e não conquistados, segundo os interesses particulares dos governantes. Assim, o exercício desses direitos parece não ser desenvolvido em sua plenitude, sendo muitas vezes desconhecidos conforme alerta Carvalho (2016).

Ademais, os direitos e deveres na esfera civil dependem da existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. O Brasil ainda lida com problemas referentes tanto ao acesso à justiça como à impunidade, à segurança individual, à integridade física e ao descrédito da população frente às instituições públicas (TELLES, 2001; CARVALHO, 2016). Esses motivos impactam na forma como o cidadão conhece, tem acesso e pratica os direitos e deveres civis.

Diante dos resultados encontrados após a AFE, segue o Quadro 12 com as variáveis a serem validadas na segunda amostragem de pesquisa e, analisados por métodos de extração mais robustos para confirmar e aprimorar a escala de mensuração desejada.

Quadro 12 – Discriminação dos itens de Prática Civis de Cidadania para segunda amostragem.

Cód.	Itens
PC2	Procuro meios para mudar leis injustas.
PC3*	Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.
PC4	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos.
PD2C*	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
PD9C	Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).
PC9**	Tenho comportamento ético e moral.
PC10**	Defendo igualdade de tratamento entre as pessoas, por exemplo, entre homens e mulheres, brancos e negros etc.
PC11**	Denuncio casos de exploração humana, por exemplo, trabalho infantil ou escravo.

* Item movido de outro fator e adaptado textualmente, com o intuito de melhorar a comunalidade ou validação de face.
** Novos itens, adicionados para fortalecer a estrutura fatorial derivada da AFE da primeira amostra.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Observa-se no Quadro 12 que além dos cinco itens validados pela AFE nessa dimensão, foram desenvolvidos mais três variáveis de pesquisa no intuito do fortalecimento do poder de explicação da dimensão civil, alinhadas aos itens que permaneceram, quais sejam: (a) PC9, que trata do comportamento ético e moral, rastreados de Bole e Gordon (2009) e Hoskins e Mascherini (2009); (b) PC10, que aborda a questão da igualdade entre as pessoas, identificados em Brasil (1988) e Pinsky e Pedro (2016) e; (c) PC11, que foca o combate à exploração humana, tema derivado de trabalhos como Rowe et al. (2012), Brasil (1988), Luca (2016).

Após identificação, os novos itens passaram por nova rodada com grupo de especialistas para validação de face e conteúdo das assertivas finais. Seguem os resultados da AFE para a dimensão política das práticas de cidadania.

6.2.2.2 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS POLÍTICAS DE CIDADANIA’

As práticas políticas de cidadania estão relacionadas às ações que envolvem os indivíduos no exercício do poder político e no governo de suas comunidades. Para essa primeira amostragem, cinco itens compõem esse fator. Analisando inicialmente as correlações entre os itens de práticas políticas, a partir da Tabela 5, observa-se que o item PP3 apresenta correlações fracas com a maioria dos demais itens, indicando problemas no indicador.

Tabela 5 – Correlações das 'Práticas Políticas de Cidadania', primeira amostragem

		PP1	PP2	PP3	PP4	PP5
PP1	Pearson Correlation	1	,360**	,174*	,600**	,441**
	Sig. (2-tailed)		,000	,012	,000	,000
PP2	Pearson Correlation	,360**	1	,370**	,387**	,308**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000
PP3	Pearson Correlation	,174*	,370**	1	,198**	,150*
	Sig. (2-tailed)	,012	,000		,004	,031
PP4	Pearson Correlation	,600**	,387**	,198**	1	,292**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,004		,000
PP5	Pearson Correlation	,441**	,308**	,150*	,292**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,031	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Seguindo para a análise das demais medidas, percebe-se que o teste de esfericidade de Bartlett de χ^2=211,641, df=10, p=0,000 e KMO=699 indicam que a amostra é adequada. A confiabilidade dos itens também se mostra satisfatória (α=711), mas, ao analisar a variância extraída acumulada e as comunalidades, observa-se que o item PP3 está atrapalhando as estatísticas do fator, e, por isso, deve ser excluído da escala. Sem esse item, as medidas se apresentam de forma adequada aos parâmetros de referência, conforme exposto na Tabela 6.

Tabela 6 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Políticas de Cidadania, primeira amostragem

Itens	**1ª Extração**		**2ª Extração**	
	Escore	**Com.**	**Escore**	**Com.**
PP1	,797	,635	,834	, 695
PP2	,763	,499	,789	,449
PP3	,707	,229	-	-
PP4	,638	,583	,670	,623
PP5	,478	,407	,665	,442
Variância	47,05%		55,23%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com a exclusão do item PP3, o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo (χ^2=181,023, df=6, p=0,000), o KMO de 0,690 continuam indicando adequação da amostra e o alpha de Cronbach (α=0,725) sugere boa confiabilidade dos itens em mensurar o construto. Diante dos resultados expostos, tem-se uma estrutura fatorial para ser confirmada em uma segunda amostragem de pesquisa, expostas no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Discriminação dos itens de Prática Políticas de Cidadania para segunda amostragem

Cód.	Itens
PP1*	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.
PP2*	Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.
PP4*	Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
PP5*	Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.
PP6**	Acompanho receitas e despesas do governo por meio dos portais de transparência, aplicativos sites e redes sociais.
PP7**	Participo de grupos sociais que podem influenciar a política da minha comunidade, como movimentos comunitários, estudantis ou partidários.

* Item adaptado textualmente, com o intuito de melhorar a comunalidade ou validação de face.
** Novos itens, adicionados para fortalecer a estrutura fatorial derivada da AFE da primeira amostra.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme o Quadro 13, seis itens serão validados na segunda amostragem: os quatro itens que passaram pela AFE nessa primeira amostragem, ajustados textualmente tanto para melhorar a comunalidade como pela nova validação de face realizada e; mais dois itens que foram desenvolvidos para fortalecer a dimensão política – o PP6, que aborda o acompanhamento de receitas e despesas do governo, rastreados de Choi, Glassman e Cristol (2017), Ledet (2016) e Sánchez, Craglia e Bregt (2017) e o PP7, que aborda a participação em grupos sociais influentes na política da comunidade, tema esse identificado em Putnam (2006), Arnestein (2002) e Misoczky (2002). A seguir, os resultados da AFE para as práticas sociais de cidadania, na primeira amostragem.

6.2.2.3 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS SOCIAIS DE CIDADANIA’

As práticas sociais de cidadania se vinculam às ações dos indivíduos com o Estado que objetivam a justiça social, a luta por direitos e por deveres sociais que propiciem condições mínimas de segurança e bem-estar. Seis práticas compõem inicialmente esse construto (ver Quadro 11). Analisando a Tabela 7, observa-se que todas as correlações entre os itens de práticas sociais de cidadania são moderadas e significantes. Numa análise global, inclusive, observou-se que se trata de um fator bem correlacionado com os demais fatores (civil, político e difuso).

Tabela 7 – Correlações das variáveis das 'Práticas Sociais de Cidadania', primeira amostragem.

		PS1	PS2	PS3	PS5	PS4	PS6
PS1	Pearson Correlation	1	,478**	,493**	,276**	,384**	,340**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000	,000
PS2	Pearson Correlation	,478**	1	,502**	,393**	,358**	,376**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000	,000
PS3	Pearson Correlation	,493**	,502**	1	,362**	,366**	,338**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,000
PS5	Pearson Correlation	,276**	,393**	,362**	1	,233**	,384**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000		,001	,000
PS4	Pearson Correlation	,384**	,358**	,366**	,233**	1	,283**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,001		,000
PS6	Pearson Correlation	,340**	,376**	,338**	,384**	,283**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

No que tange à adequação da amostra, o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo (χ^2=283,832, df=15, p=0,000) e o KMO=836 apresentou bom resultado. O mesmo ocorreu para a análise da confiabilidade dessa escala, com o alpha de Cronbach de 0,779. No entanto, a variância extraída acumulada não obteve comportamento adequado, com resultado abaixo do esperado, prejudicando o poder de explicação do construto (ver Tabela 8 a seguir).

Nesse sentido, procedeu-se à exclusão do item PS4, por ter a menor comunalidade. Na nova estrutura, observa-se que as medidas se ajustaram aos padrões de referência.

Tabela 8 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Sociais de Cidadania, primeira amostragem.

Itens	**1ª Extração**		**2ª Extração**	
	Escore	**Com.**	**Escore**	**Com.**
PS1	,730	,533	, 728	,530
PS2	,766	,587	, 780	,608
PS3	,754	,569	,763	,582
PS4	,618	,382	-	-
PS5	,623	,388	,654	,438
PS6	,644	,414	,662	,428
Variância	47,88%		51,73%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com a exclusão de PS4, os resultados das demais medidas da AFE também foram satisfatórios: o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo (χ^2=234,48, df=10, p=0,000), o KMO de 0,799 indica adequação da amostra e o alpha de Cronbach (α=0,765) sugere boa

confiabilidade dos itens. Essas cinco variáveis serão validadas na segunda amostra. Segue o Quadro 14 com a discriminação destas.

Quadro 14 – Discriminação dos itens de Prática Sociais de Cidadania para segunda amostragem

Cód.	Itens
PS1	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
PS2*	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
PS3*	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.
PS5*	Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.
PS6*	Esclareço as pessoas sobre seus direitos e deveres de cidadania, por exemplo, quando percebo que estes estão sendo violados.
PS7**	Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.

* Item adaptado textualmente, com o intuito de melhorar a comunalidade ou validação de face.
** Novo item, adicionado para fortalecer a estrutura fatorial derivada da AFE da primeira amostra.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme o Quadro 14, a escala de práticas sociais de cidadania será composta pelos cinco itens validados e mais um novo item, adicionado como tentativa de fortalecimento do poder de explicação do construto – o PS7. Esse item trata da participação em discussões sobre questões sociais públicas (educação, saúde, segurança e transporte), extraído das discussões como as de Purdam e Tranmer (2014), Morais e Ogden (2011) e Singer (2016).

Do mesmo jeito que os demais construtos, os itens restantes também tiveram novo ajustamento textual, tanto para melhorar as medidas estatísticas como pela nova validação de face realizada. A seguir, os resultados da AFE para última dimensão das práticas de cidadania – as difusas.

6.2.2.4 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS DIFUSAS DE CIDADANIA’

As práticas difusas de cidadania representam um esforço de ampliar o conceito tradicional de cidadania abordado por Marshall (1967) e aborda as novas questões que têm surgido com a evolução da sociedade, relacionados aos direitos e deveres transindividuais (coletivos), atrelados a grupos específicos da sociedade ou ao meio ambiente como um todo. Para efeito da AFE nessa primeira amostragem, o fator é composto por nove itens (conforme sugerido no Quadro 11).

A análise das correlações entre os itens na Tabela 9 indica, de imediato, que os itens PD1 e PD3 não apresentam correlações significantes com os demais indicadores e,

provavelmente, serão indicados a serem excluídos da escala.

Tabela 9 – Correlações das variáveis das 'Práticas Difusas de Cidadania', primeira amostragem.

Correlations

		PD1	PD2	PD3	PD4	PD5	PD6	PD7	PD8	PD9
PD1	Pearson Correlation	1	,069	,044	,056	,091	,215**	-,018	-,043	,037
	Sig. (2-tailed)		,323	,524	,420	,191	,002	,798	,540	,598
PD2	Pearson Correlation	,069	1	,000	,212**	,257**	,072	,281**	,329**	,494**
	Sig. (2-tailed)	,323		,995	,002	,000	,305	,000	,000	,000
PD3	Pearson Correlation	,044	,000	1	,067	,124	,221**	,030	,102	,026
	Sig. (2-tailed)	,524	,995		,335	,075	,001	,672	,144	,707
PD4	Pearson Correlation	,056	,212**	,067	1	,360**	,198**	,232**	,106	,250**
	Sig. (2-tailed)	,420	,002	,335		,000	,004	,001	,129	,000
PD5	Pearson Correlation	,091	,257**	,124	,360**	1	,485**	,315**	,249**	,254**
	Sig. (2-tailed)	,191	,000	,075	,000		,000	,000	,000	,000
PD6	Pearson Correlation	,215**	,072	,221**	,198**	,485**	1	,265**	,272**	,038
	Sig. (2-tailed)	,002	,305	,001	,004	,000		,000	,000	,583
PD7	Pearson Correlation	-,018	,281**	,030	,232**	,315**	,265**	1	,167*	,276**
	Sig. (2-tailed)	,798	,000	,672	,001	,000	,000		,016	,000
PD8	Pearson Correlation	-,043	,329**	,102	,106	,249**	,272**	,167*	1	,285**
	Sig. (2-tailed)	,540	,000	,144	,129	,000	,000	,016		,000
PD9	Pearson Correlation	,037	,494**	,026	,250**	,254**	,038	,276**	,285**	1
	Sig. (2-tailed)	,598	,000	,707	,000	,000	,583	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando as demais medidas (ver Tabela 10), observa-se que, embora o teste de esfericidade de Bartlett seja significativo (χ^2=279,21, df=36, p=0,000), o KMO=699 indique boa adequação da amostra e a confiabilidade da escala seja aceita (α=684), o fator mostrou multidimensionalidade, o que não é um resultado perseguido neste caso.

Assim como aconteceu no construto ‘Práticas Civis de Cidadania’, foram sendo realizadas várias exclusões. Incialmente, pelas fracas ou inexistentes correlações com os demais itens, exclui-se PD3 e PD1 (este também ficou isolado em um único componente). Mas, mesmo sem esses itens, ainda há a presença de multidimensionalidade no construto.

A partir desse momento, várias formatações de exclusões de itens foram sendo testadas, levando em consideração o conteúdo dos itens, a comunalidade e as correlações com os demais itens. Inclusive houve até tentativa de aproveitamento de outros itens pertencentes a outros fatores. Infelizmente, apenas três deles permaneceram e tiveram a estrutura fatorial em condições satisfatórias para serem levadas para as próximas etapas da validação.

Nessa formatação, tanto a confiabilidade (α=0,615) como o KMO (0,609) ficaram em níveis aceitáveis de referência.

Tabela 10 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada do construto Práticas Difusas de Cidadania, primeira amostragem

Itens	**1ª Extração**				**2ª Extração**			**3ª Extração**	
	Escore			**Com.**	**Escore**		**Com.**	**Escore**	**Com.**
	Comp. 1	Comp. 2	Comp.3		Comp. 1	Comp. 2			
PD1			,842	,712	-	-	-	-	-
PD2	,792			,632		,824	,688	-	-
PD3		,658		,483	-	-	-	-	-
PD4	,460			,348	,483		,315	-	-
PD5		,569		,587	,786		,661	,818	,670
PD6		,780		,710	,847		,730	,792	,627
PD7	,537			,352	,475		,365	,651	,423
PD8	,481			,507		,472	,324	-	-
PD9	,789			,631		,829	,692	-	-
Variância	55,13%				53,94%			57,31%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A dificuldade em formatar uma estrutura fatorial aceitável nesse fator talvez derive da própria natureza da dimensão: são práticas novas, relacionadas a questões que a sociedade ainda está assimilando em suas rotinas, muitas delas ainda em discussão sobre os tipos de ações que os indivíduos precisam adotar para alcançar melhor estado de bem-estar coletivo. Nessa perspectiva, questões sobre meio ambiente, discriminação, diversidade humana e racismo, por exemplo, ainda não são bem definidas no campo cognitivo, nem comportamental das pessoas em todo o mundo, o que impacta também entre os respondentes da amostra.

A partir da análise da AFE realizada, percebe-se que os itens da estrutura fatorial efetivada (PD5, PD6 e PD7) abordam temáticas exclusivamente relacionadas ao meio ambiente, mais especificamente sobre o consumo consciente e colaborativo.

Diante desse resultado, a pesquisadora assume que este é um fator independente dos demais e opta pela renomeação do fator para ‘Práticas Ambientais de Cidadania. O Quadro 15 aborda os itens que serão levados para validação na segunda amostragem de pesquisa.

Quadro 15 – Discriminação dos itens de Prática Ambientais de Cidadania para segunda amostragem

Cód.	Itens
PD5A	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
PD6A*	Realizo práticas de consumo consciente como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava etc.
PD7A*	Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.
PD10A**	Não poluo o meio ambiente: não jogo lixo nas ruas, terrenos baldios, rios, mares etc.
PD11A**	Denuncio práticas de crime ambiental.
PD12A**	Realizo ações de proteção de animais, como cuidar de animais abandonados, não comprar animais silvestres, não caçar etc.
PD13A**	Preservo os bens públicos como monumentos histórico-culturais, praças, vias etc.

* Item adaptado textualmente, com o intuito de melhorar a comunalidade ou validação de face.
** Novos itens, adicionados para fortalecer a estrutura fatorial derivada da AFE da primeira amostra.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Observa-se no Quadro 15 que além dos itens que permaneceram na estrutura fatorial após a AFE (PD5A, PD6A e PD7A), novos itens foram acrescentados como tentativa de melhorar e ampliar essa dimensão ambiental, que agora ficou mais específica em termos de conteúdo. São eles: PD10 (trata da poluição), PD11 (aborda as práticas de crime ambiental), PD12 (foca a proteção de animais) e PD13 (sobre a proteção do patrimônio público). Todos foram derivados da literatura sobre cidadania ambiental (ABAHUSSAIN, 2006; METZGER et al., 2016; RIBEIRO, 2016; TEKIROĞLU, 2016) e das entrevistas com os especialistas. Além das inclusões, houve ajustamento textual das assertivas e validação de face com grupo focal. Com a AFE concluída, segue-se para a segunda atividade de amostragem para realização de procedimentos adicionais de limpeza a partir da AFC.

6.3 Segunda amostragem para validação da escala

Segundo Costa (2011), a primeira limpeza da escala efetuada na etapa anterior não é suficiente para que se possa compreender os itens finais como válidos para medir o construto, em razão da flexibilidade, tolerância e relaxamento de exigências de amostragem e procedimentos iniciais de limpeza.

Marôco (2010) complementa afirmando que a AFE é um método exploratório que apenas produz uma solução fatorial exploratória entre muitas estatisticamente equivalentes, sem indicação da qualidade da estrutura fatorial particular retida. Nesse sentido, precisa de nova análise da AFC (Análise Fatorial Confirmatória), que utiliza outros métodos de extração mais robustos para confirmação e aprimoramento da escala. Para tanto, novas atividades de campo são necessárias.

Segue a apresentação das informações gerais sobre como foi realizada a nova coleta de dados, assim como as características descritivas da amostra. Logo em seguida, procede-se as análises dos dados.

6.3.1 Caracterização da amostra e da coleta de dados

A segunda coleta de dados quantitativos foi realizada por meio de um questionário aplicado tanto on-line (utilizando o *Google Forms*) como de forma presencial. Os inquéritos aplicados presencialmente foram necessários para melhorar a heterogeneidade da amostra, principalmente em relação aos níveis de escolaridade e de renda, e focou espaços públicos abertos e escolas públicas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, utilizando o critério de acessibilidade. O período de aplicação foram os meses de abril, maio e junho de 2019.

Seguindo a estrutura do formulário anterior, a primeira página apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As página seguintes foram compostas de perguntas referentes à caracterização do respondente (idade, sexo, estado civil, escolaridade, renda e localidade da residência), as 27 afirmativas da escala de 'Práticas de Cidadania' (em escala de likert de 11 pontos e alternadas com as questões sociodemográficas para não ficar cansativo de responder), assim como questões de caracterização dos voluntários respondentes. Para melhor compreensão, o Apêndice E ilustra o formulário completo aplicado.

Como cidadania é um conceito que se aplica a todos os indivíduos, optou-se por investigar as práticas daqueles com 14 anos ou mais, seguindo perfil entrevistado pelo IBGE (2019a) em pesquisa do PNAD Contínua, sobre trabalhadores voluntários. Entende-se que com essa idade já se tenha consciência sobre aspectos de cidadania e já estão habilitados a efetivar em seu cotidiano tanto práticas cidadãs em prol da coletividade como também de voluntariado (essa amostragem servirá para alcance dos próximos objetivos de pesquisa).

Um total de 522 indivíduos responderam o questionário, sendo 168 questionários respondidos via presencial (160 válidos) e 362 on-line. Sobre o tamanho adequado para a amostra, a maior preocupação foi em relação à aplicação da técnica de MEE para efetivar a confirmação da estrutura fatorial e a modelagem posterior de pesquisa.

Como exposto na amostragem anterior, não há consenso acerca do cálculo do tamanho da amostra, mas se considera usualmente a quantidade de itens como referência. Hair et al. (2009) apontam que o tamanho da amostra deve conter cinco vezes o número de itens, que

nesse caso, seria 135. Já Costa (2011) recomenda que seja tão grande quanto possível, dentro dos limites de custos associados, e sugere que a amostra seja ao menos dez vezes maior que o número total de itens operacionalizados. Seguindo esta última sugestão, o número da amostra seria 270, abaixo do alcançado.

Sobre a caracterização dos respondentes, a partir dos dados demonstrados na Tabela 11, observa-se um perfil geral de maioria feminina (55,9%), com idade entre 14 e 24 anos (37%), solteiro (53,8%), com pós-graduação completa (35,8%) e com renda média familiar acima de R$8.000,00 (26,7%).

Tabela 11 – Dados Sociodemográficos da segunda amostragem para validação da escala

	GERAL		VOLUNTÁRIOS		NÃO VOLUNTÁRIOS	
Sexo	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**
Feminino	291	55,9%	96	54,86%	195	56,20%
Masculino	227	43,6%	79	45,14%	148	42,65%
Outro	3	0,6%	0	0,00%	3	0,86%
Sem Resposta	1	0,02%	0	0,00%	1	0,29%
Total	522	100%	175	100%	347	100%
Idade						
De 14 a 24 anos	192	37,0%	63	36,00%	129	37,18%
De 25 a 34 anos	125	24,1%	42	24,00%	83	23,92%
De 35 a 44 anos	113	21,8%	36	20,57%	77	22,19%
De 45 a 54 anos	46	8,9%	23	13,14%	23	6,63%
De 55 a 64 anos	33	6,4%	6	3,43%	27	7,78%
Acima de 65 anos	10	1,9%	3	1,71%	7	2,02%
Sem Resposta	3	0,6%	2	1,14%	1	0,29%
Total	522	100%	175	100%	347	100%
Estado Civil						
Solteiro(a)	281	53,8%	89	50,86%	192	55,33%
Casado(a)	168	32,2%	60	34,29%	108	31,12%
União Estável	43	8,2%	0	0,00%	7	2,02%
Separado(a)	23	4,4%	6	3,43%	17	4,90%
Viúvo(a)	7	1,3%	20	11,43%	23	6,63%
Sem Resposta	0	0%	0	0,00%	0	0,00%
Total	522	100%	175	100%	347	100%
Escolaridade						
Fundamental Incompleto	0	0%	0	0,00%	0	0,00%
Fundamental Completo	84	16,1%	17	9,71%	67	19,31%
Médio Completo	147	28,2%	52	29,71%	95	27,38%
Superior Completo	104	19,9%	38	21,71%	66	19,02%
Pós-Graduação Completa	187	35,8%	68	38,86%	119	34,29%
Sem Resposta	0	0%	0	0,00%	0	0,00%
Total	522	100%	175	100%	347	100%
Renda Familiar Média Mensal						
Até R$1.000,00	91	18,3%	17	9,71%	74	21,33%
Acima de R$1.000,00 até R$3.000,00	120	24,1%	39	22,29%	81	23,34%
Acima de R$3.000,00 até R$5.000,00	64	12,9%	25	14,29%	39	11,24%
Acima de R$5.000,00 até R$8.000,00	90	18,1%	35	20,00%	55	15,85%
Acima de R$8.000,00	133	26,7%	49	28,00%	84	24,21%
Sem Resposta	24	4,60%	10	5,71%	14	4,03%
Total	522	100%	175	100%	347	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando o perfil por grupos, observa-se que 175 (33,5%) respondentes alegam ser voluntários e 347 (66,5%) não são voluntários. O perfil de ambos os grupos segue perfil do conjunto global, de maioria sendo do sexo feminino (54,86% e 56,20%), com idades entre 14 e 24 anos (36% e 37,18%), solteiro (50,86% e 55,33%), com pós-graduação completa (38,86% e 34,29%) e com renda familiar média mensal acima de R$8.000,00 (28% e 24,21% respectivamente).

Além dessas informações sociodemográficas, o grupo dos voluntários também respondeu, a mais, três questões sobre o voluntariado desempenhado (ver dados na Tabela 12). Em relação ao tempo de atuação como voluntário, a maioria (68,2%) está há mais de 1 (um) ano envolvido no trabalho voluntário, principalmente atuando na área de religião (30,1%). Essa área de atuação - Religião, inclusive, é a segunda área onde as OSC mais operam no Brasil, conforme dados do IBGE (2019b) e IPEA (2018), perdendo apenas para a área de Defesa de Direitos e Interesses (que ao se analisar mais profundamente é representada por aquelas OSC que não se encaixam nas demais categorias de classificação e apresentam uma heterogeneidade de focos de ação). Pela representatividade da área, os voluntários de religião serão os sujeitos de pesquisa da tese para modelagem, analisados nos próximos capítulos.

E sobre o tipo de atividade desempenhada como voluntário, essa foi uma questão aberta, no intuito de conhecer um pouco mais sobre o trabalho voluntário dos respondentes. Após análise de conteúdo, foram criadas categorias que classificassem as respostas e facilitasse o entendimento. Como questão aberta, o respondente estava liberado para colocar a quantidade e o nome de atividades desempenhadas que quisesse e, por vezes, observou-se que executam mais de um tipo de ação voluntária. Diante da categorização realizada, a maioria (29,79%) alega prestar atividades de assistência social, como distribuição de alimentos, roupas, auxílio moradia e saúde de pessoas carentes. Veja os dados a seguir na Tabela 12 sobre as questões extras indicadas aos voluntários respondentes.

Tabela 12 – Dados extras dos voluntários da segunda amostragem

	GERAL	
Tempo de Atuação	**Freq.**	**%**
Menos de 6 meses	35	19,6%
De 6 meses até 1 ano	22	12,3%
Mais de 1 ano	122	68,2%
Área de Atuação		
Assistência Social	37	21,4%
Associações Patronais Profissionais	0	0 %
Cultura e Recreação	6	3,5%
Desenvolvimento e Defesa de Direitos	2	1,2%
Educação e Pesquisa	40	23,1%
Meio Ambiente	5	2,9%
Religião	52	30,1%
Saúde	11	6,4%
Outro	20	11,6%
Tipo de Atividade Desempenhada		
Doação (ex.: alimentos e dinheiro)	12	6,4%
Educação e Pesquisa (ex.: ensino, palestras, pesquisa)	51	27,1%
Assistência Social (ex.: dist. alimentos, roupa, auxílio moradia e saúde)	56	29,8%
Serviços Religiosos (ex.: evangelização)	07	3,7%
Lazer e Recreação	16	8,5%
Gestão (ex.: de recursos, logística, coordenação etc.)	20	10,6%
Outros (ex.: atividades afins das entidades, diversos)	26	13,8%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A questão sobre tipo de trabalho voluntário destaca duas considerações importantes: (1) apesar de religião ser a área de maior atuação pelos respondentes, estes não desempenham atividades exclusivamente religiosas, abarcando outras finalidades sociais e; (2) destaque para a quantidade de pessoas (12 ou 6,4%) que mencionaram a doação de recursos como atividade voluntária. É importante esclarecer que embora ainda esteja na consciência de algumas pessoas, esse tipo de atividade (doação de recursos) não se configura em atividade voluntária, conforme discutido no referencial teórico. Por esse resultado, para a próxima amostragem (que responderá ao objetivo geral da tese adiante), será colocado um comentário explicativo no questionário, para melhorar a compreensão do respondente.

Sobre o alcance espacial da pesquisa, conforme previsto pelo critério da acessibilidade, a maioria reside no estado de residência da pesquisadora, a Paraíba (411 ou 79%), mas houve a participação de indivíduos residentes em outros estados brasileiros: PE (35 ou 6,7%); RN (24 ou 4,6%); SP (22 ou 4,2%); CE (4 ou 0,8%); PI (4 ou 0,8%); MG (3 ou 0,6%); AL (2 ou 0,4%); DF (2 ou 0,4%); MA (2 ou 0,4%); PA (2 ou 0,4%); RJ (2 ou 0,4%), RS (2 ou 0,4%), SE (2 ou 0,4%) e TO (2 ou 0,4%).

Caracterizada a amostra final para validação da escala, segue-se para a apresentação das técnicas multivariadas de AFE e AFC para validação final da escala.

6.3.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

Novamente procede-se a técnica da AFE, utilizando o software SPSS, agora com os novos dados da segunda amostra, com o objetivo de confirmar o comportamento da estrutura fatorial da escala. Os mesmos procedimentos executados na primeira amostragem foram utilizados nessa etapa, quais sejam: análise da correlação, adequação da amostra (por meio do KMO e teste de esfericidade de Bartlett), análise da variância extraída, dos escores fatoriais, comunalidades e confiabilidade. Seguem a apresentação dos resultados da AFE por cada um dos construtos que compõem as Práticas de Cidadania.

6.3.2.1 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS CIVIS DE CIDADANIA’

Relembrando, conforme resultados da amostragem anterior, este construto ficou formado por 8 (oito) itens: PC2, PC3, PC4, PD2C, PD9C, PC10, PC11. A primeira atividade foi analisar as correlações das oito variáveis (ver Tabela 13) com os dados da segunda amostragem. Já nas primeiras análises, observa-se que o item PC9 não apresenta boas correlações com os demais itens do construto, e por isso, é forte candidato de exclusão.

Tabela 13 – Correlações das variáveis do Construto 'Práticas Civis de Cidadania', segunda amostragem.

		PC2	PC3	PC4	PD2C	PD9C	PC9	PC10	PC11
PC2	Pearson Correlation	1	,513**	,434**	,505**	,403**	,181**	,209**	,392**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
PC3	Pearson Correlation	,513**	1	,465**	,539**	,514**	,197**	,314**	,383**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000
PC4	Pearson Correlation	,434**	,465**	1	,372**	,330**	,180**	,236**	,338**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
PD2C	Pearson Correlation	,505**	,539**	,372**	1	,574**	,108*	,229**	,472**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000		,000	,014	,000	,000
PD9C	Pearson Correlation	,403**	,514**	,330**	,574**	1	,193**	,236**	,380**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000
PC9	Pearson Correlation	,181**	,197**	,180**	,108*	,193**	1	,274**	,228**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,014	,000		,000	,000
PC10	Pearson Correlation	,209**	,314**	,236**	,229**	,236**	,274**	1	,264**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000
PC11	Pearson Correlation	,392**	,383**	,338**	,472**	,380**	,228**	,264**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O teste de esfericidade de Bartlett resultou em nível de significância ($\chi2$=1124,96, df=28, p=0,000) e KMO de 0,860, indicando boa adequação da amostra. O alpha de Cronbach (α=810) também sugere boa confiabilidade, assim como a análise das comunalidades. No entanto, a variância extraída e os escores fatoriais ficaram divididos em dois fatores, indicando problemas de ajustamento (ver Tabela 14 a seguir). Nesse sentido, foram feitas exclusões dos dois itens que não se enquadravam em um só fator (PC9 e PC10) e por fim, também de PC11, no sentido de alcançar uma estrutura fatorial enxuta, com o melhor poder de explicação do construto possível e espelhada nos resultados alcançados na primeira amostra. Veja os valores na Tabela 14 a seguir.

Tabela 14 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Civis de Cidadania, segunda amostragem.

Itens	**1ª Extração**			**2ª Extração**		**3ª Extração**	
	Escore		**Com.**	**Escore**	**Com.**	**Escore**	**Com.**
	Comp. 1	Comp.2					
PC2	,737		,554	,742	,551	,754	,569
PC3	,765		,623	,788	,621	,810	,656
PC4	,617		,422	,654	,428	,668	,446
PD2C	,825		,681	,801	,641	,800	,639
PD9C	,730		,547	,735	,540	,749	,560
PC9		,837	,705	-	-	-	-
PC10		,709	,555	-	-	-	-
PC11	,604		,445	,662	,439	-	-
Variância	56,663			53,666		57,400	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com as modificações efetivadas, realizou-se novamente o teste de esfericidade de Bartlett que foi significativo ($\chi2$=815,68, df=10, p=0,000), o KMO (0,824) que indicou boa adequação da amostra e o alpha de Cronbach (α=0,813), sugerindo boa confiabilidade. Revendo as correlações, todas ficaram bem ajustadas (níveis moderados e altos). O Quadro 16 evidencia os itens validados para a dimensão civil da escala de práticas de cidadania.

Quadro 16 – Discriminação dos itens de Prática Civis de Cidadania, resultantes da segunda amostragem.

Cód.	**Itens**
PC2	Procuro meios para mudar leis injustas.
PC3	Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.
PC4	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos.
PD2C	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
PD9C	Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Conforme verifica-se no Quadro 16, observa-se que a estrutura fatorial da AFE da primeira amostragem foi confirmada com os cinco itens PC2, PC3, PC4, PD2C e PD9C no fator “Práticas Civis de Cidadania”. Seguem os resultados da AFE para a dimensão política das práticas de cidadania.

6.3.2.2 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS POLÍTICAS DE CIDADANIA’

No que tange ao construto ‘Práticas Políticas de Cidadania’, essas se referem às ações dos indivíduos que demonstrem a participação no exercício do poder político ou no governo da sociedade. Para a nova amostragem, esse fator abrange 6 (seis) variáveis. A análise global das correlações do construto em tela respondeu ao esperado, em que todos os itens apresentam correlações moderadas ou altas e significativas, conforme Tabela 15 a seguir:

Tabela 15 – Correlações das variáveis do construto 'Práticas Políticas de Cidadania', segunda amostragem

		PP1	PP2	PP4	PP5	PP6	PP7
PP1	Pearson Correlation	1	,536**	,599**	,611**	,401**	,614**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000	,000
PP2	Pearson Correlation	,536**	1	,631**	,490**	,617**	,558**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000	,000
PP4	Pearson Correlation	,599**	,631**	1	,561**	,563**	,620**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,000
PP5	Pearson Correlation	,611**	,490**	,561**	1	,392**	,518**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000		,000	,000
PP6	Pearson Correlation	,401**	,617**	,563**	,392**	1	,473**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000		,000
PP7	Pearson Correlation	,614**	,558**	,620**	,518**	,473**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Seguindo os procedimentos da AFE, observa-se que o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi2$=1486,98, df=15, p=0,000) e o KMO (0,880) indicam significância e boa adequação da amostra com os seis itens. A confiabilidade indicada pelo alpha de Cronbach (α=877) também está satisfatória. Embora a análise das cargas fatoriais, comunalidade e a variância extraída estejam em conformidade com os padrões de referência (ver valores na Tabela 16), optou-se por enxugar o número de itens para obter o melhor poder de explicação do construto possível.

Tabela 16 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada das Práticas Políticas de Cidadania, segunda amostragem.

Itens	1ª Extração		2ª Extração	
	Escore	Com.	Escore	Com.
PP1	,797	,636	,835	,697
PP2	,812	,659	,804	,646
PP4	,856	,715	,851	,724
PP5	,752	,565	,805	,648
PP6	,720	,519	-	-
PP7	,802	,644	-	-
Variância	62,281		67,889	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nesta segunda extração, os testes de esfericidade de Bartlett ($\chi 2$=830,18, df=6, p=0,000), o KMO (0,800), o alpha de Cronbach (0,840), as correlações e as demais medidas (ver Tabela 16) também obtiveram resultados satisfatórios. O Quadro 17 expõe os itens confirmados após a AFE da segunda amostragem.

Quadro 17 – Discriminação dos itens de Prática Políticas de Cidadania, resultantes da segunda amostragem.

Cód.	Itens
PP1	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.
PP2	Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.
PP4	Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
PP5	Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Diante dos resultados, também se observa a confirmação da estrutura fatorial da primeira amostra, abrangendo quatro itens (PP1, PP2, PP4, PP5) para a dimensão política da escala de práticas de cidadania. Seguem os resultados da AFE para a dimensão social das práticas de cidadania.

6.3.2.3 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS SOCIAIS DE CIDADANIA’

As ‘Práticas Sociais de Cidadania’ tentam promover a justiça social e se relacionam aos direitos e aos deveres sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos. Esse fator abrange 6 (seis) variáveis,

pré-definidas na AFE da amostra de limpeza da escala.

Na análise das correlações entre os itens desse construto, todos os itens tiveram correlação esperada (mínima de 0,2 e máxima de 0,9, conforme Costa, 2011) e são estatisticamente não nulas (p<0,05), conforme dados na Tabela 17.

Tabela 17 – Correlações das variáveis de 'Práticas Sociais de Cidadania', segunda amostragem

		PS1	PS2	PS3	PS4	PS5	PS6	PS7
PS1	Pearson Correlation	1	,524**	,525**	,432**	,401**	,379**	,473**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000	,000	,000
PS2	Pearson Correlation	,524**	1	,617**	,458**	,524**	,433**	,558**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000	,000	,000
PS3	Pearson Correlation	,525**	,617**	1	,456**	,467**	,394**	,545**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,000	,000
PS5	Pearson Correlation	,401**	,524**	,467**	,443**	1	,347**	,523**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000		,000	,000
PS6	Pearson Correlation	,379**	,433**	,394**	,293**	,347**	1	,465**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000		,000
PS7	Pearson Correlation	,473**	,558**	,545**	,388**	,523**	,465**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Sobre o teste de esfericidade de Bartlett, indicou significância ($\chi 2$=1129,46, df=15 e p=0,000) e o KMO de 0,880 sugere que a amostra possui condições adequadas para a análise fatorial. Há também bom nível de confiabilidade (α=848). No intuito de melhorar as medidas da variância extraída, procedeu-se a exclusão da variável PS6, pela baixa comunalidade (ver Tabela 18).

Tabela 18 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada de Práticas Sociais de Cidadania, segunda amostragem.

Itens	**1ª Extração**		**2ª Extração**	
	Escore	**Com.**	**Escore**	**Com.**
PS1	,730	,533	,740	,548
PS2	,820	,672	,830	,689
PS3	,795	,631	,811	,658
PS5	,720	,519	,738	,544
PS6	,650	,422	-	-
PS7	,795	,631	,793	,629
Variância	56,81		61,36	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com a estrutura fatorial com os cinco itens restantes, observou-se que as correlações entre os itens são significantes, de moderadas a fortes; que há adequação da amostra ($\chi2$=961,30, df=10, p=0,000, KMO=0,855); e há confiabilidade (α=0,842). O Quadro 18 discrimina esses cinco itens a serem aprovados pelos próximos procedimentos estatísticos (AFC).

Quadro 18 – Discriminação dos itens de Prática Sociais de Cidadania, resultantes da segunda amostragem.

Cód.	Itens
PS1	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
PS2	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
PS3	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.
PS5	Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.
PS7	Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Diante dos resultados, observa-se que essa estrutura fatorial final ficou um pouco diferente da realizada na primeira amostra, descartando o item PS4 e incluindo o PS7. Seguem os resultados da AFE para a última esfera das práticas de cidadania – a Ambiental.

6.3.2.4 O CONSTRUTO ‘PRÁTICAS AMBIENTAIS DE CIDADANIA’

Relembrando, a última dimensão das práticas de cidadania foi renomeada na AFE realizada na primeira amostra de limpeza da escala. Ela é uma tentativa de ampliação da teoria marshalliana sobre cidadania, e busca evidenciar práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na sustentabilidade ambiental da localidade onde vivem e envolvem direitos e deveres transindividuais, relacionados ao meio ambiente. Para procedimento da AFE na nova amostra, esse fator contempla 7 (sete) variáveis.

Seguindo as análises da AFE, quanto às correlações, observa-se na Tabela 19 que há alerta para dois itens a priori, PD10A e PD13A, diante da presença de correlações fracas com os demais itens. Portanto, são fortes candidatos a serem excluídos da escala.

Tabela 19 – Correlações das variáveis de 'Práticas Ambientais de Cidadania', segunda amostragem.

		PD5A	PD6A	PD7A	PD10A	PD11A	PD12A	PD13A
PD5A	Pearson Correlation	1	,423**	,359**	,098*	,301**	,269**	,170**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,025	,000	,000	,000
PD6A	Pearson Correlation	,423**	1	,411**	,148**	,304**	,301**	,316**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,001	,000	,000	,000
PD7A	Pearson Correlation	,359**	,411**	1	,128**	,327**	,258**	,151**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,003	,000	,000	,001
PD10A	Pearson Correlation	,098*	,148**	,128**	1	,054	,042	,278**
	Sig. (2-tailed)	,025	,001	,003		,218	,338	,000
PD11A	Pearson Correlation	,301**	,304**	,327**	,054	1	,356**	,194**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,218		,000	,000
PD12A	Pearson Correlation	,269**	,301**	,258**	,042	,356**	1	,170**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,338	,000		,000
PD13A	Pearson Correlation	,170**	,316**	,151**	,278**	,194**	,170**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,001	,000	,000	,000	

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando os demais testes, observa-se que o conjunto dos sete itens apresentaram $\chi 2$=530,403, df=21 e p=0,000, KMO= 772, α=689, indicando significância, adequação de amostra satisfatória para a análise fatorial e confiabilidade aceitável da escala. Contudo, os itens ficaram divididos em dois subfatores, comportamento não esperado (ver Tabela 20).

Para melhorar as medidas, optou-se por excluir inicialmente o item PD10A que tinha apenas uma correlação com os demais itens. Tal procedimento uniu os demais itens em um só fator, mas a variância extraída não estava satisfatória. Posteriormente, foram sendo excluídos, um a um, os itens pelo critério da baixa comunalidade, tentando alcançar uma estrutura fatorial com o melhor poder de explicação do construto possível.

Tabela 20 – Matriz rotacionada, comunalidade e a variância explicada de 'Práticas Ambientais de Cidadania', segunda amostragem

Itens	**1ª Extração**			**2ª Extração**		**3ª Extração**	
	Escore		**Com.**	**Escore**	**Com.**	**Escore**	**Com.**
	Comp. 1	Comp.2					
PD5A	,676		,471	,677	,458	,765	,586
PD6A	,668		,549	,742	,551	,798	,636
PD7A	,670		,467	,673	,452	,757	,573
PD10A		,833	,695	-	-	-	-
PD11A	,686		,471	,650	,423	-	-
PD12A	,652		,426	,606	,368	-	-
PD13A		,725	,576	,464	,215	-	-
Variância	32,86%	52,21%		41,12%		59,85%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Infelizmente, esse construto ficou formado apenas pelos três itens que tinham continuado da AFE da amostra anterior (PD5A, PD6A, PD7A), discriminados no Quadro 19, e não foi possível ser ampliado mesmo com esforço e adição de novos itens. Saindo da discussão estatística para a conceitual teórica, a dificuldade para a formação desse fator aparenta estar relacionada ao fato das práticas ambientais ainda não serem internalizadas no dia a dia das pessoas, pelo menos no contexto local, ainda sendo objeto de discussão e educação para se firmarem como práticas de cidadania que envolvam indivíduos com questões ambientais de suas comunidades.

Quadro 19 – Discriminação dos itens de Prática Ambientais de Cidadania, resultantes da AFE da amostra final.

Cód.	Itens
PD5A	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
PD6A	Realizo práticas de consumo consciente como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava etc.
PD7A	Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Com a estrutura fatorial com os três itens restantes, as demais métricas, como o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi 2$=224,90, df=3 e p=0,000), o KMO=657, o alpha de Cronbach (α=663) e a presença de correlações moderadas e significantes entre os itens, demonstraram resultados satisfatórios e aceitos em relação aos valores de referência.

Diante de todos os resultados expostos, o Quadro 20 reúne os itens aprovados pela AFE efetivada tanto na primeira como na segunda amostragem, possibilitando comparações em todas as quatro dimensões de práticas de cidadania.

Quadro 20 – Comparação dos itens aprovados pela AFE na primeira e segunda amostra

PRÁTICAS CIVIS		PRÁTICAS POLÍTICAS		PRÁTICAS SOCIAIS		PRÁTICAS AMBIENTAIS	
Amostra 1	Amostra 2	Amostra 1	Amostra 2	Amostra 1	Amostra 2	Amostra 1	Amostra 2
PC2	PC2	PP1	PP1	PS1	PS1	PD5	PD5A
PC3	PC3	PP2	PP2	PS2	PS2	PD6	PD6A
PC4	PC4	PP4	PP4	PS3	PS3	PD7	PD7A
PD2C	PD2C	PP5	PP5	PS5	PS5		
PD9C	PD9C			PS6	PS7		

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Conforme o Quadro 20 comparativo, de um modo geral, a estrutura fatorial verificada anteriormente, na primeira amostra de limpeza, permaneceu, com exceção do construto “Práticas Sociais”, em que foi incorporada um item. Realizada a AFE, parte-se para a AFC.

6.3.3 Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

Após a análise fatorial exploratória (AFE), é necessário confirmar a estrutura fatorial resultante por meio da técnica da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), no sentido e observar as medidas de ajustamento global do modelo e testar a hipótese de aderência do conjunto de itens aos fatores que compõem o construto "Práticas de Cidadania" com direcionamento para a teoria da modelagem e equações estruturais (MEE). Tal análise foi realizada utilizando o software R Studio. Para tanto, verifica-se:

a) Estatística de qui-quadrado (χ^2), em conjunto com o número de graus de liberdade (g.l.) e a significância da estatística. Segundo Costa (2011), nesse teste interessa que se tenha uma significância $p>0,05$ para indicar que os itens mensuram adequadamente o construto (ou dimensão). Caso não ocorra o esperado, é necessário analisar outras medidas (listadas a seguir).
b) A partir do método de estimação da máxima verossimilhança (*maximum likehood*), analisar medidas absolutas de ajustamento (RMSEA < 0,08; SRMR < 1; GFI, próximo a 1; Qui-quadrado normalizado < 5), medidas incrementais de ajustamento (CFI, NFI, TLI e IFI, próximo a 1) e medidas de parcimônia de ajustamento (PGFI e PNFI > 0,60. Os parâmetros têm como referência as sugestões de Hair et. al. (2009), Marôco (2010) e Costa (2011).

Além da AFC, também foram analisadas a confiabilidade e a validade da escala:

c) Confiabilidade: Análise da AVE (*Average Variance Extracted*), da confiabilidade composta e do *alpha* de *Cronbach*. Conforme Hair et. al (2009), são verificados se AVE $\geq 0,5$ e se os índices de confiabilidade composta (CC $\geq 0,7$) e *alpha* de *Cronbach* ($\alpha \geq 0,7$) estão aceitáveis.
d) Validade: segundo Hair et. al. (2009) é verificada a partir da validade convergente (no intuito de ver se a escala se correlaciona com outras escalas semelhantes), da validade discriminante (a fim de observar se a escala é suficientemente diferente de outras escalas relacionadas) e da validade nomológica (analisa se a escala se comporta como teoricamente foi sugerida).

Iniciando as análises da AFC a partir do método de estimação *Maximum Likelihood* (ML), ou máxima verossimilhança, à primeira vista, observa-se um bom ajuste global, conforme a maioria das medidas presentes na Tabela 22. Observa-se que apenas o nível de significância não ficou adequado ao valor de referência (p>0,05), indicando a necessidade de análise das outras medidas estatísticas, as quais, por sua vez, mostraram-se satisfatórias.

Apesar do bom ajuste, o software sugere indicações de melhorias que o modelo podia alcançar ao estabelecer covariâncias entre os erros de mensuração das variáveis. Nesse sentido, criou-se um segundo modelo (M2) contendo duas correlações indicadas pelo programa, entre itens do mesmo construto para manter uma coerência teórica. A primeira correlação foi no fator 'Práticas Civis', entre os itens PC2 e PD9C. E a outra correlação ocorreu no fator 'Práticas Políticas' entre os itens PP1 e PP5, no intuito de diminuir a variância interna dos construtos. Segundo Marôco (2010), em itens pertencentes ao mesmo fator que apresentam erros correlacionados é usual adicionar essa trajetória ao modelo pela semelhança de formulação ou conteúdo dos itens, sob um ponto de vista teórico.

Diante das modificações incluídas, observa-se que as medidas melhoraram (ver Tabela 21) e embora o qui-quadrado normalizado ($\chi^2/g.l.$) não seja considerado excelente (entre 0 e 3), é aceitável por ser realizada com uma amostra grande (TABACHNIK; FIDELL, 2001; ARBUCKLE, 2009; COSTA, 2011).

Tabela 21 – Medidas de ajustamento do modelo de práticas de cidadania

Índices	**Resultados**		
	Modelo M1 Inicial	**Modelo M2 Reespecificado**	**Nível de aceitação**
Qui-quadrado (χ^2)	432,169	389,118	-
Graus de liberdade (g.l.)	113, 000	111,000	Maior que 1
Nível de probabilidade	,000	,000	Maior que 0,05
Medidas absolutas de ajustamento			
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	,041	,039	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	,908	,918	Maior que 0,90
Qui-quadrado normalizado (χ2/g.l.)	3,824	3,505	Menor que 5
Medidas incrementais de ajustamento			
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	,929	,938	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	,907	,916	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	,914	,924	Próximo a 1
IFI	,929	,938	Próximo a 1
Medidas de parcimônia de ajustamento			
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	,671	,677	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	,753	,720	Maior que 0,60
Medidas de discrepância populacional			
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	,074	,069	Inferior a 0,08

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Seguindo a análise, parte-se para a verificação da validade e da confiabilidade do modelo. No que tange à validade do construto, temos a validade convergente (que mede a convergência de indicadores do construto) e a discriminante (refere-se ao grau em que duas medidas, designadas para medir construtos diferentes são realmente diferentes). Analisando as cargas fatoriais dos itens na Tabela 22, observa-se que todas estão aceitáveis, acima de 0,400 e de preferência acima 0,600 (COSTA, 2011).

Tabela 22 – Escores fatoriais e grau de significância

Fator/ Item	Sig.	Escore Fatorial	Fator/ Item	Sig.	Escore Fatorial
Práticas Civis			**Práticas Sociais**		
PC2	,000	,723	PS1	,000	,645
PC3	,000	,735	PS2	,000	,766
PC4	,000	,544	PS3	,000	,760
PD2C	,000	,735	PS5	,000	,669
PD9C	,000	,715	PS7	,000	,755
Práticas Políticas			**Práticas Ambientais**		
PP1	,000	,731	PD5A	,000	,587
PP2	,000	,780	PD6A	,000	,661
PP4	,000	,790	PD7A	,000	,643
PP5	,000	,682			

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Sobre a análise da AVE (*Average Variance Extracted*) e da confiabilidade, é verdade que as evidências de confiabilidade do conjunto de itens da escala já vêm sendo verificadas desde a primeira limpeza (na amostra 1), com o monitoramento do *alpha* de *Cronbach*. Agora, finaliza-se a verificação de confiabilidade sobre o conjunto final de itens, no sentido de termos uma segurança final para assumir que a escala é confiável. Conforme Hair et. al (2009), são verificados se os índices de confiabilidade composta (CC $\geq$ 0,7) e *alpha* de *Cronbach* ($\alpha \geq 0,7$) estão aceitáveis. A Tabela 23 apresenta a tabela de correlações gerada pelo modelo, os índices de confiabilidade (*alpha* e CC), a AVE, e uma matriz quadrada para análise da validade discriminante, tendo em negrito, na diagonal principal, os valores da raiz quadrada da AVE (a variância extraída do construto) e nas demais células a variância compartilhada.

Tabela 23 – Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML

Construto	1	2	3	4	Total
1. Práticas Civis	**0,698**				
2. Práticas Políticas	0,934	**0,742**			
3. Práticas Sociais	0,987	0,992	**0,722**		
4. Práticas Ambientais	0,618	0,554	0,619	**0,632**	
Alpha	0,813	0,840	0,842	0,663	**0,928**
CC	0,835	0,814	0,844	0,665	0,935
AVE	0,487	0,550	0,521	0,400	0,500

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

De um ponto de vista global, a escala apresenta índices ótimos e aceitáveis tanto em relação à confiabilidade composta (0,935), como em relação ao alpha (0,928). Em observação individualizada, o fator 'Práticas ambientais' está um pouco abaixo do ideal recomendado (CC= ,665 e α= ,663), mas bem próximo do ideal. Conforme observado nas etapas anteriores, nesse fator houve a tentativa de adição de uma variedade de práticas para fortalecer o construto, mas infelizmente ainda carece de novos esforços para melhorar o construto.

Além da confiabilidade, os valores da AVE também foram analisados e têm como valor de referência AVE ≥ 0,5 (HAIR et al., 2009). Avaliando esse parâmetro, tanto o construto 'Práticas Civis' (AVE = ,487) como 'Práticas Ambientais' (AVE = ,400) ficaram um pouco abaixo do valor de referência, merecendo uma análise mais próxima. Por tal ocorrência, gerou-se uma matriz quadrada, utilizando o critério proposto por Fornell & Larcker (1981), em que se verifica se a raiz quadrada das AVE de cada fator é maior do que as correlações com os outros fatores. Por esses parâmetros, o modelo ainda não se valida, já que os fatores "Práticas Civis", "Práticas Políticas" e "Práticas Sociais" apresentam uma correlação forte, próxima de 1, que é indicativo de colinearidade (quando um construto explica quase que totalmente o outro).

Há então a necessidade de avaliação da possibilidade de reunião das variáveis em um só construto. Assim, três novos modelos (M3, M4, M5) foram criados, para avaliar a associação entre os fatores, a partir do teste da diferença do qui-quadrado, por meio da anova (ver Tabela 24). Para tanto, adotou-se o critério de Anderson e Gerbin (1988), que sugere fixar a correlação entre dois fatores como sendo 1 e verificar se há diferença significativa entre esse modelo (fixado) e o modelo livre por meio do teste da diferença do qui-quadrado ($\chi 2$).

Tabela 24 – Teste da diferença do qui-quadrado (χ^2)

Modelo	χ^2	*Gl*	*P*	χ^2/gl	GFI	CFI	TLI	RMSEA	SRMR	Teste χ^2
M2*	389,12	111	,000	3,50	,918	,938	,924	,069	,039	
M3* (PS=PP)	641,37	114	,000	5,63	,891	,883	,860	,094	,152	M3–M2 $\Delta\chi^2(3) = 252{,}25$ p=0,00
M4* (PS=PC)	637,35	114	,000	5,59	,892	,883	,861	0,94	,152	M4 – M2 $\Delta\chi^2(3) = 248{,}23$ p=0,00
M5* (PP=PC)	544,53	114	,000	4,78	,899	,904	,886	,085	,131	M5 - M1 $\Delta\chi^2(3) = 155{,}41$ p=0,00

Nota 1*:M2: Modelo de primeira ordem com 4 fatores e duas correlações; M3: Modelo de segunda ordem com 3 fatores, considerando 'Práticas Políticas' e 'Práticas Sociais' como um só construto; M4: Modelo de terceira ordem com 3 fatores, considerando 'Práticas Sociais' e 'Práticas Civis' como um só construto; M5: Modelo de quarta ordem com 3 fatores, considerando 'Práticas Políticas' e 'Práticas Civis' como um só construto.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme os dados na Tabela 24, observa-se que a diferença foi estatisticamente significativa ($p < 0{,}05$) entre os modelos criados e o M2 e, portanto, não se pode afirmar que os fatores são iguais. Como o modelo livre (M2) apresenta melhor ajuste (menor χ^2), podemos dizer que há validade discriminante no modelo. Nesse sentido, o modelo livre (M2) será mantido como base para a confirmação do modelo conceitual. Tal decisão encontra suporte na literatura de cidadania, principalmente vinculada à teoria marshalliana.

É importante ressaltar que a independência entre os construtos nesse tipo de escala não é uma condição *sine qua non* para aceitação, dada a polissemia e a complexidade envolvida no conceito de cidadania, em que as práticas estão correlacionadas e interdependentes entre si. Essa característica já tinha sido percebida desde os estudos bibliográficos (WAPPENSTEIN, 2004; O'CONNELL, CLAYTON E ROWE, 2016; PINSKY; PINSKY, 2016) e nos primeiros passos de desenvolvimento dos itens da escala, discutida nas entrevistas com especialistas. Por exemplo, observa-se que muitas vezes uma prática política resulta ou impacta em uma ou mais práticas classificadas aqui em diferentes dimensões/fatores, como é o caso do item PP1 – "Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.". A participação em ações políticas como essas podem repercutir tanto no atendimento de direitos como na manifestação de deveres nos âmbitos civis, políticos, sociais ou ambientais.

Finalizando a validação da escala, todos os itens foram verificados novamente no sentido de verificar o conteúdo teórico das variáveis que restaram e sua relação com as definições dos construtos. Na dimensão civil, que trata de práticas que envolvam o indivíduo

com questões relacionadas aos direitos e deveres necessários à liberdade individual e às relações civilizadas entre as pessoas, possibilitando vida em sociedade, foram validadas cinco variáveis:

- PC2 (‘*Procuro meios para mudar leis injustas*’). Segundo Misoczky (2002) e Pattie, Seyd e Whiteley (2003, 2005), o conhecimento e obediência às leis e às regras sociais possibilita ambiente coletivo civilizado, pois esses instrumentos promovem ordem social e facilitam a boa convivência, já que orientam condutas e as ações individuais, evitando o caos. Contudo, como enfatizaram os entrevistados na etapa de construção dos itens da escala, nem toda lei é justa ou bem elaborada com fim coletivo como, por exemplo, ocorreu nos casos do nazismo de Hitler ou do coronelismo. Contestar as leis quando elas estão prejudicando indivíduos ou contextos possibilita justiça e bem-estar coletivo.
- PC3 (‘*Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo*’). Para Pais (2005), Ledet (2016), O’Connell, Clayton e Rowe (2017) e Tekiroğlu (2016), a cidadania é também expressada pelo uso da voz e da liberdade de expressão para criticar, investigar e sugerir intervenções públicas. O uso da voz, da linguagem (escrita ou não) promovem pontos de vistas, apontam problemas e são importantes para a renovação de valores e de realidades, principalmente entre os que estão à margem do poder. Nesse sentido, a liberdade de expressão é um direito civil, que pode se consolidar como prática de cidadania inclusive pela reflexão crítica com sentido público, responsabilizando os indivíduos por questões coletivas, sem extrapolar o direito de terceiros ou praticar ações ilícitas.
- PC4 (‘*Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos*’). Esse indicador versa sobre a prática de associação para a resolução de problemas coletivos ou luta por direitos (MARSHALL, 1967, LEDET, 2016; AMORIM, 2018). É um direito civil que atua em conjunto com o direito político, já que junta pessoas num ambiente cuja diversidade de pensamentos, crenças e interesses pode ser relativamente grande para resolver questões da comunidade ou de um grupo, questões essas que podem refletir em liberdades individuais ou questões de bem-estar coletivo.

- PD2C (‘*Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social*)’). Conforme Brasil (1988), Pateman (1996), Dagnino (2004) e Bole e Gordon (2009), o respeito, a tolerância e o reconhecimento da diversidade humana são fundamentais à vida em sociedade, principalmente em comunidades heterogêneas como no contexto brasileiro. Essa prática está atrelada à liberdade individual, com sua inerente subjetividade, e assim pode ser classificada no âmbito civil.

  Além do reconhecimento e respeito, é preciso se posicionar, proteger, esclarecer no sentido de educar e disseminar esse respeito, possibilitando relações civilizadas entre grupos com diferentes características, sejam elas de gênero, raça, idade, credo ou classe social. Afinal, todos têm seus direitos de ser, pensar e possuir suas esferas privadas que precisam ser respeitadas pela sociedade e pelo poder político.
- PD9C (*‘Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.)’*). Trata de debates emergenciais apontadas por WVS (2000-2001), Bobbio (1992), Awang et al. (2016) que impactam nos direitos civis e na vida em sociedade. É fundamental a discussão de temas, geralmente novos, como o aborto, as drogas, a clonagem, dentre outros, que têm afetado a vida de tantas pessoas e contextos, e interferido nas relações da vida em sociedade. Ouvir e discutir diferentes pontos de vista conduz a decisões mais acertadas e resolução de conflitos mais justa.

Na dimensão política, as práticas de cidadania se relacionam à participação dos indivíduos no governo da sociedade, que é determinante para a sustentabilidade da comunidade no tempo. Foram validadas quatro variáveis:

- PP1 (*‘Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.’*). De acordo com Misoczky (2002), Hoskins e Mascherini (2009), Bole e Gordon (2009) é importante as pessoas participarem de ações políticas que possam influenciar políticos ou representantes comunitários em questões coletivas, pois elas demonstram que as pessoas estão atentas e orientam representantes na tomada de decisão no processo de políticas públicas ou coletivas, evitando que sejam delineadas apenas com base em interesses individuais.

- PP2 (*'Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade'*). Misoczky (2002), Hoskins e Mascherini (2009) ressaltam a importância das pessoas se informarem e acompanharem as ações dos governantes eleitos em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal), para poder opinar, cobrar e participar do governo da comunidade ou até para orientar futuras escolhas eleitorais.
- PP4 (*'Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais'*). Bole e Gordon (2009), Metzger et al., 2016, O'connell, Clayton e Rowe (2017) frisam sobre essa participação dos indivíduos na tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais, seja via cargo político ou representativo da comunidade. Assumir responsabilidades, liderança, participar diretamente de negociações e funções em organizações que de alguma forma promovem ações públicas e interferem nas questões coletivas é uma demonstração clara de prática de cidadania ativa: quem ocupa esses lugares está exercendo a cidadania plena, porque está representando e se responsabilizando pelos interesses de um coletivo.
- PP5 (*Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.'*). Segundo Choi, Glassman e Cristol (2017) e Jones e Mitchell (2016), atualmente, novos meios de participação política são promovidos com o avanço das tecnologias de informação. Assim, o envolvimento cívico on-line pode ocorrer a partir do acesso e da disseminação de informação, promovendo-se o desenvolvimento de habilidades e a participação na comunidade baseada na Internet.

Já no âmbito social, as práticas focam a justiça social e o envolvimento dos indivíduos em ações que tenham o intuito de fomentar condições mínimas de segurança e bem-estar social, principalmente aos desafortunados e oprimidos. Os itens validados foram cinco:

- PS1 (*'Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos'*). Esse item se refere ao envolvimento das pessoas em ações sociais destacados por autores como Pais (2005), Bole e Gordon (2009) Morais e Ogden (2011), Awang et al. (2016), O'connell, Clayton e Rowe (2017). Ser cidadão também envolve a sensibilidade, a empatia, a responsabilidade social em prol da igualdade ou, melhor, equidade social e da fraternidade.

Dentre as formas, as ações sociais como doações, assistencialismo, caridade, educação, ações emancipatórias, agir para fazer com que o poder público consiga estrutura mínima de reinserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social podem contribuir, mesmo que emergencialmente, para minimizar a desigualdade social.

- PS2 (‘*Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte*’). Conforme Gonçalves e Lopes (2013), o direito do trabalho é uma das maneiras de dignificar o homem, já que o desemprego coloca o indivíduo em uma posição inferior no âmbito moral, social e jurídico para o exercício da cidadania. Segundo Santos (1987), no Brasil, muitos direitos sociais estão atrelados às categorias e legislações trabalhistas e, portanto, a participação nesses movimentos trabalhista é uma forma de acesso e luta por questões sociais. Esse tipo de organização consegue ter poder de influência no governo, seja em ações de crítica ao *status quo*, de fiscalização ou de luta por direitos sociais.
- PS3 (‘*Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas*’). Ações em prol dos direitos humanos são destacados como temas de cidadania por autores como Hoskins e Mascherini (2009), European Social Survey (2002) e Tekiroğlu (2016). Os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana e a justiça social.
- PS5 (‘*Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança*’). Essa é uma variável que emergiu das entrevistas. É preciso que os serviços básicos como os de saúde, educação e segurança sejam prestados de forma adequada, atendendo à demanda da sociedade, já que é para isso que a população paga impostos. Tais serviços dão condições mínimas de sobrevivência e de bem-estar social. Os cidadãos podem ajudar a coletividade ao fiscalizar e denunciar a má oferta destes.
- PS7 (‘*Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas à educação, saúde, segurança, transporte etc.*’). Retrata os serviços sociais básicos promovidos pelo Estado brasileiro e emergiu também das entrevistas. O envolvimento das pessoas na discussão desses temas possibilita ao Estado ouvir diferentes demandas, podendo influenciar na criação e na implementação de políticas públicas.

Por fim, no que tange à quarta dimensão de práticas ambientais (PA), elas estão relacionadas a ampliações do conceito de cidadania de Marshall (1967) e abrangem ações dos indivíduos na luta pela sustentabilidade do meio ambiente. Três variáveis foram validadas nessa esfera:

- PD5A (‘*Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível*’). Aborda a questão da reciclagem no consumo cotidiano dos indivíduos (ABAHUSSAIN, 2006; METZGER et. al., 2016). A reciclagem é uma das formas de diminuir o consumo de recursos e aproveitar os resíduos gerados nas atividades humanas de modo a minimizar impacto destas no meio ambiente.
- PD6A (‘*Realizo práticas de consumo consciente como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava etc.*’). As práticas de consumo consciente, são temas de estudos sobre cidadania ambiental (EUROPEAN SOCIAL SURVEY, 2002; ABAHUSSAIN, 2006; HOSKINS; MASCHERINI, 2009; AMORIM, 2018; METZGER et al., 2016). Nesse sentido, o cidadão em seu papel de consumidor pode exercer a cidadania ambiental, seja através da preservação de recursos naturais, seja pela diminuição de consumo inútil e de produtos que de alguma forma prejudicam de forma ética-moral e/ou ambiental a sociedade, ou ainda da força da compra para privilegiar ou punir empresas, por exemplo.
- PD7A (‘*Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas*’). As ações de consumo colaborativo também são consideradas práticas de cidadania (HOSKINS; MASCHERINI, 2009; MAURER, 2015). Segundo os autores, as relações econômicas baseadas em empréstimos, aluguéis e trocas podem gerar não apenas contribuições econômicas e quantitativas como a redução de consumo de recursos naturais ou diminuição de custos de bens e serviços, mas também promover aspectos sociais importantes para a vida em sociedade como o fomento da confiança entre as pessoas, diminuição do egoísmo e da individualidade etc.

Analisados os itens e relações com respectivas dimensões, reafirmou-se a boa validade nomológica da escala. Segue o Quadro 21 com a exposição conjunta de todas as práticas de cidadania validadas para a escala.

Quadro 21 – Práticas de cidadania validadas após segunda amostragem

Dimensão	Cód.	Descrição do Item
Práticas Civis (PC)	PC2	Procuro meios para mudar leis injustas.
	PC3	Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.
	PC4	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos.
	PD2C	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
	PD9C	Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).
Práticas Políticas (PP)	PP1	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.
	PP2	Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.
	PP4	Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
	PP5	Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.
Práticas Sociais (PS)	PS1	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
	PS2	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
	PS3	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.
	PS5	Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.
	PS7	Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.
Práticas Ambientais (PA)	PD5A	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
	PD6A	Realizo práticas de consumo consciente como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava etc.
	PD7A	Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com a escala de práticas de cidadania finalizada, passa-se para o último passo da construção da escala que consiste em apresentar as instruções de uso para potenciais usuários do instrumento.

6.4 Recomendações de uso

A escala de práticas de cidadania deve ser utilizada para mensurar ações de cidadania dos indivíduos que residem no Brasil. É importante que seja alfabetizado para poder ler ou responder o questionário via on-line. Caso não, poderá ter o auxílio de alguém para ler e marcar as respostas. O respondente leva em torno de 5 minutos para responder.

Para aplicação da escala, a recomendação é que o conjunto de itens seja disposto no questionário de forma aleatória (para evitar associações entre as variáveis), de preferência separados em blocos com não mais que 10 itens para evitar a exaustão na leitura e possível

descontinuidade de respostas.

Há outras possibilidades de variação do número de pontos, especialmente no uso de escalas de Likert, mas a recomendação é que sejam usados muitos pontos (7 a 11 pontos). Nesse estudo, optamos pela escala de 11 pontos (0 a 10), e as respostas foram ponderadas de 1 a 11, as quais somadas e extraídas as médias para cada variável. Caso opte por repetir essa forma de interpretação de dados, recomenda-se seguir os seguintes parâmetros para facilitar a análise comparativa: medidas até 3,9 indicam intensidade baixa da prática, de 4,0 até 6,9 indicam intensidade baixa-moderada, de 7,0 até 9,9 indicam intensidade moderada-alta e acima de 10 representam intensidade muito elevada (ver Quadro 22 a seguir). Tal classificação levou em consideração o sistema de avaliação educacional brasileiro (notas de 0 a 10), familiar aos respondentes, que acompanha o número de pontos da escala (que para a análise foi ponderada, com valores entre 1 e 11). Nesse sentido, a nota 7 (sete) representa aprovação regular do aluno e, aqui, uma média de comportamento moderado-alto de cidadania.

Quadro 22 – Parâmetros de análise

Parâmetros de Corte	Interpretação
Até 3,9	Intensidade Baixa
De 4,0 a 6,9	Intensidade Baixa-Moderada
De 7,0 a 9,9	Intensidade Alta-Moderada
Acima de 10	Intensidade Elevada

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Por fim, é importante ressaltar que as escalas de mensuração estão em constante evolução e precisam ser submetidas a novas validações em diferentes amostras e contextos para atingir um bom nível de maturidade psicométrica. Também recomenda-se reforçar os itens principalmente da esfera ambiental, para alcançar uma estrutura fatorial mais forte. Segue o próximo capítulo com aplicação da escala desenvolvida.

7 PRÁTICAS DE CIDADANIA: DIFERENÇA ENTRE VOLUNTÁRIOS E NÃO VOLUNTÁRIOS

O objetivo desta sétima parte do trabalho de tese é verificar diferenças entre as práticas de cidadania desenvolvidas por voluntários e não voluntários e, assim, confirmar ou não a premissa de que o trabalho voluntário tende a fomentar práticas de cidadania em seus praticantes (BEZJAK; KLEMENČIČ, 2014; CARBALLAL, 2009; PUTNAM, 2000; TURNER, 2001) por meio da compreensão de que o voluntário tem comportamentos diferenciados do cidadão comum.

Para tanto, optou-se pela análise de comparação de médias das práticas de cidadania de voluntários e não voluntários, a partir da análise de medidas descritivas (de posição, dispersão e formato) e teste paramétrico inferencial (teste Levene, para verificar igualdade de variâncias e teste t, para verificar se há diferenças significativas entre as médias), utilizando os dados da segunda e de uma terceira amostragem, sendo esta última mais específica, com voluntários religiosos.

A terceira amostra foi necessária tanto para realizarmos essa diferenciação entre voluntários com não voluntários (melhorando o tamanho da amostra de voluntários para realizar as análises estatísticas), como para executar o próximo objetivo de pesquisa, de relacionar as práticas de cidadania com a motivação[14] para o trabalho voluntário por meio da MEE, atendido na oitava parte deste trabalho de tese.

Nesse sentido, estruturalmente, esta sessão se inicia com a caracterização da terceira atividade de amostragem e, logo em seguida, tem-se a análise das práticas de cidadania por grupos. Conforme os resultados expostos adiante, observou-se que os voluntários têm médias de desempenho superior quando comparados com os não voluntários em relação às práticas de cidadania em todos os âmbitos: civil, político, social e ambiental. Em apenas dois itens (PP5 e PS5) não houve diferenças significativas entre os grupos. Seguem os detalhes das análises.

7.1 Caracterização da terceira amostra de dados: os voluntários religiosos

A terceira coleta de dados foi realizada especificamente com voluntários que trabalham em projetos sociais ou em OSC, ambos da área religiosa. Esse segmento foi escolhido pela representatividade de suas OSCs no país, conforme justificado no capítulo 4,

[14] Wilson (2000) recomenda não estudar várias instituições que fazem atividades diferentes por elas deterem naturezas distintas, dificultando a análise comparativa.

referente aos procedimentos metodológicos.

Por meio de um questionário aplicado tanto on-line (2 inválidos e 347 válidos), utilizando o *Google Forms*, como de forma presencial (18 não retornaram, 3 estavam inválidos e 19 estavam aptos), alcançou-se uma amostra de 366 voluntários religiosos. Os questionários aplicados presencialmente foram solicitados por uma entidade para uma melhor acessibilidade dos participantes. O período de aplicação foram os meses de agosto e setembro de 2019.

A estrutura do formulário seguiu a dos anteriores, apenas se acrescentou a escala de Motivação para o Trabalho Voluntário, de Cavalcante (2016) e perguntas demográficas adicionais. No total, foram 38 assertivas (21 da escala de motivação e 17 da escala de 'Práticas de Cidadania' validada). O formulário completo está no Apêndice F.

Sobre o tamanho da amostra, conforme já explicitado anteriormente, tanto se levou em consideração o tamanho da amostra de não voluntários alcançado na segunda amostragem (347 respondentes), para comparação entre grupos, como se atentou para a adequação da amostra para aplicação da técnica de MEE, objetivo da próxima parte deste trabalho de tese.

Para esse último fim, Hair et al. (2009) apontam que o tamanho da amostra deve conter no mínimo cinco vezes o número de itens, que neste caso, seria 190. Para não ficar uma amostra nem tão pequena que não possa garantir a comparação entre os grupos e adequada para realizar a MEE, obteve-se uma terceira amostra com 366 respondentes (9,6 vezes o número de itens).

Sobre a caracterização dessa terceira amostra, a partir dos dados demonstrados na Tabela 25, observa-se um perfil geral de maioria feminina (55,5%), com idade entre 35 e 44 anos (30%), casada (57,4%), com ensino superior completo (38,8%), com renda média familiar acima de R$8.000,00 (27%) e com ocupação de servidor público (22,7%). Por grupos, observa-se que a maioria alega ser evangélica (77,9%), seguidos dos católicos (10,9%), espíritas (10,4%) e outros (0,5% alegaram ter outra religião e 0,3% não apresenta religião).

Tabela 25 – Dados Sociodemográficos da terceira amostragem com voluntários religiosos

	GERAL		CATÓLICOS		EVANGÉLICOS		ESPÍRITAS		OUTROS	
Sexo	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Feminino	203	55,5%	28	70,0%	144	50,5%	29	76,3%	2	66,7%
Masculino	163	44,5%	12	30,0%	141	49,5%	9	23,7%	1	33,3%
Outro	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Idade										
14 a 24 anos	59	16,1%	5	12,5%	53	18,6%	0	0,00%	1	33,3%
25 a 34 anos	85	23,2%	16	40%	65	22,8%	4	10,5%	0	0,00%
35 a 44 anos	110	30%	14	35%	87	30,5%	8	21,0%	1	33,3%
45 a 54 anos	72	19,7%	3	7,5%	55	19,3%	13	34,2%	1	33,3%
55 a 64 anos	35	9,6%	1	2,5%	24	8,4%	10	26,3%	0	0,00%
Acima 65anos	5	1,4%	1	2,5%	1	0,3%	3	7,8%	0	0,00%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Estado Civil										
Solteiro(a)	111	30,3%	23	57,5%	79	27,7%	8	21,0%	1	33,3%
Casado(a)	210	57,4%	12	30,0%	178	62,5%	19	50,0%	1	33,3%
União Estável	8	2,2%	3	7,5%	2	0,7%	3	7,9%	0	0,0%
Separado(a)	29	7,9%	1	2,5%	22	7,7%	5	13,2%	1	33,3%
Viúvo(a)	8	2,2%	1	2,5%	4	1,4%	3	7,9%	0	0,0%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Escolaridade										
Fund. Incomp	1	0,3%	0	0,00%	1	0,3%	0	0%	0	0%
Fund. Comp.	11	3%	1	2,5%	10	3,5%	0	0%	0	0%
Médio Comp.	106	29%	8	20%	92	32,3%	5	13,2%	1	33,3%
Sup. Comp.	142	38,8%	20	50%	109	38,2%	13	34,2%	0	0%
Pós-G. Comp.	106	29%	11	27,5%	73	25,6%	20	52,6%	2	66,7%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Renda Familiar Média Mensal										
Até R$1.000	24	6,7%	4	10,0%	15	5,4%	5	13,2%	0	0,0%
De R$1.000 a R$3.000	76	21,2%	15	37,5%	58	20,9%	3	7,9%	0	0,0%
De R$3.000 a R$5.000	87	24,2%	10	25,0%	66	23,7%	9	23,7%	2	66,6%
De R$5.000 a R$8.000	75	20,9%	7	17,5%	61	21,9%	7	18,4%	0	0,0%
Acima de R$8.000	97	27%	4	10,0%	78	28%	14	36,8%	1	33,3%
TOTAL	359	100%	40	100%	278	100%	38	100%	3	100%
Ocupação										
Autônomo	73	19,9%	5	12,5%	59	20,7%	8	21,1%	1	33,3%
Servidor Público	83	22,7%	10	25,0%	62	21,7%	10	26,3%	1	33,3%
Empregado de Empresa Privada	78	21,3%	8	20,0%	67	23,5%	3	7,9%	0	0,0%
Aposentado	16	4,4%	1	2,5%	12	4,2%	3	7,9%	0	0,0%
Dona de Casa	17	4,6%	1	2,5%	10	3,5%	6	15,8%	0	0,0%
Estudante	55	15%	7	17,5%	46	16,1%	1	2,6%	1	33,3%
Outra	44	12%	8	20,0%	29	10,1%	7	18,4%	0	0,0%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Além das informações sociodemográficas expostas, os voluntários religiosos também responderam a mais quatro questões sobre a atividade voluntária desempenhada. Em relação ao tempo de atuação como voluntário, a maioria (79,2%) está há mais de 1 (um) ano envolvida com o trabalho voluntário, tem familiar envolvido com o voluntariado (73,2%) e já realizou trabalho voluntário antes (67,3%). A principal atividade desempenhada está

relacionada com a assistência social (26,3%), que abarca desde ações de caridade, de distribuição de alimentos, roupas, auxílio moradia e saúde para pessoas carentes. A Tabela 26 demonstra esse perfil.

Tabela 26 – Dados extras dos voluntários da segunda amostragem

	GERAL		Católicos		Evangélicos		Espíritas		Outros	
Tempo de Atuação	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Menos de 6 meses	33	9%	6	15,0%	25	8,8%	2	5,3%	0	0,0%
De 6 meses até 1 ano	43	11,7%	2	5,0%	37	13%	4	10,5%	0	0,0%
Mais de 1 ano	290	79,2%	32	80,0%	223	78,2%	32	84,2%	3	100%
TOTAL	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Familiar envolvido com voluntariado	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Sim	268	73,2%	23	57,5%	212	74,4%	30	78,9%	2	66,7%
Não	98	26,8%	17	42,5%	73	25,6%	8	21,1%	1	33,3%
Total	366	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Já fez trab. voluntário	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Sim	247	67,3%	25	62,5%	194	68,1%	25	65,8%	2	66,7%
Não	120	32,7%	15	37,5%	91	31,9%	13	34,2%	1	33,3%
	367	100%	40	100%	285	100%	38	100%	3	100%
Tipo de Atividade Desempenhada	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Doação (ex.: alimentos e dinheiro)	6	1,3%	2	4,1%	4	1,1%	0	0,0%	0	0,0%
Educação e Pesquisa (ex.: ensino, palestras, pesquisa)	71	15,2%	2	4,1%	65	17,3%	4	10,5%	0	0,0%
Assistência Social (ex.: dist. alimentos, roupa, auxílio moradia e saúde)	123	26,3%	30	61,2%	75	20,0%	16	42,1%	2	40,0%
Serviços Religiosos (ex.: evangelização)	108	23,1%	4	8,2%	94	25,1%	9	23,7%	1	20,0%
Lazer e Recreação	40	8,6%	2	4,1%	38	10,1%	0	0,0%	0	0,0%
Gestão (ex.: de recursos, logística, coordenação etc.)	50	10,7%	7	14,3%	38	10,1%	4	10,5%	1	20,0%
Outros (ex.: atividades afins das entidades, diversos)	69	14,8%	2	4,1%	61	16,3%	5	13,2%	1	20,0%
TOTAL	467	100%	49,00	100%	375	100%	38	100%	5	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Vale salientar que houve a preocupação de alcançar voluntários religiosos envolvidos com atividades de cunho social que vão além dos serviços da igreja ou entidade religiosa, como a evangelização, no sentido de se alinhar ao conceito de voluntário, extrapolando o ato de ser apenas membro da instituição.

Sobre o alcance espacial da pesquisa, pelo uso do critério da acessibilidade, a maioria reside no estado da Paraíba (340 ou 92,6%), mas houve a participação de indivíduos residentes em outros estados brasileiros: AL (5 ou 1,4%), BA (1 ou 0,3%), CE (2 ou 0,5%), ES (2 ou 0,5%), MA (1 ou 0,3%), MG (1 ou 0,3%), MS (1 ou 0,3%), PA (1 ou 0,3%), PE (7 ou 1,9%); RJ (1 ou 0,3%), RN (1 ou 0,3%), RS (1 ou 0,3%), SE (1 ou 0,3%), SP (1 ou 0,3%).

É válido salientar que houve um esforço de divulgação da pesquisa pelas redes sociais e contato com líderes de projetos sociais religiosos de outras regiões para tentar alcance espacial maior. Caracterizada a terceira amostra, segue-se para a análise das práticas de cidadania.

7.2 Análise das práticas de cidadania: diferenças entre voluntários e não voluntários

Este trabalho se embasa na ideia de que o voluntariado é uma atividade que possibilita o envolvimento dos indivíduos nas problemáticas e desafios coletivos, tanto por tornar as pessoas mais conscientes e próximas dos problemas sociais e das necessidades de solução civil, política, social e ambiental, como por desenvolverem competências cívicas e aprendizado sobre as questões locais (MUSICK; WILSON, 2008). Por assim ser, tem-se, em tese, que os voluntários tendem a ter suas práticas de cidadania mais desenvolvidas do que aqueles que não praticam o voluntariado. Esta sessão visa comprovar esses argumentos.

Para tanto, optou-se por comparar o desempenho cidadão de voluntários e não voluntários, a partir das diferenças entre as médias das práticas de cidadania mensuradas pela escala desenvolvida neste trabalho de tese. Optou-se por utilizar tanto estatísticas descritivas de posição (média aritmética simples, média aparada de 10%, média winsorizada de 10% e quartis), de dispersão (variância e desvio-padrão) e de formato (assimetria, curtose); como a realização de teste t, uma medida mais robusta, paramétrica.

Serão apresentados dados comparativos entre dois grupos: (1) voluntários da segunda amostra (175 indivíduos) em conjunto com os voluntários religiosos da terceira amostra (366 sujeitos), totalizando um grupo de 541 pessoas e; (2) não voluntários da segunda amostra, abrangendo 347 respondentes.

Para melhorar a visualização dos resultados das médias de práticas de cidadania, utilizaram-se os seguintes parâmetros para facilitar a análise: medidas até 3,9 indicam intensidade baixa da prática (coloridos em vermelho), de 4,0 até 6,9 indicam intensidade baixa-moderada (coloridos em amarelo), de 7,0 até 9,9 indicam intensidade moderada-alta (coloridos em verde) e acima de 10 representam intensidade muito elevada (coloridos em azul). O Quadro 23 ilustra esses parâmetros.

Tal classificação levou em consideração o sistema de avaliação educacional brasileiro (notas de 0 a 10), familiar aos respondentes, que acompanha o número de pontos da escala (que, para a análise, foi ponderada com valores entre 1 e 11). Nesse sentido, a nota 7 (sete)

representa aprovação regular do aluno e, aqui, uma média de comportamento de intensidade moderada-alta de cidadania.

Quadro 23 – Parâmetros de análise para medidas de posição

Parâmetros de Corte	Interpretação	Coloração
Até 3,9	Intensidade Baixa	
De 4,0 a 6,9	Intensidade Baixa-Moderada	
De 7,0 a 9,9	Intensidade Alta-Moderada	
Acima de 10	Intensidade Elevada	

Fonte: Elaborado pela autora

Iniciando as análises de estatística descritiva, observa-se na Tabela 27 que há predominância de médias classificadas de baixa-moderada intensidade e que há um indicativo que as médias das práticas de cidadania dos voluntários em todas as esferas (civil, política, social e ambiental) são maiores que as dos não voluntários.

Tabela 27 –Análise das práticas de cidadania, por dimensão e por grupos.

Dimensão /Variável	Média Arit.	Média Apar. (10%)	Média Wins. (10%)	Quartis			Vari-ância	Desvio-Padrão	Assim.	Curtose
				25	50	75				
VOLUNTÁRIOS (N=541)										
CIVIL	6,617	6,771	6,617	4	7	9	11,605	3,407	-0,375	1,879
POLÍTICA	4,817	4,551	4,740	1	4	8	11,693	3,419	0,352	1,770
SOCIAL	6,267	6,333	6,267	3	7	9	11,869	3,445	-0,224	1,743
AMBIENTAL	6,893	7,105	6,984	5	7	9	9,698	3,114	-0,417	2,119
NÃO VOLUNTÁRIOS (N=347)										
CIVIL	5,674	5,593	5,674	2	6	9	12,321	3,510	0,037	1,644
POLÍTICA	4,402	4,032	3,308	1	3	7	11,899	3,449	0,579	1,929
SOCIAL	4,852	4,589	4,771	1	4	8	11,605	3,407	0,345	1,779
AMBIENTAL	6,144	6,180	6,144	3	6	9	10,89	3,301	-0,139	1,851

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Esse predomínio de médias de intensidade baixa-moderada acerca de práticas de cidadania se alinham às discussões sobre a passividade histórica do brasileiro em relação às questões coletivas, já bem retratadas por autores como Pandolfi (1999), Avritzer (2010) e Carvalho (2016), os quais destacam em seus estudos que desde a colonização os brasileiros herdaram uma tradição cívica pouco encorajadora e passiva.

Segundo os autores supracitados, apesar dos brasileiros terem passado por períodos de aprendizado cívico diante de eventos históricos como coronelismo, movimentos sociais,

ditaduras, crises políticas e econômicas e avanços como as reformas estatais, o surgimento de legislação como a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal, a Lei da Transparência e da Ficha Limpa e ações como as da Lava-Jato promovida pela Polícia Federal contra a corrupção, ainda há falta de garantia dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais e descrédito da população nas instituições e na justiça, o que pode refletir na baixa-moderada participação nas questões coletivas. Também sempre houve significativa participação do Estado no provimento desses direitos ou na obrigação dos deveres, em contraponto da participação da sociedade civil. Para Avritzer (2010), há um baixo potencial de participação da população brasileira e uma superposição entre o público e o privado.

Seguindo a análise dos dados da Tabela 28, observa-se um padrão na ordenação hierárquica das médias das práticas de cidadania, tanto entre os voluntários como entre os que não são: em primeiro lugar, práticas ambientais possuem as maiores médias (inclusive nos quartis), seguidas das práticas nos âmbitos civil, social e político. Amorim (2018) também alcançou mesma ordenação, mas analisando apenas a percepção de direitos civis, sociais e políticos com uma amostra de voluntários da área da saúde e não voluntários.

Os grupos também apresentam características parecidas em relação à dispersão dos dados, com a presença de certa variância em torno da média (entre 10 e 12), e similares valores de desvio-padrão (em torno de 3 e 3,5).

Em termos de formato, os dados também indicam variedade de respostas: nos voluntários, geralmente apresentam assimetria à esquerda (valores negativos) e um pouco de achatamento no formato da distribuição; os não voluntários apresentam uma maior assimetria à direita (positiva) e semelhante nível de achatamento da curva de distribuição (formato platicúrtico).

Aprofundando a análise das medidas descritivas por dimensão, na esfera civil observa-se que há indicativo de sobreposição das médias das práticas de cidadania dos voluntários em relação aos não voluntários em todos os itens, inclusive ao se analisar os quartis (ver Tabela 28).

Tabela 28 – Análise das práticas civis de cidadania, por grupos

Dimensão /Variável	Média Arit. ($\bar{x}$)	Média Aparada (10%)	Média Winsori-zada (10%)	Quartis			Vari-ância	Desvio-Padrão	Assim.	Curtose
				25	50	75				
VOLUNTÁRIOS (N=541)										
CIVIL	**6,617**	**6,771**	**6,617**	**3**	**7**	**9**	**12,071**	**3,474**	**-0,279**	**1,765**
PC2	5,048	4,834	4,967	1	5	8	10,872	3,297	0,240	1,867
PC3	7,253	7,566	7,353	6	8	10	10,056	3,171	-0,653	2,324
PC4	8,288	8,704	8,564	7	9	11	7,154	2,675	-1,122	3,748
PD2C	6,299	6,374	6,299	3	7	9	11,969	3,460	-0,240	1,756
PD9C	6,196	6,245	6,196	3	7	9	12,113	3,480	-0,209	1,708
NÃO VOLUNTÁRIOS (N=347)										
CIVIL	**5,674**	**5,593**	**5,674**	**2**	**6**	**9**	**12,321**	**3,510**	**0,037**	**1,644**
PC2	4,478	4,154	4,320	1	4	7	10,354	3,218	0,538	2,100
PC3	6,793	6,986	6,793	4	7	10	11,512	3,393	-0,398	1,876
PC4	6,429	6,534	6,429	4	7	9	10,61	3,257	-0,283	1,944
PD2C	5,288	5,115	5,288	2	5	9	13,032	3,610	0,248	1,622
PD9C	5,383	5,233	5,285	1	6	8,5	12,746	3,57	0,095	1,566

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O item PC4, que trata da associação entre as pessoas para resolução de problemas coletivos é a prática mais desempenhada, em média, tanto por voluntários como não voluntários. Tal indicativo sinaliza para ambos os grupos um possível movimento de organização civil em prol de questões que extrapolam a arena individual, sendo essa disposição necessária para resolver problemas mais complexos. No caso dos voluntários, talvez a experiência em projetos sociais e em OSC, os quais dependem de organização civil e de esforços coletivos influencie o desempenho dessa prática, ressaltando-a entre as demais.

O item PC3 (liberdade de expressão) também teve destaque entre as práticas mais desempenhadas em ambos os grupos. Veja que essa é uma prática que não depende da reunião com outros indivíduos e assim mais simples de ser executada, mas é uma ação importante já que a liberdade de expressão é uma das primeiras formas para o olhar, escuta e posicionamento frente a problemas individuais e coletivos.

Em contrapartida, PC2 é a prática menos realizada por todos os grupos, indicando que os respondentes são mais passíveis em relação à procura de meios para mudar leis injustas. Talvez a falta de acessibilidade aos meios legais para efetivação dessa prática, ou mesmo o desconhecimento, distância e descrédito na justiça possa influenciar a baixa métrica.

Para garantir que as diferenças entre os grupos são reais e significativas, optou-se por utilizar uma medida mais robusta, o teste t para grupos independentes. Para serem consideradas médias diferentes, é necessário que no teste T apresente $p<0,05$ (Sig.). Observa-se na Tabela 29 que, na dimensão civil, os voluntários apresentam médias diferentes

significativamente (p<0,05) e superiores (positivas) das do grupo dos não voluntários em todos os itens da dimensão: CIVIL (t(886)=5,593; p<0,05); PC2 (t(886)=2,536; p<0,05); PC3 (t(701,29)=2,025; p<0,05) e; PC4 (t(634)=8,883; p<0,05), PD2C (t(886)=4,178; p>0,05) e PD9C (t(886)=3,361; p<0,05).

Tabela 29 – Test t para amostras independentes, dimensão civil

Variável	$\bar{x}$	**Teste Levene p/ igualdade de variâncias**		**Teste T para igualdade de médias**						
		F	Sig.	T	Df	**Sig.**	Dif. médias	Erro Pad. dif.	95% Int. Conf. Inf.↓	95% Int. Conf. Sup.↑
CIVIL										
Volunt.	6,62	2,147	0,143	5,593	886	0,000	0,94	0,168	0,612	1,273
N_Volunt.	5,67									
PC2										
Volunt.	5,05	0,183	0,669	2,536	886	0,011	0,57	0,225	0,129	1,011
N_Volunt.	4,48									
PC3										
Vol.	7,25	5,219	0,023	2,025	701,29	0,043	0,46	0,228	0,014	0,907
N_Volunt.	6,79									
PC4										
Volunt.	8,29	34,948	0,000	8,883	634	0,000	1,86	0,209	1,448	2,270
N_Volunt.	6,43									
PD2C										
Volunt.	6,30	3,633	0,057	4,178	886	0,000	1,01	0,242	0,536	1,486
N_Volunt.	5,29									
PD9C										
Volunt.	6,20	2,216	0,137	3,361	886	0,001	0,81	0,242	0,338	1,287
N_Volunt.	5,38									

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os itens com maior diferença entre os grupos são PC4 (1,86), que trata da prática da associação e PD2C (1,01), que aborda os enfretamentos à discriminação. Ambas as práticas representam iniciativas ativas de cidadania: se unir a outras pessoas com diferentes pensamentos, crenças e interesses em prol de um bem comum, como é a prática da associação (PC4), é uma ação que tende a resolver problemas mais complexos, extrapolando as intenções individuais. É um ato civil, mas também político, no qual os indivíduos trocam experiências, negociam e planejam democraticamente as melhores soluções para as problemáticas coletivas em jogo. Já as ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (PD2C) são fundamentais à vida em sociedade, principalmente em comunidades heterogêneas como no contexto brasileiro, com o foco na equidade entre os diferentes.

Prosseguindo a análise por dimensão, na esfera política, essa foi a que teve as médias mais baixas e indicam uma participação baixa ou de baixa-moderada intensidade nas questões

políticas e no governo da sociedade. Sobre essa arena política da cidadania, Moura (2009), Andrade et. al. (2012) e Carvalho (2016) ressaltam que os brasileiros ainda se encontram em um processo de construção nessa esfera da cidadania, diante de uma curta formação política histórica caracterizada pela passividade e desconhecimento de formas de participação política, de fases de ditadura e suprimento de direitos políticos.

O voto no Brasil, por exemplo, ainda é um ato compulsório para se ter a participação civil, e mesmo compulsório atinge alto nível de absenteísmo – de 21,5% no segundo turno das eleições de 2018, segundo o TSE (2018). Talvez a fase em que o Brasil se encontra atualmente, repleta de denúncias de casos de corrupção, de uma justiça ineficiente, de descrédito com as instituições e com os modos tradicionais de participação política influencie esse baixo desempenho de envolvimento com o governo da sociedade. Veja as medidas descritivas dos itens do fator político na Tabela 30 a seguir.

Tabela 30 - Análise das práticas políticas de cidadania, por grupos

Dimensão /Variável	**Média Arit. ($\bar{x}$)**	**Média Aparada (10%)**	**Média Winsori-zada (10%)**	**Quartis**			**Vari-ância**	**Desvio-Padrão**	**Assim.**	**Curtose**
				25	**50**	**75**				
VOLUNTÁRIOS (N=541)										
POLÍTICA	**4,817**	**4,551**	**4,740**	**1**	**4**	**8**	**11,693**	**3,419**	**0,352**	**1,770**
PP1	4,471	4,12	4,396	1	3	7	11,75	3,428	0,53	1,892
PP2	4,815	4,607	4,686	1	5	7	10,166	3,188	0,249	1,810
PP4	4,573	4,293	4,434	1	4	7	10,882	3,299	0,398	1,83
PP5	5,409	5,261	5,409	1	5	9	13,509	3,675	0,175	1,564
NÃO VOLUNTÁRIOS (N=347)										
POLÍTICA	**4,402**	**4,032**	**3,308**	**1**	**3**	**7**	**11,899**	**3,449**	**0,579**	**1,929**
PP1	3,988	3,581	3,859	1	3	7	11,058	3,325	0,738	2,116
PP2	4,291	3,950	4,156	1	3	7	10,721	3,274	0,560	1,982
PP4	3,986	3,599	3,873	1	3	6	10,159	3,187	0,719	2,222
PP5	5,343	5,183	5,343	1	5	9	14,515	3,810	0,241	1,511

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Segundo a Tabela 30, em ambos os grupos, o item PP5 (participação em ação política via Internet) foi a que teve maior desempenho. Talvez a comodidade proporcionada pelas novas tecnologias de informação esteja de alguma forma promovendo uma certa participação política dos indivíduos e estreitando a relação com o Estado e com as problemáticas políticas.

Conforme apontam Banaji e Buckingham (2013), Smith (2013) e Choi, Glassman e Cristol (2017), um dos efeitos mais duradouros e consequentes da Web pode ser o impacto que está tendo no envolvimento cívico, já que proporciona a exploração de novas possibilidades de compreensão e definições compartilhadas de cidadania, além de anunciar um novo perfil de cidadão – o cidadão digital.

É preciso frisar que o meio digital e virtual também pode viabilizar posturas de cidadania mais individualizadas e automatizadas, distintas daquelas que ocorrem no coletivo e de forma presencial, como nas esferas públicas defendidas por Habermans (1992) e Dagnino (2004), as quais abrangem uma rede complexa de inúmeras arenas em que há pluralidade de vozes e o reconhecimento de direitos e realidades distintas para a construção de debates públicos, coletivos e democráticos. Embora seja um meio novo, já está inserido nas práticas de cidadania da população e tem potencialidades distintas, mas válidas de cidadania, que podem ser somadas ao leque de opções de participação política já efetivadas.

Já os itens PP1 (participação em ações políticas) e PP4 (liderança política) foram os de menor efetivação, talvez porque exija um maior esforço e publicidade dos atos por parte dos indivíduos, tanto para comparecerem em protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc., como para assumir responsabilidades e representar outros em prol de objetivos coletivos.

Na comparação das práticas políticas entre os grupos, os resultados decorrentes do teste t na Tabela 31 atestam que nesta dimensão há diferenças significativas entre os grupos dos voluntários e não voluntários: POLITICA ($t(886)=2,183$; $p<0,05$); PP1 ($t(886)=2,072$; $p<0,05$); PP2 ($t(886)=2,365$; $p<0,05$) e; PP4 ($t(886)=2,623$; $p<0,05$). A única exceção foi no item PP5 ($t(886)=0,256$; $p>0,05$), em que não houve diferença significativa entre os grupos.

Tabela 31 – Test t para amostras independentes, dimensão política

Variável	$\bar{x}$	**Teste Levene p/ igualdade de variâncias**		**Teste T para igualdade de médias**						
		F	Sig.	T	Df	Sig.	Dif. - médias	Erro Pad. Dif.	95% Int Conf. Inf.↓	95% Int Conf. Sup.↑
POLÍTICA										
Volunt.	4,81	0,096	0,756	2,183	886	0,029	0,415	0,190	0,042	0,788
N_Volunt.	4,40									
PP1										
Volunt.	4,47	1,390	0,239	2,072	886	0,039	0,483	0,233	0,026	0,940
N_Volunt.	3,99									
PP2										
Volunt.	4,82	0,729	0,393	2,365	886	0,018	0,524	0,222	0,089	0,959
N_Volunt.	4,29									
PP4										
Volunt.	4,57	2,993	0,084	2,623	886	0,009	0,587	0,224	0,148	1,027
N_Volunt.	3,99									
PP5										
Volunt.	5,41	1,833	0,176	0,256	886	**0,798**	0,066	0,256	-0,438	0,569
N_Volunt.	5,34									

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A prática que apresentou a maior diferença entre os grupos foi a PP4 (0,587), que trata

do tema da liderança política para participar ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais. É uma prática complexa que demanda engajamento e senso de responsabilidade social e talvez seja mais fácil para quem esteja envolvido com o voluntariado já que está inerente à responsabilização por alguma demanda pública, social ou coletiva.

Na esfera social, conforme Tabela 32, as médias e quartis indicam aparente sobreposição dos voluntários em relação aos não voluntários em todos os itens da dimensão.

Tabela 32 – Análise das práticas sociais de cidadania, por grupos.

Dimensão /Variável	Média Arit. ($\bar{x}$)	Média Aparada (10%)	Média Win.(10%)	Quartis			Vari-ância	Desvio-Padrão	Assim.	Curtose
				25	50	75				
VOLUNTÁRIOS (N=541)										
SOCIAL	**6,267**	**6,333**	**6,267**	**3**	**7**	**9**	**11,869**	**3,445**	**-0,224**	**1,743**
PS1	7,608	7,979	7,684	6	8	10	9,609	3,100	-0,763	2,507
PS2	5,323	5,169	5,235	1	5	8	12,008	3,465	0,123	1,654
PS3	6,593	6,741	6,593	4	7	9	11,534	3,396	-0,314	1,834
PS5	5,726	5,665	5,632	3	6	9	11,188	3,345	-0,038	1,712
PS7	6,081	6,102	6,081	3	6	9	11,967	3,459	-0,172	1,726
NÃO VOLUNTÁRIOS - 2ª Amostra (N=347)										
SOCIAL	**4,852**	**4,589**	**4,771**	**1**	**4**	**8**	**11,605**	**3,407**	**0,345**	**1,779**
PS1	4,533	4,287	4,427	1	4	7	9,926	3,151	0,365	1,898
PS2	4,571	4,247	4,493	1	4	8	12,332	3,512	0,451	1,762
PS3	4,660	4,358	4,582	1	4	8	11,618	3,409	0,449	1,828
PS5	5,363	5,208	5,363	2	5	8	11,642	3,412	0,171	1,726
PS7	5,135	4,925	5,135	1,5	5	8	12,077	3,475	0,266	1,698

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Sobre os destaques, entre os voluntários, há um maior desempenho no item PS1 (participação em ações sociais em prol de desafortunados e oprimidos) e menor prática da participação em grupos trabalhistas em prol da luta por direitos sociais (PS2). No caso das ações vinculadas à PS1, talvez os serviços prestados pelos voluntários influenciem esse resultado, já que, conforme descrição das amostras, efetuam em sua maioria (29,79% dos voluntários da segunda amostra e 26,3% da terceira amostra) atividades de assistência social, como distribuição de alimentos, roupas, auxílio moradia e saúde de pessoas carentes.

Em contrapartida, a prática menos desempenhada entre os voluntários na esfera social é a PS2 – engajamento em grupos trabalhistas em prol de melhorias sociais. Os grupos trabalhistas como os sindicatos são formas de organização civil com historica importância na aferição de direitos trabalhistas e sociais no Brasil e no mundo (SANTOS, 1987).

Contudo, pelo menos no contexto nacional, essa formatação organizacional tem sofrido várias baixas, críticas e perdido influência sobre os trabalhadores na atualidade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2018), a taxa de sindicalização caiu para 14,4% em 2017, sendo a menor em cinco anos.

Segundo a fonte supracitada, em um cenário de alta do desemprego formal (mais de um milhão de pessoas desde 2015 até 2017), isso contribui para que a associação a sindicato diminua. A recente Lei nº 13.467/17 (BRASIL 2017) também pode influenciar essa queda do sindicalismo, uma vez que a contribuição sindical passa a não ser mais compulsória, influenciando a arrecadação e a sustentação financeira de várias organizações trabalhistas.

Já entre os não voluntários, a prática mais efetuada é a denúncia de serviços sociais públicos mal ofertados (PS5) e a de menor implementação é o item PS1 (participação em ações sociais em prol de desafortunados e oprimidos), oposta ao grupo dos voluntários. É importante o olhar crítico dos cidadãos sobre os serviços básicos ofertados e a avaliação do custo-benefício de sua concessão, afinal, em um país com alta carga tributária como no Brasil precisa ocorrer a reversão dos impostos em serviços que garantam condições mínimas de sobrevivência, de sustentabilidade e de bem-estar social.

Procedendo ao teste t para comparação dos grupos (na Tabela 33), comprova-se que os voluntários se sobrepõem aos demais nas práticas sociais de cidadania: SOCIAL ($t(886)=7{,}953$; $p<0{,}05$); PS1 ($t(886)=14{,}331$; $p<0{,}05$); PS2 ($t(886)=3{,}142$; $p<0{,}05$); PS3 ($t(886)=8{,}265$; $p<0{,}05$); PS7 ($t(886)=0{,}384$; $p<0{,}05$). Apenas no item PS5 ($t(886)=1{,}567$; $p>0{,}05$) não teve diferenças significativas no desempenho cidadão entre os grupos.

Tabela 33 – Test t para amostras independentes, dimensão social

Variável	$\bar{x}$	**Teste Levene**		**Teste T para igualdade de médias**						
		F	Sig.	T	Df	**Sig.**	Dif. – média	Erro Pad.	95% Int. Conf. Inf.↓	Sup.↑
SOCIAL										
Volunt.	6,26	0,004	0,948	7,953	886	0,000	1,414	0,178	1,065	1,763
N_Volunt.	4,85									
PS1										
Volunt.	7,61	2,925	0,088	14,331	886	0,000	3,075	0,215	2,654	3,496
N_Volunt.	4,53									
PS2										
Volunt.	5,32	0,564	0,453	3,142	886	0,002	0,753	0,240	0,283	1,223
N_Volunt.	4,57									
PS3										
Volunt.	6,59	0,383	0,536	8,265	886	0,000	1,933	0,234	1,474	2,392
N_Volunt.	4,66									
PS5										
Volunt.	5,73	0,301	0,583	1,567	886	0,117	0,363	0,232	-0,092	0,818
N_Volunt.	5,36									
PS7										
Volunt.	6,08	0,760	0,384	3,968	886	0,000	0,946	0,238	0,478	1,414
N_Volunt.	5,14									

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O item PS1 foi o de maior diferença (3,075) entre os grupos e, conforme já exposto, reflete ações de assistência social e de solidariedade, que são práticas de cidadania emergenciais, relacionadas à sensibilidade social e aos ideais de fraternidade e de empatia, próximas ao dia a dia das pessoas no geral e dos voluntários.

Analisando o surgimento e evolução do terceiro setor, o foco no assistencialismo e na caridade sempre acompanhou os objetivos das OSC e das ações de voluntariado. Conforme recorda Fernandes (1994, p.36), na América Latina, o terceiro setor se desenvolveu atrelado às CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, as quais desenvolviam um trabalho comunitário desempenhando atividades de caridade, mas também se concretizaram como meios para organização civil e política nas décadas de 60 e 70 frente aos estados ditatórios.

A política social, tanto no Brasil como no mundo, é fortemente influenciada e desenvolvida por essas práticas e pela ação da sociedade civil, que historicamente atende as demandas sociais da população, desde antes do Estado de Bem-Estar florescer e se perpetuar em alguns países pelo mundo (PINSKY; PINSKY, 2016). Assim, as ações do Terceiro Setor foram as bases para a construção de espaços públicos ocupados por sujeitos políticos onde há o debate e a construção coletiva do futuro da comunidade.

Por fim, na esfera ambiental, observando as medidas descritivas, principalmente as médias e quartis, também há indicativos de que os voluntários têm maiores médias que os não voluntários (ver na Tabela 34). O item PD6A (consumo consciente) é o mais praticado e o PD7A o de menor média nos dois grupos.

Tabela 34 – Análise das práticas ambientais de cidadania, por grupos

Dimensão /Variável	**Média Arit. ($\bar{x}$)**	**Média Aparada (10%)**	**Média Winsori-zada (10%)**	**Quartis**			**Vari-ância**	**Desvio-Padrão**	**Assim.**	**Curtose**
				25	**50**	**75**				
VOLUNTÁRIOS (N=541)										
AMBIENTAL	**6,893**	**7,105**	**6,984**	**5**	**7**	**9**	**9,698**	**3,114**	**-0,417**	**2,119**
PD5A	7,063	7,263	7,211	5	8	9	8,878	2,98	-0,421	2,181
PD6A	7,497	7,794	7,636	6	8	10	8,539	2,922	-0,661	2,513
PD7A	6,118	6,148	6,118	3	6	9	10,716	3,273	-0,143	1,876
NÃO VOLUNTÁRIOS (N=347)										
AMBIENTAL	**6,144**	**6,180**	**6,144**	**3**	**6**	**9**	**10,89**	**3,301**	**-0,139**	**1,851**
PD5A	6,527	6,652	6,622	4	6	9	9,753	3,123	-0,192	2,024
PD6A	6,882	7,090	6,974	5	7	10	10,11	3,18	-0,380	2,010
PD7A	5,023	4,817	4,951	1	5	8	10,93	3,306	0,199	1,781

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O consumo consciente (PD6A) demonstra que os respondentes têm se preocupado em

controlar seus consumos, evitando desperdícios, selecionando materiais recicláveis ou com responsabilidade ético-moral. Já o consumo colaborativo (PD7A) é uma prática que, embora seja considerada novidade e seja a ação com menos desempenho no fator, em todos os grupos, está sendo divulgada e praticada entre os indivíduos, principalmente porque essa prática altera relações econômicas tradicionais, o que se reflete principalmente no barateamento de custo de serviços.

Segundo Maurer et al. (2015), esse tipo de consumo descreve a prática da partilha, empréstimos comerciais, aluguéis e trocas e, apesar de serem práticas recentes no Brasil, há um cenário positivo para o seu desenvolvimento. Assim, tratam-se de práticas novas, que ainda estão se firmando na rotina dos brasileiros, não se configurando em um comportamento usual e assíduo ainda, mas já se destaca entre os voluntários e os não voluntários.

Com a realização do Test t (ver Tabela 35), também confirma-se a sobreposição do desempenho de cidadania ambiental dos voluntários frente aos demais respondentes, com médias maiores e diferentes significativamente (p>0,05) em todos os itens do fator: AMBIENTAL (t(886)=4,471; p<0,05); PD5A (t(886)=2,564; p<0,05); PD6A (t(692,255)=2,904; p<0,05); PD7A (t(886)=4,846; p<0,05).

Tabela 35 – Test t para amostras independentes, dimensão ambiental

Variável	$\bar{x}$	**Teste Levene p/ igualdade de variâncias**		**Teste T para igualdade de médias**						
		F	Sig.	T	Df	**Sig.**	Dif. - médias	Erro Pad. dif.	95% Int. Conf. Inf.↓	95% Int. Conf. Inf.↓
AMBIENTAL Vol. Relig. N_Volunt.	6,89 6,14	0,795	0,373	4,471	886	0,000	0,749	0,167	0,420	1,077
PD5A Vol. Relig. N_Volunt.	7,06 6,53	0,642	0,423	2,564	886	0,011	0,535	0,209	0,126	0,945
PD6A Vol. Relig. N_Volunt.	7,50 6,88	5,820	0,016	2,904	692,2	0,004	0,615	0,212	0,199	1,032
PD7A Vol. Relig. N_Volunt.	6,12 5,02	1,113	0,292	4,846	886	0,000	1,095	0,226	0,652	1,539

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

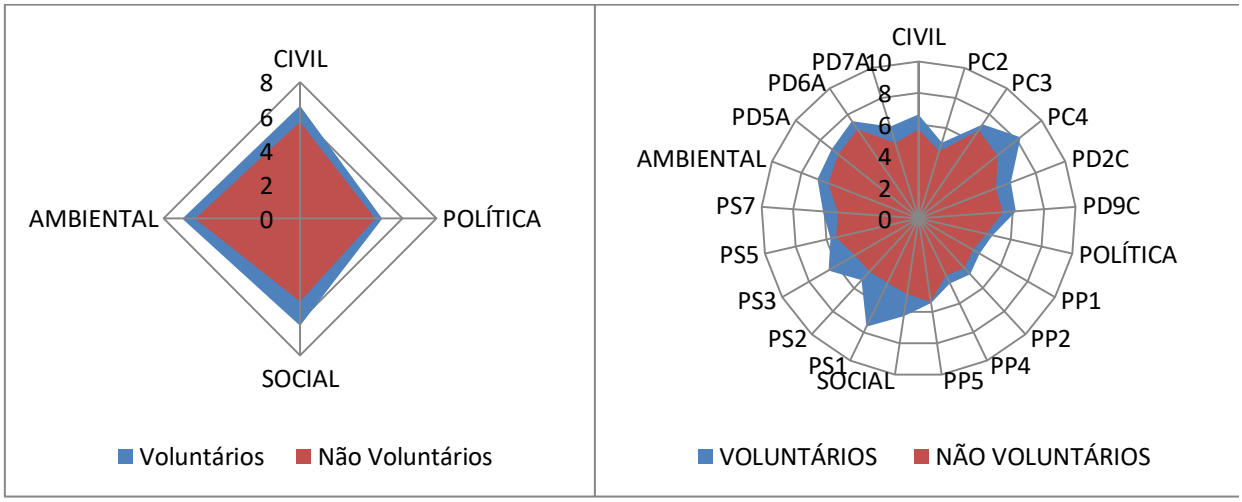
A maior diferença entre os grupos deriva do item PD7A (1,095), sobre consumo colaborativo, cujos voluntários parecem praticar mais essa nova forma de proteção ambiental.

Numa análise mais global do fator, a diferenciação dos voluntários nesse âmbito tem

feito diferença na proteção ambiental tanto local como global, realizando uma série de atividades de monitoramento, restauração, preservação, educação, entre outras com foco na sustentabilidade do meio ambiente. Organizações como Greenpeace, Rede WWF e SOS Amazônia têm tido visibilidade global e chamado a atenção do mundo para problemas que extrapolam os limites geográficos das nações e se concretizam como problemas globais de responsabilidade de todos.

Diante dos resultados expostos, confirma-se que os voluntários sujeitos de pesquisa têm maior e significativo desempenho cidadão que os não voluntários, em todas as dimensões: civil, política, social e ambiental. A Figura 13 a seguir ilustra melhor as diferenças entre as médias observadas na comparação dos dois grupos sujeitos da pesquisa:

Figura 13 - Sobreposição das médias das práticas de cidadania



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Apenas em dois itens, PP5 e PS5 é que a diferença de médias não foi significativa. Conforme a Figura 13, também se observa que as menores diferenças entre os grupos ocorreram na dimensão política.

Confirmada que a atuação voluntária está relacionada de maneira positiva com o exercício da cidadania a partir da diferença de médias entre voluntários e não voluntários, parte-se para a análise da relação entre motivação e cidadania, no sentido de alcançar o terceiro objetivo de pesquisa na próxima sessão.

Conforme descrito na introdução deste trabalho, a análise do voluntariado a partir das suas motivações foi escolhida pois a explicação para qualquer tipo de comportamento humano parece estar relacionada às suas intenções, razões ou motivos (MUSICK; WILSON, 2008).

Nesse sentido, pretende-se confirmar se voluntários com perfis mais próximos às motivações altruístas tendem a ter maiores médias cidadãs do que aqueles com perfis mais próximos aos egoístas, já que teoricamente os do primeiro grupo estariam mais preocupados com questões mais coletivas e, consequentemente, mais próximos às práticas voltadas para a cidadania ativa.

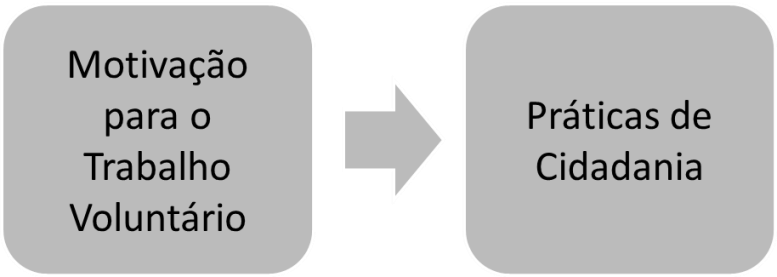
8 MODELAGEM DAS PRÁTICAS DE CIDADANIA COM AS MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme os resultados apresentados no capítulo anterior há evidências empíricas e teóricas de que o trabalho voluntário fomenta práticas de cidadania em seus praticantes. Mas o que faz com que o voluntariado fomente cidadania? Para compreender melhor essa afinidade, e dentre as várias opções de aspectos influentes possíveis, optamos por analisar as relações existentes entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, uma vez que qualquer comportamento humano parece estar relacionado às suas intenções, razões ou motivos (MUSICK; WILSON, 2008). Em tese, quanto mais próximos às motivações altruístas, mais os voluntários estão preocupados com questões coletivas (CAVALCANTE, 2016) e, consequentemente, mais tendem a desenvolver práticas de cidadania.

Para tanto, optou-se por estabelecer relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania a partir da modelagem de equações estruturais (MEE), que é um modelo linear que estabelece as relações entre variáveis (manifestas e latentes), sob estudo (MARÔCO, 2010).

Essa técnica estatística já foi utilizada para basear a validação da escala de mensuração de práticas de cidadania, na sexta parte deste trabalho. Agora, será utilizada para modelar os construtos de motivação e cidadania (ver Figura 13).

Figura 14 – Relação entre Motivação para o Trabalho Voluntário e as Práticas de Cidadania



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Por meio da MEE, será possível testar as hipóteses da pesquisa com os dados da terceira atividade de amostragem (com os 366 voluntários religiosos). Relembrando, as hipóteses de pesquisa são:

- H1: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas civis de cidadania.
- H2: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas políticas de cidadania.
- H3: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas sociais de cidadania.
- H4: As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas difusas de cidadania.

Em síntese, confirmou-se que as práticas de cidadania dos voluntários podem ser explicadas principalmente pela motivação altruísta e de justiça social. Por esfera, as práticas civis sofrem influência dos perfis altruísta e de justiça social; as práticas políticas e sociais sofrem influência das motivações altruísta, justiça social e egoístas e; por fim, nas práticas ambientais de cidadania apenas observou-se influência do perfil motivacional de justiça social. Seguem os detalhes das análises.

8.1 Relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania

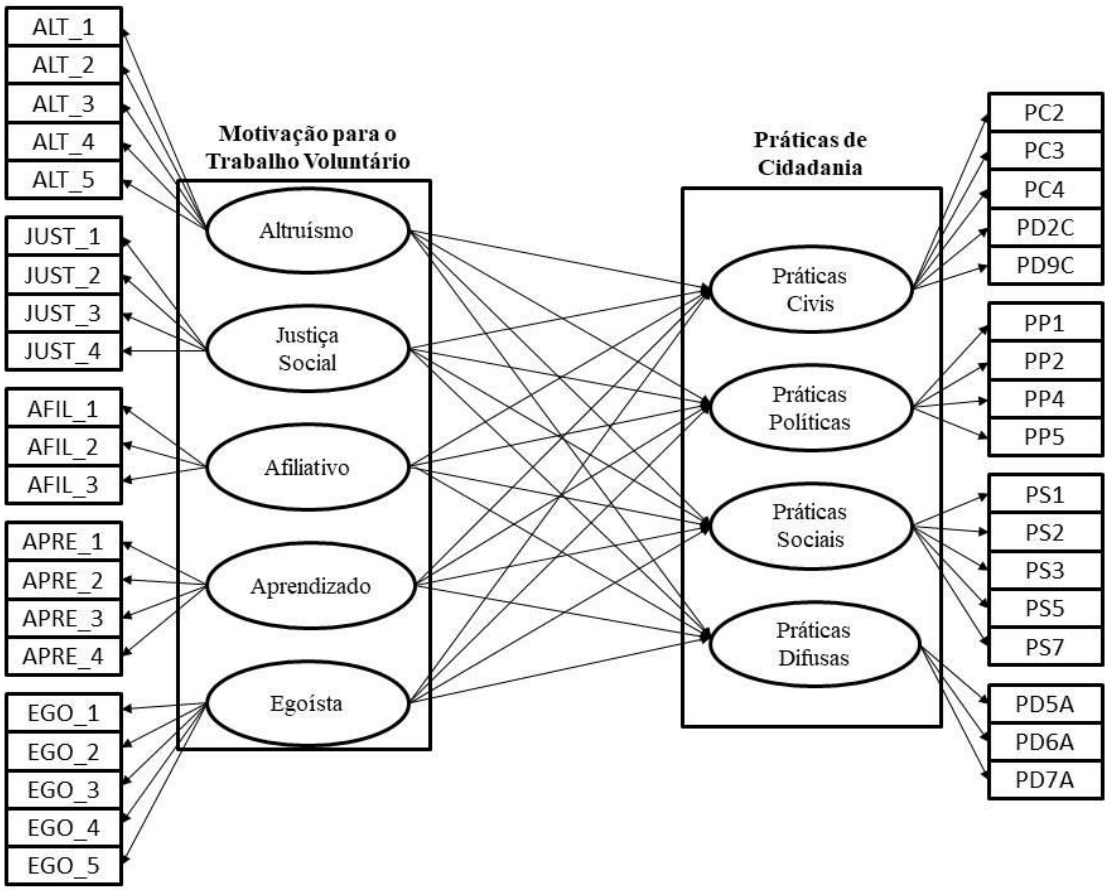
Dentre a variedade de opções de análise que podem explicar um comportamento com o fim da cidadania, entender as razões, ou seja, os motivos para tal ação parece ser uma opção válida, já que são as motivações que estimulam a ação humana em prol de algum objetivo ou direção. Relembrando o modelo estrutural de motivação para o trabalho voluntário proposto por Cavalcante (2012), é possível identificar cinco perfis motivacionais: altruísta, de justiça social, afiliativo, de aprendizado e egoísta.

A expectativa é de que as práticas de cidadania possam ser explicadas por motivações (ver hipóteses de pesquisa). É esperado ainda que as motivações mais próximas ao perfil altruísta (altruísmo e justiça social) tenham potencial maior de relação e explicação das práticas de cidadania dos voluntários, pois, a partir do conteúdo teórico dessas motivações, essas teriam mais relação com as questões mais coletivas e consequentemente com a cidadania, já que o indivíduo estaria mais preocupado com o outro do que consigo próprio.

Para confirmar essa premissa de pesquisa, propõe-se o teste do modelo teórico estabelecido pela união de duas escalas que mensuram os construtos de pesquisa: uma que mensura a motivação do trabalho voluntário, desenvolvida por Cavalcante (2016) e a outra que mensura as práticas de cidadania, construída e validada neste trabalho de tese.

A Figura 15 a seguir ilustra esse modelo teórico a ser testado (M0), o qual estabelece as relações entre motivação e cidadania, no sentido de a primeira influenciar a segunda:

Figura 15 - Modelo teórico (M0) de avaliação de influência da motivação para o trabalho voluntário sobre as práticas de cidadania



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Utilizando o método de estimação da Máxima Verosimilhança (Maximum Likelihood - ML), inicia-se os procedimentos de avaliação da qualidade do ajustamento do modelo, ou seja, avaliar o quão bem o modelo teórico é capaz de reproduzir a estrutura correlacional das variáveis manifestas observadas na amostra sob estudo (MARÔCO, 2010). Observa-se que, à primeira vista, tem-se um ajuste aceitável do modelo, conforme as medidas presentes na Tabela X, na coluna de "Modelo Inicial (M1)". Apenas o nível de significância, o GFI e o NFI não ficaram tão adequados aos valores de referência.

Para melhorar a qualidade do modelo, o software sugeriu estabelecer covariâncias entre alguns erros de mensuração das variáveis. Nesse sentido, criou-se um segundo modelo (M2), acatando as modificações sugeridas de correlações apenas entre itens do mesmo construto para manter uma coerência teórica.

Ao todo, foram 23 correlações efetivadas (ver as sugestões de modificação de índices no Apêndice G), no intuito de diminuir a variância interna dos construtos (MARÔCO, 2010). Com as modificações incluídas, observa-se que as medidas melhoraram um pouco mais (ver Tabela 36, coluna "Modelo M1").

Tabela 36 - Medidas de ajustamento do modelo de práticas de cidadania

	Modelo M1* Inicial	**Modelo M2** Reespecificado**	**Nível de aceitação**
Qui-quadrado (χ^2)	1797,92	1453,41	-
Graus de liberdade (g.l.)	629, 00	606,00	Maior que 1
Nível de probabilidade	0,00	0,00	Maior que 0,05
Medidas absolutas de ajustamento			
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,07	0,06	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	0,78	0,82	Próximo a 1
Qui-quadrado normalizado (χ2/g.l.)	2,86	2,40	Menor que 5
Medidas incrementais de ajustamento			
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	0,85	0,89	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	0,79	0,83	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	0,84	0,88	Próximo a 1
IFI	0,86	0,90	Próximo a 1
Medidas de parcimônia de ajustamento			
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	0,66	0,67	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	0,71	0,72	Maior que 0,60
Medidas de discrepância populacional			
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	0,07	0,06	Inferior a 0,08

*M1: Modelo de primeira ordem com os 5 fatores de motivação e os 4 fatores de cidadania;
**M2: Modelo de segunda ordem com 5 fatores de motivação e os 4 fatores de cidadania e as 23 correlações entre itens do mesmo fator.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Analisando a fiabilidade individual das variáveis manifestas (Tabela 37), observa-se que em todos os fatores, tanto de motivação como de práticas de cidadania, as variáveis latentes tiveram p-valor significativo ($p<0,05$), em que cada variável latente (fator) pode ser explicada pelas variáveis observadas.

Tabela 37 – Análise da fiabilidade individual das variáveis manifestas

MOTIVAÇÃO					CIDADANIA				
Fator	Variável	β^*	P-valor	Confiab.	**Fator**	Variável	β^*	P-valor	Confiab.
Altruísmo =~	ALT_1	0,89	0,00	α = 0,8 CC = 0,7 AVE = 0,4	**Civil =~**	PC2	2,31	0,00	α = 0,8 CC = 0,8 AVE=0,5
	ALT_2	1,46	0,00			PC3	2,21	0,00	
	ALT_3	1,20	0,00			PC4	1,18	0,00	
	ALT_4	1,42	0,00			PD2C	2,66	0,00	
	ALT_5	1,21	0,00			PD9C	2,30	0,00	
Just.Social =~	JUST_1	1,36	0,00	α = 0,9 CC = 0,8 AVE = 0,6	**Política =~**	PP1	2,29	0,00	α = 0,8 CC = 0,8 AVE=0,5
	JUST_2	2,56	0,00			PP2	2,40	0,00	
	JUST_3	2,27	0,00			PP4	2,41	0,00	
	JUST_4	2,25	0,00			PP5	2,26	0,00	
Afiliativo =~	AFIL_1	1,84	0,00	α = 0,8 CC = 0,7 AVE = 0,5	**Social =~**	PS1	1,64	0,00	α = 0,8 CC = 0,8 AVE=0,5
	AFIL_2	1,90	0,00			PS2	2,37	0,00	
	AFIL_3	2,49	0,00			PS3	2,55	0,00	
						PS5	2,30	0,00	
						PS7	2,51	0,00	
Aprendizagem =~	APRE_1	2,41	0,00	α = 0,9 CC = 0,9 AVE = 0,7	**Ambiental =~**	PD5A	2,36	0,00	α = 0,7 CC = 0,8 AVE=0,5
	APRE_2	2,55	0,00			PD6A	1,87	0,00	
	APRE_3	2,07	0,00			PD7A	2,42	0,00	
	APRE_4	2,21	0,00						
Egoísta=~	EGO_1	2,56	0,00	α = 0,8 CC = 0,9 AVE = 0,5					
	EGO_2	2,13	0,00						
	EGO_3	2,21	0,00						
	EGO_4	2,76	0,00						
	EGO_5	2,74	0,00						

β^* = Estimativa padronizada

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Ao analisar as regressões do modelo (Tabela 38), observa-se que a influência dos fatores motivacionais difere dependendo da prática de cidadania a que se relaciona: as práticas no âmbito civil só podem ser explicadas pelos fatores Altruísmo e Justiça Social ($p<0,05$), com R^2 de 34%. As práticas políticas e sociais de cidadania sofrem influência dos fatores Altruísmo, Justiça Social e Egoísta, com R^2 de 21% e 35,2% respectivamente. E as práticas de cidadania ambiental sofrem influência apenas do fator Justiça Social (R^2 de 16,4%).

Vale salientar que se tratando de ciências sociais e do estudo do comportamento humano, há sempre a concorrência entre conceitos para a tentativa de explicação de um fenômeno. Nesse sentido, não há linearidade exclusiva de que a motivação possa explicar 100% do comportamento de cidadania, mas há evidências claras de interferência.

Tabela 38 – Resultados das regressões múltiplas da MEE

	Altruísmo		Just. Social		Afiliativo		Aprendizado		Egoísta	
	β*	**p-valor**	**B**	**p-valor**	**B**	**p-valor**	**B**	**p-valor**	**β**	**p-valor**
Civil	-0,472	0,001	0,693	0,000	0,160	0,359	-0,111	0,357	0,200	0,049
Política	-0,446	0,002	0,602	0,000	-0,002	0,752	0,990	0,279	-0,132	0,027
Social	-0,353	0,009	0,656	0,000	-0,041	0,805	-0,175	0,132	0,341	0,001
Ambiental	-0,098	0,443	0,272	0,028	0,197	0,269	-0,152	0,216	0,200	0,520

β* = Estimativa padronizada

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Nesse sentido, analisando por tipo de motivação, as motivações de Justiça Social têm potencial de explicação sobre todas as esferas das práticas de cidadania. O próprio conteúdo do conceito de motivação de Justiça Social já se atrela ao de cidadania e, por isso, já era esperada essa influência. Conforme Cavalcante (2016), esse fator traz indicadores característicos de justiça social e igualdade, reunindo motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania, numa perspectiva local.

Desse modo, o fator da Justiça Social é um fator que teoricamente se alinha principalmente ao conteúdo das práticas de cidadania na esfera social, mas, como vimos na sexta parte desse trabalho de tese (no capítulo de validação da escala), dada a polissemia e a complexidade envolvida no conceito de cidadania, todas as práticas acabam sendo correlacionadas e interdependentes entre si.

Em termos de gestão, os voluntários com esse perfil motivacional tendem a ter melhor desempenho cidadão em todos os âmbitos das práticas de cidadania e por isso devem ser cogitados quando houver a preocupação das OSC com o fomento da cidadania, pelo menos na área religiosa.

As motivações altruístas também apresentaram potencial poder sobre as práticas de cidadania nas dimensões civil, política e social. Esse fator altruísta reúne as motivações mais voltadas para o outro e retrata uma conscientização societal, de caráter universalista por parte do voluntário, sob a perspectiva de espécie ou de questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos (CAVALCANTE, 2016). Por esse caráter mais universalista, tende a se preocupar mais com o próximo do que consigo mesmo e, assim, com o coletivo, aproximando-se do conceito de cidadania, nesse caso, com as práticas civis (que objetivam relações mais civilizadas entre as pessoas), políticas (que visam a participação no governo da sociedade) e as sociais (que focam a justiça social).

Entretanto, esperava-se que as motivações altruístas, dado sua definição e preocupação com o outro (sendo este sujeito ou contexto), também estariam relacionadas com as práticas ambientais, mas não houve evidências estatísticas para justificar essa relação. Nesse sentido, se faz necessário investigar (com outras formas ou metodologias) em estudos futuros o porquê dessa ausência de relação.

E por fim, encontrou-se que as motivações egoístas apresentam certa influência no desempenho cidadão da amostra nos âmbitos político e social. Esse também não era um resultado esperado e sustentado pela premissa de pesquisa. Contudo, tal resultado talvez reflita os benefícios individuais que todos (não apenas os marginalizados) acabam recebendo tanto ao participar de ações políticas como ao usufruir dos direitos sociais (derivados do acesso à educação, à saúde, à segurança, aos direitos humanos e trabalhistas), pelo menos no contexto nacional ou local.

É comum que toda ação tenha interferência das crenças, interesses e valores dos sujeitos (conforme o conceito de individualismo metodológico de Elster (1994), no qual os fenômenos sociais só podem ser explicados em termos dos indivíduos e de suas características, fins e crenças), mas no âmbito da cidadania, é preciso que esses estejam alinhados aos do coletivo (que são um conjunto de interesses individuais).

O Brasil parece ainda sofrer com o histórico de interferência de interesses individuais sobre os coletivos e da sobrevivência de valores negativos culturais nos seus processos políticos que poderiam justificar essa relação das motivações egoístas com as práticas políticas: características como o clientelismo, personalismo, postura de espectador, lealdade pessoal, paternalismo e corporativismo são atrelados à população, às gestões e à política brasileira, interferindo em sua racionalidade (NUNES, 1997; SOBRAL; PECI, 2013; CARVALHO, 2016).

Veloso (2006), em estudo com deputados federais com mais de quatro mandatos consecutivos, conclui que as trocas clientelísticas bem-sucedidas são uma garantia de sucesso político, em que eles são capazes de adaptar-se ao novo marco institucional legal e dele tirar proveito para a sua permanência no jogo político. Os brasileiros, por sua vez, tendem a naturalizar esses valores negativos, formando, assim, “uma memória empírica que tende a desvalorizar os princípios democráticos” (BAQUERO, 2012, p.84).

Ademais, os estudos de Pandolfi (1999) concluem que, no imaginário do povo brasileiro, a palavra ‘direitos’ (principalmente os sociais) relaciona-se com aquele conjunto de benefícios garantidos pelas leis trabalhistas e previdenciárias (e por isso com foco individual),

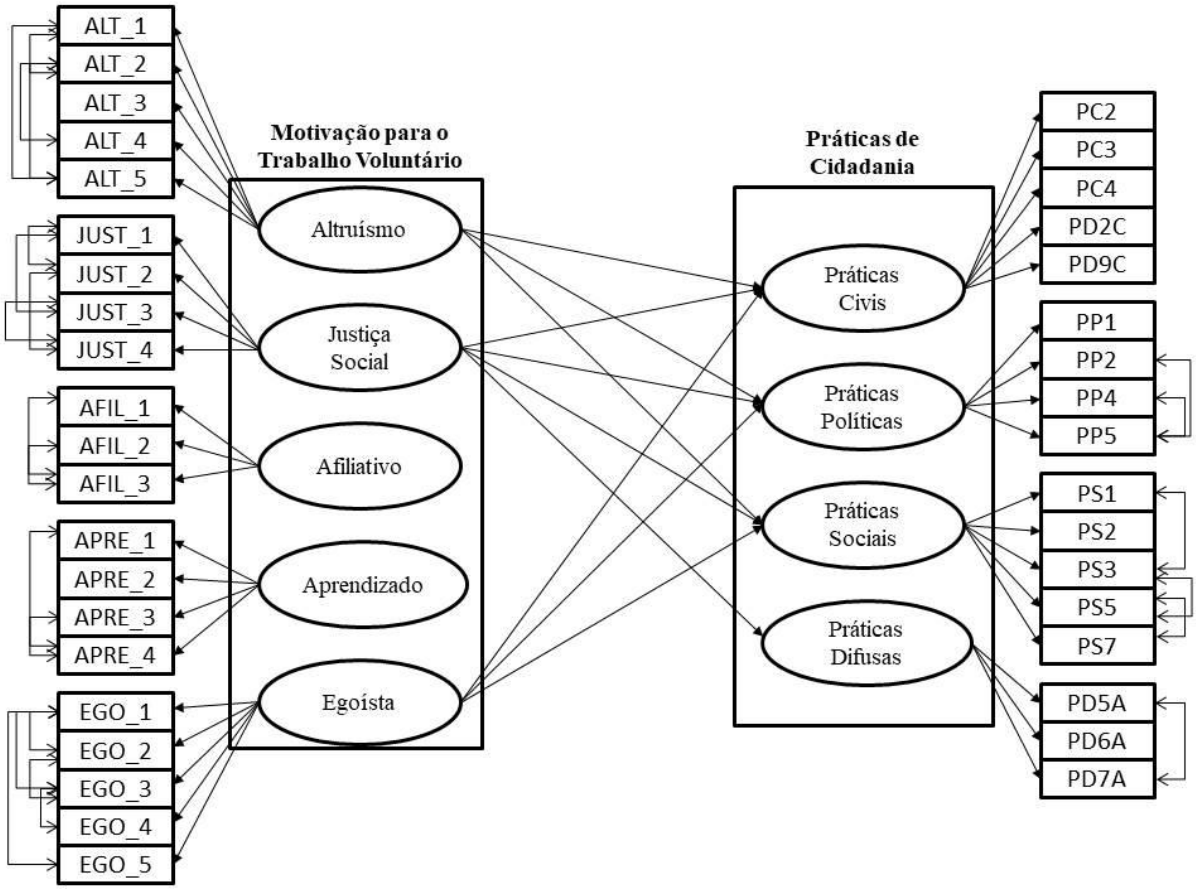
tidos como favores ou privilégios e não aprendidos como resultado da ação política. Essa percepção deriva da própria tradição da cidadania regulada (SANTOS, 1987).

Segundo Cavalcante (2016), as motivações egoístas são centradas no eu, na satisfação própria, na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto aos indivíduos e coletividades. Talvez a ação em prol dos deveres e direitos sociais, na amostra, seja influenciada pela intenção de bem-estar próprio. Não esquecendo, contudo, que essa esfera da cidadania também recebeu influência das motivações altruístas e de justiça social.

Destarte, sintetizando os resultados, as motivações de Justiça Social e de Altruísmo são as que mais apresentam potencial de explicação das práticas de cidadania, confirmando a premissa de pesquisa de que, quanto mais próximos às motivações altruístas e de justiça social, mais os voluntários tendem a se envolver com questões coletivas e, consequentemente, com a cidadania.

As motivações afiliativas e de aprendizado não influenciaram nenhuma das práticas de cidadania. E a motivação egoísta apresentou influência sobre as práticas políticas e sociais de cidadania. A Figura 16 ilustra o modelo final reespecificado, apenas com as relações influentes.

Figura 16 – Modelo reespecificado (M3)



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Novamente, observou-se as medidas de ajustamento (χ^2= 1483,91; *g.l.*= 617; p=0,000; SRMR = 0,07; χ^2/*g.l.*= 2,4; CFI= 0,9; TLI=0,9; IFI = 0,9; PGFI=0,7; PNFI=0,7; RMSEA=0,07), a confiabilidade (α>0,8; CC >0,7), atestando um modelo validado de explicação. Observadas as medidas e o modelo final reespecificado, retoma-se as hipóteses e sub hipótese da pesquisa, no sentido de identificar os resultados finais do estudo (ver Quadro 24).

Quadro 24 – Resultado do teste das sub hipóteses do modelo teórico através da regressão linear

Sub Hipótese	Descrição	p-valor	Decisão
H1 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas civis de cidadania			
H1a	As motivações altruístas fomentam práticas civis de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H1b	As motivações de justiça social fomentam práticas civis de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H1c	As motivações afiliativas fomentam práticas civis de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H1d	As motivações de aprendizado fomentam práticas civis de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H1e	As motivações egoístas fomentam práticas civis de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H2 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas políticas de cidadania			
H2a	As motivações altruístas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H2b	As motivações de justiça social fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H2c	As motivações afiliativas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H2d	As motivações de aprendizado fomentam práticas políticas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H2e	As motivações egoístas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H3 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas sociais de cidadania			
H3a	As motivações altruístas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H3b	As motivações de justiça social fomentam práticas sociais de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H3c	As motivações afiliativas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H3d	As motivações de aprendizado fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H3e	As motivações egoístas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
H4 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas ambientais de cidadania			
H4a	As motivações altruístas fomentam práticas ambientais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H4b	As motivações de justiça social fomentam práticas ambientais de cidadania	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H4c	As motivações afiliativas fomentam práticas ambientais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H4d	As motivações de aprendizado fomentam práticas ambientais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
H4e	As motivações egoístas fomentam práticas ambientais de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Diante dos resultados alcançados, confirma-se a relação entre as motivações e as práticas de cidadania, mas esta não ocorre de maneira homogênea. Essa conexão é explicada principalmente pelas motivações de justiça social, altruísta e egoísta.

Resgatando os resultados alcançados nesse e nos demais capítulos, confirma-se que existe não apenas evidencias teóricas da relação entre voluntariado e cidadania, comprovadas pelos resultados empíricos expostos nesta tese. Tal conexão diferencia comportamento cidadão entre voluntários e não voluntários e a motivação tem influencia nessa relação.

Também é possível confirmar mais um valor do trabalho voluntário para a sociedade,

que apesar de ser ações pontuais e locais acabam transbordando seus efeitos no sentido do coletivo: é partir do nível individual, da construção de senso crítico e de identidade social, de desenvolvimento de habilidades cívicas e sociais, de tolerância à diversidade, de internalização de normas em prol da sociedade e da capacidade de interação (HANSEN; LARSON; DWORKIN, 2003) e ir além, com ação mais organizada voltada para o coletivo, desenvolvendo habilidade de associação, negociação e envolvimento, promovendo uma cidadania em sua plenitude.

O olhar, a crítica, a discussão e a luta pela satisfação de questões cada vez mais amplas e mais complexas demandam de atuação ativa e com maior impacto e poder de mudança, as quais podem ser desenvolvidas a partir da prática do voluntariado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese foi apresentada uma investigação sobre a relação entre voluntariado e cidadania à luz das motivações. Alguns questionamentos iniciais foram necessários para se chegar a uma proposta de entendimento sobre essa relação, tais como: Em que medida acontece a relação entre voluntariado e cidadania? Será que o desempenho cidadão dos voluntários se sobressai em relação ao das pessoas que não praticam essa atividade? O voluntariado fomenta igualmente desempenho cidadão em seus praticantes em todas as dimensões das práticas de cidadania? Quais tipos de práticas de cidadania há uma maior diferença de desempenho cidadão? Voluntários com motivações mais altruístas tendem a ter maior conexão com a cidadania? E o contrário: voluntários com motivações mais egoístas tendem a ter menor desempenho cidadão? Afinal, quais as relações que explicam as diferenças no desempenho cidadão entre voluntários e não voluntários, estimulados pelas motivações do trabalho voluntário?

Para responder essas inquietações, foi percorrida uma trajetória de pesquisa desenvolvida em oito capítulos. Neste último, revisita-se os objetivos de modo a respondê-los de forma clara e sintética, assim como serão apontadas as implicações teóricas e práticas, as limitações e perspectivas de estudos futuros.

Conforme apontado lá na introdução, o objetivo geral desta tese é compreender as relações entre a atividade voluntária e as práticas de cidadania, à luz da motivação inerente.

A conclusão a que se chega ao final deste trabalho é que existem relações entre o voluntariado com as práticas de cidadania que tendem a desenvolver as diferenças no desempenho cidadão de voluntários e não voluntários, explicadas principalmente pelas motivações de justiça social e altruísmo, pelo menos no campo do voluntariado religioso abordado por esta pesquisa. Esta última conclusão deriva da efetivação da modelagem apresentada no capítulo 8, a fim de cumprir o terceiro objetivo de pesquisa traçado (analisar as relações entre motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania a partir da modelagem de equações estruturais).

Sobre esse resultado, ele contribui com a linha de pesquisa teórica deste trabalho, sintetizadas pelos discursos como o de Musick e Wilson (2008) e de Smith; Stebbins e Grotz, (2016), os quais defendem a relação entre o voluntariado e a prática ativa da cidadania, no sentido de o primeiro fomentar o segundo.

Convergentemente, colabora também para a gestão do voluntariado, seja ela em organizações da sociedade ou em entidades públicas e privadas que utilizam esse tipos de trabalho para gerar cidadania em suas localidades. A partir da confirmação da relação entre voluntariado e cidadania, a promoção de políticas de incentivo para essa atividade é justificada e, a partir da mensuração da cidadania por meio da escala desenvolvida, é possível identificar tipos de trabalho ou áreas de atuação nas quais a cidadania esteja sendo mais promovida pelo voluntariado, auxiliando estrategicamente gestores a moldar políticas e práticas públicas e sociais com o fim da cidadania. É possível ainda melhorar a gestão e o desempenho cidadão a partir do entendimento das motivações dos voluntários que nelas atuam.

Com os resultados expostos, reflete-se que o voluntário, aquele com foco em recompensas que ultrapassam a esfera pessoal, seja ela o meio em que vive ou com que se preocupa e com foco na justiça social é o perfil que gerará um maior desempenho cidadão em todos os âmbitos da cidadania (civil, político, social e ambiental).

É justamente o contorno que popularmente é lembrado ao se falar no termo "voluntário", até muitas vezes romanticamente delineado e talvez movido por uma racionalidade mais subjetiva que é o responsável pela intensidade, direção e persistência de esforços em prol do bem-estar coletivo e, assim, da cidadania. É aquele que "veste a camisa" em prol de uma causa maior, que se inquieta e se move para defender direitos civis, políticos, sociais e ambientais, sem que para isso esqueça dos seus deveres que lhes permitem lutar, discutir, participar e se envolver com as questões públicas visando o bem-estar coletivo.

Principalmente os com o perfil da justiça social são os que OSCs, governantes, gestores sociais ou da iniciativa privada precisam buscar caso queiram fomentar cidadania em seus projetos sociais a partir do voluntariado.

Mesmo que as práticas de cidadania nos âmbitos político e social sejam também influenciadas por motivações egoístas, talvez traduzindo uma forte tradição histórico-cultural de que a participação política e os direitos sociais trazem benefícios pessoais, não se pode esquecer que estas também são incentivadas por motivações de justiça social e altruísmo. Converge com o que atestam Piccoli e Godoi (2012) de que mesmo em cenário subjetivo de intenções e motivações em que o voluntário receba algo recompensador, ele doa algo de si e se encontra com braços e mãos abertas, seja em prol da felicidade pelo bem do outro, da realização de ser um promotor da melhoria da comunidade local ou até mesmo do sentimento de bem-estar consigo mesmo por se sentir importante.

Assim, confirma-se empiricamente o que a teoria provoca de que o voluntário com foco em recompensas coletivas aciona o interesse intrínseco e pessoal para ajudar a comunidade, praticando ações de cidadania.

É interessante contribuir para a explicação e comprovação desse transbordamento do nível individual para o nível coletivo do conceito de voluntariado atrelado ao de cidadania e quão verdadeira ainda é a máxima popular de que "o trabalho tímido e individual de formiguinha pode contribuir para transformar o mundo".

Pensar no voluntário como um agente individual, instável, com pouco tempo de dedicação, de recursos de doação e de estímulos para resolver pequenos e grandes problemas parece, à primeira vista, algo de pouco impacto quando se pensa nos problemas estruturados e complexos da sociedade, mas quando os resultados derivados dessa ação individual são percebidos em conjunto se transformam em números significativos que influenciam ou contribuem para a satisfação de demandas da sociedade, já externalizados em publicações oficiais como as do IBGE (2012; 2014; 2019b) e do IPEA (2018).

A obtenção dos resultados desta pesquisa só foi possível pelo desenvolvimento da escala de práticas de cidadania também validada neste trabalho, sendo o primeiro objetivo específico ("desenvolver uma escala válida para mensurar práticas de cidadania a partir das ações dos indivíduos em prol do bem-estar da coletividade") a ser apresentado e realizado no capítulo 6.

Essa é uma escala inédita sobre cidadania abrangendo todas as esferas da teoria marshalliana e suas ampliações e possibilitará novas pesquisas com objetivo de expandir a compreensão desse construto no âmbito nacional. Também pode servir de base para construção de outras escalas com escopo global, já que a teoria marshalliana é baseada em outro país (Inglaterra) e pode servir de apoio para outras nações como serviu para mensurar a cidadania no Brasil.

O esforço de abordar a cidadania sob um viés prático, contextual e a nível dos indivíduos, mesmo utilizando a lente funcionalista, também foi válido pelos muitos *feedbacks* transmitidos sobre a escala desenvolvida durante a fase de coleta de dados. Várias pessoas comentaram e parabenizaram a construção do instrumento por fazê-las refletir sobre seus papéis frente aos problemas coletivos e fazê-las perceber as inúmeras arenas que podem ser focos de ação no cotidiano para promover bem-estar social.

Muitos voluntários externalizaram, por exemplo, que achavam que já faziam muito pelo coletivo, mas ao responder a escala se espantavam com a grande quantidade de "zeros"

que marcavam relativos às ações que não desempenhavam. Outros chegavam para falar do momento político em que vive nosso país e como era fácil apontar culpados tendo fraco envolvimento individual com as questões civis, políticas, sociais e ambientais. Discursos do tipo: *"Tenho um desempenho cidadão horrível!"; "Mais de 80% das ações eu não pratico"; "Acho que não conseguirei te ajudar na pesquisa: meu desempenho cidadão é muito fraco*.". Diante de comentários como esses, já houve a percepção de que o trabalho valeria a pena só por fazer as pessoas refletirem sobre suas próprias ações e comportamento cidadão.

E como foi gratificante ver o trabalho dos voluntários. Eles conseguem fazer realmente projetos belíssimos, ajudar muitos e poucos ao mesmo tempo, mesmo sem tempo ou sem tantos recursos para isso. O contato com os projetos das OSCs tanto religiosas da terceira amostra como de outras arenas foi um fator motivador para a pesquisa, enxergando na prática e no campo empírico algo que realmente acontece e faz diferença na vida de muitos, traduzindo assim a teoria na prática.

Retomando os resultados científicos deste trabalho, também foi possível confirmar diferenças no desempenho cidadão de voluntários e não voluntários, como os resultados apresentados no capítulo 7. Esse foi o segundo objetivo específico consolidado ('identificar as diferenças entre as práticas de cidadania desenvolvidas por voluntários e não voluntários'). Conforme os dados expostos, há soberania do desempenho cidadão de voluntários comparados aos não voluntários em todas as dimensões da cidadania (civil, política, social e ambiental).

A dimensão das práticas de cidadania com maior diferença de média entre os grupos foi a social (1,41). Dentre as práticas com maior diferenciação, destaque para: PS1 (3,07) que aborda as ações de assistência social e de solidariedade; PS3 (1,93), que versa sobre os direitos humanos; PC4 (1,86), que trata da prática da associação e; PD7A (1,095) sobre consumo colaborativo.

De modo geral, o desempenho de cidadania encontrado em todas as amostras estudadas foi classificado como de intensidade baixa-moderada. As práticas de cidadania no âmbito ambiental foram as que tiveram maiores médias dos respondentes, seguidas das práticas nos âmbitos civil, social e político, ordenação esta percebida em ambos os grupos pesquisados.

Observa-se que as práticas de cidadania ambientais apresentam indicadores mais simples de serem efetivados, que só dependiam do esforço individual das pessoas e isso pode influenciar as médias mais altas para essa esfera. Ou simplesmente é um eixo temático atual e

alarmante para as amostras, e causa intensidade de esforços pelo momento em que o mundo passou a discutir e a se preocupar com o desenvolvimento sustentável e os problemas com o meio ambiente.

A dimensão política foi a que teve as menores médias de desempenho cidadão entre os voluntários religiosos e os não voluntários. Esse último resultado indica que as pessoas têm se preocupado menos com o envolvimento político e com o governo do nosso país. É um resultado preocupante, já que é a partir da ação política que direitos civis, sociais e ambientais podem ser preservados e ampliados no sentido de melhorar a vida em sociedade. Todos os interesses e conflitos só podem ser satisfeitos ou solucionados a partir da ação política.

Talvez a corrupção relacionada ao âmbito político em conjunto com a impunidade e a injustiça estejam influenciando esse descrédito e desinteresse da população frente ao governo da sociedade brasileira. É preciso mudar esse cenário e transformar essa desilusão e apatia dos cidadãos brasileiros em educação e ação, colocando-os como protagonistas e ao lado dos demais agentes sociais construir sua própria história e o próprio meio em que vivem.

Diante do exposto, pelo menos três lacunas de estudo foram atendidas por esta pesquisa: (1) desenvolvimento de escala válida para mensurar cidadania no contexto brasileiro e ampla no sentido de abordar várias dimensões do construto. Essa lacuna foi apresentada pelos trabalhos de Morais e Ogden (2011), Ferraz (2017), Amorim (2018) e pelas buscas nas bases de dados de pesquisa; (2) estudo empírico relacionando voluntariado a cidadania, conforme apontam Musick e Wilson (2008) e Smith e Stebbins (2016); (3) estudo sobre voluntariado no âmbito local (SALAMON; ANHEIER, 1998; SALAMON, 2016; SMITH, STEBBINS; GROTZ, 2016).

É válido salientar, no entanto, que com os resultados alcançados nesta pesquisa não é possível realizar generalizações irresponsáveis. A escolha do segmento religioso para a modelagem, pela representatividade no Terceiro Setor, pode ter influenciado em algumas percepções cidadãs, principalmente naquelas em que há conflitos com alguns dogmas religiosos, como por exemplo nas questões relacionadas à tolerância e à diversidade humana. Por outro lado, a concentração das amostras localizadas no Estado da Paraíba também pode ter influenciado na mensuração das práticas de cidadania assim como no perfil motivacional do voluntariado, os quais podem divergir de perfis encontrados em outras partes geográficas do Brasil. E por fim, o alcance de respondentes com menos de 18 anos de idade, por mais que já tenham capacidade de agir cidadão, podem ter influenciado na validação de algumas práticas de cidadania, como no voto (PP3) e na liderança com fins públicos e sociais (PP5).

Assim, é preciso aumentar o campo e escopo da amostra tanto para outras regiões do país como para outras áreas de atuação do voluntariado e das OSCs e realizar estudos comparativos. Mesmo com essas restrições, destaca-se o esforço de aproximação ao contexto nacional e o ineditismo destes dados sobre o voluntariado, colocando-se como referência brasileira mais próxima que estudos estrangeiros.

Reconhece-se também que a escolha metodológica e a limitação de tempo para realização da pesquisa não permitiu discussões mais aprofundadas de alguns resultados alcançados pela pesquisa, como a realização de análises históricas ou outras mais qualitativas. Optou-se pela passividade e objetividade na realização da pesquisa pela própria área da administração e pesquisa funcionalista demandar resultados mais pragmáticos e diretos.

Outrossim, sentiu-se também a necessidade de melhorar a escala de práticas de cidadania no âmbito ambiental, já que só três indicadores foram validados. Essa é uma limitação inerente às pesquisas de caráter positivista/funcionalista, como a adotada, de tentar captar a partir de um inquérito a influência do voluntariado na cidadania, uma relação complexa, em que há sempre a possibilidade de existência de inúmeras outras variáveis impactando os níveis de cidadania das pessoas. Entretanto, há a crença de que a Modelagem de Equações Estruturais, ao criar um modelo que apoia a explicação das relações causais entre as variáveis do estudo, auxilia na redução de tais limitações.

Diante do exposto e dos resultados alcançados por este trabalho e não pretendendo que esta tese seja uma resposta definitiva às interrogações basilares que a norteiam, considera-se que ela inclui indicações que possibilitam a prossecução da reflexão e do debate em torno da gestão do voluntariado e da cidadania. Nesse sentido, algumas ampliações e complementações surgem com propostas de estudos futuros:

(1) Foi chamada a atenção para o fato das práticas de cidadania ambientais não se relacionarem com o fator motivacional altruísta, sendo necessária uma análise futura para o entendimento do(s) porquê(s) que justificam esse resultado. O aprimoramento da escala neste fator pode interferir e refletir em resultados diferentes;

(2) Se as motivações egoístas fazem relações com as práticas de cidadania os âmbitos político e social, por que não se relacionam com as demais esferas (civil e ambiental)? Surge então uma lacuna que pode ser investigada por estudos futuros;

(3) Observou-se que o perfil médio dos voluntários tende a ter altos níveis educacionais. Há então que se estudar o porquê de os baixos níveis de educação desestimularem o voluntariado;

(4) Apesar das médias serem diferentes entre os grupos de voluntários e não voluntários, observou-se a existência de um padrão de ordenação de comportamento cidadão nas amostras estudadas: as maiores médias em práticas ambientais de cidadania, seguidos das ações civis, sociais e políticas. Esse padrão precisa ser explorado e analisado de forma mais aprofundada, utilizando outras metodologias de pesquisa, no sentido de contribuir com o entendimento da cidadania no Brasil.

(5) O presente estudo levou em consideração as motivações como aspecto condutor da cidadania. No entanto, outros aspectos podem interferir nessa relação: a função que ocupa, a área de atuação (saúde, educação, cultura etc.), o tipo de trabalho voluntário (ativismo, informal, formal), o tempo de dedicação; o tipo e o tamanho da OSC a que está vinculado, dentre outros. Assim, o campo de ampliação do estudo é grande. Pode-se inclusive optar por outras metodologias e aprofundar qualitativamente a compreensão acerca da relação entre voluntariado e cidadania.

Ademais, é importante frisar que o conceito de cidadania é coletivo e que não existe cidadão bom e/ou ruim. Como já dizia Amorim (2018), o que existem são cidadãos ativos, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres como membros de uma sociedade, e cidadãos passivos, que esperam que outros agentes fomentem cidadania, tanto por não possuir o conhecimento dos seus direitos e deveres ou por optar não os exercitarem.

Além disso, a cidadania depende das pessoas, mas também de outros agentes capazes de intervir e solucionar as demandas da sociedade existentes nos demais setores econômicos: no Estado e na iniciativa privada. Tem que haver ambiência para o exercício pleno da cidadania: se todos fazem sua parte ou pelo menos um pouco pelo coletivo, já melhora a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ABAHUSSAIN, A. A. Indicators measuring the achievement of environmental citizenship. **Journal of the Social Sciences**, v. 34, n. 2, p. 37–57, 2006.

ADAMS, J. S. Toward and understanding of inequity. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, p. 422–436, 1963.

_____. Injustice in social exchange. In: BERKOWITZ, L. (Ed.). **Advances in Experimental Social Psychology.** 2. ed. Nova York: Academic Press, 1965.

AGEU, J. D. **Motivações de permanência no trabalho voluntário**: um estudo na fundação Cidade Viva João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2015.

ALDERFER, C. **Existence, relatedness, and growth**. New York: Free Press, 1972.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture:** political attitudes in five western democracies. Princeton (N.J.): Princeton university press, 1963.

ALVES, M. A. **Terceiro Setor:** o dialogismo polêmico. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2002.

AMORIM, A. F. A. **Semeando no voluntariado para colher cidadania**: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no Estado da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

_____. ; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T. Human Resources Management in a Brazilian Foundation: volunteers motivation issues. **Revista ADM. MADE**. 2019. No prelo.

ANDERSON, J. C.; GERBING, D. W. **Structural equation modeling in practice:** A review and recommended two-step approach. Psychological bulletin, v. 103, n. 3, p. 411, 1988.

ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, n. 1, v. 46, p. 177-190, jan./fev, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100009>. Acesso em mar. 2017.

ANHEIER, H.K. **Nonprofit organizations:** an introduction. Routledge, 2005.

AQUINO, M. A. G. DE. **Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário**: estudos de motivos do voluntariado da fundação Cidade Viva. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

_____. ; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; MENDES, J. da S. In Search Of Retention: Volunteers In A Brazilian Ngo. **ReA - Revista de Administração da UFSM**. n.2. 2020. No prelo.

ARBUCKLE, J. L. **Amos 18 User's Guide**. Chicago: SPSS Inc., 2009.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação - PARTICIPE**, n. 2, p. 4–13, 2002.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez, 2010.

AWANG, M. M. et al. Measuring multi-ethnic students citizenship competence: domains and indicators. **American Journal of Applied Sciences**, v. 13, n. 1, p. 123–130, 2016.

BANAJI, S.; BUCKINGHAM, D. **The Civic Web.** Young people, the internet, and civic participation. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Texto para discussão nº 630. Brasília: IPEA, fev. de 1999.

BANDEIRA, A. M.; BARBEDO, P. **O Voluntariado como Instrumento de Desenvolvimento Social e Económico**. Repositório Científico do Instatuto Politécnico do Porto. **Anais**...2014

BAQUERO, M. Memória política e constituição da cultura política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 2, mayo-agosto, p. 84-92, 2012.

BARBOSA, L. Significados do terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 173–186, 2006.

BARDIN, L. **Content analysis.** São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BARRETO, C. R. Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências. **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, v. 17, p. 36-50, 1993.

BELLO, Enzo. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um enfoque político e social. **Espaço Jurídico Journal of Law (EJJL)**, v. 8, n. 2, p. 133-154, 2007.

BENEVIDES, M. V. M. **Cidadania e democracia no Brasil: notas para debate**. In: SEMINÁRIO TIRADENTES. Hoje: Imaginário e Política na República Brasileira. 1994, Belo Horizonte. **Anais**...Belo Horizonte: 1994

BEZJAK, S.; KLEMENČIČ, E. Learning active citizenship through volunteering in compulsory basic education in Slovenia. **Traditiones**, v. 43, n. 3, 2014.

BIESTA, G. What kind of citizenship for European higher education? Beyond the competent active citizen. **European Educational Research Journal**, v. 8, n. 2, p. 146–158, 2009.

BISPO, M. de S. A aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **Revista De Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 132–161, 2013.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BOLE, B. E.; GORDON, M. E Pluribus Unum: fostering a new era of citizenship by teaching civic engagement and healthy civic discourse, **J. Publ. Aff.**, v. 9, n. October, p. 273–287, 2009.

BONDI, L. Working the spaces of neoliberal subjectivity: psychotherapeutic technologies, professionalisation and counselling. **Antipode**, v. 37, p. 497–514, 2005.

BOURDIEU, P. Le capital social – notes provisoires. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, n.31, p.2-3., 1980.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1888.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, insitui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839470.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, insitui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014.** Secretaria de Governo da Presidência da República, Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n^0 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. **O público não-estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRÖCKERHOFF, A.; WADHAM-SMITH, N. **Volunteering**: global citizenship in action. London: Counterpoint, 2008.

BROOKS, R. Young people and UK citizenship education. **Young**, v. 17, n. 3, p. 307–326, 2009.

BRUDNEY, J. L.; MEIJS, L. C. P. M. Towards a new (natural) resource conceptualization for volunteer management. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. vol. 38, n. 4, p. 564-581. 2009.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, P. T. Relação entre Voluntariado e Cidadania Ativa no Terceiro Setor: uma proposta de mensuração. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS - 2018. **Projeto submetido no Consórcio Doutoral**. Juazeiro do Norte: 2018.

CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E. Sentidos e Percepções de Especialistas sobre Práticas de Cidadania. In: XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2019.

_____. FIRMINO, T. T. A Dinâmica de Conversão Intra e Interorganizacional do Conhecimento no Terceiro Setor. In: XX Seminários em Administração - SEMEAD 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2017.

_____.; AMORIM, A. F.; VALE, S. C. do; CAVALCANTE, C. E.; DIAS, T. F. De onde eu vim? Para onde eu vou? O terceiro Setor em João Pessoa / PB. **Revista Desenvolvimento em Questão**. n. 46. Jan./mar., 2019. p. 333-356.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/ EDUSP, 2000.

CARBALLAL, L. B. El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 235-240. Jul./dez. 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, V. D.; SOUZA, W. J. Racionalidade Substantiva em Organizações Voluntárias: o caso da Pastoral da Criança em Natal. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2003.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação no trabalho voluntário**: expectativas e motivos na Pastoral da Criança. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

_____. **Motivação de voluntários**: teoria e prática. Curitiba: Appris, 2016.

_____. **Motivação Voluntária, Racionalidade e Cidadania:** vive-se uma nova fase? Projeto MCTI/CNPQ Nº 01/2016.

CÉSAR, A. **Acesso à justiça e cidadania**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CHOI, M.; GLASSMAN, M.; CRISTOL, D. What it means to be a citizen in the internet age: Development of a reliable and valid digital citizenship scale. **Computers and Education**, v. 107, p. 100–112, 2017.

CHURCHILL, JR. G. A paradigm for developing better measures of marketing constructs. **Journal of Marketing Research**, v. 16, p. 64-73, feb., 1979.

CLEMENTE, A. J. **O conceito de cidadania nas Ciências Sociais brasileiras**: uma análise a partir do Scielo (1989-2013). [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

CNAAN, R. A.; CASCIO, T. Performance and commitment: issues in management of volunteers in human service organizations. **Journal of Social Service Research**, v. 24, n. 3/4,

p. 1–37, 1998.

COELHO, S. DE C. T. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COLEMAN, J. S. Norms as social capital. In: RADNITZKY, G.; BERNHOLZ, P. (Org.). **Economic imperialism.** Paragon: House Publishing, 1987. p.133-55.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28–29, p. 85–106, 1993.

COMTE-SPONVILLE, A. **O Capitalismo é moral?** Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CONOVER, P. J.; LEONARD, S.; SEARING, D. Duty is a four-letter word: democratic citizenship in the liberal polity. In: MARCUS, G.; HANSON, R. (Eds.). **Reconsidering the democratic republic**. [s.l.] University Park: Pennsylvania State University Press, 1993. p. 147–171.

COSTA, M. C. C. Direitos humanos, cidadania e liberdade de expressão. **Revista Comunicação & Educação.** n. 2. Mai./Ago. 2009. p. 53-60.

COSTA, F. J. da. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

COUNLANGES, F. DE. **A cidade Antiga**. 10. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1980.

CUTLER, S.; DANIGELIS, N. Organized Contexts of Activity. In: J. R. Kelly (ed.) **Activity and Aging**. Newbury Park, CA: Sage, p. 146-163. 1993.

DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2010.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**, p. 95–110, 2004a.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004b. p. 103–115.

_____. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. **La cultura en las crisis latinoamericanas**, p. 195-216, 2004c.

_____. Meanings of citizenship in Latin America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 31, n. 62, p. 15–51, 2006.

DATA FOLHA. **Opinião do Brasileiro sobre o Voluntariado - Fundação Itaú Social**, 2014. Disponível em: <https://fundacao-itau-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/pesquisa_voluntariado-12.2014.pdf?So_s7_Mp1D4WQHilEPE_uNRfTYOVyCKo>

DE BIE, M.; ROOSE, R. Voluntarism and Citizenship: A Response to Lena Dominelli. **Foundations of Science**, v. 21, n. 2, p. 399-403, 2016.

DEKKER, P.; BROEK, A. VAN DEN. Volunteering and politics: involvement in voluntary associations from a ‘civic culture’ perspective. In: **Political Value Change in Western**

Democracies, ed. Loek Halman and Neil Nevitte. Tilburg: Tilburg University Press, 1996. p. 125–152.

DEMANT, P. Direitos para os excluídos. In: **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 343–384.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. [s.l.]: Autores associados, 1995.

DEVELLIS, R.F. **Scale development:** theory and applications. Newbury Park, CA: SAGE Publications, 1991.

DOMINELLI, L. Citizenship and voluntarism: A meaningful combination or the basis for exploitative relationships?. **Foundations of Science**, v. 21, n. 2, p. 385-397, 2016.

DOMINGUES, J. M. Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa. **Lua Nova**, p. 9–22, 2006.

ELEY, G. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa (1850-2000). São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

European Social Survey (ESS). **Documentation Report the ESS Data Archive 2002**. Ed. 6.6. Nowergian Centre for Research Date. 2002. Disponível em: < https://www.europeansocialsurvey.org/docs/round1/survey/ESS1_data_documentation_report_e06_6.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

EYLER, J.; GILES JR, D. E.; BRAXTON, J. The impact of service-learning on college students. **Michigan Journal of Community Service Learning**, v. 4, p. 5–15, 1997.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAZ, T. V. **Por Civismo ou Por Amor?** Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2017.

_____. CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T. Volunteering and Citizenship: first empirical evidences of the positive impact in Brazil. **BASE.** 2019. No prelo.

FLANAGAN, C. A. et al. Ties that bind: correlates of adolescents' civic commitments in seven countries. **Journal of Social Issues**, v. 54 i3, 1998, p. 457-468.

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Structural equation models with unobservable variables and measurement error: Algebra and statistics. **Journal of marketing research**, p.382-388, 1981.

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016 p. 49–80.

GROSSMAN, G. M.; KRUEGER, A. B. Economic growth and the environment. **The quarterly journal of economics**, v. 110, n. 2, p. 353-377, 1995.

GIDDENS, A. (Org.) **O debate global sobre a Terceira Via.** São Paulo: Editora UNESP,

2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, H. A. C.; LOPES, M. H. A dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. **Rev. Direito Econ. Socioambiental.** Curitiba, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul./dez, 2013

GRANOVETTER, M. **Getting a job:** a study of contacts and careers. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995 [1974].

GRIN, Eduardo José. Democracia e direitos civis no Brasil: um debate necessário. **Revista Videre**, v. 1, n. 1, p. 65-86, 2009.

GUARINELLO, N. L. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 29–48.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GUIMARÃES, V. N.; SOARES, S. V.; CASAGRANDE, M. D. H. Trabalho Docente Voluntário em uma Universidade Federal: Nova Modalidade de Trabalho Precarizado? **Educação em Revista**, v. 28, n. 03. Belo Horizonte, p. 77-101, set. 2012.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa II**. Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Faktizität und Geltung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. 2. ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HANSEN, D.; LARSON, R.; DWORKIN, J. What adolescents developmental, learn in organized youth activities: a survey of self-reported. **Journal of Research on Adolescence**, v. 13, p. 25–55, 2003.

HANSMANN, H. B. The role of nonprofit enterprise. **The Yale Law Journal**, vol. 89, n.5, p. 835-901, 1980.

HERZBERG, F. One more time: how do you motivate employees? **Havard Business Review**, p. 87–96, 2003.

HOLFORD, J. Hard measures for soft stuff: citizenship indicators and educational policy under the Lisbon Strategy. **European Educational Research Journal**, v. 7, n. 3, p. 331–343, 2008.

HOORNAERT, E. As comunidades cristãs dos primeiros séculos. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81–96.

HOSKINS, B. L. **Draft framework on indicators for Active Citizenship.** Ispra: CRELL. 2006.

_____.; MASCHERINI, M. Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. **Social Indicators Research**, v. 90, n. 3, p. 459–488, 2009.

HUSTINX, L. et al. **Religion and volunteering**: complex, contested and ambiguous relationships. London: Springer, 2015.

HUSTINX, L.; CNAAN, R. A.; HANDY, F. Theories of volunteering: a hybrid map for a complex phenomenon. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil - 2013**. Rio de Janeiro: IBGE/, 2014.

_____. **Outras formas de trabalho 2017 - PNAD Contínua**. [s.l.] IBGE, 2018.

_____. **Outras formas de trabalho 2018 - PNAD Contínua**. [s.l.] IBGE, 2019a.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil:** 2016. Rio de Janeiro : IBGE, 2019b.

IBOPE - INTELIGÊNCIA. **Pesquisa em parceria com a Worldwide Independent Network of Market Research (WIN)**. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/no-brasil-apenas-18-da-populacao-pratica-o-trabalho-voluntario/>. Acesso em: maio 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

JEAVONS, T. H. Ethical nonprofit management. In: HERMAN, **R. D. Herman & Associates. The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management. 2. ed. Cap. 9. San Francisco: Jossey-Bass**, p. 204-229, 2010.

JONES, L. M.; MITCHELL, K. J. Defining and measuring youth digital citizenship. **New Media and Society**, v. 18, n. 9, p. 2063–2079, 2016.

KANSU, C. Ç.; ÖKSÜZ, Y. Developing an active citizenship scale for the fourth grade primary school students. **Anthropologist**, v. 18, n. 3, p. 969–980, 2014.

KARNAL, L. Revolução Americana - Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 135–158.

HOSKINS, B. L .; MASCHERINI, M. Medir a cidadania ativa por meio do desenvolvimento de um indicador composto. **Pesquisa em indicadores sociais**, v. 90, n. 3, p. 459-488, 2009.

KRZYWOSZ-RYNKIEWICZ, B.; ZALEWSKA, A. M. Contemporary Contexts and Trends in Citizenship Studies. In: SKARŽAUSKIENĖ, A. (Ed.). **Social technologies and collective intelligence**. [s.l.] Mykolas Romeris University, 2015.

Landim, L. **Quem dá e quem não dá, eis a questão**. Insight Inteligência, Rio de Janeiro, 2000.

LEDET, R. Studying the quality of democracy: two cross-national measures of democratic citizenship. **Education, Citizenship and Social Justice**, v. 11, n. 1, p. 3–18, 2016.

LEITE, L. M. P. **Espiritualidade em prol das Práticas Cidadãs: um estudo sobre voluntários informais no Estado da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

LEMOS, S. L. L. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída**: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade Viva. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2016.

_____.; CALDAS, P. T.; VALE, S. C. do; ALVES, A. G. R. A. "Amor à Primeira Vista: Apaixonei-me e Quero lhe Conhecer." Motivação de recém-voluntários em uma fundação religiosa brasileira. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS - 2018. **Anais...** Juazeiro do Norte: 2018.

_____.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; VALE, S. C. do; ALVES, A. G. R. A. "Apaixonei-me e Quero Conhecer Você": estudo longitudinal sobre motivação de recém-voluntários. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 20, n. 4, 2019a.

_____.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; LEITE, L. M. L. Longitudinal study with volunteer candidates in a Brazilian Foundation. **Revista Alcance.** 2019b. No prelo.

LIAO-TROTH, M. L. Attitude Differences Between Paid Workers and Volunteers. N**onprofit Management and Leadership**. vol. 11, n. 4, p. 423-442, 2001.

LIE, M.; BAINES, S.; WHEELOCK, J. Citizenship, volunteering and active ageing. **Social Policy and Administration**, v. 43, n. 7, p. 702–718, 2009.

LOCKE, E. A.; LATHAM, G. P. Building a practically useful theory of goal setting and task motivation: A 35-year odyssey. **American Psychologist**, v. 57, n. 3, 2002.

LORIMER, J. International conservation "volunteering" and the geographies of global environmental citizenship. **Political Geography**, v. 29, n. 6, p. 311–322, 2010.

LUCA, T. R. DE L. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MACCLELLAND, D. C. **Human motivation**. Glenview: Scott, Foresman, 1985.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais:** Fundamentos teóricos, software & aplicações. ReportNumber, Lda, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. de S. Para compreender e temer a exclusão social. **Vida Pastoral**, XLV, 239, São Paulo, Editora Paulus, Nov./Dez., p. 3-9. 2004.

MASLOW, A. F. A Theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, p. 370–396, 1943.

MAURER, A. M.; FIGUEIRO, P. S.; CAMPOS, S. A. P. de; SILVA, V. S. da; BARCELLOS, M. D. de. Yes, We Also Can! O desenvolvimento de iniciativas de consumo colaborativo no Brasil. **BASE: Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS.** São Leopoldo, RS. vol. 12, n. 1 Jan./Mar., p. 68-80, 2015.

MCCURLEY, S.; LYNCH, R. **Essencial volunteer management**. 2. ed. Londres: The

Directory of Social Change, 1998.

MELOSIK, Z. Wychowanie obywatelskie: nowoczesność, ponowoczesność (Próba konfrontacji). **Fórum Oświatowe**, p. 25–46, 1998.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research**: a guide to design and interpretation. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

METZGER, A. M.; SYVERTSEN, A. K.; OOSTERHOFF, B.; BABSKIE, E.; WRAY-LAKE, L. How children understand civic actions: a mixed methods perspective. **Journal of Adolescent Research**, v. 31, n. 5, p. 507–535, 2016.

METZGER, A.; SMETANA, J. G. Social cognitive development and adolescent civic engagement. In L. Sherrod, C. Flanagan, & J. Torney-Purta (Eds.), **Handbook of research on civic engagement in youth** (pp. 221-248). Hoboken, NJ: Wiley, 2010.

MILL, J. S. **Princípios de economia política:** com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILLIGAN, C.; FYFE, N. R. Preserving space for volunteers: Exploring the links between voluntary welfare organisations, volunteering and citizenship. **Urban Studies**, v. 42, n. 3, p. 417–433, 2005.

MILLS, S.; WAITE, C. Brands of youth citizenship and the politics of scale: national citizen service in the United Kingdom. **Political Geography**, v. 56, p. 66–76, 2017.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado - Pátria Voluntária. 2019. Disponível em:< http://mds.gov.br/assuntos/patriavoluntaria>.

MISOCZKY, M. C. Mudanças na administração municipal: possibilidades de uma formação político-organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 99–121, 2002.

MONDAINI, M. Revolução inglesa - O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 115–134.

MONIZ, A. L. F.; ARAÚJO, T. C. C. F. DE. Volunteer work in hospitals: a study about health professional's perception. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 13, n. 2, p. 149–156, 2008.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, M. R.; MENDES, A. A.; CRUBELLATE, J. M. Ações cotidianas, interesses pessoais e envolvimento: um estudo com voluntários do Lar Escola da Criança de Maringá. **I Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad**, 2000**.**

MORAIS, D. B.; OGDEN, A. C. Initial development and validation of the global citizenship scale. **Journal of Studies in International Education**, v. 15, n. 5, p. 445–466, 2011.

MOSTYN, B. The meaning of volunteer work: a qualitative investigation. In: HATCH, S. (ORG) (Ed.). . **Volunteers**: patterns, meanings & motives. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.

MOURA, J. E. **O sentido da participação na construção da política urbana em Camaragibe.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.

MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers**: a social profile. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

NAVES, R. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Eds.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 545–565.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. **FEA-USP.** São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

NIEMI, R.; CHAPMAN, C. **The Civic Development of 9th through- 12th Grade Students in the United States: 1996**. Washington, D.C.: National Center for Educational Statistics, U.S. Department of Education., 1998.

NUNES, E. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Zahar, 1997.

O'CONNELL, M. J.; CLAYTON, A.; ROWE, M. Reliability and validity of a newly developed measure of citizenship among persons with mental illnesses. **Community Mental Health Journal**, v. 53, n. 3, p. 367–374, 2017.

ODALIA, N. Revolução Francesa - a liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 159–170.

OIT - Organização Internacional do Trabalho / International Labour Organization. **Manual on the Measurement of Volunteer Work.** Geneva: International Labour Organization, 2011.

OLIVEIRA, P. J. J. de. A Cidadania é para todos. Direitos, Deveres e Solidariedade. **Caderno Virtual**, v. 1, n. 21, 2010.

OLIVEIRA, M. D. DE; TANDON, R. A. A emergência de uma sociedade global. In: **Cidadãos**: contruindo a sociedade civil planetária. Relatório da Civicus. [s.l: s.n.].

ONU. **UNV - Programa de Voluntários das Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/unvpnud/>. Acesso em: 20 ago. 2001.

_____. Measuring volunteering: a practical toolkit, a joint project of independent sector and United Nations volunteers. In: DINGLE, A. (Ed.). **United Nation, Germany**. [s.l.] ONU, 2001.

_____. **O que são Direitos Humanos?** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: ago. 2017.

PACHECO, I. J. D.; MESQUITA, J. M. C.; DIAS, A. T. Qualidade percebida e satisfação dos alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, n. 2, p. 5–28, 2015.

PAIS, J. M. Jovens e cidadania. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 49, p. 53-70, 2005.

PANDOLFI, D. C. Percepção dos direitos e participação social (art). In: PANDOLFI, D. C. et al. **Cidadania, justiça e violência.** Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1999.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social-os enredamentos da cidadania no Brasil. In: **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373–418.

PATEMAN, C. Críticas femininas a la dicotomia public/privado. In: **Perspectivas femininas en teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996. p. 2–23.

PATTIE, C.; SEYD, P.; WHITELEY, P. Citizenship and civic engagement: attitudes and Behaviour in Britain. **Political Studies**, v. 51, 2003a.

_____. Civic attitudes and engagement in modern Britain. **Parliamentary Affairs**, v. 56, n. 4, p. 616–633, 2003b.

PECI, Alketa; FIGALE, Juliana; OLIVEIRA, Fábio de; BARRAGAT, Alexandre; SOUZA, Conceição. Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**-RAP, v. 42, n. 6, p. 1137-1162, 2008.

PERIÓDICOS CAPES. **P**. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez15.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>.

PESTOFF, V.; OSBORNE, S. P.; BRANDSEN, T. Patterns of co-production in public services: Some concluding thoughts. **Public Management Review**, v. 8, n. 4, p. 591-595, 2006.

PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 399-415, 2012.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016a. p. 15–28.

_____. Hebreus: Os profetas sociais e o Deus da cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 9–13.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____.; PEDRO, J. M. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 265–309.

POLSBY, N. W. **Community power and political theory**. New Haven: Yale University Press, 1963.

POROPAT, A. E.; JONES, L. Development and validation of a unifactorial measure of citizenship performance. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 82, n. 4, p. 851–869, 2009.

PORTAL BRASIL. **Programa Nacional de Voluntariado** – Viva Voluntário. 2017. Disponível em:< http://mds.gov.br/assuntos/patriavoluntaria>.

PURDAM, K.; TRANMER, M. Expectations of being helped in return for helping - citizens, the state and the local area. **Population, Space and Place**, v. 20, n. 1, p. 66–82, 2014.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New

York: Simon and Schuster, 2000.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, E. Cidadania: história, teoria e utopia. In: n: PANDOLFI, D. C. et al. **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RIBEIRO, W. C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHESTER, C. et al. **Volunteering and society in the 21st Century**. London and New York: Palgrave, 2010.

ROSSITER, J. R. **Measurement for the social sciences:** The C-OAR-SE method and why it must replace psychometrics. Springer Science & Business Media, 2010.

ROWE, M. et al. Going to the source: creating a citizenship outcome measure by community-based participatory research methods. **Psychiatric Services**, v. 63, n. 5, p. 445-450, 2012.

RUEDIN, D. Increasing validity by recombining existing indices: MIPEX as a measure of citizenship models. **Social Science Quarterly**, v. 96, n. 2, p. 629–638, 2015.

RUTKOWSKI, D.; ENGEL, L. C. Soft power and hard measures: large-scale assessment, citizenship and the European Union. **European Educational Research Journal**, v. 9, n. 3, p. 381–395, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social Origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas:** International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 9, n. 3, 1998.

_____.; SOKOLOWSKI, S. W. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. **Voluntas:** International journal of voluntary and nonprofit organizations, v. 27, n. 4, p. 1515-1545, 2016.

SÁNCHEZ, C. R.; CRAGLIA, M.; BREGT, A. K. New data sources for social indicators: the case study of contacting politicians by Twitter. **International Journal of Digital Earth**, v. 10, n. 8, p. 829-845, 2017.

SANTOS, W. G. dos S. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARAIVA, L. A. S.; GONÇALVES, N. R. G. Democratização do poder local e efetividade de programas sociais: análise de uma experiência municipal. **RAC-Eletrônica**, v. 2, n. 3, p. 392–409, 2008.

SCHATTLE, H. **The practices of global citizenship**. Lanham: Rowman & Littlefield Pub, 2008.

SCOPUS. **No Title**. Disponível em: <https://www-

scopus.ez15.periodicos.capes.gov.br/search/form.uri?display=basic>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SELLTIZ et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1974.

SEM, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações:** o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Tese de doutoramento), 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 191–264.

SMITH, A. **Civic engagement in the digital age**. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project. 2013.

SMITH, M. B.; LAURIE, N. International volunteering and development: Global citizenship and neoliberal professionalisation today. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 36, n. 4, p. 545-559, 2011.

SMITH, D. H.; PUYVELDE, S. VAN. Theories of associations and volunteering. In: SMITH, D. H.; STEBBINS, R. A.; GROTZ, J. (Eds.). **The Palgrave handbook of volunteering, civic participation, and nonprofit associations**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 59–89.

SMITH, D. H.; STEBBINS, R. A. Conclusions and Future Prospects. In: SMITH, D. H.; STEBBINS, R. A.; GROTZ, J. (Eds.). **The Palgrave handbook of volunteering, civic participation, and nonprofit associations**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2016. p. 1363–1390.

SMITH, D. H.; STEBBINS, R. A.; GROTZ, J. **The Palgrave handbook of volunteering, civic participation, and nonprofit associations**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2016.

SOARES; V. B.; CASTRO, D. C. Ou isto ou aquilo? A integração entre pesquisa qualitativa e quantitativa em estudos organizacionais no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 7., 2012, Curitiba. **Anais…** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração:** teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SOMERS, M. Citizenship and the place of the public sphere: law community, and political culture in the transition to democracy. **American Sociological Review**, v. 58, p. 587–620, 1993.

SOUZA, V. A. de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 211-214, 2006.

SOUZA, W. J. et al. Elementos do trabalho voluntário: motivos e expectativas na Pastoral da

Criança. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS, 2009.

_____.; CARVALHO, V. D. de. Elementos do comportamento organizacional no trabalho voluntário: motivação na Pastoral da Criança à luz da teoria da expectância. **Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração e Pesquisa**-Enanpad, v. 30, 2006.

_____.; MEDEIROS, J. P. DE; FERNANDES, C. L. Trabalho voluntário: elementos para uma tipologia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. p. 1–16.

SPINK, P. K.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. **Revista de Administração**, v. 34, n. 1, p. 61–69, 1999.

STAEHELI, Lynn A. Globalization and the scales of citizenship. In: **Geography Research Forum.** BEN-GURION UNIVERSITY OF THE NEGEV PRESS, 1999. p. 60-77.

STECHER, B. M.; KORETZ, D. **Issues in building an indicator sytem for mathematics and science education**. Santa Mônica: RAND Corporation, 1996.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics.** Needham Heights, MA: Allyn & Bacon. 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, v. 10, n. 26, 1997.

TEKIROĞLU, M. Development of scale of attitude about social studies class, citizenship, human rights, respect for diversity and tolerance issues for middle school students. **Turkish Online Journal of Educational Technology**, n. November special issue, p. 682–690, 2016.

TELLES, V. DA S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, 2001.

TEN DAM, G. et al. Measuring young people ' s citizenship competences. **European Journal of Education**, v. 46, n. 3, p. 354–372, 2011.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**: leis e costumes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. I

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2018:** Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. 2018. Disponível em:< http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>.

TURNER, B. S. Outline of a theory of citizenship. **Sociology**, v. 24, n. 2, p. 189–217, 1990.

_____. The erosion of citizenship. **British Journal of Sociology**, v. 52, n. 2, p. 189–210, 2001.

VELOSO, G. R. **Clientelismo:** uma instituição política brasileira. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VERBA, S.; NIE, H. Participation in America: Political democracy and social equality. New York: Harper and Row. 1972.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VROOM, V. H. **Work and motivation**. New York: Wiley, 1964.

WAPPENSTEIN, S. Citizenship from below: public contestation and demo- cratic practice in neoliberal Argentina. Paper presented at the New Scholars Conference in Citizenship Studies. **Anais**...Wayne State University, 2004

WEISBROD, B. A. (Ed.). **The voluntary nonprofit sector:** An economic analysis. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.

WHITELEY, P. F.; PATTIE, C.; SEYD, P. **Citizen Audit of Great Britain, Colchester**. Colchester, Essex: UK Data Archive [distributor], 2005.

WILSON, J. Volunteering. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 215–240, 2000.

WRAY-LAKE, L.; SYVERTSEN, A. K. The developmental roots of social responsibility in childhood and adolescence. **New directions for child and adolescent development**, v. 2011, n. 134, p. 11-25, 2011.

YOUNISS, J.; YATES, M.; SU, Y. Social Integration: community service and marijuana use in high school seniors. **Journal of Adolescent Research**, n. 12, p. 245–262, 1997.

ZAFF, J. F.; BOYD, M.; YIBLING, L.; LERNER, J. V.; LERNER, R. M. Active and engaged citizenship: Multi-group and longitudinal factorial analysis of an integrated construct of civic engagement. **Journal of Youth and Adolescence**, 39, p. 736-750. 2010.

ZERON, C. A cidadania em Florença e Salamanca. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, p. 97–113. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Estudo Bibliométrico

Em pesquisa realizada no portal 'Periódicos Capes' (2018), ao colocar as expressões "*volunteering*" e "*citizenship*", na busca por assunto, 41 artigos foram listados. Porém, na leitura dos títulos e resumos, observou-se que nenhum efetivou os propósitos desta pesquisa ou apresentava relação direta com os temas desta tese.

Utilizando a base de pesquisa Scopus (2018), colocando as expressões "*scale*" e "*citizenship*" na busca por título, 32 artigos foram encontrados. Apenas um dos artigos chama atenção por se tratar de uma proposta inicial de escala para medir cidadania global, o de Morais e Ogden (2011), o que também não é o objetivo deste trabalho, mas que, de alguma forma, irá contribuir com esta pesquisa. Estes últimos autores, inclusive, alegam não haver instrumentos que meçam adequadamente a cidadania (pelo menos a referente ao global) e, como resultado, não há literatura que apoie ou desafie tais reivindicações.

Mudando os termos-chaves para "*measur**" e "*citizenship*" na mesma base Scopus (2018), na busca por artigos pelos títulos, 53 documentos foram registrados. Desses, dois chamam nossa atenção: (1) o artigo de Krzywosz-Rynkiewicz e Zalewska (2017), que trabalha comportamento de cidadania, focando os tipos de participação; e (2) o de Ledet (2016), que contribui com medidas de participação e intolerância. De forma geral, observou-se que existem escalas e medidas envolvendo cidadania organizacional, educação para a cidadania, cidadania juvenil e até mesmo cidadania virtual, competências para a cidadania e políticas de migração, mas não se encontrou nenhuma escala que pudesse ser aplicada para o fim pretendido. Porém, esses trabalhos vão ajudar no desenvolvimento do significado do construto cidadania proposto por esta pesquisa.

Finalizando a pesquisa bibliométrica, ainda na base Scopus (2018), na busca por artigos pelas palavras-chave com os termos "*volunt**" e "*citizenship*", 132 artigos foram encontrados, mas nenhum com o mesmo propósito aqui evidenciado. Destaque para: (1) Hsu, Hsu e Hasmath (2017), que examinam como ONGs influenciam a construção e o desempenho da cidadania em um ambiente autoritário como a China; (2) Kirwan, McDermont e Clarke (2016), que exploram o significado da cidadania para aqueles que trabalham no Citizens Advice, uma rede de organizações de voluntários no Reino Unido; (3) Claes e Note (2016), que reconstroem os interesses de pesquisa subjacentes à ideia de integrar voluntários e cidadania; (4) De Bie e Roose (2016), que discutem três questões: a compreensão do trabalho

voluntário no que se refere à realização da cidadania (que depende da forma como essa é concebida), a relação entre dimensões sociais e políticas da cidadania e as dificuldades de posicionamento do trabalho voluntário em relação ao trabalho social profissional; (5) Blitzer Golombek (2006), que descreve a definição de cidadania com ênfase nas atividades de participação cívica de jovens; e (6) Lacey e Ilcan (2006), que enfocam a relação entre trabalho voluntário e cidadania responsável em um contexto de ONG internacional. Tais estudos apoiarão a base teórica desta tese. O quadro abaixo resume essas informações.

Quadro 25 - Estudo Bibliométrico

LOCAL	Data	TIPO DE BUSCA	PALAVRAS-CHAVES	FILTROS	QUANTIDADE TOTAL DE ARTIGOS
CAPES	04/01/18	Por assunto	Volunteering and Citizenship	• Todos os anos; • Artigos; • Qualquer idioma	41
SCOPUS	04/01/18	Busca no Título	Scale and Citizenship	• Todos os anos; • Artigos; Qualquer idioma	32
SCOPUS	05/01/18	Busca no Título	Measur* and Citizenship	• Todos os anos; • Artigos; Qualquer idioma	53
SCOPUS	22/02/18	Busca por Palavra-Chave	Vont* and Citizenship	• Todos os anos; • Artigos; Qualquer idioma	132

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Pesquisa: Voluntariado e Cidadania Ativa – uma proposta de mensuração

Entrevistado: _____
Entidade: _____
Cargo/Função: _____

Roteiro de Entrevista

O que é cidadania para você?

_____
_____

Cidadania é um status concedido àqueles que são membros completos da sociedade, que se envolvem integralmente na comunidade nos termos de igual respeito aos direitos e obrigações (Marshall, 1967). Estes podem ser classificados em três dimensões: civil, política e social.

E Cidadania Ativa?

_____
_____

DIMENSÃO 1 – PRÁTICAS CIVIS: ações em prol de relações civilizadas, relacionadas à luta e acesso aos direitos e deveres necessários à liberdade individual, fundamentais à vida: de ir e vir, de fala, de manifestações de pensamento e de fé, de propriedade, de concluir contratos válidos, o direito à justiça, de associação, dentre outros exemplos.

Itens sugeridos: (Quais práticas de cidadania o indivíduo pode exercer em prol da garantia dos direitos ou da execução dos deveres necessários a liberdade individual?)

Itens gerados a partir da literatura:
1: Obediência às regras sociais (Busco seguir regras sociais para uma boa convivência).
2: Liberdade de expressão (Utilizo minha liberdade de expressão para cobrar e participar de ações públicas)
3: Prática de Associação (Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos).
4: Práticas de civilidade (Consigo manter o controle emocional em situações conflitantes).
5: Questões éticas e morais (Tenho comportamento ético e moral)

DIMENSÃO 2 – PRÁTICAS POLÍTICAS: demonstram a participação dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade. Permitem a realização de demonstrações políticas, organização de partidos, votar e ser votado (CLEMENTE, 2015). São práticas de universalização mais difícil dadas às especificidades políticas de cada localidade.

Itens sugeridos: (Quais práticas o indivíduo pode exercer em prol da garantia de direitos políticos e participação no governo da sociedade?)

Itens gerados a partir da literatura:
6. Participação em ação política (Participo de ações que possam influenciar políticos e representantes, como por exemplo: protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos)
7. Voto Eleitoral (Voto por acreditar que estou participando no governo da sociedade).
8. Liderança com fins públicos e sociais (Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos ou sociais).
9. Membro de Partido Político ou exercer cargo político/público (Partilho do poder político por participar de partidos políticos, função pública ou representativa)
10. Envolvimento cívico on-line (Me envolvo em questões cívicas (ações públicas, protestos, cobranças, dentre outros) via Internet)

DIMENSÃO 3 – PRÁTICAS SOCIAIS: Focam a justiça social e demonstram o envolvimento dos indivíduos na luta por direitos sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos. Incluem o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ao seguro desemprego, ao salário justo etc.

Itens sugeridos: (Quais práticas o indivíduo pode exercer em prol da garantia dos direitos sociais?)

Itens gerados a partir da literatura:
11: Participação em Organizações da Sociedade Civil (Participo de organizações da sociedade civil (como as ONGs e projetos sociais) em prol de bens e serviços para a comunidade)
12: Ação Social (Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, como doação de sangue e campanhas solidárias)
13: Doação Social (Busco doar voluntariamente dinheiro e bens para causas sociais)
14: Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas (Sou engajado em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais aos quais faço parte)
15: Direitos Humanos (Me engajo em ações que busquem melhorias para os grupos trabalhistas e sociais dos quais faço parte)

DIMENSÃO 4 – PRÁTICAS DIFUSAS – Demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade no tempo, relacionada por discussões atuais sobre sustentabilidade, armamento, aborto, dentre outros.

Itens sugeridos: (Quais práticas o indivíduo pode exercer em prol da discussão de temas emergentes de cidadania e pautas de reivindicação de novos direitos?)

Itens gerados a partir da literatura:
16: Diversidade Humana (Respeito a diversidade humana, como as derivadas de diferenças de gênero, raça, idade e classe social)
17: Direito dos excluídos (Me engajo na defesa dos direitos dos excluídos socialmente)
18: Preservação do Meio Ambiente (Realizo práticas de preservação do meio ambiente)
19: Consumo Consciente (Realizo práticas de consumo consciente (ético e ambiental))
20: Temas polêmicos que afetam a integridade humana (Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana, como o aborto, desarmamento, pena de morte)

APÊNDICE C – Instrumento de Validação de Face e Conteúdo

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Pesquisa: Voluntariado e Cidadania – uma proposta de mensuração

INSTRUMENTO VALIDAÇÃO DE FACE E CONTEÚDO (MODELO)

Prezado (a),

Encontra-se em desenvolvimento um estudo sobre a relação entre o trabalho voluntário e as práticas de cidadania ativa, que faz parte de um trabalho de tese vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB. Como parte do trabalho, pretende-se criar uma escala que mensure as **práticas de cidadania** dos indivíduos, que se referem a um conjunto de atividades executadas pelas pessoas no exercício da cidadania plena, no sentido da responsabilização pela comunidade a que pertencem, refletindo suas atitudes em relação ao envolvimento com questões e desafios coletivos.

A fase exploratória da pesquisa permitiu a identificação de quatro dimensões que provavelmente integram o referido construto: (1) práticas civis, possibilitando relações civilizadas entre os indivíduos em uma sociedade; (2) práticas políticas, garantindo a participação no governo da comunidade; (3) práticas sociais, permitindo que os indivíduos tanto usufruam das riquezas produzidas coletivamente como lhes sejam possibilitadas mínimas condições de vida e de liberdade; (4) práticas difusas, que abrangem demandas atuais derivadas da transformação da sociedade no tempo e da crescente heterogeneidade da população, tanto em termos de variedade como de amplitude de solicitações.

A geração de itens para cada uma das dimensões identificadas se deu a partir da literatura, principalmente acerca da teoria Marshalliana e suas referidas críticas, bem como pela adaptação de escalas existentes ou, ainda, pela elaboração da autora. Neste sentido, contando com a vossa experiência acadêmica, venho solicitar vossos préstimos na validação de face e de conteúdo dos itens da escala. A validação de face refere-se à clareza, pertinência e representatividade dos itens. Já a validação de conteúdo está relacionada à verificação de se os itens propostos realmente remetem ao construto. A avaliação dos itens deverá ser efetuada de acordo com os critérios abaixo:

Adequação do item à definição				
1 – Inadequado	2–Pouco Adequado	3 – Adequado	4– Bem adequado	5–Adequação perfeita
Clareza do enunciado				
1 – Péssimo	2 - Ruim	3 – Regular	4 - Boa	5 – Ótimo

Agradeço a vossa preciosa colaboração!

Patrícia Trindade Caldas

Doutoranda

Dimensão 1 – Práticas Civis	**Definição:** Práticas que representem o envolvimento dos indivíduos em atividades em prol de relações civilizadas.					
						Comentários/ Sugestões de Itens
1.1 - Obedeço às leis e regras sociais.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
1.2 Utilizo a minha voz e liberdade de expressão para cobrar, criticar, investigar e sugerir ações públicas.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
1.3 Associo-me com outras pessoas para discutir problemas coletivos e procurar soluções.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
1.4 Comporto-me com civilidade em meio a situações adversas e conflitantes.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
1.5 Ajo sem pensar em questões éticas e morais (codificado de forma reversa).						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Dimensão 2 – Práticas Políticas	**Definição:** Práticas que demonstrem a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.					
						Comentários/ Sugestões de Itens
2.1 - Participo de movimentos que possam influenciar políticos e representantes, como, por exemplo: protestos, manifestos, assinatura de petições, orçamento participativo e conselhos.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
2.2 Voto por acreditar que este seja um instrumento de participação e intervenção no governo da sociedade.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
2.3 Participo ativamente no processo de tomada de decisão em organizações com fins públicos e/ou sociais.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
2.4 Sou membro de partido político.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
2.5 Sou candidato ou exerço cargo político público.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Dimensão 3 – Práticas Sociais	**Definição:** Práticas que demonstrem o envolvimento dos indivíduos na luta por direitos sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.					
						Comentários/ Sugestões de Itens
3.1 Participo de organizações da sociedade civil em prol de bens e serviços para a						

comunidade.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
3.2 Realizo ações sociais eventuais em prol do bem-estar coletivo, por exemplo: doação de sangue, ajudar idosos, doentes ou pessoas necessitadas.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
3.3 Faço doação social além do pagamento de impostos.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
3.4 Participo ativamente do sindicato relativo à minha classe trabalhista;						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
3.5 (Sugestão de novo item!)						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Dimensão 4 – Práticas Difusas Contemporâneas	**Definição:** Práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade.					
						Comentários/ Sugestões de Itens
4.1 Respeito e reconheço a diversidade humana, por exemplo, aquela derivada de diferenças de gênero, raça, idade e classe social.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
4.2 Luto pelo direito dos excluídos socialmente.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
4.3 Protejo e preservo o meio ambiente, por exemplo: cuidar de animais, não poluir e plantar árvores.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
4.4 Consumo produtos com consciência política, ética ou ambiental.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
4.5 Participo de discussões referentes ao avanço do conhecimento científico em prol da manutenção da integridade humana, por exemplo: discussões sobre engenharia genética, clonagem e armamento.						
Adequação do item	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	

APÊNDICE D – Questionário 1 (Primeira Amostragem)

Pesquisa: Práticas de Cidadania

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a),

Este questionário é um pré-teste para uma pesquisa que busca analisar informações sobre suas práticas de cidadania e faz parte de um projeto de pesquisa do Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) da UFPB. Esclarecemos que sua participação no estudo é anônima e voluntária.
Não é um teste, logo não há respostas certas ou erradas. Mas é extremamente importante que você seja sincero nas respostas. Os resultados serão analisados de forma conjunta e não individualmente, e em nenhuma situação os seus dados individuais serão repassados.
O pesquisador está à sua disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento necessário em qualquer etapa da pesquisa por meio do e-mail: ptcaldas@yahoo.com.br ou do Whatsapp: https://api.whatsapp.com/send?phone=5583999991938. Desde já agradeço a sua contribuição e disponibilidade.

Patrícia Trindade Caldas (UFPB / GETS)

OBS.: Ao aceitar participar da pesquisa, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para publicação dos resultados.

Caracterização do Respondente

Idade: ____ anos Cidade/Estado em que mora: _____

Práticas de Cidadania

Atribua notas de 0 a 10 para as afirmações a seguir. Considere que a nota 0 representa "Nunca realizo essa prática" e a nota 10 representa "Sempre realizo essa prática"

	Nunca (0)					⟷					**Sempre (10)**
1. Busco obedecer às leis que geram bem-estar coletivo, como, por exemplo, respeitar a fila preferencial, não comprar produtos piratas, não beber ao dirigir etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas e conselhos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Respeito a diversidade humana (de gênero, raça, idade ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Denuncio quando percebo que serviços sociais básicos (saúde, educação ou segurança) não estão sendo bem ofertados.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Pratico ações de preservação do meio ambiente, como não poluir, proteger animais e patrimônio histórico e cultural.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Utilizo minha liberdade de expressão em prol do bem-estar coletivo, como, por exemplo, para defender a liberdade religiosa ou sexual de uma pessoa ou expor minha opinião sobre assuntos políticos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Esclareço às pessoas sobre direitos e deveres de cidadania.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Pratico consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, em vez de adquirir peças novas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (nunca pratico) a 10 (sempre pratico).

	Nunca (0)					⟷					**Sempre (10)**
9. Voto por acreditar que estou participando no governo da minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções para problemas coletivos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Participo de discussões sobre temas polêmicos que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

13. Meu comportamento é respeitoso mesmo em situações conflitantes. Por exemplo, em uma discussão, procuro respeitar a fala da outra pessoa, mesmo que discorde dela.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Procuro me informar sobre ações realizadas por políticos ou administradores na minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento da discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Obrigada por suas respostas até aqui. Estamos quase no fim. O conjunto de itens a seguir deve seguir a mesma ideia da página anterior: atribua notas de "0" (nunca pratico) a "10" (sempre pratico).

Nunca (0) ⟷ Sempre (10)

16. Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Tenho consciência das consequências dos meus atos com a sociedade. Evito, por exemplo, sons altos para não incomodar os vizinhos ou não fumar em ambientes fechados.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Realizo práticas de consumo consciente (como comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava, por exemplo).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos, como defender a dignidade das pessoas, mesmo que sejam criminosos ou imigrantes.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Participo ativamente do processo de tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Busco cumprir os contratos que estabeleço com outras pessoas ou organizações, como por exemplo os comerciais ou de casamento.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
22. Participo de boicotes a empresas que, por motivos políticos, éticos ou ambientais, prejudicam o bem-estar da comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Queremos saber mais sobre você!

Gênero:
( ) Masculino ( ) Feminino
( ) Outro: _____

Estado civil:
( ) Solteiro(a)
( ) Casado(a)
( ) União Estável
( ) Separado(a)/Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)

Escolaridade:
( ) Fundamental Incompleto (1º Grau)
( ) Fundamental Completo
( ) Médio Completo
( ) Superior Completo
( ) Pós-Graduação Completo

Renda familiar mensal:
( ) Até R$ 1000,00
( ) Acima de R$ 1000,00 até R$ 3000,00
( ) Acima de R$ 3000,00 até R$ 5000,00
( ) Acima de R$ 5000,00

Muito obrigada pela sua contribuição. Esta é a última página do questionário!

Nunca (0) ⟷ Sempre (10)

23. Celebro parcerias com o governo para realizar serviços sociais públicos, como a manutenção de uma praça ou da segurança na vizinhança, por exemplo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
24. Exerço deveres cívicos como trabalhar nas eleições, serviços militares e participar de júris por ser uma responsabilidade honrosa de cidadania	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
25. Aceito que pessoas diferentes de mim (seja por gênero, credo, raça, idade ou classe social) sejam meus vizinhos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Procuro meios para mudar leis injustas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
27. Utilizo a Internet para participar de ações políticas (movimentos sociais, protestos, petições, cobranças etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Você faz trabalho voluntário?
( ) Sim ( ) Não Se sim, há quanto tempo você é voluntário?

( ) Menos de 6 meses
( ) Igual ou mais de 6 meses até 1 ano
( ) Mais de 1 ano

Se você é voluntário, que tipo de atividade você faz? (Ex.: Lavar pratos, distribuir alimentos, gerenciar recursos de doações etc.): _____

APÊNDICE E – Questionário 2 (Segunda Amostragem)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a),

Este questionário tem como objetivo coletar informações sobre suas práticas de cidadania e faz parte de uma pesquisa de doutorado vinculada ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB. Esclarecemos que sua participação no estudo é anônima e voluntária.
Não é um teste, logo não há respostas certas ou erradas. Mas é extremamente importante que você seja sincero nas respostas. A pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos e os resultados serão analisados de forma conjunta e não individualmente, e em nenhuma situação os seus dados individuais serão repassados.
Desde já agradeço a sua contribuição e disponibilidade.

Patrícia Trindade Caldas (GETS/PPGA/UFPB)

OBS.: Ao aceitar participar da pesquisa, você declara que foi devidamente esclarecido(a) e dá seu consentimento para publicação dos resultados.

Caracterização do Respondente

1. Idade: _____ 2. Cidade: _____ 3. Estado em que mora:_____

Práticas de Cidadania

Atribua notas de 0 a 10 para as afirmações a seguir. Considere que a nota 0 representa "Nunca realizo essa prática" e a nota 10 representa "Sempre realizo essa prática"

	Nunca (0) ⟷ **Sempre (10)**										
4. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Esclareço as pessoas sobre seus direitos e deveres de cidadania, por exemplo, quando percebo que estes estão sendo violados.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Não poluo o meio ambiente: não jogo lixo nas ruas, terrenos baldios, rios, mares etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Procuro meios para mudar leis injustas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Participo de grupos sociais que podem influenciar a política da minha comunidade, como movimentos comunitários, estudantis ou partidários.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (nunca pratico) a 10 (sempre pratico).

	Nunca (0) ⟷ **Sempre (10)**										
14. Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Realizo ações de proteção de animais, como cuidar de animais abandonados, não comprar animais silvestres, não caçar etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.											
20. Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Tenho comportamento ético e moral.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
22. Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Queremos saber mais sobre você!

23. Sexo:
( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro

24. Estado civil:
( ) Solteiro(a)
( ) Casado(a)
( ) União Estável
( ) Separado(a)/Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)

25. Escolaridade:
( ) Fundamental Incompleto (1º Grau)
( ) Fundamental Completo
( ) Médio Incompleto (2º Grau)
( ) Médio Completo
( ) Superior Incompleto
( ) Superior Completo
( ) Pós-Graduação

26. Renda familiar mensal:
( ) Até R$ 1000,00
( ) Acima de R$ 1000,00 até R$ 3000,00
( ) Acima de R$ 3000,00 até R$ 5000,00
( ) Acima de R$ 5000,00

Muito obrigada pela sua contribuição. Esta é a última página do questionário!
Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (nunca pratico) a 10 (sempre pratico).

	Nunca (0)					⟷					**Sempre (10)**
27. Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Preservo os bens públicos como monumentos histórico-culturais, praças, vias etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
29. Defendo igualdade de tratamento entre as pessoas, por exemplo, entre homens e mulheres, brancos e negros etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30. Acompanho receitas e despesas do governo por meio dos portais de transparência, aplicativos, sites e redes sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
31. Denuncio práticas de crime ambiental.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
32. Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
33. Denuncio casos de exploração humana, por exemplo, trabalho infantil ou escravo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
34. Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

35. Você faz trabalho voluntário?
OBS.: Doar é diferente de ser voluntário! A atividade do voluntariado se caracteriza como sendo um esforço livre e não remunerada financeiramente que é dirigida por um indivíduo em relação à outra(s) pessoa(s) em situações fora de sua família e se destina a ser benéfica para este outro ou para seu contexto.
( ) Sim ( ) Não

Caso seja voluntário, responda as perguntas a seguir.

36. Há quanto tempo você é voluntário?
( ) Menos de 6 meses ( ) De 6 meses até 1 ano
( ) Mais de 1 ano

37. Em qual área social você atua como voluntário?
( ) Assistência Social ( ) Assoc. Patronais Prof.
( ) Cultura e Recreação ( ) Defesa de Direitos
( ) Educação e Pesquisa ( ) Habitação
( ) Meio Ambiente ( ) Religião
( ) Saúde ( ) Outro

38. Como voluntário, que tipo de atividade você faz? (Ex.: ensino crianças, distribuo alimentos, gerencio recursos de doações etc.).
_____

APÊNDICE F – Questionário 3 (Terceira Amostragem)

Práticas de Cidadania e Motivação para o voluntariado

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a),

Este questionário tem como objetivo analisar a relação entre a motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania. Faz parte de uma pesquisa de doutorado vinculada ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB. Para respondê-lo, é necessário que você seja voluntário vinculado a organizações sem fins lucrativos atuantes na área religiosa. Esclarecemos que sua participação no estudo é anônima e voluntária.
Não é um teste, logo não há respostas certas ou erradas. Mas é extremamente importante que você seja sincero nas respostas. A pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos, os resultados serão analisados de forma conjunta e em nenhuma situação os seus dados individuais serão repassados a terceiros.
Desde já agradeço a sua contribuição e disponibilidade.

Patrícia Trindade Caldas (GETS/PPGA/UFPB)

OBS.: Ao aceitar participar da pesquisa, você declara que foi devidamente esclarecido(a) e dá seu consentimento para publicação dos resultados.

Caracterização do Respondente

1. Idade: _____
2. Cidade: _____
3. Estado em que mora:_____

4. Você atua como voluntário em alguma ONG ou projeto social vinculada à religião?
( ) Sim ( ) Não

5. Qual a sua religião?
( ) Católica ( ) Evangélica
( ) Espírita ( ) Outra religião
( ) Sem religião

6. Há quanto tempo você é voluntário? *
( ) Menos de 6 meses
( ) Entre 6 meses e 1 ano
( ) Mais de 1 ano

7. Como voluntário, que tipo de atividade você faz? (Ex.: ensino crianças, distribuo alimentos, gerencio recursos de doações etc.).
_____
_____
_____

MOTIVAÇÃO – Por que eu permaneço no trabalho voluntário?

Nesta sessão queremos conhecer as motivações que fazem você permanecer na prática no voluntariado. Utilize a escala de 0 a 10 para concordar ou discordar de cada uma delas.

	Discordo Totalmente (0) ↔ Concordo Totalmente (10)										
8. Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Permaneço porque vejo que as pessoas a que ajudo tem tido oportunidade de viver melhor.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Permaneço porque considero meu trabalho importante.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Permaneço porque estou corrigindo as injustiças sociais nas comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

Discordo Concordo

	Totalmente (0) ↔ Totalmente (10)										
18. Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Permaneço porque estou fazendo novos amigos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Permaneço porque estou preenchendo meu tempo livre.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
22. Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
23. Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
24. Permaneço porque estou aprendendo algo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
25. Permaneço porque estou sendo reconhecido.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Permaneço porque estou me sentindo melhor como pessoa.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
27. Permaneço porque estou com boa autoestima.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Permaneço porque me sinto importante fazendo este trabalho.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Queremos saber mais sobre você!

29. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro

30. Estado civil:
( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a)
( ) União Estável ( ) Separado(a)/Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)

31. Escolaridade:
( ) Fundamental Incompleto (1º Grau)
( ) Fundamental Completo
( ) Médio Completo
( ) Superior Completo
( ) Pós-Graduação Completo

32. Renda familiar mensal:
( ) Até R$ 1.000,00
( ) Acima de R$ 1.000,00 até R$ 3.000,00
( ) Acima de R$ 3.000,00 até R$ 5.000,00
( ) Acima de R$ 5.000,00 até R$8.000,00
( ) Acima de R$ 8.000,00

33. Qual a sua ocupação (excetuando-se o trabalho voluntário)?
( ) Autônomo ( ) Servidor Público
( ) Aposentado ( ) Dona de casa
( ) Estudante ( ) Outra
( ) Empregado de empresa privada

34. Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários? ( ) Sim ( ) Não

35. Já havia feito outro trabalho voluntário antes desse? ( ) Sim ( ) Não

Práticas de Cidadania

Agora, nesta sessão, queremos saber mais sobre suas práticas de cidadania. Para tanto, atribua notas de 0 a 10 para as afirmações a seguir. Considere que a nota 0 representa "Nunca realizo essa prática" e a nota 10 representa "Sempre realizo essa prática".

	Nunca (0) ⟷ Sempre (10)										
36. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
37. Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
38. Procuro meios para mudar leis injustas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
39. Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
40. Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
41. Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
42. Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
43. Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
44. Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
45. Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Práticas de Cidadania

Muito obrigada pela sua contribuição. Esta é a última página do questionário!
Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (nunca pratico) a 10 (sempre pratico).

	Nunca (0)					⟷					**Sempre (10)**
46. Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
47. Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
48. Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de-obra escrava etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
49. Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
50. Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
51. Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
52. Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

MUITO OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE G – Resultados Brutos da MEE derivados do R

1. Sumário das medidas do Modelo Inicial (M1)

```
lavaan 0.6-3 ended normally after 55 iterations

  Optimization method                           NLMINB
  Number of free parameters                        112

  Number of observations                           366

  Estimator                                         ML
  Model Fit Test Statistic                    1797.925
  Degrees of freedom                               629
  P-value (Chi-square)                           0.000

Model test baseline model:

  Minimum Function Test Statistic             8741.012
  Degrees of freedom                               703
  P-value                                        0.000

User model versus baseline model:

  Comparative Fit Index (CFI)                    0.855
  Tucker-Lewis Index (TLI)                       0.837

Loglikelihood and Information Criteria:

  Loglikelihood user model (H0)             -31007.240
  Loglikelihood unrestricted model (H1)     -30108.277

  Number of free parameters                        112
  Akaike (AIC)                                62238.480
  Bayesian (BIC)                              62675.575
  Sample-size adjusted Bayesian (BIC)         62320.243

Root Mean Square Error of Approximation:

  RMSEA                                          0.071
  90 Percent Confidence Interval          0.067  0.075
  P-value RMSEA <= 0.05                          0.000

Standardized Root Mean Square Residual:

  SRMR                                           0.070

Parameter Estimates:

  Information                                 Expected
  Information saturated (h1) model          Structured
  Standard Errors                             Standard

Latent Variables:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  CIVIL =~
    PC2               1.876    0.136   13.796    0.000    2.303    0.692
    PC3               1.795    0.134   13.401    0.000    2.204    0.674
    PD2C              2.162    0.140   15.483    0.000    2.654    0.768
    PD9C              1.898    0.141   13.437    0.000    2.329    0.676
    PC4               0.955    0.111    8.598    0.000    1.173    0.444
  POLITICA =~
    PP1               2.048    0.145   14.165    0.000    2.295    0.704
    PP2               2.084    0.137   15.185    0.000    2.335    0.746
    PP4               2.196    0.136   16.096    0.000    2.460    0.782
    PP5               2.018    0.160   12.615    0.000    2.261    0.639
  SOCIAL =~
```

```
    PS1                1.344    0.130   10.317    0.000    1.664    0.530
    PS2                1.931    0.139   13.860    0.000    2.390    0.694
    PS3                2.080    0.135   15.436    0.000    2.575    0.763
    PS5                1.902    0.133   14.279    0.000    2.355    0.712
    PS7                2.079    0.135   15.447    0.000    2.574    0.763
  AMBIENTAL =~
    PD5A               1.909    0.152   12.557    0.000    2.087    0.686
    PD6A               1.833    0.144   12.753    0.000    2.004    0.696
    PD7A               1.970    0.162   12.153    0.000    2.153    0.665
  ALTRUISMO =~
    ALT_1              0.997    0.078   12.751    0.000    0.997    0.637
    ALT_2              1.700    0.098   17.311    0.000    1.700    0.802
    ALT_3              1.108    0.099   11.146    0.000    1.108    0.571
    ALT_4              1.559    0.088   17.764    0.000    1.559    0.817
    ALT_5              1.076    0.096   11.166    0.000    1.076    0.572
  JUSTICA =~
    JUST_1             1.119    0.100   11.189    0.000    1.119    0.559
    JUST_2             2.731    0.130   21.026    0.000    2.731    0.887
    JUST_3             2.203    0.115   19.229    0.000    2.203    0.837
    JUST_4             2.634    0.129   20.459    0.000    2.634    0.871
  AFILIATIVO =~
    AFIL_1             1.552    0.145   10.682    0.000    1.552    0.544
    AFIL_2             2.253    0.129   17.504    0.000    2.253    0.800
    AFIL_3             2.734    0.131   20.797    0.000    2.734    0.903
  APRENDIZADO =~
    APREN_1            2.315    0.145   16.006    0.000    2.315    0.735
    APREN_2            2.525    0.117   21.575    0.000    2.525    0.895
    APREN_3            2.154    0.107   20.163    0.000    2.154    0.858
    APREN_4            2.237    0.105   21.364    0.000    2.237    0.890
  EGOISTA =~
    EGO_1              2.463    0.174   14.163    0.000    2.463    0.689
    EGO_2              2.182    0.152   14.321    0.000    2.182    0.695
    EGO_3              1.976    0.144   13.716    0.000    1.976    0.672
    EGO_4              2.892    0.176   16.418    0.000    2.892    0.768
    EGO_5              2.697    0.172   15.639    0.000    2.697    0.742

Regressions:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  CIVIL ~
    ALTRUISMO        -0.292    0.103   -2.820    0.005   -0.237   -0.237
    JUSTICA           0.684    0.111    6.173    0.000    0.557    0.557
    AFILIATIVO        0.009    0.128    0.068    0.946    0.007    0.007
    APRENDIZADO      -0.080    0.113   -0.708    0.479   -0.065   -0.065
    EGOISTA           0.341    0.116    2.948    0.003    0.278    0.278
  POLITICA ~
    ALTRUISMO        -0.245    0.099   -2.485    0.013   -0.219   -0.219
    JUSTICA           0.489    0.101    4.841    0.000    0.437    0.437
    AFILIATIVO       -0.174    0.126   -1.388    0.165   -0.156   -0.156
    APRENDIZADO      -0.118    0.109   -1.083    0.279   -0.106   -0.106
    EGOISTA           0.371    0.113    3.283    0.001    0.331    0.331
  SOCIAL ~
    ALTRUISMO        -0.189    0.100   -1.889    0.059   -0.152   -0.152
    JUSTICA           0.652    0.107    6.081    0.000    0.527    0.527
    AFILIATIVO       -0.127    0.128   -0.995    0.320   -0.103   -0.103
    APRENDIZADO      -0.141    0.111   -1.268    0.205   -0.114   -0.114
    EGOISTA           0.484    0.118    4.113    0.000    0.391    0.391
  AMBIENTAL ~
    ALTRUISMO        -0.013    0.101   -0.130    0.897   -0.012   -0.012
    JUSTICA           0.284    0.101    2.820    0.005    0.260    0.260
    AFILIATIVO        0.112    0.130    0.857    0.391    0.102    0.102
    APRENDIZADO      -0.098    0.114   -0.856    0.392   -0.090   -0.090
    EGOISTA           0.226    0.116    1.956    0.051    0.207    0.207

Covariances:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  ALTRUISMO ~~
    JUSTICA           0.622    0.040   15.588    0.000    0.622    0.622
    AFILIATIVO        0.396    0.053    7.468    0.000    0.396    0.396
    APRENDIZADO       0.353    0.053    6.678    0.000    0.353    0.353
```

```
    EGOISTA           0.217    0.060    3.650    0.000    0.217    0.217
  JUSTICA ~~
    AFILIATIVO        0.429    0.050    8.673    0.000    0.429    0.429
    APRENDIZADO       0.314    0.052    6.037    0.000    0.314    0.314
    EGOISTA           0.363    0.053    6.851    0.000    0.363    0.363
  AFILIATIVO ~~
    APRENDIZADO       0.726    0.032   22.847    0.000    0.726    0.726
    EGOISTA           0.680    0.038   17.899    0.000    0.680    0.680
  APRENDIZADO ~~
    EGOISTA           0.639    0.038   16.640    0.000    0.639    0.639
 .CIVIL ~~
   .POLITICA          0.983    0.027   37.054    0.000    0.983    0.983
   .SOCIAL            1.092    0.023   47.753    0.000    1.092    1.092
   .AMBIENTAL         0.618    0.057   10.809    0.000    0.618    0.618
 .POLITICA ~~
   .SOCIAL            0.951    0.026   36.100    0.000    0.951    0.951
   .AMBIENTAL         0.562    0.058    9.727    0.000    0.562    0.562
 .SOCIAL ~~
   .AMBIENTAL         0.677    0.052   12.931    0.000    0.677    0.677

Variances:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
   .PC2               5.760    0.444   12.978    0.000    5.760    0.521
   .PC3               5.829    0.446   13.057    0.000    5.829    0.545
   .PD2C              4.899    0.395   12.411    0.000    4.899    0.410
   .PD9C              6.452    0.494   13.051    0.000    6.452    0.543
   .PC4               5.591    0.416   13.445    0.000    5.591    0.803
   .PP1               5.350    0.447   11.960    0.000    5.350    0.504
   .PP2               4.357    0.379   11.497    0.000    4.357    0.444
   .PP4               3.855    0.353   10.919    0.000    3.855    0.389
   .PP5               7.398    0.594   12.448    0.000    7.398    0.591
   .PS1               7.094    0.533   13.314    0.000    7.094    0.719
   .PS2               6.162    0.477   12.916    0.000    6.162    0.519
   .PS3               4.771    0.382   12.479    0.000    4.771    0.418
   .PS5               5.386    0.420   12.827    0.000    5.386    0.493
   .PS7               4.752    0.381   12.475    0.000    4.752    0.418
   .PD5A              4.896    0.494    9.912    0.000    4.896    0.529
   .PD6A              4.263    0.440    9.694    0.000    4.263    0.515
   .PD7A              5.834    0.566   10.309    0.000    5.834    0.557
   .ALT_1             1.454    0.121   12.000    0.000    1.454    0.594
   .ALT_2             1.604    0.171    9.381    0.000    1.604    0.357
   .ALT_3             2.535    0.204   12.453    0.000    2.535    0.674
   .ALT_4             1.213    0.136    8.936    0.000    1.213    0.333
   .ALT_5             2.379    0.191   12.448    0.000    2.379    0.673
   .JUST_1            2.754    0.213   12.944    0.000    2.754    0.688
   .JUST_2            2.030    0.237    8.554    0.000    2.030    0.214
   .JUST_3            2.071    0.199   10.383    0.000    2.071    0.299
   .JUST_4            2.197    0.238    9.232    0.000    2.197    0.241
   .AFIL_1            5.731    0.447   12.809    0.000    5.731    0.704
   .AFIL_2            2.863    0.285   10.031    0.000    2.863    0.361
   .AFIL_3            1.686    0.298    5.651    0.000    1.686    0.184
   .APREN_1           4.560    0.372   12.275    0.000    4.560    0.460
   .APREN_2           1.586    0.174    9.089    0.000    1.586    0.199
   .APREN_3           1.658    0.158   10.465    0.000    1.658    0.263
   .APREN_4           1.319    0.141    9.337    0.000    1.319    0.209
   .EGO_1             6.712    0.578   11.612    0.000    6.712    0.525
   .EGO_2             5.100    0.442   11.548    0.000    5.100    0.517
   .EGO_3             4.733    0.402   11.781    0.000    4.733    0.548
   .EGO_4             5.816    0.556   10.461    0.000    5.816    0.410
   .EGO_5             5.951    0.545   10.925    0.000    5.951    0.450
   .CIVIL             1.000                               0.664    0.664
   .POLITICA          1.000                               0.797    0.797
   .SOCIAL            1.000                               0.653    0.653
   .AMBIENTAL         1.000                               0.837    0.837
    ALTRUISMO         1.000                               1.000    1.000
    JUSTICA           1.000                               1.000    1.000
    AFILIATIVO        1.000                               1.000    1.000
    APRENDIZADO       1.000                               1.000    1.000
    EGOISTA           1.000                               1.000    1.000
```

```
R-Square:
                    Estimate
    PC2                0.479
    PC3                0.455
    PD2C               0.590
    PD9C               0.457
    PC4                0.197
    PP1                0.496
    PP2                0.556
    PP4                0.611
    PP5                0.409
    PS1                0.281
    PS2                0.481
    PS3                0.582
    PS5                0.507
    PS7                0.582
    PD5A               0.471
    PD6A               0.485
    PD7A               0.443
    ALT_1              0.406
    ALT_2              0.643
    ALT_3              0.326
    ALT_4              0.667
    ALT_5              0.327
    JUST_1             0.312
    JUST_2             0.786
    JUST_3             0.701
    JUST_4             0.759
    AFIL_1             0.296
    AFIL_2             0.639
    AFIL_3             0.816
    APREN_1            0.540
    APREN_2            0.801
    APREN_3            0.737
    APREN_4            0.791
    EGO_1              0.475
    EGO_2              0.483
    EGO_3              0.452
    EGO_4              0.590
    EGO_5              0.550
    CIVIL              0.336
    POLITICA           0.203
    SOCIAL             0.347
    AMBIENTAL          0.163
```

1. Índices de modificação sugeridos pelo R para o Modelo M1:

Foram realizadas as seguintes correlações (marcadas em cinza):

	lhs	op	rhs	mi	epc	sepc.lv	sepc.all	sepc.nox
196	SOCIAL	=~	PP4	1946.755	-185.437	-229.557	-72.924	-72.924
1119	EGO_1	~~	EGO_2	62.275	2.958	2.958	0.506	0.506
312	JUSTICA	=~	AFIL_1	52.611	1.118	1.118	0.392	0.392
507	PD2C	~~	PS3	51.727	2.104	2.104	0.435	0.435
274	ALTRUISMO	=~	JUST_1	45.618	0.892	0.892	0.446	0.446
390	APRENDIZADO	=~	EGO_3	44.812	1.234	1.234	0.420	0.420
195	SOCIAL	=~	PP2	44.202	5.776	7.150	2.283	2.283
1025	JUST_2	~~	JUST_4	43.903	1.780	1.780	0.843	0.843
538	PD9C	~~	PP5	42.819	2.572	2.572	0.372	0.372
123	CIVIL	=~	PP2	34.869	7.175	8.808	2.812	2.812
1123	EGO_2	~~	EGO_3	34.320	-1.822	-1.822	-0.371	-0.371
430	PC2	~~	PP1	34.074	1.893	1.893	0.341	0.341
97	CIVIL	~~	CIVIL	33.359	-0.541	-0.664	-0.664	-0.664
99	SOCIAL	~~	SOCIAL	32.712	-0.503	-0.653	-0.653	-0.653

278	ALTRUISMO	=~	AFIL_1	31.749	0.882	0.882	0.309	0.309
543	PD9C	~~	PS7	31.309	1.808	1.808	0.326	0.326
636	PP2	~~	PS2	30.917	1.699	1.699	0.328	0.328
993	ALT_5	~~	JUST_1	29.268	0.765	0.765	0.299	0.299
505	PD2C	~~	PS1	28.658	1.797	1.797	0.305	0.305
1009	JUST_1	~~	JUST_2	27.190	-0.856	-0.856	-0.362	-0.362
197	SOCIAL	=~	PP5	26.138	-3.470	-4.296	-1.215	-1.215
194	SOCIAL	=~	PP1	26.111	-3.630	-4.494	-1.379	-1.379
667	PP4	~~	PS3	25.768	-1.360	-1.360	-0.317	-0.317
1010	JUST_1	~~	JUST_3	24.584	0.736	0.736	0.308	0.308
345	AFILIATIVO	=~	ALT_5	23.873	0.491	0.491	0.261	0.261
380	APRENDIZADO	=~	ALT_5	23.276	0.461	0.461	0.245	0.245
287	ALTRUISMO	=~	EGO_3	23.097	0.665	0.665	0.226	0.226
439	PC2	~~	PD5A	22.461	1.547	1.547	0.291	0.291
941	ALT_2	~~	ALT_5	21.075	-0.626	-0.626	-0.320	-0.320
389	APRENDIZADO	=~	EGO_2	20.945	-0.890	-0.890	-0.283	-0.283
1074	AFIL_2	~~	AFIL_3	20.937	2.181	2.181	0.992	0.992
261	ALTRUISMO	=~	PC4	20.903	0.634	0.634	0.240	0.240
1120	EGO_1	~~	EGO_3	20.393	-1.604	-1.604	-0.285	-0.285
804	PS5	~~	PS7	20.219	1.396	1.396	0.276	0.276
309	JUSTICA	=~	ALT_3	19.303	0.557	0.557	0.287	0.287
276	ALTRUISMO	=~	JUST_3	18.328	0.561	0.561	0.213	0.213
574	PC4	~~	PS3	18.183	1.241	1.241	0.240	0.240
122	CIVIL	=~	PP1	17.269	-3.599	-4.419	-1.356	-1.356
414	EGOISTA	=~	ALT_5	16.821	0.386	0.386	0.205	0.205
669	PP4	~~	PS7	16.467	1.085	1.085	0.254	0.254
422	EGOISTA	=~	APREN_1	16.379	0.725	0.725	0.230	0.230
442	PC2	~~	ALT_1	16.119	-0.665	-0.665	-0.230	-0.230
125	CIVIL	=~	PP5	16.010	-3.169	-3.890	-1.100	-1.100
1064	AFIL_1	~~	AFIL_3	15.974	-1.147	-1.147	-0.369	-0.369
732	PS1	~~	ALT_3	15.572	0.921	0.921	0.217	0.217
731	PS1	~~	ALT_2	15.544	-0.818	-0.818	-0.242	-0.242
724	PS1	~~	PS3	15.407	1.316	1.316	0.226	0.226
164	POLITICA	=~	PS7	15.062	1.187	1.330	0.394	0.394
307	JUSTICA	=~	ALT_1	14.935	-0.381	-0.381	-0.243	-0.243
1008	ALT_5	~~	EGO_5	14.696	0.855	0.855	0.227	0.227
506	PD2C	~~	PS2	14.608	1.235	1.235	0.225	0.225
1116	APREN_4	~~	EGO_3	14.581	0.622	0.622	0.249	0.249
163	POLITICA	=~	PS5	14.422	1.238	1.387	0.420	0.420
1108	APREN_3	~~	APREN_4	14.278	0.522	0.522	0.353	0.353
294	JUSTICA	=~	PC4	14.167	0.580	0.580	0.220	0.220
778	PS3	~~	PS5	13.939	-1.161	-1.161	-0.229	-0.229
544	PD9C	~~	PD5A	13.910	-1.282	-1.282	-0.228	-0.228
695	PP5	~~	PS2	13.683	-1.420	-1.420	-0.210	-0.210
696	PP5	~~	PS3	13.642	-1.283	-1.283	-0.216	-0.216
330	AFILIATIVO	=~	PP2	13.521	0.514	0.514	0.164	0.164
277	ALTRUISMO	=~	JUST_4	13.157	-0.526	-0.526	-0.174	-0.174
1122	EGO_1	~~	EGO_5	13.004	-1.529	-1.529	-0.242	-0.242
1096	APREN_1	~~	EGO_1	12.859	1.157	1.157	0.209	0.209
986	ALT_4	~~	APREN_3	12.731	0.350	0.350	0.247	0.247
296	JUSTICA	=~	PP2	12.686	0.526	0.526	0.168	0.168
923	ALT_1	~~	JUST_1	12.609	0.398	0.398	0.199	0.199
301	JUSTICA	=~	PS3	12.511	0.563	0.563	0.167	0.167
1095	APREN_1	~~	APREN_4	12.380	-0.617	-0.617	-0.252	-0.252
940	ALT_2	~~	ALT_4	12.314	0.532	0.532	0.381	0.381
1021	JUST_1	~~	EGO_3	12.263	0.715	0.715	0.198	0.198
1126	EGO_3	~~	EGO_4	12.236	1.257	1.257	0.240	0.240
302	JUSTICA	=~	PS5	12.102	-0.567	-0.567	-0.171	-0.171
1017	JUST_1	~~	APREN_3	12.030	0.442	0.442	0.207	0.207
780	PS3	~~	PD5A	11.898	1.054	1.054	0.218	0.218
664	PP4	~~	PP5	11.463	1.131	1.131	0.212	0.212
275	ALTRUISMO	=~	JUST_2	11.364	-0.493	-0.493	-0.160	-0.160
871	PD5A	~~	EGO_1	11.327	1.206	1.206	0.210	0.210
210	SOCIAL	=~	AFIL_1	11.206	0.380	0.471	0.165	0.165
399	EGOISTA	=~	PP2	11.052	0.493	0.493	0.157	0.157
305	JUSTICA	=~	PD6A	10.877	-0.526	-0.526	-0.183	-0.183
634	PP2	~~	PP5	10.684	-1.120	-1.120	-0.197	-0.197
816	PS5	~~	JUST_4	10.652	-0.721	-0.721	-0.210	-0.210
408	EGOISTA	=~	PD6A	10.633	-0.523	-0.523	-0.182	-0.182

356	AFILIATIVO	=~	EGO_3	10.605	0.669	0.669	0.228	0.228
365	APRENDIZADO	=~	PP2	10.535	0.442	0.442	0.141	0.141
985	ALT_4	~~	APREN_2	10.500	-0.330	-0.330	-0.238	-0.238
403	EGOISTA	=~	PS2	10.435	0.544	0.544	0.158	0.158
670	PP4	~~	PD5A	10.415	-0.901	-0.901	-0.207	-0.207
997	ALT_5	~~	AFIL_1	10.334	0.658	0.658	0.178	0.178
955	ALT_2	~~	EGO_3	10.188	-0.565	-0.565	-0.205	-0.205
1051	JUST_4	~~	AFIL_1	10.148	0.709	0.709	0.200	0.200
143	CIVIL	=~	AFIL_1	9.970	0.366	0.450	0.158	0.158
293	JUSTICA	=~	PD9C	9.911	-0.556	-0.556	-0.161	-0.161
199	SOCIAL	=~	PD6A	9.797	-0.750	-0.929	-0.323	-0.323
346	AFILIATIVO	=~	JUST_1	9.564	0.331	0.331	0.165	0.165
627	PP1	~~	APREN_4	9.542	-0.528	-0.528	-0.199	-0.199
1150	CIVIL	~	SOCIAL	9.217	0.197	0.199	0.199	0.199
698	PP5	~~	PS7	9.195	1.051	1.051	0.177	0.177
1048	JUST_3	~~	EGO_3	9.132	0.587	0.587	0.188	0.188
829	PS7	~~	PD5A	9.023	-0.917	-0.917	-0.190	-0.190
510	PD2C	~~	PD5A	8.635	-0.913	-0.913	-0.186	-0.186
303	JUSTICA	=~	PS7	8.569	-0.465	-0.465	-0.138	-0.138
228	AMBIENTAL	=~	PP2	8.567	0.597	0.652	0.208	0.208
364	APRENDIZADO	=~	PP1	8.551	-0.422	-0.422	-0.129	-0.129
336	AFILIATIVO	=~	PS5	8.371	-0.426	-0.426	-0.129	-0.129
922	ALT_1	~~	ALT_5	8.370	0.317	0.317	0.171	0.171
615	PP1	~~	ALT_4	8.256	-0.475	-0.475	-0.187	-0.187
854	PD5A	~~	PD7A	8.194	-1.331	-1.331	-0.249	-0.249
1040	JUST_3	~~	AFIL_2	8.153	-0.454	-0.454	-0.186	-0.186
942	ALT_2	~~	JUST_1	8.112	-0.369	-0.369	-0.176	-0.176
919	ALT_1	~~	ALT_2	8.094	0.321	0.321	0.210	0.210
926	ALT_1	~~	JUST_4	7.967	-0.326	-0.326	-0.182	-0.182
186	POLITICA	=~	EGO_3	7.967	-0.342	-0.384	-0.130	-0.130
875	PD5A	~~	EGO_5	7.930	-0.976	-0.976	-0.181	-0.181
460	PC2	~~	EGO_3	7.882	-0.847	-0.847	-0.162	-0.162
791	PS3	~~	JUST_4	7.801	0.592	0.592	0.183	0.183
754	PS2	~~	PD5A	7.792	0.943	0.943	0.172	0.172
411	EGOISTA	=~	ALT_2	7.747	-0.252	-0.252	-0.119	-0.119
1111	APREN_3	~~	EGO_3	7.729	0.484	0.484	0.173	0.173
158	POLITICA	=~	PD9C	7.722	0.983	1.102	0.320	0.320
350	AFILIATIVO	=~	APREN_1	7.713	0.569	0.569	0.181	0.181
640	PP2	~~	PD5A	7.650	0.803	0.803	0.174	0.174
931	ALT_1	~~	APREN_2	7.574	-0.273	-0.273	-0.180	-0.180
263	ALTRUISMO	=~	PP2	7.425	0.385	0.385	0.123	0.123
1038	JUST_3	~~	JUST_4	7.375	-0.576	-0.576	-0.270	-0.270

2. Sumário das medidas do Modelo Reespecificado (M2)

```
lavaan 0.6-3 ended normally after 101 iterations

  Optimization method                           NLMINB
  Number of free parameters                        135

  Number of observations                           366

  Estimator                                         ML
  Model Fit Test Statistic                    1453.407
  Degrees of freedom                               606
  P-value (Chi-square)                           0.000

Model test baseline model:

  Minimum Function Test Statistic             8741.012
  Degrees of freedom                               703
  P-value                                        0.000

User model versus baseline model:

  Comparative Fit Index (CFI)                    0.895
```

```
  Tucker-Lewis Index (TLI)                       0.878

Loglikelihood and Information Criteria:

  Loglikelihood user model (H0)             -30834.981
  Loglikelihood unrestricted model (H1)     -30108.277

  Number of free parameters                        135
  Akaike (AIC)                               61939.962
  Bayesian (BIC)                             62466.818
  Sample-size adjusted Bayesian (BIC)        62038.516

Root Mean Square Error of Approximation:

  RMSEA                                          0.062
  90 Percent Confidence Interval          0.058  0.066
  P-value RMSEA <= 0.05                          0.000

Standardized Root Mean Square Residual:

  SRMR                                           0.063

Parameter Estimates:

  Information                                 Expected
  Information saturated (h1) model          Structured
  Standard Errors                             Standard

Latent Variables:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  CIVIL =~
    PC2               1.877    0.143   13.090    0.000    2.311    0.695
    PC3               1.795    0.141   12.740    0.000    2.210    0.676
    PD2C              2.163    0.149   14.487    0.000    2.664    0.771
    PD9C              1.869    0.148   12.587    0.000    2.301    0.668
    PC4               0.957    0.113    8.451    0.000    1.179    0.446
  POLITICA =~
    PP1               2.035    0.149   13.674    0.000    2.289    0.703
    PP2               2.133    0.143   14.943    0.000    2.399    0.766
    PP4               2.140    0.143   14.912    0.000    2.407    0.765
    PP5               2.008    0.170   11.837    0.000    2.259    0.638
  SOCIAL =~
    PS1               1.320    0.133    9.952    0.000    1.640    0.522
    PS2               1.905    0.146   13.076    0.000    2.368    0.687
    PS3               2.054    0.143   14.377    0.000    2.552    0.756
    PS5               1.844    0.140   13.185    0.000    2.292    0.693
    PS7               2.018    0.143   14.137    0.000    2.507    0.743
  AMBIENTAL =~
    PD5A              2.156    0.175   12.325    0.000    2.358    0.775
    PD6A              1.705    0.140   12.141    0.000    1.865    0.648
    PD7A              2.214    0.187   11.825    0.000    2.421    0.748
  ALTRUISMO =~
    ALT_1             0.887    0.085   10.480    0.000    0.887    0.567
    ALT_2             1.455    0.113   12.914    0.000    1.455    0.692
    ALT_3             1.196    0.100   11.912    0.000    1.196    0.617
    ALT_4             1.417    0.095   14.839    0.000    1.417    0.742
    ALT_5             1.213    0.098   12.335    0.000    1.213    0.645
  JUSTICA =~
    JUST_1            1.363    0.106   12.868    0.000    1.363    0.681
    JUST_2            2.556    0.141   18.186    0.000    2.556    0.834
    JUST_3            2.273    0.119   19.085    0.000    2.273    0.864
    JUST_4            2.254    0.150   15.002    0.000    2.254    0.747
  AFILIATIVO =~
    AFIL_1            1.837    0.154   11.926    0.000    1.837    0.644
    AFIL_2            1.902    0.153   12.461    0.000    1.902    0.675
    AFIL_3            2.492    0.172   14.463    0.000    2.492    0.823
  APRENDIZADO =~
    APREN_1           2.410    0.144   16.691    0.000    2.410    0.765
    APREN_2           2.547    0.118   21.584    0.000    2.547    0.903
```

```
    APREN_3           2.076    0.111   18.690    0.000    2.076    0.827
    APREN_4           2.207    0.109   20.305    0.000    2.207    0.878
  EGOISTA =~
    EGO_1             2.579    0.188   13.708    0.000    2.579    0.719
    EGO_2             2.126    0.160   13.315    0.000    2.126    0.677
    EGO_3             2.208    0.151   14.576    0.000    2.208    0.751
    EGO_4             2.761    0.183   15.051    0.000    2.761    0.733
    EGO_5             2.737    0.174   15.732    0.000    2.737    0.753

Regressions:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  CIVIL ~
    ALTRUISMO        -0.582    0.179   -3.243    0.001   -0.472   -0.472
    JUSTICA           0.853    0.182    4.682    0.000    0.693    0.693
    AFILIATIVO        0.197    0.215    0.917    0.359    0.160    0.160
    APRENDIZADO      -0.136    0.148   -0.921    0.357   -0.111   -0.111
    EGOISTA           0.246    0.125    1.972    0.049    0.200    0.200
  POLITICA ~
    ALTRUISMO        -0.502    0.163   -3.075    0.002   -0.446   -0.446
    JUSTICA           0.677    0.163    4.152    0.000    0.602    0.602
    AFILIATIVO        0.003    0.196    0.013    0.990    0.002    0.002
    APRENDIZADO      -0.149    0.137   -1.082    0.279   -0.132   -0.132
    EGOISTA           0.260    0.118    2.207    0.027    0.231    0.231
  SOCIAL ~
    ALTRUISMO        -0.439    0.168   -2.606    0.009   -0.353   -0.353
    JUSTICA           0.815    0.175    4.656    0.000    0.656    0.656
    AFILIATIVO        0.051    0.205    0.247    0.805    0.041    0.041
    APRENDIZADO      -0.217    0.144   -1.506    0.132   -0.175   -0.175
    EGOISTA           0.424    0.126    3.361    0.001    0.341    0.341
  AMBIENTAL ~
    ALTRUISMO        -0.107    0.140   -0.766    0.443   -0.098   -0.098
    JUSTICA           0.298    0.136    2.197    0.028    0.272    0.272
    AFILIATIVO        0.215    0.195    1.105    0.269    0.197    0.197
    APRENDIZADO      -0.166    0.134   -1.238    0.216   -0.152   -0.152
    EGOISTA           0.218    0.112    1.944    0.052    0.200    0.200

Covariances:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
  .EGO_1 ~~
    .EGO_2            1.906    0.473    4.031    0.000    1.906    0.331
  .JUST_2 ~~
    .JUST_4           1.576    0.313    5.037    0.000    1.576    0.465
  .EGO_2 ~~
    .EGO_3           -1.672    0.321   -5.217    0.000   -1.672   -0.372
  .JUST_1 ~~
    .JUST_2          -0.779    0.164   -4.744    0.000   -0.779   -0.315
    .JUST_3          -0.047    0.178   -0.263    0.793   -0.047   -0.024
  .ALT_2 ~~
    .ALT_5           -0.237    0.134   -1.763    0.078   -0.237   -0.109
  .AFIL_2 ~~
    .AFIL_3           1.545    0.466    3.315    0.001    1.545    0.433
  .EGO_1 ~~
    .EGO_3           -1.989    0.400   -4.975    0.000   -1.989   -0.411
  .PS5 ~~
    .PS7              1.623    0.329    4.926    0.000    1.623    0.302
  .AFIL_1 ~~
    .AFIL_3          -0.704    0.324   -2.170    0.030   -0.704   -0.188
  .PS1 ~~
    .PS3              1.075    0.330    3.254    0.001    1.075    0.182
  .APREN_3 ~~
    .APREN_4          0.385    0.158    2.441    0.015    0.385    0.227
  .PS3 ~~
    .PS5             -0.523    0.272   -1.922    0.055   -0.523   -0.099
  .EGO_1 ~~
    .EGO_5           -1.506    0.413   -3.644    0.000   -1.506   -0.252
  .APREN_1 ~~
    .APREN_4         -0.441    0.168   -2.619    0.009   -0.441   -0.181
  .ALT_2 ~~
    .ALT_4            0.621    0.157    3.951    0.000    0.621    0.320
```

```
 .EGO_3 ~~
   .EGO_4            0.449    0.429    1.046    0.296    0.449    0.090
 .PP4 ~~
   .PP5              0.823    0.381    2.163    0.031    0.823    0.149
 .PP2 ~~
   .PP5             -1.117    0.342   -3.268    0.001   -1.117   -0.204
 .ALT_1 ~~
   .ALT_5            0.246    0.120    2.055    0.040    0.246    0.133
 .PD5A ~~
   .PD7A            -1.713    0.532   -3.222    0.001   -1.713   -0.415
 .ALT_1 ~~
   .ALT_2            0.477    0.121    3.947    0.000    0.477    0.244
 .JUST_3 ~~
   .JUST_4           0.453    0.202    2.247    0.025    0.453    0.170
  ALTRUISMO ~~
    JUSTICA          0.774    0.036   21.698    0.000    0.774    0.774
    AFILIATIVO       0.538    0.057    9.364    0.000    0.538    0.538
    APRENDIZADO      0.380    0.055    6.892    0.000    0.380    0.380
    EGOISTA          0.291    0.059    4.937    0.000    0.291    0.291
  JUSTICA ~~
    AFILIATIVO       0.559    0.052   10.762    0.000    0.559    0.559
    APRENDIZADO      0.356    0.052    6.889    0.000    0.356    0.356
    EGOISTA          0.377    0.052    7.280    0.000    0.377    0.377
  AFILIATIVO ~~
    APRENDIZADO      0.787    0.043   18.480    0.000    0.787    0.787
    EGOISTA          0.721    0.046   15.598    0.000    0.721    0.721
  APRENDIZADO ~~
    EGOISTA          0.669    0.036   18.827    0.000    0.669    0.669
 .CIVIL ~~
   .POLITICA         0.977    0.028   34.498    0.000    0.977    0.977
   .SOCIAL           1.126    0.028   39.877    0.000    1.126    1.126
   .AMBIENTAL        0.562    0.060    9.433    0.000    0.562    0.562
 .POLITICA ~~
   .SOCIAL           0.966    0.030   31.792    0.000    0.966    0.966
   .AMBIENTAL        0.513    0.059    8.765    0.000    0.513    0.513
 .SOCIAL ~~
   .AMBIENTAL        0.638    0.056   11.356    0.000    0.638    0.638

Variances:
                   Estimate  Std.Err  z-value  P(>|z|)   Std.lv  Std.all
   .PC2               5.722    0.441   12.982    0.000    5.722    0.517
   .PC3               5.804    0.444   13.065    0.000    5.804    0.543
   .PD2C              4.851    0.391   12.405    0.000    4.851    0.406
   .PD9C              6.583    0.503   13.097    0.000    6.583    0.554
   .PC4               5.578    0.415   13.449    0.000    5.578    0.801
   .PP1               5.376    0.449   11.972    0.000    5.376    0.506
   .PP2               4.052    0.374   10.844    0.000    4.052    0.413
   .PP4               4.115    0.379   10.871    0.000    4.115    0.415
   .PP5               7.423    0.634   11.712    0.000    7.423    0.593
   .PS1               7.172    0.535   13.414    0.000    7.172    0.727
   .PS2               6.271    0.483   12.988    0.000    6.271    0.528
   .PS3               4.881    0.394   12.397    0.000    4.881    0.428
   .PS5               5.680    0.441   12.867    0.000    5.680    0.520
   .PS7               5.091    0.405   12.558    0.000    5.091    0.447
   .PD5A              3.689    0.631    5.850    0.000    3.689    0.399
   .PD6A              4.802    0.459   10.468    0.000    4.802    0.580
   .PD7A              4.607    0.712    6.467    0.000    4.607    0.440
   .ALT_1             1.662    0.141   11.768    0.000    1.662    0.679
   .ALT_2             2.307    0.239    9.659    0.000    2.307    0.521
   .ALT_3             2.332    0.199   11.690    0.000    2.332    0.620
   .ALT_4             1.636    0.173    9.458    0.000    1.636    0.449
   .ALT_5             2.065    0.188   11.009    0.000    2.065    0.584
   .JUST_1            2.146    0.215    9.997    0.000    2.146    0.536
   .JUST_2            2.855    0.352    8.112    0.000    2.855    0.304
   .JUST_3            1.759    0.255    6.903    0.000    1.759    0.254
   .JUST_4            4.023    0.423    9.514    0.000    4.023    0.442
   .AFIL_1            4.762    0.454   10.481    0.000    4.762    0.585
   .AFIL_2            4.321    0.444    9.741    0.000    4.321    0.544
   .AFIL_3            2.949    0.629    4.691    0.000    2.949    0.322
```

.APREN_1	4.112	0.363	11.341	0.000	4.112	0.414
.APREN_2	1.474	0.197	7.480	0.000	1.474	0.185
.APREN_3	1.986	0.198	10.027	0.000	1.986	0.315
.APREN_4	1.447	0.188	7.694	0.000	1.447	0.229
.EGO_1	6.210	0.685	9.071	0.000	6.210	0.483
.EGO_2	5.341	0.491	10.869	0.000	5.341	0.542
.EGO_3	3.775	0.443	8.530	0.000	3.775	0.436
.EGO_4	6.561	0.630	10.412	0.000	6.561	0.463
.EGO_5	5.736	0.557	10.295	0.000	5.736	0.434
.CIVIL	1.000				0.660	0.660
.POLITICA	1.000				0.790	0.790
.SOCIAL	1.000				0.648	0.648
.AMBIENTAL	1.000				0.836	0.836
ALTRUISMO	1.000				1.000	1.000
JUSTICA	1.000				1.000	1.000
AFILIATIVO	1.000				1.000	1.000
APRENDIZADO	1.000				1.000	1.000
EGOISTA	1.000				1.000	1.000

R-Square:

	Estimate
PC2	0.483
PC3	0.457
PD2C	0.594
PD9C	0.446
PC4	0.199
PP1	0.494
PP2	0.587
PP4	0.585
PP5	0.407
PS1	0.273
PS2	0.472
PS3	0.572
PS5	0.480
PS7	0.553
PD5A	0.601
PD6A	0.420
PD7A	0.560
ALT_1	0.321
ALT_2	0.479
ALT_3	0.380
ALT_4	0.551
ALT_5	0.416
JUST_1	0.464
JUST_2	0.696
JUST_3	0.746
JUST_4	0.558
AFIL_1	0.415
AFIL_2	0.456
AFIL_3	0.678
APREN_1	0.586
APREN_2	0.815
APREN_3	0.685
APREN_4	0.771
EGO_1	0.517
EGO_2	0.458
EGO_3	0.564
EGO_4	0.537
EGO_5	0.566
CIVIL	0.340
POLITICA	0.210
SOCIAL	0.352
AMBIENTAL	0.164

ANEXO A – Síntese das Entrevistas Expostas em Caldas e Cavalcante (2019)

Apresentação e Análise dos Resultados

Esta sessão inicia-se com a visão mais global dos entrevistados acerca do conceito de cidadania. Os entrevistados responderam ao questionamento "O que é cidadania para você?". Todos os entrevistados tiveram uma noção de cidadania alinhada ao conceito de T. Marshall (1967) e suas ampliações, relacionando cidadania à coletividade, aos direitos e deveres e às dimensões civil, político e social. Alguns trechos de falas retratam esse alinhamento e uma profusão de termos relacionados ao conceito de cidadania:

*(...) cidadania é o **direito a ter direitos** (**Arendt**) e **deveres** na **comunidade política** à qual se pertence, sendo a cidadania formada por um bloco compacto de **direitos individuais e coletivos**: civis, políticos e sociais (Marshall). (...) Deve-se salientar ainda que se trata de um conceito em movimento: vêm acoplando novos direitos com base nas demandas surgidas dos **movimentos sociais** e da inclusão de grupos à margem. (E7)*

*"Entendo cidadania como um aspecto da **pessoa**, ela poder **intervir** no **meio** em que vive (...). E manter essas relações não apenas buscando seus interesses individuais, mas a ter também no sentido de grupo. E procurar o **bem coletivo**. E ser um **ser político**, no sentido de construir **políticas coletivas".** (E13)*

Seguem-se as entrevistas sobre as práticas de cidadania conforme classificação pré-definida nas esferas: civil, política, social e difusa. Ressalta-se que essa classificação foi alvo de críticas por alguns entrevistados e será repensada no desenvolvimento da escala. De acordo com os especialistas, as práticas de cidadania estão centralizadas nos vieses civil e político, que desencadeiam os sociais e outros mais difusos. Em muitos casos, uma prática também pode ser classificada em dois ou mais grupos. Atentar ainda para as diferenças entre percepção ("eu acho") e ato ("eu faço") na formatação das assertivas finais.

Na discussão para práticas no âmbito 'civil', o primeiro item se refere ao conhecimento, acesso e obediência às regras sociais, que servem como instrumento de promover ordem social e facilitar a boa convivência, já que orientam condutas e as ações individuais, evitando o caos. Sobre esse aspecto, a maioria de 12 (ou 67%) concorda parcialmente de que seguir as regras sociais seja uma prática de cidadania. Para eles, nem toda lei é justa ou propicia bem-estar coletivo e lembram-se dos casos: de Hitler, do coronelismo e de leis que proíbem mulheres ao estudo em países orientais. Seguem alguns trechos das falas:

"Obedecer, mas também contestar quando ela vem para prejudicar e impede que a pessoa exerça sua cidadania em alguns casos" (E2).

"Nem tudo que é legal é justo. E obedecer a regras injustas seria se tornar cego e contribuinte com a injustiça. (...) Então eu posso fazer meu movimento de cidadão: não posso me eximir, até porque tenho uma pena, mas se eu não concordo, vou procurar os meios para discutir no campo adequado (...)" (E12).

"Acredito que seja uma prática, mas sou reticente com o obedecer a regras. Não é a imposição da legislação que vai transformar você num cidadão. (...)Deve existir um sentimento dentro do cidadão de estar cumprindo aquela regra, de entender que aquilo vai favorecer a comunidade. Às vezes as regras são mal elaboradas". (E16)

Nesse sentido, é necessário não encarar a obediência às regras por si só como prática de cidadania e contestar aquelas julgadas injustas ou que não viabilizem o bem-estar social. Também houve uma confusão de sentido com regras de civilidade (o quarto item).

Um segundo tema na esfera civil indagado foi em relação à liberdade de expressão para criticar, investigar e sugerir intervenções públicas. A maioria (14 ou 78%) concorda que tal ação seja uma prática de cidadania, desde que tenha o intuito voltado para o coletivo e não

aja fora das normas de civilidade. Vejam as falas:

"Um dos pontos centrais da ideia de cidadania, numa democracia, é o fato de eu poder ter opiniões, inclusive divergentes. Para fomentar cidadania, eu uso a liberdade de expressão quando eu exerço essa reflexão crítica com sentido público, me dando uma responsabilização por questões coletivas (...) e estar num espaço público exige uma responsabilidade. (...) Sem extrapolar esses âmbitos nem praticar ações ilícitas" (E4).

"Desde que estabelecido, dentro das regras, sem ofensas a direitos fundamentais de terceiros e sempre com o intuito de buscar o interesse coletivo. Você não pode simplesmente tentar exercer a liberdade de expressão para satisfazer um sentimento pessoal (...), mas buscando a finalidade difusa". (E17)

"A expressão da cidadania pelo ato da voz a gente tem aqui as audiências públicas, é um ato na prática. (...) é desses encontros que conseguimos enxergar necessidades que são invisíveis aos olhos da sociedade e do Estado. Nem tudo chega. Que entra também no exercício de direitos políticos". (E18)

O terceiro item a ser analisado se refere à associação em prol da resolução de problemas coletivos. Não houve nenhuma discordância quanto a representar prática de cidadania. Contudo, alguns destacaram o viés político da prática (assim como no item anterior). Também houve confusão de interpretação com o item 11 (participação em organizações da sociedade civil), por também ser um tipo de prática associativa, assim como a vinculação a sindicatos (item 14). Seguem trechos dos relatos:

"Se juntar em um sindicato, os problemas do bairro, o orçamento participativo, (...) participar de um conselho profissional... eu participo? Eu voto? Eu participo de decisões? (...) Inclusive essas práticas de cidadania podem orientar alguém, dar informações onde as pessoas possam buscar seus direitos". (G2)

"A reunião de pessoas para um determinado fim, seja ele para uma proteção a um determinado direito específico ou a um direito a coletividade, eu penso sim que é uma prática de cidadania. É um direito civil que atua em conjunto com o direito político". (E11)

"Você vai se associar com outras pessoas num ambiente com uma diversidade relativamente grande, para resolver questões da comunidade ou de um grupo, é uma prática de cidadania". (E17)

Respeitando as ressalvas indicadas pelos entrevistados, é importante repensar a classificação como prática na esfera civil, assim como ver a possibilidade de substituir ou retirar os itens 11 (participação em organizações civis com fins coletivos) e 14 (participação em sindicatos), já que se tratam de práticas de associação (ver discussão adiante).

O próximo item se refere às práticas de civilidade, aquelas que os cidadãos adotam entre si para demonstrar mútuo respeito, abrangendo as boas maneiras, a cortesia e a polidez. A partir dos discursos, houve a percepção que se trata de uma categoria bem ampla, muitas vezes base, mas que por si só não necessariamente se caracteriza como cidadania:

"Tudo que contribui para servir de referência para o próximo e ter um parâmetro para boas condutas, contribui para a cidadania (...). Mas é bom ressaltar que nem toda regra ou comportamento é uma prática de cidadania (...). Prudência, moderação, ouvir... todos são princípios que podem ou não se transformar em cidadania". (E5)

"Talvez esse alto controle não tenha uma relação direta com a cidadania. Porque às vezes você precisa ser mais enérgica, sair do seu controle mesmo para poder ser respeitada ou ouvida. (...) Agora claro, quando a gente vai para esfera de mediação de conflito, tem que trabalhar minimamente para buscar um consenso." (E6)

"Isso tem a ver com a alteridade... É você compreender que o seu direito termina quando o direito do outro começa. Tem que discutir isso aí, o como você pensa no seu direito confrontado com o direito do outro". (E8)

Assim, esse item deve ser repensado: especificando a assertiva ou fundindo-a com outras, como com 'comportamento ético e moral' (próximo item 5). Sobre este item relacionado ao comportamento baseado na ética e na moral, todos (15 ou 83%) concordam

que se trata de uma prática de cidadania. Vejam os principais discursos:

"Ética vem da Grécia e moral vem de Roma, mas de modo geral buscam uma única coisa que é retidão do indivíduo. Então era o indivíduo que se transformava em um ser de virtudes para melhor exercer essas virtudes na sociedade. Então sim, é uma prática de cidadania, mas de fundamentação dela, entende?". (E12)

"Na sociedade são milhões que pensam diferente, mas que tem que conviver harmoniosamente para poder se manter né? Então, se você tem comportamento ético e moral, de manter essa harmonia, de você se relacionar, discutir, debater ideias... tem que ter essa questão da ética, porque vai ter as divergências né? E você respeitar, tratar o outro não como inimigo, mas como uma pessoa que pensa diferente. Isso fortalece a cidadania". (E13)

"O exercício da cidadania passa também pela ética. (...) A ética e a moral quando parte de dentro da família, a gente passa a desenvolver as atividades cotidianas pensando sempre em respeitar, em não violar, buscando o interesse coletivo e esse comportamento é um exercício de cidadania mesmo naquele ambiente fechado". (E17)

Sanados os itens da dimensão de práticas civis, os entrevistados foram questionados no final de cada esfera sobre a possibilidade de existência de outras práticas além das elencadas. Algumas sugestões foram expostas, mesmo considerando-as por vezes melhor classificadas em outras esferas ou não se concretizando como atos comportamentais. Foram elas: Reivindicar e lutar por direitos civis (G1); Educação para cidadania (E5, E6, E12, E16, E17, E18); Estabelecer/cumprir contratos válidos (E8); Consciência acerca de direitos e deveres (E4); Pensamento crítico (E4); Ação popular, provocar órgãos públicos, usar os meios concedidos pelo Estado para cobrar ações públicas (E4; E17); Possuir documentos da cidadania, como RG, CPF e título de eleitor. (E4); Propor projetos de lei (E4); Acompanhar processos no legislativo (E4); Ter responsabilidade civil (E9); Mediar conflitos nas comunidades (E16).

Seguindo o roteiro, passa-se para discussão de práticas de cidadania na dimensão política, as quais devem demonstrar a participação dos indivíduos no governo da sociedade. Os entrevistados também concordam que elas fazem parte das práticas cidadãs e elencam práticas já identificadas na literatura previamente em suas falas, como expõe o Entrevistado 2:

"Participar dos partidos seria, mas também ser um agente político no sentido da luta pelo bem comum. O bem comum é ver a sociedade civil organizada, em conselhos, associações, na luta pela coletividade. É a chamada política com "P" maiúsculo. A com "P" minúsculo é a política partidária. Exercer uma presidência de um conselho, uma coordenação colegiada de uma associação, reivindicar um atendimento de saúde, de educação, acompanhar as ações dos vereadores... Isso são ações políticas, tanto individuais como coletivas". (E2)

O primeiro item dessa dimensão se refere à participação em ação política, por meio de movimentos políticos, protestos, manifestos, comissões, conselhos etc. Para esse item, todos os entrevistados concordam que se trata de uma prática de cidadania, desde que orientado para a coletividade. Outra ressalva foi de que essas práticas devem ter algum potencial de impacto positivo na sociedade, sem ofender os direitos de outro ou ter danos ao meio ambiente:

"Tem que ver algumas ressalvas. As pessoas se organizam, fazem protestos, interdita a BR, quebram lombadas... Mas essas são práticas não institucionalizadas e são ineficientes né? Acabam tendo efeitos negativos para o próprio movimento. (...) Agora existem práticas institucionalizadas: formar associações, reivindicar audiências públicas, procurar órgãos de controle, participar de conselhos; fiscalizar a administração pública..." (G1).

"Quando a gente se indigna e vai para as ruas protestar, assina petições, abaixo-assinado, são formas de dizer que está indignado, ainda que não resulte em muita mudança. Ainda que seja um grupo pequeno, mas mostra que pensa diferente e tem o direito de se manifestar. Por mais pulverizada e pacata seja a população brasileira, mas mostra que as pessoas estão atentas (...). Contanto que siga normas sociais e de segurança." (E6).

"Sim porque são nesses encontros que externalizamos nossos anseios. Precisamos mais de cidadãos politizados, interessados na política, acompanhando (...). Temos a câmera, a assembleia... as ouvidorias, nas audiências

públicas participar... inclusive falta né? O lugar é para isso (participação) e não tem ninguém". (E18)

O voto que elege os representantes na Administração Pública é outro item a ser analisado. Para os entrevistados, há ressalvas atreladas a questão da obrigatoriedade e da relação com interesses particulares. Mesmo assim, o voto é sim considerado como prática política:

"A questão é que as pessoas deixam de ser cidadãs e passam a ser só eleitoras. Como eleitor, grande parte quer algo que beneficie a si mesmo: manter uma gratificação ou não perder/ganhar um emprego. O cidadão vai pensar de forma mais coletiva: votar naquela pessoa porque faz políticas públicas que beneficiam tal Estado, tal cidade. Ali estaria praticando cidadania". (E9)

"O voto é um dos instrumentos para prática cidadã né? Tem também o exemplo do ***plebiscito e do referendo****, mas são instrumentos historicamente não muito utilizados, depende muito mais de uma vontade política (...). Mesmo sendo obrigatório, acaba tendo um papel de educação e de conscientização de muitas pessoas: não só de candidatos, mas de outras pessoas que participam indiretamente das campanhas". (E11)*

"Lembra-se que no passado o voto era proibido às mulheres e aos analfabetos? Aí quando eu abro o voto, ele é obrigatório, e essa discussão da obrigatoriedade talvez devesse ser levada a instância maior, certo? Mas a obrigação é registrar o meu direito... eu não sou obrigada a votar: eu posso justificar, posso votar em branco, posso anular... Enfim, mesmo quando eu não escolho eu estou escolhendo em um contexto mais amplo". (E12)

O próximo item a ser julgado pelos entrevistados na esfera política está relacionado com o ato de assumir liderança e participar ativamente no processo de decisão em organizações com fins públicos e/ou sociais. Quanto a esse item, não houve restrições de que essa liderança é uma prática de cidadania, desde que seja em prol de interesses coletivos:

"É um cargo de governo, de gestão, então, dentro do princípio de cidadania, sobre direito e deveres, eu diria que seria mais deveres (...). Tem seus direitos, é verdade, até inerentes ao cargo, mas quem está à frente de uma instituição tem mais deveres do que direitos. Inclusive ele tem que ser exemplo de conduta ética, moral e legal. (...). Quanto maior uma escala, maior a responsabilidade. Não sei se todos tem consciência disso, mas...". (E12)

"Você está exercendo a cidadania plena, porque tá representando o grupo. Desde que esteja representando a sociedade. Porque acontece de representantes com outros fins. (...) Cuidado com a intenção do grupo". (G4)

"Essa representatividade aí ela precisa ter alternância. Ela não pode ser um estilo de vida. Porque o próprio estilo de vida tem um propósito individual". (E17)

Apesar de nesse item não haver discordâncias quanto ao exercício de liderança ser uma prática de cidadania, ele pode englobar o próximo item (ser membro de partido político ou exercer cargo político e público), já que tiveram discursos nesse sentido. Nesse próximo item (ser partidário ou ser servidor político/público) também é considerado prática de cidadania, embora uma maioria (10 ou 56%) tenha concordado parcialmente. Seguem alguns discursos:

"Nem todo cargo público é. Agora todo cargo político é. Você foi eleito para representar o grupo, categoria (...). Vamos distinguir os cargos públicos: pensar num gestor e numa secretaria de escola. A secretaria tá ali realizando atividades burocráticas. Ela não vai exercer de forma plena essa cidadania, diferentemente do gestor da escola que precisa estar atento a todas as questões de violações de direitos, tá liderando, orientando..." (G2)

"Ser membro de partido político, com certeza. No caso dos cargos públicos, você exerce para realizar determinados fins né? E o que rege os administradores públicos não são os princípios do direito administrativo, né? A impessoalidade, a moralidade, a publicidade... tudo isso rege a conduta do servidor público. E isso tudo garante que o poder político realize o fim coletivo, um bem coletivo, entendeu?". (E8)

"Depende do seu engajamento, no sentido de você participar ativamente. (...) Veja: já cogitei me filiar a um partido para não ser chamada como mesária nas eleições: é o contrário da cidadania, chamado filiado

cartorial (...). Se eu participo do espaço de discussão, das reuniões mesmo sem me candidatar a algum cargo político, seria uma prática de cidadania. (...) O difícil é visualizar a intenção. O cargo público em si é a própria expressão da cidadania, vinculada ao Estado. É uma forma de garantir não só a sua cidadania, mas dos outros". (G4)

Diante das ressalvas, a afirmativa deve ser formatada com atenção, já que entra em conflito com a prática de associação (item 3 da esfera civil). Talvez se referir a cargo representativo no geral, desde que esse represente uma comunidade, seja um caminho viável para desenvolvimento da escala.

O décimo item da esfera política aborda o envolvimento cívico político via Internet. De acordo com as entrevistas, há uma concordância (15 ou 83%) que esse envolvimento on-line em questões cívicas seja uma prática de cidadania, desde que se observe o fim e a forma como é utilizada, sem denegrir direitos.

"Cuidado para não encintar a violência. Mas eu entendo como um canal de manifestação, comunicação. (...) Quando a pessoa faz uso das redes sociais de forma coerente, respeitando o sujeito é ótimo. Você aproxima, ainda que distante geograficamente. Veja o índio: eles conversam por vídeo conferência. Imagina um debate, onde você consegue reunir pessoas de várias regiões? Tendo esse respeito e alguém mediando esse debate, é fundamental, estreitam laços e fortalece, em alguma medida, as práticas cidadãs." (G2).

"Deve colocar algo sobre nível de informação, pois é importante para transformar pessoas em cidadãos. Se ela não dispõe de informação sobre direitos e deveres, ela não vai conseguir exercer e se posicionar. (...) O se posicionar e influenciar a opinião também entra como práticas de cidadania, no sentido de esclarecer." (E8).

"Tenho mais pontos positivos que negativos. O negativo é o cumprimento do princípio da transparência: nem sempre num diálogo interpessoal via internet você consegue de forma clara aquilo que quer passar. Isso é ruim. Mas a partir do momento que você usa a internet de forma transparente, é uma prática de cidadania". (E17)

Além dos itens rastreados na teoria e classificados para essa dimensão política, outras práticas foram sugeridas: Fiscalizar as contas públicas e dos governantes (E3; E13; E2); Usar/ denunciar em órgãos de defesa ou órgãos oficiais (Procon, Sudema, MP) (E8); Capital social (E8); Participar de comissões temáticas da assembleia, de audiências públicas e de sessões especiais (E11); Ser um amigo *curiae* – auxiliar da justiça e subsidiador dos tribunais (E18); Educação política (E16) e; Ter acesso à mídia (como TV/ programas comunitários) (E16).

A próxima esfera a ser analisada é a social que foca a justiça social. Nesse eixo, alguns entrevistados tiverem dúvidas de como o indivíduo poderia exercer essa cidadania, já que muitos dos direitos sociais são concedidos pelo Estado. Para promovê-los, alguns alegam a necessidade de práticas civis e políticas, conforme fala da Entrevistada 9: "*Para garantir esses direitos sociais precisamos do Estado, das políticas públicas. Os direitos do trabalhador entram na esfera privada. Então, a questão dos direitos sociais é mais advinda do Estado. Mas é só ele que garante? Não, tem os direitos políticos para lutar, entende?".*

Seguindo o roteiro, tem-se a questão da participação em organizações da sociedade civil (como as ONGs) em prol de bens e serviços para a comunidade. As respostas indicam alta concordância (17 ou 94%) de que esse item represente uma prática de cidadania, embora ele esteja se chocando com o item 3, referente à associação. Assim, é importante ver a necessidade ou não de exclusão. Seguem alguns trechos de discursos atrelados a esse item:

"Certamente e incluindo o voluntariado. No Brasil não temos muito a consciência do trabalho voluntário, mas nos EUA você tem muito disso... Acontece uma letargia enorme sobre o próprio papel do cidadão. Ser cidadão não é apenas pagar impostos nem só votar no dia da eleição; implica em algo bem maior". (E4)

"Ainda que essas práticas exercitadas por aqueles vinculados as ONGs sejam práticas cidadãs importantes, reconhecidas e que fortalecem o exercício da cidadania, é perigoso porque diminui o papel do Estado e talvez seja esse o interesse. Outrossim, é que tem gente que as usa para objetivos particulares e não sociais". (E6)

"Depende da finalidade. Tá tudo tão corruptível. Ontem mesmo passou uma reportagem que o diretor de uma associação estava roubando. Mas a finalidade da ONG, a participação em causas sociais é cidadania". (G3)

O próximo item da esfera social se refere à participação em alguma ação social a partir do senso de responsabilidade social para com a comunidade. Abrangem práticas de assistencialismo e solidariedade, que foram vistas pela maioria (10 ou 56%) como de cidadania, muitas vezes emergenciais. As ressalvas envolveram questões de emancipação e dependência. Sugere-se que mantenha essa temática na escala, embora o item possa ser formatado abrangendo a temática da doação social voluntária para causas sociais. Vejam alguns discursos:

"A cidadania é quando você pensa politicamente no todo. Essa ação mais acomoda aqueles indivíduos. Quando faço isso estou dizendo que ele não é um cidadão. Ali estou criando uma dependência. Penso que cidadania é emancipar as pessoas. (...) Você pode me perguntar, como eles vão entrar na cidadania se não têm nem o que comer. Mas eu também iria lhe perguntar como eles vão sair da dependência se só dou comida? Eu tenho que fazer com que o poder público consiga uma estrutura mínima de reinserção dessas pessoas na sociedade". (E4)

"São práticas de cidadania emergenciais, temporárias, mas são. Numa situação de emergência, como num desastre você tem que arrumar lençol, abrigo, alimentação... são ações emergenciais de cidadania". (E5)

"Sim, é prática de cidadania por ser sensibilidade social. Relaciona-se com a declaração universal dos direitos: liberdade, igualdade e fraternidade. Fraternidade no sentido de ver o outro, de ter empatia". (E8)

Ainda da esfera social, identificou-se na literatura a temática sobre direitos sociais relacionados às classes trabalhistas, já que, no Brasil, muitos dos direitos sociais estão atrelados às categorias e legislações trabalhistas (SANTOS, 1987). A maioria (10 ou 56%) concorda totalmente que seja uma prática de cidadania, embora haja algumas ressalvas:

"O problema do sindicalismo no Brasil é a politização. Terminam sendo "sequestrados" por certos grupos políticos. E você não consegue separar a atividade sindical da partidária ou até mesmo da ideológica. (...) O sindicato pode ter uma posição política coletiva, mas não é a finalidade. Por isso a baixa participação". (E4)

"Se você é filiado a um sindicato, a uma associação, você é sujeito de cidadania individual. Você participa de ações coletivas ou você é só um cidadão que só quer saber dos seus direitos? Como é meu envolvimento com a associação dos professores? Não só salarial, mas com a luta pela educação (...). Faz algum movimento de resistência, mobilização, vai para alguma audiência pública? Qual tipo de cidadania coletiva exerce? (...) Os direitos coletivos só se conquistam no coletivo, ou seja, em mecanismos que exigem a participação". (E6)

"Hoje os sindicatos foram desmantelados. Também em virtude de terem sido transformados em áreas recreativas. Não vemos mais aquele sindicato onde os trabalhadores realmente reivindicam direitos. Mas creio que tá mudando. Desmantelou-se o sindicato, o capital cai com força. É um ciclo: vão sentir a necessidade de se unir novamente, de defender a categoria, num olhar futuro. Nesse sentido seria uma prática de cidadania". (E16)

Observa-se que esse item pode entrar em conflito tanto com práticas de associação (item 3 da esfera civil) como com as práticas de participação em organizações da sociedade civil (item11 da dimensão social). Nesse sentido, prestar atenção na formatação da assertiva.

Outro aspecto elencado na literatura na esfera social seria a defesa dos direitos humanos. Com a discussão das entrevistas, observa-se que os direitos humanos se referem a todas as esferas e talvez precise ser excluído da escala final, já que houve uma discordância da maioria dos que responderam (6 ou 67%) que se tratasse de uma prática de cidadania:

"Os direitos humanos é algo que envolve também questões internacionais, ultrapassa a fronteira...". (E11)

"Por exemplo, o próprio olhar para o apenado: sou da área jurídica há 21 anos e eu não conhecia e não conheço ainda a realidade de dentro dos presídios. Estou falando de alguém formada em direito e que atua na

área jurídica. Imagina o que a população conhece sobre a vida dos apenados. Precisamos olhar para eles, em que circunstâncias você quer que ele retorne à sociedade, seja um cidadão e consiga exercer seus direitos civis e políticos. Acho que tem muita coisa na cidadania com um olhar de direitos humanos". (E16)

"Os direitos humanos são muito amplos: qual direito humano? A proteção da personalidade? A liberdade? Artigo 5 da constituição você pode tá vinculando a garantia de cidadania. E a declaração universal dos direitos humanos, você também pode estar pegando. Cada um é um mundo...". (E18)

Além dos itens apresentados, há sugestão de outras práticas a serem refletidas e adicionadas à escala: Iniciativa para reclamar, pressionar e resolver problemáticas públicas quando tiver algo de errado ou para garantir o bem-estar seu, de terceiros e do meio (E5); Se posicionar em relação aos serviços públicos (quanti e qualitativamente) (E8); Educação cidadã/ esclarecimento sobre os direitos (E16); Usar sua competência técnica, profissão ou sua criatividade para ajudar os outros (E17); Ativar órgãos públicos e de fiscalização (PROCON) (E3).

Por fim, a última esfera de práticas de cidadania – as difusas, que demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais. Em relação ao item sobre respeito, a tolerância e ao reconhecimento da diversidade humana, houve alta concordância (17 ou 94%) de que se trata de uma prática de cidadania. Porém, sugere-se complementação de ação além do respeito. Também relacionaram essa prática à dimensão social e à civil:

"Além do respeito, você pode se posicionar de uma forma que não pratique discriminação nem expresse preconceito. Por exemplo, você como morador de um condomínio e se ele faz uma norma que proíbe os empregados de usar o elevador social, se posicionar contra essa regra é uma forma de cidadania". (E8)

"Respeitar é o mínimo. Você contribui participando, protegendo, conversando sobre... Por exemplo, o mínimo lá nas redes sociais, onde você pode compartilhar uma ideia que divulgue o respeito ou as pautas que aquele grupo defende. São ações de educação, esclarecimento. Além do respeito, a atitude de participar minimamente para disseminar esse respeito, seja através de reuniões, associações, do combate a fakenews...". (G4)

"Além do respeito, a promoção de ações de enfrentamento. Essas passeatas em SP: muita gente critica, mas vejo muitas pessoas na mídia mostrando o contexto que vivemos hoje. É educativo, é preventivo. São ações que minimizam ocorrências na prática e são cidadãs. Intervir: se você está diante de qualquer violência, pode e deve interferir. Quer mais ato de cidadania que proteger um idoso ou grávida na fila de supermercado?". (E18)

O próximo item está relacionado à luta pelo direito dos excluídos ou marginalizados. Apesar de ser considerada uma prática de cidadania por 17 ou 94% dos entrevistados, talvez possa haver conflito de interpretação com o item anterior. O termo "excluído" também é abrangente, subjetivo e pode estar relacionado à esfera social. Outro ponto discutido é que a ação de "defesa de direitos" também é ampla e vinculada a todos os demais direitos. Assim, é importante refletir a permanência e a classificação desse item. Seguem as falas principais:

"Esses grupos vulneráveis só conseguirão seus direitos na sociedade na medida em que se organizam, porque são usualmente muito fragilizados. (...) Se não se organizam não serão reconhecidos na sociedade". (E2)

"Esses grupos não têm muitas chances de conseguir seus direitos por via representativa. Por exemplo, quantos parlamentares indígenas temos? Então, eles têm que reivindicar via outras maneiras aquilo que lhes é negado todos os dias no parlamento (contra a forte bancada do agronegócio): via judicial, ativismo, pela organização, irem aos órgãos públicos e também por meio da judicialização a partir do ministério público federal". (E3)

"Como a própria assertiva diz aí: por mais que seja uma minoria é um coletivo né? São interesses de pessoas, de seres humanos, então... seja mulheres, negros, pardos, homossexuais, enfim... a comunidade GLBTYH e assim vai... Então é uma prática de cidadania". (E10)

Seguindo o roteiro, o próximo item se refere aos atos de preservação do meio ambiente, a qual teve aprovação de todos os entrevistados quanto à classificação como

práticas de cidadania. Seguem as falas comprobatórias:

"O meio ambiente hoje é uma questão global. (...) Serve toda a comunidade e são direitos difusos: a memória, a um meio saudável... são fundamentais! Agora é preciso que as pessoas se reúnam e lutem. (...) Às vezes é uma comunidade que impede o desmatamento ou a derrubada de uma casa antiga, um momento histórico importante (...). Também tem o ambiente de trabalho: tratar todos com igualdade, com humanidade". (E4)

"Eu não posso imaginar uma convivência harmônica entre as pessoas se eu não tenho o meio ambiente sadio, preservado, porque isso vai refletir claro, diretamente e indiretamente na qualidade de vida da gente". (E11)

"É um direito difuso, não só em relação a meio ambiente, mas ao ambiente de trabalho: às regras de segurança, combate às doenças laborais... Trabalhamos com os princípios da dignidade laboral, direito de todos. E dever também: a empresa deve propiciar meios dignos de trabalho e eu tenho que colaborar com esse meio". (E12)

Diante dos discursos, observa-se a necessidade de explorar não apenas o meio ambiente, mas também o ambiente de trabalho e a questão de patrimônio histórico cultural. É um item que se relaciona ainda com o próximo tema – o de consumo consciente. Para a maioria dos entrevistados (15 ou 83%), essa conscientização do consumo é também considerada como prática de cidadania, inclusive atrelada a questões de educação de cidadania (esclarecimento e conscientização). Também houve a relação dessa ação com a dimensão social. Vejam as falas:

"Não só consumo consciente, como conscientização desse consumo. Por exemplo, esclarecer sobre os efeitos de alguns produtos. Tenho referências de médicos que tem canais que eles falam, esclarecem muitas vezes contra os interesses da indústria farmacêutica. Isso é uma prática de cidadania. Individual e também social". (E12)

"É utilizar sua figura de consumidor como exercício da cidadania né? Você utiliza a força da compra para privilegiar ou punir empresas de acordo com o que você entende né? Então o consumidor está fazendo com que as empresas mudem suas práticas, tão valorizando isso né?". (G4)

"Tanto a preservação como o consumo consciente respaldam na cidadania: está voltado para o coletivo". (E16)

O último item analisado se refere à participação em discussões sobre temas que afetam a integridade humana, como aborto, desarmamento, pena de morte etc. É um item considerado como prática de cidadania por todos, embora estes apontem para o impacto dessa discussão nos direitos e a forma como se discute (sem ofensas e ouvindo diferentes partes). Cada tema pode ser também classificado em esferas diferentes da cidadania (direito civil, por exemplo):

"Começa sempre com cada qual fazendo uma reflexão sobre esses temas, que são delicados e que envolve uma escolha de valores. Por exemplo, a priori, eu como liberal sou a favor do aborto, mas se eu for para uma política republicana pode ser que eu viva numa sociedade conservadora. Aí eu como liberal vou fazer o quê? Eu não posso forçar aquilo que está além do consenso. (...) Então acho fundamental a ideia da discussão". (E4)

"Depende de quem tá discutindo, da forma de discussão. Se é em prol de um resultado para a sociedade, sim! A questão do aborto, por exemplo, você vai lá pro STF na discussão para saber se descriminaliza ou não... então você escutar várias pessoas interessadas, que apoiam ou não, é importante". (G3)

"O debate na internet por si só não, mas acredito que esses assuntos devam ser levados ao legislativo. O judiciário faz esse papel de legislador, que é algo perigoso. Se não existe legislação sobre um determinado tema e esse chega via judiciário, o judiciário não pode se omitir nem se eximir do julgamento e faz muitas vezes o papel do legislador, que pra mim não é salutar". (E11).

Ao final, os itens sugeridos para complemento da dimensão difusa foram: Ativismo (G1); Educação Cidadã (E7); Viabilizar ambiente de trabalho digno (E4, E12); Proteção do patrimônio histórico-cultural (E4). Repete-se a pergunta se havia algum outro tema que não foi citado anteriormente e poderia se constituir como prática de cidadania. Vejam os relatos:

"Não, você pegou pontos fundamentais. Só frisaria a ideia da formação cívico-participativa e reflexiva do cidadão que ocorre quando eu recoloco o meu papel como sujeito autônomo nessa sociedade. Autonomia significa antes de tudo reflexão sobre as condições públicas. (...) A ideia de ***coparticipação****, de pensar a cidadania como uma reflexão coletiva que possa servir como ação reformista da sociedade". (E4)*

"Acho que você abordou a questão dos direitos civis, políticos, sociais, difusos. Tá bem orientada". (E12)

Diante das considerações apontadas pelos especialistas, obtém-se uma nova formatação para o quadro de variáveis sobre práticas de cidadania, conforme o Quadro 3:

Quadro 26 - Práticas de Cidadania após análise dos especialistas

Dimensão	Itens (antes das entrevistas)	Itens (depois das entrevistas)
Práticas Civis (PC)	22. Obediência às regras sociais; 23. Liberdade de expressão; 24. Práticas de associação; 25. Práticas de civilidade; 26. Questões éticas e morais.	1. Obediência às regras sociais; 2. Mudança de regras injustas; 3. Liberdade de expressão; 4. Práticas de associação; 5. Práticas de civilidade; 6. Responsabilidade Civil; 7. Estabelecimento de contratos válidos; 8. Deveres civis.
Práticas Políticas (PP)	27. Participação em ação política; 28. Voto eleitoral; 29. Liderança com fins públicos e sociais; 30. Ser membro de partido político ou exercer cargo político/público; 31. Envolvimento cívico on-line.	9. Participação em ação política; 10. Fiscalização política 11. Voto eleitoral; 12. Liderança com fins públicos e sociais; 13. Envolvimento cívico on-line.
Práticas Sociais (PS)	32. Participação em organizações da sociedade civil; 33. Ação social; 34. Doação social; 35. Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas; 36. Direitos humanos.	14. Participação em ações sociais; 15. Direitos sociais relacionados às classes trabalhistas; 16. Direitos humanos. 17. Coparticipação com o Estado; 18. Serviços Básicos; 19. Educação cidadã.
Práticas Difusas (PD)	2. Diversidade humana; 3. Direito dos excluídos; 4. Preservação do meio ambiente; 5. Consumo consciente; 6. Temas que afetam a integridade humana;	20. Diversidade humana; 21. Proteção e enfrentamento a discriminação; 22. Tolerância; 23. Preservação do meio ambiente; 24. Reciclagem; 25. Consumo consciente; 26. Consumo colaborativo; 27. Boicote; 28. Temas que afetam a integridade humana;

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Para cada item será desenvolvida uma assertiva para compor uma escala de mensuração de práticas de cidadania a ser, a posteriori, validado estatisticamente. Inclusive a validação estatística irá confirmar ou não a classificação dos itens em suas respectivas dimensões.